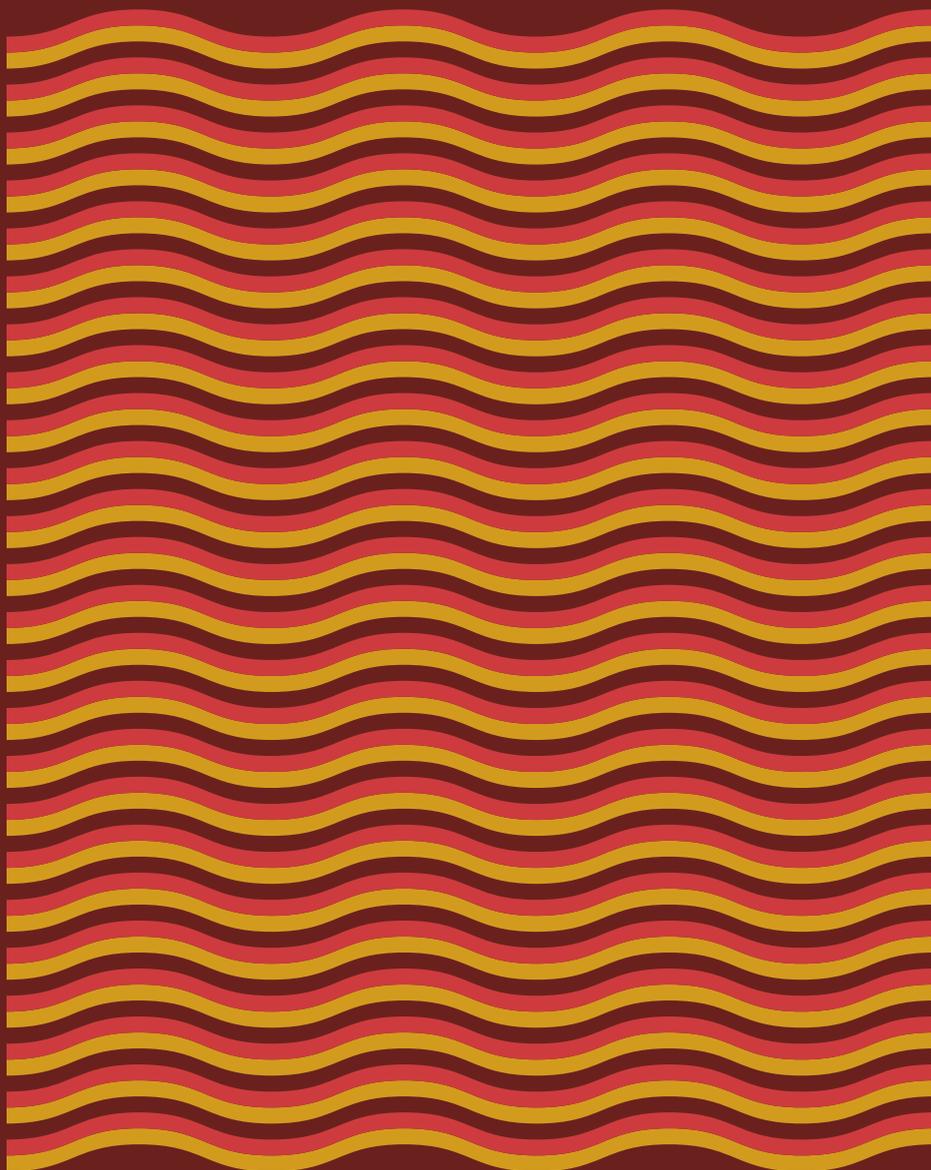


TRIEB

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO
VOLUME 21 / NÚMERO 1 / 2022

TESTEMUNHO





TRIEB

A **TRIEB**, revista semestral da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ – publica artigos inéditos que se referem ao campo teórico e clínico da psicanálise e suas articulações com outros campos do saber. Os artigos sobre clínica são, necessariamente, acompanhados por uma discussão teórica e/ou crítica. Publica, ainda, conferências, entrevistas, traduções, artigos de valor histórico e resenhas de interesse para o campo da psicanálise.

EDITORAS

Magda Rodrigues Costa
Maria Elisa Alvarenga
Maria Noel Brena Sertã

COLABORADORA

Maria Inês Tornaghi Grabowsky F. Basto

CONSELHO EDITORIAL

Amar Horn
Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ, Membro Efetivo da Sociedade de Psicanálise de Paris; Membro Titular do Instituto de Psicossomática de Paris- Pierre Marty (IPSO).

Aurea Maria Lowenkron
Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ; Professora Adjunta do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Saúde Mental da Infância e da Adolescência); Doutora em Ciências da Saúde pela UFRJ.

Ivan Figueira
Doutor em Psiquiatria, IPUB-UFRJ; Professor Adjunto da Faculdade de Medicina da UFRJ.

Jane Russo
Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional, UFRJ; Professora Adjunta do Instituto de Medicina Social, UERJ.

Laura Mello Machado
Mestre em Psicologia Clínica, PUC-RIO; Diretora da InterAge Consultoria em Gerontologia e representante da Associação Internacional de Geriatria e Gerontologia nas Nações Unidas.

Luiz Fernando Guedes Gallego Soares
Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ; Coordenador da atividade “Psicanálise & Cinema”.

Marcelo Marques
Psicanalista, Association Psychanalytique de France.

Marcia Rozenthal
Doutora em Psiquiatria, Professora da Escola de Medicina e Cirurgia da UNI-Rio e Coordenadora do Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão sobre o Envelhecimento - CEMPE.

Miguel Calmon Du Pin e Almeida
Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ; Editor Regional da Revista Brasileira de Psicanálise.

Rosine Jozef Perelberg
Psicanalista, Training Analyst of the British Psycho-Analytical Society; Doutora em Antropologia Social, London School of Economics, University of London.

Ruth Lerner Froimtchuk
Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ.

Wania Maria Coelho Ferreira Cidade
Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ.

Wilson Amendoeira
Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Tatiana Podlubny

SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA
Celyne Maués

REVISÃO
Andre Luiz A. Vale
Tomás Sertã

DIAGRAMAÇÃO
Tatiana Podlubny

E-BOOK
Tiago Rodrigues

EDITORES ANTERIORES:
Fernando José Barbosa Rocha - 1991 a 1993
Miguel Calmon Du Pin e Almeida - 1994 a 2001
Fernando José Barbosa Rocha, Marci Doria Passos e Viviane Frankenthal - 2002 a 2010
Aloysio Augusto d'Abreu - 2011 a 2012
Sherrine Maria Njaine - 2011
Maria de Fátima Amin - 2012 a 2016
Maria do Carmo Palhares - 2011 a 2018
Munira Aiex Proença - 2016 a 2018 e 2006 a 2017 (consultora editorial)
Bernard Miodownik - 2013 a 2018
Karla Loyo - 2018 a 2021

TRIEB

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO
VOLUME 21 / NÚMERO 1 / 2022

TESTEMUNHO

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO

Rua David Campista, 80 – Humaitá – CEP 22261-010 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tels.: (21) 2537-1333 – (21) 2537-1115

E-mail: sbprj@sbprj.org.br | revistatrieb@sbprj.org.br

Home Page: www.sbprj.org.br

CONSELHO DIRETOR DA SBPRJ - Biênio 2021 - 2022

Presidente: Lúcia Maria de Almeida Palazzo

Vice-presidente: Miguel Ângelo Cabral Sayad

Primeira Secretária: Gisela Gorrese Guimarães

Segunda Secretária: Priscilla Capua Maia

Primeira Tesoureira: Sônia Izecksohn

Segunda Tesoureira Eunice Raposo de Mello

Diretor do Instituto de Formação Psicanalítica:

Ney Couto Marinho

Vice-Diretora do Instituto de Formação Psicanalítica:

Anna-Maria Bittencourt

Secretária do Instituto de Formação Psicanalítica:

Maria Noel Brena Sertã

Diretora do Conselho Científico: Maria Elisa Alvarenga

Secretária do Conselho Científico: Mariana Neustein

Diretor do Conselho Profissional: Claudio Frankenthal

Secretária do Conselho Profissional: Áurea Lowenkron

Diretora do Departamento de Publicação e Divulgação:

Viviane Frankenthal

Secretária do Departamento de Publicação e

Divulgação: Ruth Naidin

Diretor do Departamento de Difusão da Psicanálise:

Carlos Pires Leal

Secretária do Departamento de Difusão da Psicanálise:

Flávia Costa Strauch

Diretora da Clínica Social: Claudia Fonseca Bernardes

Secretária da Clínica Social: Monica Taunay

Diretora do Centro de Estudos Psicanalíticos:

Eloá Bittencourt Nóbrega

Secretária do Centro de Estudos Psicanalíticos:

Maria Teresa Silva Lopes

Diretora do Departamento de Comunidade e Cultura

(DCC): Maria Teresa Naylor Rocha

Secretária do Departamento de Comunidade e Cultura

(DCC): Sonia Verjovsky

T825 **TRIEB** / Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ

Nova série, v.1, n.1 (2002).

Semestral

Publicada desde 1991 – n.10, 2001.

ISSN 1517 – 185 X

1. Psicanálise – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

CDD 616.891705

04-1101

Disponível na Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP.

Periódico indexado na base Index Psi Periódicos (www.bvs-psi.org.br).

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui violação da Lei nº 5.988.

Sumário

EDITORIAL	9
Por que <i>Testemunho</i> ?	
ENTREVISTAS	15
Carlos Alberto Plastino	
Liana Albernaz de Melo Bastos	
Marcelo N. Viñar	
CONVIDADO	
Ser contemporâneo em <i>Totem e Tabu</i> : Testemunhos	47
Miguel Sayad	
CORRESPONDÊNCIA	
Testemunho: a psicanálise e a história se encontram	63
Vera Vital Brasil e Bernard Miodownik	
ARTIGOS TEMÁTICOS	
Testemunho de dois momentos de uma psicanalista: duas pacientes com desejos e necessidades distintas	83
Anna Lucia Melgaço Leal Silva	
Psicanálise e Holocausto: a pulsão de morte em testemunho	101
Marília Mello de Vilhena	
A função testemunho, o traumático e a escuta clínica do psicanalista cidadão	119
Vanuza Monteiro Campos Postigo	

INTERFACE

- Seguir os rastros, ensaiar os gestos **135**
Maya Moldes da Rocha Pereira

DEPOIMENTO

- A caravana **151**
Ney Marinho

CONFERÊNCIAS

- Tradução e Amizade **165**
Fernanda de Medeiros Arruda Marinho

- Tradução e Amizade **171**
Admar Horn

PSICANÁLISE E CINEMA

- Testemunhos em filmes políticos, metafísicos
ou calçados em afeto **179**
Luiz Fernando Guedes Gallego Soares

PSICANÁLISE E LITERATURA

- Resenha: O acontecimento **185**
Denise Salomão Goldfajn

MEMÓRIA *TRIEB*

- Um homem torturado – Tito de Alencar **191**
Jean-Claude Rolland

- Um homem torturado, entendido por Jean-Claude Rolland **205**
Wilson de Lyra Chebabi

Tortura nunca mais Liana Albernaz de Melo Bastos	209
Agradecimento aos pareceristas	221
Instruções aos autores	223

Por que *Testemunho*?

Sobreviventes de situações extremas - genocídios, massacres, violências decorrentes de regimes totalitários e de (necro)políticas de Estado, onde o horror e o extermínio de pessoas tornam-se não apenas possíveis, mas até banalizados – buscam, em seus relatos, corajosamente, dar testemunho dos acontecimentos que rompem com o pacto social. Ao escrever, expressam em palavras o indizível, o intransmissível.

A psicanálise nos ensinou que a experiência traumática permanece encapsulada. Não simbolizada, provoca efeitos patogênicos duradouros e transgeracionais. Como favorecer a fala? Como dar voz àquilo que para o sujeito é sentido como incomunicável?

Para que o testemunho de uma vivência traumática seja feito com toda sua carga afetiva, é preciso haver um espaço no qual a palavra circule livremente, em que predomine uma relação de confiança e respeito entre quem sofreu a violência e quem acolhe a sua fala, para que, desta forma, a situação transferencial não seja, ela própria, retraumatizante.

Pode-se, portanto, pensar o testemunho de quem fala e o testemunho de quem escuta e legitima a fala do sujeito. A nomeação dos afetos e o reconhecimento do sujeito e do acontecido restituem a palavra perdida, produzindo um efeito de reparação psíquica, de elaboração e de ressignificação da experiência traumática.

Além da repercussão terapêutica, o testemunho tem outras faces: é também via para a produção de um saber, de memória e de resistência. Desafiando as tão comuns investidas para apagar da história aquilo que nos põe frente ao desumano, o testemunho rompe com a história de horror silenciada, evidencia o absurdo, evita a sua repetição, permite a transmissão geracional e a produção de uma memória coletiva. Quando um ser humano sofre uma violência, qualquer que seja, toda a humanidade padece, mesmo que não tenha consciência disso.

TRIEB *Testemunho* é um número que nos convoca à reflexão. Nossos entrevistados foram Carlos Alberto Plastino, Liana Albernaz de Melo Bastos e Marcelo N. Viñar, relevantes nomes da psicanálise latino-americana, que se destacam por suas trajetórias clínicas e pelo engajamento político.

Na seção *Correspondência*, apresentamos a troca de ideias entre Vera Lúcia Carneiro Vital Brasil e Bernard Miodownik. Vera é psicóloga, tem trabalhado

insistentemente com os temas memória, verdade, justiça, reparação, sendo uma das fundadoras, em 1985, do projeto “Tortura Nunca Mais/RJ” e participante no “Grupo das Clínicas do Testemunho RJ”. Bernard é psicanalista, membro efetivo com funções específicas do Instituto da SBPRJ, ex-presidente da SBPRJ e ex-Diretor do Conselho da Coordenação Científica da Federação Brasileira de Psicanálise (FEBRAPSI).

Miguel Sayad é o psicanalista da seção *Convidados*, fazendo interessantes reflexões sobre o lado feminino do pai em *Ser contemporâneo em Totem e Tabu: Testemunhos*. “Haverá essa reflexão em *Totem e Tabu?*”, indaga-se o autor.

Iniciamos a seção de artigos temáticos com o trabalho *Testemunho: dois momentos de uma psicanalista: duas pacientes com desejos e necessidades distintas*, no qual a autora, Anna Lucia Melgaço Leal Silva, destaca a importância da investigação dos fatores pré e perinatal no tratamento do ser psicossomático com doenças somáticas ou não.

Em seu artigo *A função testemunho, o traumático e a escuta clínica do psicanalista cidadão*, Vanuza Monteiro Campos Postigo apresenta reflexões importantes sobre o psicanalista cidadão, engajado com a democracia e com os valores civilizatórios. As condições sociopolíticas, as violências discriminatórias etc. impactam a subjetividade dos analisandos, e a “função testemunho” convoca o analista cidadão a “reconhecer, suportar e legitimar a fala do analisando”.

Por fim, contamos com o artigo de Marília Mello de Vilhena, *Psicanálise e Holocausto - A Pulsão de Morte em Testemunho*, que apresenta uma revisão de autores alheios à psicanálise sobre o tema do testemunho, articulando-o com o conceito de pulsão de morte e seus desdobramentos na destrutividade do humano.

Em *Interface*, o ensaio da historiadora Maya Moldes da Rocha Pereira, intitulado *Seguir os rastros, ensaiar os gestos*, explora o dito declínio narrativo, diagnosticado por Walter Benjamin, e, seguindo esses rastros, aborda a questão dos testemunhos do holocausto, a partir da obra de Jorge Semprún.

Ney Marinho nos brindou com um riquíssimo depoimento intitulado *A Caravana*. Adotando um estilo testemunhal, segundo o autor, na esperança de transmitir algo talvez impossível discursivamente, apresenta dados históricos fundamentais para se avaliar a importância do que ficou conhecido como “O Encontro de Maputo”, iniciativa inaugural de um intercâmbio científico cultural da SBPRJ com a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

Na seção *Conferências*, publicamos as palestras proferidas na aula de abertura do ano letivo de 2022 do Instituto de Formação Psicanalítica da SBPRJ cujo título foi *Tradução e Amizade*. Fernanda Marinho apresentou um trabalho

em que comenta a carta aberta que André Green escreveu a Wilfred Bion, por ocasião do décimo aniversário de sua morte. Já Admar Horn, “falando entre amigos”, oferece o testemunho de sua relação com Green, alguns elementos de sua história pessoal (os quais o próprio Green tornou públicos) e de sua engajada vida psicanalítica.

“Testemunhos em livros são mais frequentes do que em filmes (excetuando documentários), embora haja exemplos muito significativos”, nos diz Luiz Fernando Gallego na seção *Psicanálise e Cinema*. Gallego relembra expressivos filmes testemunhos em seu texto *Testemunhos em filmes políticos, metafísicos ou calcados em afeto*.

O *acontecimento*, de Annie Ernaux (2000) foi o título por nós escolhido; e Denise Salomão Goldfajn, a psicanalista convidada para escrever a resenha publicada na seção *Psicanálise e Literatura*. Nas palavras de Denise: “é um livro preciso, seja pela precisão da narrativa dos fatos, quanto pela necessidade do testemunho de seu relato que possa servir a muitas outras jovens...”. Além disso, Denise aponta para a atualidade do tema e a tristeza que sentiu ao ver as manifestações em Washington contra a recente resolução da Suprema Corte Americana, um enorme retrocesso.

Neste número inauguramos a seção *Memória TRIEB*, na qual serão revisitados artigos de edições anteriores, que poderão vir acompanhados por comentários ou complementos feitos pelo próprio autor ou por outros autores.

Como cidadãos do mundo, temos testemunhado, nos últimos anos, uma proliferação de pensamentos e ações fascistas, e, ao mesmo tempo, a luta de muitos para evitar a barbárie. Diante deste contexto, nos pareceu oportuna, necessária e urgente a republicação de três trabalhos do número 6 da *TRIEB* (1998), quando Miguel Calmon Du Pin Almeida era o editor. Ao Miguel e aos autores Jean-Claude Rolland, Liana Albernaz de Melo Bastos e Wilson de Lyra Chebabi (*in memoriam*), nossos agradecimentos.

Boa leitura!

Entrevistas

Entrevistas

Carlos Alberto Plastino^{1,2}

Liana Albernaz de Melo Bastos³

Marcelo N. Viñar^{4,5}

1. No prefácio de *É isto um homem?*, Primo Levi (1958/1988, p. 5) disse: “A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de libertação interior”. Como situar o testemunho na clínica psicanalítica?

1. En la presentación de *Si esto es un hombre*, Primo Levi (1958/2002). p4) escribió: “La necesidad de hablar a ‘os demás’, de hacer que ‘los demás’ supiesen, había asumido para nosotros, antes de la liberación y después de ella, el carácter de un impulso inmediato y violento, hasta el punto de que rivalizaba con nuestras demás necesidades más elementales; este libro lo escribí para satisfacer esta necesidad, en primer lugar, por lo tanto, como una liberación interior”. ¿Cómo situar el testimonio en la clínica psicoanalítica?

1. Psicanalista, professor aposentado do IMS da UERJ e da PUC-Rio.

2. Plastino optou por oferecer uma única resposta a todas as perguntas. Visando a comodidade do leitor, optamos por inserir a resposta na quarta e última pergunta.

3. Membro Efetivo com funções específicas do Instituto de Formação Psicanalítica da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Professora aposentada do curso de Medicina da UFRJ.

4. Professor, Psicanalista, Membro Titular da Associação Psicanalítica do Uruguai. Ex-Presidente da Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL).

5. As respostas do Marcelo Viñar estão publicadas em seu idioma original – o espanhol – e traduzidas para o português.

Liana Albernaz de M. Bastos

Testemunho é o relato da testemunha. Em português, testemunha condensa dois significados que aparecem separados no latim. O primeiro, *testis*, significa etimologicamente “aquele que assiste como um terceiro (*tertius*) a um caso em que dois personagens estão envolvidos”; o segundo, *superstes*, indica aquele que é testemunha e, ao mesmo tempo, sobrevivente de uma situação, “aquele que se mantém no fato e que se mantém presente. Primo Levi é um *superstes*, aquele capaz de dar testemunho de uma experiência vivida” (Gondar & Antonello, 2016).

A necessidade de “contar aos outros” as experiências traumáticas dos sobreviventes de campos de extermínio e de outras formas de tortura e violência busca, como Primo Levi refere, um efeito libertador, terapêutico, portanto. Dar testemunho da própria história e do próprio sofrimento, endereçando-os a alguém, seria uma forma de elaboração das vivências traumáticas. Sabemos do interesse de Freud sobre o traumático – especialmente sobre os sonhos traumáticos – e, mais ainda, do de Ferenczi, que faz da teoria do trauma um dos pilares da sua obra. O testemunho – o relato do evento traumático por aquele que o sofreu, o *superstes* – está no centro das reflexões ferenczianas.

Como prática clínica, a psicanálise se depara com um paradoxo: a narrativa do *superstes* não consegue dar palavras a todo o acontecido. Permanece um inenarrável, um terror/horror em que não há o simbólico. Onde falta a palavra, não há interpretação possível. Não se trata de conflito, mas de clivagem do eu (Ferenczi, 1934/1992). Estamos no território da dor nua, do silêncio, das hesitações, do titubeio.

O analista é convocado como testemunha para este território. A neutralidade do analista, nestas circunstâncias, reativaria a vivência traumática. O tato, a simpatia e a confiança (como propõe Ferenczi) são condições necessárias para o acolhimento e validação da dor através da presença viva e encorpada (afetiva) do analista. Desse modo, o analista poderia propiciar “um terceiro espaço que pode ser chamado de potencial, espaço intersticial, indeterminado e informe no qual circula e – aos poucos ganha forma –, algo que a princípio seria incomunicável” (Gondar & Antonello, 2016, p. 16).

Marcelo N. Viñar

*Enquanto o ser humano sonhar – seja com coisas horríveis,
seja com coisas boas –; enquanto o ser humano possuir
histórias fundamentais, relatos universais e mitos,*

*haverá também literatura, por mais que se fale em crise.
Porém a verdadeira crise é o esquecimento absoluto;
a noite privada de sonhos. Lá não chegamos ainda.*

Imre Kertesz, "Um instante de silêncio no paredão". Tradução do espanhol.

O testemunho é a construção discursiva que opera a partir da impossível plenitude de sentido a que a narração aspira. Ele emerge quando nos encontramos capturados por situações dramáticas que nos dizem respeito, ou conflitos complexos e lúgubres que não faltam e que sempre nos indignam. (Por exemplo, a guerra, o racismo, o machismo, a desigualdade de direitos e de oportunidades, o cuidado com o planeta etc.)

Ali descobrimos ou constatamos que a linguagem não é somente um dicionário do mundo, senão um modo de abrigar ou de habitar o espaço socio-político que nos cabe viver, com suas angústias e suas contradições.

A língua não é um meio para a mediação entre o Eu e a realidade, senão um procedimento e um léxico que dão forma à imprecisão, à desordem, ao caos da realidade. Luis Correa escreve-o poeticamente: “nada nos parece mais frágil do que as palavras. Porém elas nos transformaram no que somos. Nada parece mais efêmero do que um poema, mas a poesia escreve a história”⁶

Acompanhemos Jean-Pierre Vernant em sua travessia das fronteiras disciplinares:

O que faz a humanidade do homem? Sempre que houver homens, teremos uma série de planos distintos e solidários: ferramentas, técnicas de subsistência, de produção e de intercâmbio, tudo o que constitui a vida material. Não há homens sem ferramentas, porém tampouco os há se, junto aos utensílios e técnicas, não houver linguagem... não há homens sem instituições sociais, desde as regras da aliança marital e da vida doméstica, até outras propriamente sociais e políticas, o que escalona passos desde a técnica e a economia até a religião. Esta, a religião, se encarrega da criação de rituais e relatos que presentificam o divino e o sagrado, do que deriva o que chamamos arte plástica, música, poesia, dança. E a partir de certo momento também se desenvolve a necessidade de uma teorização sobre o papel das técnicas que fazem parte do patrimônio cultural (Vernant, 2004, p.152, tradução a partir do espanhol).

6. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/esteros.org/2021/04/07/novedades-editoriales-5/amp/> [N.T.]

Teorizar significa aqui, interrogar os mitos e as crenças, que se instituem como verdades, como um real interiorizado, do qual cada humano é produto e co-criador. Interrogar o olhar mais que o visado (*la mirada más que lo mirado*).

A respeito disso, Glaserfeld propõe: o ato de conhecer mais serve à organização da experiência do sujeito que à descoberta de uma realidade ontológica. O conhecimento não entra pelos sentidos, nem pela comunicação, mas é construído pelo sujeito cognoscente. Acerca disso, o antropólogo Saverio Levisky acrescenta que o mito aparece ou nasce quando o problema a ser pensado ou a tarefa a ser realizada superam as possibilidades e as forças disponíveis. Em circunstâncias de desespero, o homem concebe crenças ou toma medidas desesperadas... quando a razão falha, sempre se pode recorrer ao miraculoso. O mito se estabelece como crença compartilhada, a qual se inscreve em tradições rituais. Este crer se constitui como um real que já não pode ser recusado. O que nasceu libertando o ser humano de sua angústia, de sua precariedade, se transforma agora em seu jugo. Até aqui, Levisky.

Hannah Arendt postula:

A rigor, todo ato de pensar é feito quando se está a sós, e constitui um diálogo entre eu e eu mesmo; mas esse diálogo dos dois em um não perde o contato com o mundo dos meus semelhantes, pois que eles são representados no meu eu, com o qual estabeleço o diálogo do pensamento (Arendt, 1989, pp.528-529).

A mente humana se organiza e se estrutura em uma língua e em uma cultura, quer dizer, em uma realidade sócio-histórica, singular e localizada. Assim, nossa identidade inicial, originária, nos é atribuída a partir de uma fonte exógena, e, só mais tarde, o pensamento primitivo (animista) dos começos é (parcialmente) substituído por uma racionalidade crítica, que questiona (isto é, que aceita ou rejeita) as arestas atribuídas pelos pais e pela cultura, e constrói – do interior das almas coletivas (ou conjuntos transsubjetivos) – sua parcela de singularidade. O uso habitual da expressão causalidade psicossocial para explicar diversas situações e conflitos de convivência trivializa ou considera resolvido um território complexo e problemático que abriga múltiplos enigmas por resolver.

Mundo humano, mente e cultura não são enteléquias fixas que nos preexistem como o mundo mineral, mas estão em constante construção e desconstrução. Se a vida é o intercâmbio entre um organismo e seu entorno, essa ponte configura sistemas instáveis, nos quais a variação substitui a noção de essência no ato de conhecimento (Stephen Gould). A cultura é movimento, não fixidez.

Por isso, o testemunho existe para celebrar a criatividade ou condenar a destrutividade nessa realidade que construímos, não mais com a ilusão de correspondência, senão com a precariedade de uma aproximação.

Valer-se de Primo Levi como disparador desta reflexão não é uma opção inocente, e marca um ponto de partida e uma direção inevitável para nos aproximarmos da noção de testemunho. “Tornar ‘os outros’ participantes”, como o “impulso imediato e violento (...) com a finalidade de liberação interior” (Levi, 1958/1988, p.5), é necessário, disse o ícone da literatura concentracionária.

Outro protagonista da experiência execrável do KZ (campo de concentração ou de extermínio do regime nazista) é Robert Antelme, que vivencia algo análogo, senão idêntico. Resgatado por seus amigos, retorna de Buchenwald caquético (pesava 35kg por causa de uma diarreia incontável) e, nas longas horas de viagem do campo até Paris, não consegue ficar em silêncio. É-lhe imperioso expressar seu testemunho candente, antes que a cura ou a morte o distanciem da imediatez da experiência vivida.

Ele necessita – como condição imprescindível – não estar sozinho, mas acompanhado e ouvido “pelos outros”. A presença da testemunha é uma peça necessária no cenário para encurtar a distância entre ilesos e afetados. Que não se esqueça – disse Antelme em “Os princípios sob exame” (“Les principes à l’épreuve”) – que “a história de cada um se tece com a necessidade de ser reconhecido sem limite. A amizade designa essa capacidade de reconhecimento. (...) Quando esta falta, tornamo-nos bestas e devoramo-nos”⁷.

Por outro lado, e criando um oxímoro, Walter Benjamin havia compreendido que os soldados voltavam mudos das trincheiras de Verdún, incapazes de articular a experiência horrorosa através de narrativas expressivas. Em outra passagem de sua obra escreve que o “[desaparecimento] da comunidade de ouvintes” (Benjamin, 1987, p.2015) é uma *causa princeps* do mal-estar na modernidade.

A crise da narrativa – substituída hoje pelo celular e pelo computador – colocam “os outros” em um lugar mais distante e alheio. Hoje vivemos tempos da cultura da imagem e do efêmero. Hoje na televisão recebemos a tragédia com um bocejo.

7. Tradução livre. No original de Antelme: “On n’oublie pas que l’histoire de chacun se fait à travers le besoin d’être reconnu sans limite; l’amitié désigne cette capacité infinie de reconnaissance. (...) il se dévore lui-même et qu’il soit comme une bête si la réponse ne vient pas”. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-lignes0-1994-1-page-112.htm> [N.T.].

O grito incontido ou o silêncio pela sideração do sujeito falante parecem ser para esses autores os únicos desenlaces possíveis da experiência do terror.

Afastando-se dessas soluções extremas, Jorge Semprún estende por quatro décadas a redação de *A escrita ou a vida*, assim como Paul Steinberg, que escreve seis décadas depois seu único livro, *Croniques d'ailleurs*, que pode ser traduzido como “Crônicas de além” (“*Crónicas del Más allá*”).

Janine Altounian e tantos outros de que não me recordo testemunham a partir das gerações seguintes. Não se pode escrever poesia depois de Auschwitz, clama Adorno no debate dos historiadores alemães da Escola de Frankfurt sobre o nazismo. Só se pode escrever poesia para evocar o KZ, respondeu o Nobel de Literatura Imre Kertész, um tempo depois.

Outra estratégia é fazer o testemunho recorrendo à ficção realista, como o faz Philippe Claudel em *O Relatório de Brodeck (El informe de Brodeck)*, ou a jornalista, também Nobel (2015), Svetlana Alexiévitch com *A guerra não tem rosto de mulher* e *As últimas testemunhas*.

*

O negro é o medo que o branco tem de si mesmo.

Octave Mannoni.

Todos temos um núcleo racista, uma tendência a repudiar a alteridade.

Desde Michel de Montaigne, há séculos, a Pierre Clastres, Cornelius Castoriadis ou Manuel Castells, passando por S. Freud, foi apontada a tendência da mente humana à veneração autorreferencial, a tomar o próprio como bom ou excelso, e o alheio, o diferente, como inferior, ou mesmo como aviltante ou abjeto. Isso é uma constante histórica. É o etnocentrismo que conduz a esse abismo xenofóbico, intolerante à diferença. Esta abjeção pelo diferente e pelo estranho habita de maneira explícita (ou calada e oculta) o interior de cada um de nós. Não se trata de negar nem de refutar a existência universal deste núcleo xenofobo, senão de admiti-lo e elaborá-lo, processá-lo em algo distinto do ódio ao estrangeiro, à estrangeiridade. Não se trata de negá-lo como repugnante (ele o é), mas de processá-lo, de transformar o impulso xenofóbico em algo distinto, de percorrer o longo e difícil caminho de reconhecimento e de legitimação da alteridade. Ao menos, trata-se de conter e frear esse impulso, impedir sua passagem aos atos destrutivos, dos quais estão abundantemente saturadas as histórias dos indivíduos e da humanidade, evidenciando a face ameaçadora e sórdida.

da do que chamamos de processo civilizatório. “Viajo” – dizia Montesquieu em suas *Cartas Persas* – “não somente para aprender muitas línguas, mas para fazer as pazes com minha própria cultura”⁸.

O verbo discriminar pode, então, tanto honrar a diversidade, exaltando a delicadeza e a riqueza do semiólogo (que realça a diversidade), como colocar em relevo o ódio do xenófobo (que a condena). A diversidade é a qualidade mais humana do humano, disse Hannah Arendt. O homem responde mais à contingência ou à anomalia do que ao previsível. As regularidades observáveis são médias estatísticas que homogeneizam o diverso. Diversidade que não se deixa capturar em uma essência homogênea (é perigoso criar a prisão identitária de uma natureza humana). Tampouco é suportável diluirmo-nos no amorfo do indeterminado. O único caminho possível e feliz é, então, arriscar-se a assombrar-se nos contrastes da alteridade.

É mister distinguir o testemunho aberto à alteridade de que tratamos até aqui, do testemunho liberticida do fanático. O fanático – disse Amoz Oz – só sabe contar até um; não conhece o dois, não tem acesso à alteridade. Pensa ser um altruísta que pretende salvar a humanidade do pecado ou do erro, sua grandeza oculta sua fragilidade.

Idioma original

*Mientras el ser humano sueña - sea cosas horribles,
sea cosas buenas -; mientras el ser humano posea
historias fundamentales, relatos universales y mito, habrá
también literatura, por mucho que se hable de crisis.
Pero la verdadera crisis es el olvido absoluto; la noche
carente de sueños. Allí no hemos llegado todavía.*

Imre Kertész, “Un instante de silencio en el paredón.”

El testimonio es la construcción discursiva que opera ante la imposible plenitud de sentido a la que aspira la narración. Emerge cuando quedamos atrapados por situaciones dramáticas que nos conciernen o conflictos complejos y lúgubres que nunca faltan y que siempre nos indignan. (Por ejemplo: la guerra, el

8. Tradução a partir do espanhol. [N.T.]

racismo, el machismo, la desigualdad de derechos y oportunidades, el cuidado del planeta, etc.).

Allí descubrimos o constatamos que el lenguaje no es solo un diccionario del mundo sino un modo de albergar o de habitar el espacio sociopolítico que nos toca vivir, con sus congojas y contradicciones.

La lengua no es un medio que medie entre el Yo y la realidad sino un procedimiento y un léxico que da forma a la imprecisión, al desorden, al caos de la realidad. Luis Correa lo escribe poéticamente: “nada nos parece más frágil que las palabras. Pero ellas nos han transformado en lo que somos. Nada parece más efímero que un poema, pero la poesía escribe la historia”.

Acompañemos a Jean Pierre Vernant en su travesía de fronteras disciplinarias: “¿Qué es lo que hace la humanidad del hombre? Siempre que haya hombres, tendremos una serie de planos distintos y solidarios: herramientas, técnicas de subsistencia, de producción y de intercambio, todo lo que constituye la vida material. No hay hombres sin herramientas, pero tampoco los hay, si al lado de útiles y técnicas no hay lenguaje... no hay hombres sin instituciones sociales, desde las reglas de la alianza marital y de la vida doméstica, hasta otras propiamente sociales y políticas, lo que escalona pasos desde la técnica y la economía hasta la religión. Esta, la religión, se encarga de la creación de rituales y relatos que presentifican lo divino y lo sagrado, de lo que deriva lo que llamamos el arte, la plástica, la música, la poesía, la danza. Y a partir de cierto momento también evoluciona la necesidad de una teorización de los quehaceres de las técnicas que se hacen parte del patrimonio cultural.”

Teorizar quiere decir aquí, interrogar los mitos y creencias, que se instituyen como verdades, como un real interiorizado del cual cada humano es producto y co-creador. Interrogar la mirada más que lo mirado.

A este respecto, Glaserfeld propone: el acto de conocer sirve más a la organización de la experiencia del sujeto, que para descubrir una realidad ontológica. El conocimiento no entra por los sentidos, ni por la comunicación, sino que es construido por el sujeto cognoscente. A este respecto el antropólogo, Saverio Levinsky agrega que el mito aparece o nace cuando el problema a pensar o la tarea a realizar supera las posibilidades y las fuerzas disponibles. En circunstancias desesperadas, el hombre concibe creencias o recurre a medidas desesperadas... cuando la razón falla, siempre se puede acudir a lo milagroso. El mito se constituye en creencia compartida y esta se adscribe a tradiciones rituales. Este creer se constituye en un real que ya no puede ser rechazado. Con

lo que nació liberando al ser humano de la angustia, de su precariedad, se transforma ahora en su yugo. Hasta aquí, Levinsky.

Postula Hanna Arendt⁹: “Todo pensamiento es un diálogo entre yo y yo mismo, pero este diálogo interior de dos en uno no pierde contacto con el mundo de los semejantes que están representados en mi diálogo interior”.

La mente humana se organiza y estructura en una lengua y una cultura, es decir, en una realidad socio histórica, singular y precisa. De donde nuestra identidad inicial, originaria, nos es asignada desde una fuente exógena y solo más tarde, el pensamiento primitivo, (animista) de los comienzos es (parcialmente) reemplazado por una racionalidad crítica, que cuestiona (es decir, que acepta o rechaza) las aristas asignadas por los padres y la cultura y construye -al interior de las almas colectivas (o conjuntos transubjetivos) - su parcela de singularidad.

El uso habitual de la expresión causalidad psicosocial para explicar diversas situaciones y conflictos de convivencia, trivializa o da por resuelto un territorio complejo y problemático que alberga múltiples enigmas a resolver.

Mundo humano, mente y cultura no son entelequias fijas que nos pre-existen como el mundo mineral, sino que están en constante construcción y de-construcción. Si la vida es el intercambio entre un organismo y su entorno, ese puente configura sistemas inestables donde la variación sustituye a la noción de esencia en el acto de conocimiento (Stephen Gould). La cultura es tránsito, no fijeza. De allí que el testimonio existe para celebrar la creatividad o condenar la destructividad en esa realidad que construimos, no ya con la ilusión de coincidencia sino con la precariedad de una aproximación.

Invocar a Primo Levi como disparador de esta reflexión no es una opción inocente y marca un punto de partida y una dirección ineludible para acercarnos a la noción de testimonio. “Convocar a ‘los demás’”, como “el impulso inmediato y violento que apunta a una liberación interior”, es prioritario”, dice el ícono de la literatura concentracionaria.

Otro protagonista de la experiencia ominosa del KZ (campo de concentración o de exterminación del régimen nazi) es Robert Antelme¹⁰, quien vivenció algo análogo, sino idéntico. Rescatado por sus amigos vuelve de Buchenwald caquético, pesaba 35 kilos por una diarrea incontrolable) y en las largas horas del viaje desde el Campo hacia París no logra callar. Le es imperioso expresar

9. Arendt, H. “El Sistema Totalitario”. Seuil, Points, 1972, Pág. 227

10. R. Antelme: La especie humana. Ed. Trilce, 1996 Montevideo, Uruguay. Edition Gallimard, Paris, 1957.

su testimonio candente, antes de que la curación o la muerte lo distancien de la inmediatez de la experiencia vivida.

Y necesita -como condición imprescindible- el no estar solo sino acompañado y escuchado por “los demás”. La presencia del testigo es una pieza necesaria en el escenario para acortar la distancia entre indemnes y afectados. No se olvide -dice Antelme en “Los principios en examen”- que la historia de cada quién se teje con la necesidad de ser reconocidos ilimitadamente. La amistad designa esta capacidad de reconocimiento, Cuando esta falta nos volvemos bestias y nos devoramos”.

En el reverso y creando un oxímoron, Walter Benjamin había comprendido que los soldados volvían mudos de las trincheras de Verdún, incapaces de articular la experiencia horrorosa con relatos expresivos. En otro pasaje de su obra escribe que la “desaparición de la comunidad de oyentes” es una causa prínceps del malestar en la modernidad.

La crisis del relato -reemplazado hoy por el celular y la computadora- colocan a “los demás” en un lugar más distante y ajeno. Hoy vivimos tiempos de la cultura de la imagen y de lo efímero. Hoy en la televisión acogemos la tragedia con un bostezo.

El grito incontenible o el silencio por la sideración del sujeto hablante, parecen ser para estos autores los únicos desenlaces posibles de la experiencia del terror.

Escapando a estas soluciones extremas, Jorge Semprún dilata cuatro décadas la redacción de “La escritura o la vida”, lo mismo que Paul Steinberg, que escribe seis décadas más tarde su único libro “Croniques d’ ailleurs” que puede traducirse como Crónicas del Más allá.

Janine Altounian y tantos otros que no recuerdo testimonian desde las generaciones siguientes. No se puede escribir poesía después de Auschwitz, clama Adorno en el debate de los historiadores alemanes de la Escuela de Frankfurt sobre el nazismo. Solo se puede escribir poesía para evocar el KZ replicó el Nobel de literatura Imre Kertész, un tiempo después.

Otra estrategia es testimoniar recurriendo a la ficción realista como lo hace Philippe Claudel en “El informe de Brodeck” o la periodista, también Nobel 2015, Svetlana Alexievich con “La guerra no tiene rostro de mujer” y “Últimos testigos”.

*

*El negro es el miedo que el blanco tiene de sí mismo.**Octave Mannoni*

Todos tenemos un núcleo racista, una tendencia a repudiar la alteridad.

Desde Michel de Montaigne hace siglos, a Jean. P. Clastres, Cornelius Castoriadis o Manuel Castells, pasando por S. Freud, han señalado la tendencia de la mente humana a la veneración auto referencial, a tomar lo propio como bueno o excelso y lo ajeno, lo distinto, como inferior cuando no como infamante o abyecto. Esto es una constante histórica. El etnocentrismo que conduce a este abismo xenófobo, intolerante de la diferencia. Esta abyección por lo diferente y extraño habita de manera explícita (o callada y oculta), en el interior de cada uno de nosotros. No se trata de negar ni refutar la existencia universal de este núcleo xenófobo, sino que se trata de admitirlo y tramitarlo, procesarlo en algo distinto del odio al extranjero, a lo extranjero. No se trata de negarlo como repugnante (que lo es) sino de procesarlo, de transformar el impulso xenofóbico en algo distinto, de recorrer el largo y difícil camino de reconocimiento y legitimación de la alteridad. Al menos, de contener y frenar ese impulso, impedir sus pasajes al acto destructivo, de los cuales están frondosamente saturada la historia de los individuos y de la humanidad, dando lugar a la cara ominosa y sórdida de lo que llamamos proceso civilizatorio. “Viajo -decía Montesquieu en sus “Cartas Persas”- no solo para aprender muchas lenguas sino para hacer las paces con mi propia cultura”.

El verbo discriminar puede entonces celebrar la diversidad y apuntar a exaltar la fineza y riqueza del semiólogo (que realza la diversidad) como poner en relieve el odio del xenófobo, que la condena. La diversidad es la cualidad más humana del humano, dice Hannah Arendt, el hombre responde más a la contingencia o a la anomalía que a lo predecible. Las regularidades observables son promedios estadísticos que homogeneizan lo diverso. Diversidad que no se deja atrapar en una esencia homogénea (es riesgoso crear la prisión identitaria de una naturaleza humana). Tampoco es soportable diluirnos en lo amorfo de lo indeterminado. El único camino posible y divertido es entonces arriesgarse a asombrarse en los contrastes de la alteridad.

Es menester distinguir el testimonio abierto a la alteridad que hemos tratado hasta aquí, del testimonio liberticida del fanático. El fanático -dice Amoz Oz- solo sabe contar hasta uno; no conoce el dos, no tiene acceso a la otredad. Se cree un altruista que quiere salvar a la humanidad del pecado o del error, su grandeza oculta su fragilidad.

2. Os efeitos das catástrofes da humanidade e das situações cotidianas que violam e agridem a dignidade perpetuam-se através dos anos. Seria o testemunho um recurso possível para o rompimento de desdobramentos transgeracionais?

2. Los efectos de las catástrofes humanas y de las situaciones cotidianas que vulneran y atentan contra la dignidad se perpetúan a lo largo de los años. ¿Sería el testimonio un recurso para una posible quiebra de los desarrollos transgeneracionales?

Liana Albernaz de M. Bastos

Genivaldo Jesus dos Santos, preto, pobre, com diagnóstico de doença mental, foi assassinado por asfixia, em Sergipe, no dia 25 de maio de 2022, por policiais da Polícia Rodoviária Federal, no porta-malas de uma viatura policial transformada em câmara de gás. Os assassinos não se intimidaram por estarem sendo filmados. Cumpram ordens: as da necropolítica do atual governo.

As imagens filmadas, divulgadas pelos meios de comunicação, nos transformou a todos em testemunhas. Testemunhamos os gritos e as pernas de Genivaldo durante a tortura. Testemunhamos a retirada de seu corpo da viatura. Testemunhamos a impotência do sobrinho que assistiu à tortura e ao assassinato.

O horror deste crime e a frieza dos que o cometeram nos obrigam a pensar sobre o que sustenta esta e outras barbáries cometidas contra Genivaldos. Exercício penoso, mas necessário.

Não basta testemunhar. Nós, brancos, somos *testis*, mas não somos *superstes*. No caso de Genivaldo não há *superstes*. Ele não sobreviveu. Mas há muitos *superstes* na nossa população negra, cujos relatos nos impactam cotidianamente.

Esta violência racial institucionalizada tem muitas faces: das mais cruentas às mais sutis. Algumas matam, mas todas doem. O racismo estrutural sabe como atacar: pela desumanização dos negros produz feridas narcísicas que sangram todo o tempo. Como estancar o sangue?

Nos últimos governos democráticos, foram implantadas algumas políticas públicas reparatórias para a população negra, fruto de longa luta dos movimentos negros. Desde a derrubada por golpe parlamentar da presidente Dilma Rousseff e o grande retrocesso social subsequente, contudo, as múltiplas expressões do racismo voltaram a ganhar força, sustentadas nas falas e atos do atual governo. A volta à normalidade democrática faz-se urgente.

É preciso que o racismo estrutural seja denunciado e combatido. A denúncia e punição dos crimes raciais precisa ser bandeira de todos nós antirracistas. Se somos testemunhas, temos a obrigação ética de nos manifestarmos, de contar para os outros, de prestar testemunho, de quebrarmos o pacto narcísico da branquitude.

O reconhecimento da dor e do sofrimento que o racismo estrutural inflige é o primeiro passo que nos tira, a nós brancos, de um lugar de testemunha “neutra” – a que assiste de cima sem se sentir ameaçada – para a criação de espaços de restauração da dignidade e do respeito. Numa longa jornada, talvez possamos, todos juntos, começar a romper com o ciclo perverso do racismo transgeracional.

Marcelo N. Viñar

Depois de muito hesitar decidi responder a essa pergunta na primeira pessoa do singular, evocando lembranças infantis primárias – entre o pudor e o exibicionismo – tomando o risco de imprecisões entre o que elas encobrem e o que descobrem. Os começos são sempre turvos ou turbulentos; são percebidos na penumbra do amanhecer e não é fácil distinguir entre o acontecido e a alucinação. A visita à infância é inevitável para responder a esta pergunta.

Nasci em Paysandú (uma cidade interiorana com algumas dezenas de milhares de habitantes, cheia de sol e mansidão), contemporaneamente com os preparativos e a eclosão da Segunda Guerra Mundial; quer dizer, no momento de auge do Nazismo e do Fascismo que desencadearam a Shoá e o extermínio – primeiro artesanal e, logo, industrial – de todos os indesejáveis, em nome da superioridade racial. Nasci de um “ventre judeu” (para usar a nomenclatura da época) e de um pai ucraniano, que, sem ter lido Marx, pensava com contundência que as religiões eram o ópio dos povos.

O clima do meu lar de infância era habitualmente cordial e relaxado... com exceção de que, diariamente, depois do almoço, minha mãe nos impunha com severidade um silêncio sepulcral enquanto meu pai, com um charuto, como Churchill, sentava-se junto a um rádio do tamanho de um móvel, e suas feições se retesavam quando o locutor dizia: “Os alemães avançam, os aliados retrocedem”. Anos depois, a guerra mudava de curso e os traços de meu pai se distendiam quando o locutor comentava o avanço e o triunfo dos aliados.

Na praça principal de Paysandú, estava a imponente presença da Igreja Católica, a qual eu e outros amigos suspeitávamos ou “sabíamos” estar cheia de sacerdotes pedófilos, de padres homossexuais. Quando pequeno, uma senhora me perguntou em um grupo sobre a primeira comunhão e, quando minha

resposta foi negativa, ela reagiu, dizendo: “Pobrezinho, ele é como um animalzinho”, para meu espanto, embaraço e desconcerto. Isso em um país laico, que tem como selo a separação entre a Igreja e o Estado.

É claro que minha evocação não é, nem pretende ser, uma verdade histórica, mas sim o amálgama de tempos cronológico muito diversos, somando deslocamentos e condensações. Porém, é assim que se inscreve em minha raiz identitária, construindo meu romance familiar.

Como criança devo ter sofrido a alternância entre o relaxamento e o segredo encrespado, sustentado por uma gestualidade tensa e um silêncio lúgubre. Mais tarde pude entender que a guerra e o genocídio eram uma das causas do mistério, e substituir o meu pensamento animista por outro mais racional. Essa ambiguidade – uma fala na transparência do afeto e outra fala com a suspeita do mistério – me parece ser uma das causas de minha escolha vocacional como psicanalista.

Como se adquire esse “conhecimento” que vai além das pautas comuns da educação e que diz respeito, sobretudo, à sexualidade e à morte?

Outra crença difundida na época era a de que “as crianças nos olham, mas não entendem”, e que “quando os adultos falam, as crianças se calam”. Hoje é o contrário. É fácil refutar essas evidências e desdenhar de sua falsidade, mas ainda é preciso discernir de que maneira a geração de adultos pode falar com as crianças sobre os horrores do mundo. Terores que não são somente os da sexualidade (Laplanche pensa, com razão, que o reconhecimento da sexualidade infantil é uma das principais contribuições da Psicanálise à cultura do século XX). Porém, se a demonização da sexualidade está parcialmente superada, ao menos no Ocidente, cabe pensar como estabelecer a transmissão intergeracional de outras violências, como a guerra, o genocídio, a tortura, a pleonexia¹¹. Não proponho sociologizar a Psicanálise, mas permitir momentos de abertura diante do poder de atração da intimidade.

Nessa pergunta, é preciso fazer a distinção entre um saber que é sempre aproximativo e insuficiente, em que a insatisfação é a locomotiva que impulsiona a expansão do pensamento crítico, e a transmissão do terror e do abjeto que paralisam este pensamento.

*

11. Do grego πλεονεξία, ganância, avareza [N.T.].

Fronteiras do território freudiano

José Bleger (2002) foi um pioneiro em seu memorável texto sobre “O enquadre psicanalítico”, trazendo à luz a noção de garantias metassociais como a necessidade de um não processo que possibilite e abrigue a dinâmica do processo terapêutico. Hoje, a falta de garantias metassociais firmes se define como declínio dos discursos normativos, porque os antigos tornaram-se obsoletos e os novos não têm ainda a consistência devida. Falamos de modernidade líquida. Por conseguinte, cada sujeito deve criar os ideais com que se identifique ou contra os quais possa rebelar-se.

Tudo isso importa, se considerarmos que o cenário cultural e a história contemporânea constituem uma moldura em que o processo analítico se inscreve.

Considerar a intimidade e os conflitos internos como o território exclusivo ou incluir a moldura sociocultural de um mundo que se modifica com rapidez inaudita é um divisor de águas que separa os enfoques possíveis dos praticantes do campo freudiano. É preciso, portanto, fazer uma digressão para desenvolver o que entendo por garantias metassociais.

O freudismo, nascido no âmbito médico de sua época como prolongamento da psiquiatria, e em seguida rompendo com ela, transbordou os limites da psicopatologia e incluiu o mal-estar na cultura como causa de sofrimento.

Hoje em dia, a crise da narrativa e sua substituição pelo entretenimento audiovisual efêmero me parecem um modo de assinalar a crise atual nos processos de subjetivação, e, quem sabe, seu empobrecimento.

Fatores múltiplos e heterogêneos determinam que a família atual seja constituída por arestas diferentes daquelas de nossa infância. Desde a emancipação da mulher e seu acesso à igualdade de direitos e de oportunidades, depois de milênios de hegemonia androcêntrica, até a revolução digital e suas três máquinas emblemáticas (TV, computador, celular), têm se modificado os códigos de normalidade e transgressão, de ócio e de trabalho, conferindo ao nosso século o enquadre de uma matriz de identificação diferente.

O lugar do consumo e das drogas, o da parentalidade e suas normas desagradáveis ou inexistentes, são temas inéditos a serem explorados com mais insistência.

As mudanças são vertiginosas com relação aos critérios tradicionais. No declínio dos discursos normativos, as noções de progresso ou degradação não são fáceis de discernir. A lentidão da proposta freudiana pode ser uma conquista inalcançável. A moda parece mais disposta a explorar a diversidade exótica do desejo do que explorar os limites e as proibições que ficam de fora do menu da escuta analítica. O presente brilhante e exuberante substitui o equilíbrio que

se buscava na modernidade sólida entre tempos transitivos e pausas reflexivas. Nos tempos atuais, não sei o que quero, mas o quero agora, intenso e disponível... se o prazer disponível não é o suficiente, recorro às drogas ou outras toxicomantias, para que a insatisfação recree o desejo. O longo prazo é um privilégio de poucos e modifica o romance familiar.

Não se pode ser analista somente com o respaldo de autores e teorias da modernidade sólida. É mister explorar terras incógnitas como fez o fundador em seu tempo. Se queres possuir o amanhã – diz um provérbio zulu – debes correr para alcançá-lo. Eu já estou velho para isso.

Idioma original

Después de mucho vacilar decidí responder a esta pregunta en primera persona del singular, evocando tempranos recuerdos infantiles -entre recato y exhibicionismo- tomando el riesgo de imprecisiones entre lo que encubren y lo que descubren. Los comienzos son siempre borrosos o turbulentos; se perciben en la penumbra del amanecer y no es fácil distinguir entre lo acontecido y la alucinación. La visita a la infancia es ineludible para responder a esta pregunta.

Nací en Paysandú (una ciudad pueblerina de algunas decenas de miles de habitantes, colmada de sol y mansedumbre), contemporáneamente con los preparativos y el estallido de la Segunda Guerra Mundial; esto es, en el momento cumbre del Nazismo y del Fascismo que desataron la Shoah y el exterminio -primero artesanal y luego, industrial- de todos los indeseables, en nombre de la superioridad racial. Nací de un ‘vientre judío’ (para usar la nomenclatura de la época) y de un padre ucraniano, que sin haber leído a Marx pensaba con contundencia que las religiones eran el opio de los pueblos.

El clima en mi hogar de infancia era habitualmente cordial y distendido... salvo que diariamente, enseguida del almuerzo, mi madre nos imponía con severidad un silencio sepulcral mientras mi padre, con un toscano como Churchill, se sentaba junto a una radio del tamaño de un mueble y sus facciones se tensaban cuando el locutor decía: “Los alemanes avanzan, los aliados retroceden”. Años después la guerra cambiaba su curso y los rasgos de mi padre se distendían cuando el locutor comentaba el avance y triunfo de los aliados.

En la plaza principal de Paysandú estaba la imponente presencia de la Iglesia Católica en la que yo y otros amigos sospechábamos o “sabíamos” que

estaba llena de sacerdotes pedófilos, los curas bufarrones. Siendo niño pequeño una señora me interrogó en un grupo sobre la primera comunión y cuando mi respuesta fue negativa, ella reaccionó diciendo “Pobrecito, él es como un animalito”, para mi susto, bochorno y desconcierto. Esto, en un país laico, que tiene como sello singular la separación de la Iglesia del Estado.

Por cierto que mi evocación no pretende ni se sostiene como verdad histórica y es la amalgama de tiempos cronológicos muy diversos, sumando desplazamientos y condensaciones. Pero es así que se inscribe en mi raíz identitaria, construyendo mi novela familiar.

Como niño debo haber sufrido la alternancia entre la distensión y el secreto crispado, sostenido por una gestualidad tensa y un silencio lúgubre. Más tarde pude entender que la guerra y el genocidio eran una de las causas del misterio y sustituir mi pensamiento animista por otro más racional. Esta doble consecuencia de un hablar en la transparencia del afecto y otro hablar con la sospecha del misterio me parece una de las causas de mi elección vocacional como psicoanalista.

¿Cómo se adquiere este ‘conocimiento’ que va más allá de las pautas ordinarias de la educación y que concierne, sobre todo, a la sexualidad y la muerte?

Otra creencia difundida en la época era la de que “los niños nos miran, pero no entienden y que cuando los adultos hablan, los niños se callan”. Hoy es al revés. Es simple refutar burlescamente estas evidencias y desdeñar su falsedad, pero queda incólume el discernir cómo la generación de adultos puede hablar con los niños sobre los horrores del mundo. Terrores que no son solamente los de la sexualidad (Laplanche piensa con razón que el reconocimiento de la sexualidad infantil es uno de los principales aportes del Psicoanálisis a la cultura del siglo XX). Pero si la demonización de la sexualidad está parcialmente superada, al menos en Occidente, cabe pensar cómo establecer la transmisión intergeneracional de otras violencias, como la guerra, el genocidio, la tortura, la pleonésia. No propongo sociologizar el Psicoanálisis sino habilitar momentos de apertura frente al imán poderoso de lo íntimo.

En esta pregunta es menester distinguir un saber que es siempre aproximativo e insuficiente, donde la insatisfacción es la locomotora que impulsa la expansión del pensamiento crítico; de la transmisión del terror y de lo abyecto que paralizan este pensamiento.

*

Fronteras del territorio freudiano

José Bleger fue un pionero con su memorable texto sobre “El encuadre psicoanalítico”, trayendo a luz la noción de garantes metasociales como la necesidad de un no-proceso que posibilite y albergue la dinámica del proceso terapéutico. Hoy, la ausencia de firmes garantes metasociales se nombran como declive de los discursos normativos porque los antiguos han perimido y los nuevos no tienen aún la consistencia debida. Hablamos de modernidad líquida. De consiguiente, cada sujeto debe crear los ideales con que identificarse o contra los cuales pueda rebelarse.

Todo esto importa si consideramos que el escenario cultural y la historia contemporánea constituyen un marco donde el proceso analítico se inscribe.

Considerar la intimidad y los conflictos internos como el territorio exclusivo o incluir el marco sociocultural de un mundo que cambia con rapidez inaudita, es un parteaguas que divide los enfoques posibles de los practicantes del campo freudiano. Resulta necesario hacer un rodeo para desarrollar qué es lo que entiendo por garantes meta sociales.

El Freudismo, nacido en el ámbito médico de una época como prolongación y luego en ruptura con la psiquiatría, desbordó los límites de la psicopatología e incluyó el malestar en la cultura como causa de sufrimiento.

Hoy día la crisis del relato y su reemplazo por el audiovisual de entretenimiento efímero me parece un modo de señalar la crisis actual en los procesos de subjetivación, quizás su empobrecimiento.

Factores múltiples y heterogéneos determinan que la familia actual esté constituida por aristas diferentes a las de nuestra infancia. Desde la emancipación de la mujer y su acceso a la igualdad de derechos y oportunidades luego de milenios de hegemonía androcéntrica, hasta la revolución digital y sus tres máquinas emblemáticas (TV, computadora, celular) cambian los códigos de normalidad y transgresión, de ocio y trabajo, y proveen en nuestro siglo el marco de una matriz identificatoria diferente.

El lugar del consumo y el de las drogas, el de la parentalidad y sus normas displacenteras o inexistentes son temas inéditos a explorar con mayor insistencia.

Los cambios son vertiginosos respecto a los criterios tradicionales. En el declive de los discursos normativos, las nociones de progreso o degradación no son fáciles de discernir. La lentitud de la propuesta freudiana puede ser un logro inalcanzable. La moda parece más disponible para explorar la diversidad exótica del deseo, que para explorar los límites y las prohibiciones que quedan fuera del menú de la escucha analítica. El presente candente y exuberante re-

emplaza el equilibrio que se buscaba en la modernidad sólida entre tiempos transitivos y pausas reflexivas. En los tiempos actuales no sé lo que quiero, pero lo quiero ya, intenso y disponible... si el placer disponible no alcanza -para que la insatisfacción relance el deseo- acudo a las drogas u otras toxicomanías. El largoplacismo es un privilegio de pocos y modifica la novela familiar.

No se puede ser analista con el solo respaldo de autores y teorías de la modernidad sólida. Es menester explorar tierras ignotas como hizo el fundador en su tiempo. Si quieres poseer el mañana -dice un proverbio zulú- debes correr para alcanzarlo. Yo ya estoy viejo para eso.

3. Como se pode pensar a relação entre testemunho e transmissão da psicanálise?

3. ¿Cómo pensar la relación entre testimonio y la transmisión del psicoanálisis?

Liana Albernaz de M. Bastos

O testemunho de Freud é a pedra fundadora da psicanálise. Sem seus escritos, sem a sua necessidade de contar aos outros e de fazê-los participantes, a psicanálise não teria nascido. A psicanálise não é disciplina que se aprende na escola (daí o absurdo de “faculdades de psicanálise”). Como então se dá sua transmissão?

Diz Birman (1996, p. 85): “Como a psicanálise não se ensina, o escrito psicanalítico deve cumprir a função paradigmática de sua transmissão. Transmissão que implica em filiação, pela autoridade simbólica que assume qualquer um que corre o risco de articular pela escritura a singularidade de sua descoberta do inconsciente e da incidência desta na leitura do discurso psicanalítico”.

A transmissão não é uma repetição do mesmo. Esta seria esterilizante e aprisionadora. O testemunho na transmissão serve para “enganchar”, pela mobilização de conteúdos inconscientes, aquele que, entrando na cena, por ela se deixa levar, imprimindo sua singularidade ao transmitido.

Marcelo N. Viñar

A transmissão não é informar a alguém acerca de algo que não sabia antes, mas de fazer daquele alguém que antes não existia.

Na resposta à pergunta 2 arrisquei – ainda que de modo telegráfico e caricatural – tornar manifesto o intervalo ou a distância que existe entre o pensamento lógico já domesticado e os resquícios ou fragmentos dos tempos primitivos da mente, que com intensidade desmesurada irrompem na transferência

que a associação livre promove, se lhe são dados o tempo e o espaço suficientes. Não se trata apenas da infância vivida e registrada pela memória pessoal e familiar. O romance familiar do neurótico inclui a infância temida e a sonhada, a que se registra de modo fragmentário no diálogo com o travesseiro.

Também não são o mesmo o diálogo amistoso – que visa o entendimento e a cordialidade – e o diálogo analítico – que busca as discontinuidades e as fraturas da cadeia (do) significante (a destruição de Jean Laplanche) –, em que o absurdo e o insignificante podem tornar-se fonte de angústia em suas verdades e suas ficções, encurralando-nos no assédio revisitado do romance familiar.

Lentamente, a megalópole e a vertigem civilizatória nos empurram para um presente superaquecido em que a regressão a tempos pregressos se vê obstaculizada. Porém, a inquietude dos consumos peremptório de drogas e o terror ao narcotráfico e à delinquência veiculam ansiedades primitivas.

Idioma original

La transmisión no es informar a alguien de algo que antes no sabía, sino hacer de él alguien que antes no existía.

En la respuesta a la pregunta 2 arriesgué -aunque de modo telegráfico y caricatural- poner de manifiesto el intervalo o la distancia que existe entre el pensamiento lógico ya domesticado y los restos o fragmentos de los tiempos primitivos de la mente que con intensidad desmesurada irrumpen en la transferencia que promueve la asociación libre, si se le da el tiempo y el espacio suficiente. No se trata solo de la infancia vivida y registrada por la memoria personal y familiar. La novela familiar del neurótico incluye la infancia temida y la soñada, la que se registra de modo fragmentario en el diálogo con la almohada.

Tampoco es lo mismo el diálogo amistoso que apunta al entendimiento y la cordialidad, que el diálogo analítico que busca las discontinuidades y fraturas de la cadena significante (la detraducción de Jean Laplanche), donde lo absurdo y lo insignificante puede volverse angustiante en sus verdades y sus ficciones, acorralándonos en el asedio revisitado de la novela familiar.

Lamentablemente la megalópolis y el vértigo civilizatorio nos empujan a un presente sobrecalentado donde la regresión a tiempos precursores se ve obstaculizada. Pero la inquietud de los consumos perentorios de drogas y el terror al narcotráfico y a la delincuencia vehiculizan ansiedades primitivas.

4. Da sua história na psicanálise, qual testemunho você gostaria de oferecer para as gerações futuras?

4. ¿A partir de su trayectoria en el Psicoanálisis, ¿qué testimonio le gustaría ofrecer a las generaciones futuras?

Carlos Alberto Plastino

Peço licença, no início de minhas respostas à questão posta pelas editoras, para esclarecer que, por motivos vinculados à exposição de minhas considerações e no intuito de evitar repetições, escolhi utilizar as perguntas como orientação, sem, no entanto, responder especificamente a cada uma delas.

A citação de Primo Levi reproduzida na primeira pergunta enviada pelos editores ilustra, creio, a necessidade sentida por aqueles que, tendo suportado o horror dos campos e do autoritarismo nazistas, precisaram testemunhar sua humanidade, numa tentativa de reconstruir laços sociais e sentimentos humanos que a selvageria autoritária tentou apagar. É impossível para mim, ao evocar essas terríveis experiências, não pensar no tempo presente e na maneira cada vez mais explícita como as normas mais elementares do convívio democrático são hoje atacadas no Brasil.

Após pouco mais de três décadas de recuperação da democracia, mesmo com todas as suas limitações, importantes, embora totalmente insuficientes, progressos foram obtidos. Embora largamente insuficientes para saldar a gigantesca dívida social acumulada ao longo da nossa história, o desenvolvimento de políticas sociais de atendimento das mais prementes necessidades populares foi considerado intolerável pelos donos do poder econômico, como é sabido muito concentrado no Brasil, levando à suspensão do processo democrático, através do que foi denominado pela teoria política de “guerra jurídica”, consistente na ação articulada da justiça e dos meios de comunicação, de maneira a retirar de cena a possibilidade de afirmação dos interesses populares, abrindo caminho para o reestabelecimento do autoritarismo.

O contexto de implantação desse modelo autoritário excludente ensejou a hegemonia, apresentada como inquestionável, da ideia de um individualismo radical, desdobrado numa concepção de liberdade ilimitada. Esta afirmação de individualismo radical foi acompanhada pela generalização de relações sociais e de trabalho predatórias, acarretando acréscimo significativo da exploração social. A perda de direitos trabalhistas individuais e coletivos, duramente conquistados através de décadas, resultou no que veio a ser designado

como “uberização” do trabalho, constituído pela desproteção do trabalhador, o aumento de sua exploração e o triste consolo de constituir, cada indivíduo, um “empreendedor autônomo”.

O abandono das políticas de saúde e educação, e, em geral, das políticas sociais, tornou evidente o abandono de qualquer projeto que pensasse no coletivo social. A evidência incontestável dos efeitos predatórios dessas políticas nos exime aqui de maiores comentários. Convém, entretanto, lançar luz sobre um aspecto importante desse processo: a “naturalização” de uma concepção segundo a qual a competição entre indivíduos, exclusivamente motivados pelos seus interesses sociais, constitui o cerne dos relacionamentos sociais.

Esta crença e suas nefastas consequências provocaram, em grandes contingentes humanos, fortes sentimentos de solidão e desemparo. Assim, é importante enfatizar que, para além do desastre econômico e social por ele provocado, a hegemonia do individualismo radical constitui um importante fator para a disseminação do mal-estar perceptível hoje na vida social. Este mal-estar assinala, creio, a radical contradição existente entre essa concepção do indivíduo e das relações sociais e as necessidades emocionais e materiais dos seres humanos.

Possuímos, na teoria psicanalítica, um poderoso instrumental teórico, produzido pela denominada “psicanálise heterodoxa”, para pensar mais profundamente esta questão. Com efeito, como demonstra a teoria do desenvolvimento emocional primitivo, o desenvolvimento emocional humano constitui não algo que acontece com um indivíduo, mas um complexo e rico processo de *individuação*. E que, neste processo, o outro que acolhe, num ambiente caracterizado pela amorosidade e a proteção, constitui uma condição indispensável para um processo de individuação sadio, capaz de tornar possível, a quem dele se beneficia, o desenvolvimento de suas singularidades e potencialidades. A participação do outro para a vida humana é imprescindível, não apenas nos períodos iniciais, mas ao longo de toda a vida.

Somos *constitutivamente sociais*, o que significa que precisamos desenvolver relações cooperativas, que respeitem as diferenças, consolidem laços de solidariedade e levem a compartilhar objetivos coletivos. Só assim será possível enfrentar os desafios a nossa sobrevivência que se apresentam hoje: a mudança radical de nossas relações com a natureza, o restabelecimento da solidariedade e dos interesses coletivos como cerne das políticas públicas e da organização social e a superação da violência como modalidade de relacionamento político e social.

Este conjunto de valores configura uma ética, na qual o compartilhamento da vida, a liberdade e o reconhecimento do outro, se plasmam em práticas e

instituições sociais que configuram o *testemunho* de que outro mundo é possível, outro tipo de sociedade é possível. O fracasso social, econômico, político e ético das concepções neoliberais não impede que a ideologia que as sustenta, seu individualismo radical e sua concepção predatória das relações sociais, sejam ainda dominantes no discurso social e nos meios de comunicação de massas, tornando ainda mais urgente o *testemunho*, no debate e na expansão das práticas sociais diferentes, de que há alternativas para essa escolha, cujo desenlace tem o potencial de desenhar o futuro da humanidade.

O testemunho a que me refiro é a concretização em projetos sociais, políticas públicas, ideias e atitudes de uma ética digna da concepção que sustenta seu significado etimológico. A palavra ética, no original grego, significa morada, um lugar para se viver. Posso ter uma morada e ser reconhecido, me ligando por laços de solidariedade aos outros a quem eu reconheço e que também têm aí sua morada. Uma atitude ética é, assim, uma atitude fundada no reconhecimento do outro e de sua singularidade, uma atitude de aceitação do diferente e do novo.

Liana de M. Albernaz

Em meados de 1996, tomei conhecimento, através do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Psicanálise (RBP), do artigo de Jean-Claude Rolland (1986), “*Un homme torturé: Tito de Alencar*”, que atendera a frei Tito, em instituição psiquiátrica na França, dias antes de seu suicídio em 1974.

Frei Tito de Alencar Lima assumira a direção da Juventude Estudantil Católica em 1963. Mudou-se para São Paulo para estudar Filosofia na Universidade de São Paulo (USP). Em outubro de 1968, foi preso por participar do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP). Fichado pela polícia, tornou-se alvo de perseguição pela repressão militar.

Preso em novembro de 1969, em São Paulo, acusado de oferecer infraestrutura a Carlos Marighella, Tito foi barbaramente torturado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e na sede da Operação Bandeirantes (OBAN). Os torturadores queriam que Tito denunciasse quem o ajudara a conseguir o sítio de Ibiúna para o congresso da UNE e assinasse depoimento atestando que freis dominicanos haviam participado de assaltos a bancos.

Na prisão, escreveu sobre a sua tortura. O documento correu mundo e se transformou em símbolo da luta pelos direitos humanos. Em dezembro de 1970, incluído na lista de presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Bucher, sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Tito

foi banido do Brasil pelo governo Médici e seguiu para o Chile. Sob a ameaça de novamente ser preso, fugiu para a Itália. De Roma, foi para Paris, onde recebeu apoio dos dominicanos. Suicidou-se no dia 10 de agosto de 1974.

Em 1983, o corpo de Frei Tito chegou ao Brasil. Cercado por bispos e um numeroso grupo de sacerdotes, Dom Paulo Evaristo Arns repudiou a tragédia da tortura em missa de corpo presente, acompanhada por mais de 4 mil pessoas. A missa foi celebrada em trajes vermelhos, usados em celebrações de mártires (Instituto Vladimir Herzog, s.d.).

Vivi estes tempos. Suportar estas memórias é o que nos faz testemunhas. Assim, ao ler o artigo de Jean-Claude Rolland sobre frei Tito, fui tomada por uma profunda emoção que tinha um mais além: produziu-me uma experiência de inconsciente. Imediatamente, pronunciei-me, no Conselho Editorial da RBP, favoravelmente à publicação. Via nesta a possibilidade de promover a discussão de questões teóricas, políticas e éticas, sem as quais a psicanálise não sobrevive, tornando-se tão somente campo estéril de uma prática obsessiva ritualizada burocraticamente.

A RBP não publicou o artigo. Miguel Calmon, à época editor da *TRIEB*, resolveu publicá-lo em nossa revista (Rolland, 1998/1986) e me pediu que o comentasse. Assim pari, entre muitas dores, o texto “*Tortura nunca mais*” (Bastos, 1998). Alguns anos depois, recebemos Jean-Claude Rolland na SBPRJ e pude, emocionada, entregar-lhe este número da nossa revista.

Meu testemunho para as gerações futuras é um alerta. Dez anos após a redemocratização do país, em 1996, muitos psicanalistas consideravam “delicado” discutir a tortura que destruiu – e desde sempre foi prática corriqueira contra os “indesejáveis” nas ações policiais – aqueles que lutaram contra a ditadura. Sob o manto da “neutralidade” e do “sigilo profissional”, sabemos que instituições psicanalíticas protegeram um analista em formação, Amílcar Lobo, que participava das torturas e perseguiu analistas que denunciavam estas práticas criminosas, como Helena Besserman Vianna.

A impunidade dos crimes cometidos pelo Estado permitiu que as condutas delitivas se mantivessem. Pior: passaram a ser enaltecidas pelo governo fascista que ora temos. Vivemos no país hoje um momento de extrema tensão. Sabemos que as serpentes não voltarão aos seus ovos. Suas cabeças precisam ser esmagadas.

Por outro lado, alegro-me ao ver que a imensa maioria dos psicanalistas já não opta pelo silêncio. Alegro-me ao ver que ações reparatórias, como a instituição de cotas na SBPRJ, tenham sido efetivadas com aprovação unânime da

assembleia. Alegro-me com a participação de muitos de nós em ampliação da psicanálise para uma população excluída. Mas não relaxo. A democracia que desejamos – e que se prenuncia próxima – está em risco, sob ameaças de golpe. Experimentamos todos os efeitos perversos que regimes totalitários promovem nos sujeitos e na coletividade. A psicanálise não é imune a eles.

Os psicanalistas sabem que suas práticas clínicas precisam de suportes teóricos e que estes não podem prescindir da política e da ética. Disso dou testemunho.

Marcelo N. Viñar

Respostas fragmentadas:

Em um tempo de vertigem civilizatória, fazer previsões sobre o futuro, como veterano experiente, me parece uma postura errônea, senão arrogante. Gladys Franco, uma colega também mais velha, propôs em um trabalho recente que nosso ofício exige que sejamos analistas em formação *ad aeternum*.

Tomando como premissa a unidade da espécie humana, espécie sempre ameaçada por guerras e rivalidades decorrentes de diferenças econômicas, culturais e étnicas, penso que nós, os analistas que ontem, de hoje e de amanhã, devemos investigar recursos disponíveis para tolerar e legitimar a alteridade.

Mais do que oferecer uma resposta, trata-se de um convite: incluir no campo freudiano – no trabalho clínico e na reflexão teórica – as arestas mais salientes, mais violentas das expressões da intolerância que pululam no território sócio-político. Terreno de que somos – saibamo-lo ou não – cogestores e produto. Cumprir, assim, o que ilustra a fita de Moebios, reconhecendo que não há um Eu, senão um Nós concreto. A contaminação com o sócio-histórico é inevitável.

Convidá-los a explorar juntos os enigmas e as perplexidades com que nos assedia a destrutividade e a estupidez humanas e, quando possível, revisitar a infância fundadora onde convive (entre o silêncio e a estridência) nossa condição de sujeitos desejantes e inacabados. Aceitar a estrangeiridade do outro e de si mesmo, e fomentar a heterogeneidade dos encontros humanos e não somente uma exterioridade de pessoas iguais a si¹².

A peste de Tebas é consequência do parricídio e do incesto que Édipo leva a cabo, o que estabelece, na tragédia de Sófocles, a porosidade entre a experiência íntima do herói e a convivência cidadã. A relação entre indivíduo e sociedade não é binária, mas sim inclusiva.

12. "un afuera de gente como uno", no original [N.T.].

A humanidade levou muitos séculos para renunciar à confortável homogeneidade do *Adaequatio Res et intellectus*, que teríamos recebido por graça divina, e que promoveria a coincidência entre o mundo real e as verdades de nossa mente.

A passagem do binarismo homem/mulher vigente na sexualidade vitoriana para a atual diversidade LGBTQ+, celebrada como festa e progresso, oculta os enigmas e conflitos que qualquer sexualidade pode carregar como desafio a elaborar. Tornamo-nos ávidos consumidores de bem-estar, de novidade, de deleite, que destroem o tríptico de um tempo mental interiorizado, e, ao invés de um presente articulador de memórias e projetos, irrompe um presente escaldante e epilético. Não sei o que quero, mas o quero agora, com ou sem drogas.

Minha única certeza sobre o futuro é que não vou mais estar, mas sim meus filhos, netos e vocês. Assim, nasce a responsabilidade transgeracional que condena os excessos de um consumo que é uma violência que destrói o planeta. Creio que a preocupação ecológica não pode ser eliminada, e é um capítulo a ser acrescentado ao menu de trabalho clínico. A história objetiva não coincide com o romance familiar do neurótico. Tampouco é com ele incompatível, e cruzar pontes entre ambos é um intercâmbio que enriquece. Ou, como disse Pontalis em uma epígrafe do *Caliban*: “o insistente desejo de fazer falar o *In-fans*”. Nossa secreta afasia.

Há mais de uma década a instituição analítica a que pertenço, APU, abre-se à interdisciplinaridade, convocando campos afins: educação, história contemporânea, ciências políticas, literatura; assim, criam-se situações onde se aspiram a outros olhares que abordem e trabalhem os enigmas da condição humana, as mudanças na cultura e na organização da sociedade. Este itinerário entre psicanálise e..., tem sido enriquecedor e estimulante para nosso enfoque da psicogênese, que a descoberta freudiana privilegiou. Nos paradigmas da modernidade sólida, cada disciplina deveria definir seu objeto e seu método, e com esse território estudar regularidades observáveis, causalidades e predições. A psicanálise privilegiava a singularidade do indivíduo, as ciências sociais exploravam os fenômenos sociais coletivos, as consequências de se viver junto.

O enfoque insular mostrou seus êxitos e insuficiências; felizmente, prescreveu a falácia do homem isolado – o interior (endógeno) e o social (exógeno) como campos heterogêneos. O par natureza/cultura é indissociável na condição humana e coextensivo à sua condição de falante.

Idioma original

Respuestas fragmentadas:

En un tiempo de vértigo civilizatorio, predicar sobre el futuro como veterano experimentado me parece una postura errónea sino arrogante. Gladys Franco, una colega también veterana, propuso en un trabajo reciente que nuestro oficio nos exige ser a perpetuidad analistas en formación.

Tomando como premisa la unidad de la especie humana, especie siempre amenazada por guerras y rivalidades por diferencias económicas, culturales, étnicas, pienso que los analistas de ayer, de hoy y de mañana debemos hurgar recursos disponibles para tolerar y legitimar la alteridad.

Más que ofrecer una respuesta se trata de una invitación: la de incluir en el campo freudiano -en el trabajo clínico y en la reflexión teórica- las aristas más salientes, más violentas de las expresiones de la intolerancia que pululan en el territorio sociopolítico. Terreno en el que somos -lo separamos o no- cogestores y producto. Cumplir así lo que ilustra la cinta de Moebius reconociendo que no hay un Yo sin un Nosotros concreto. La contaminación con lo sociohistórico es ineludible.

Invitarlos a explorar juntos los enigmas y perplejidades con que nos asedia la destructividad y la estupidez humana y cuando es posible asomarse a la infancia fundadora donde conviven (entre el silencio y la estridencia) nuestra condición de sujetos anhelantes e inconclusos. Aceptar la extranjería del otro y de sí mismo y fomentar la heterogeneidad de los encuentros humanos y no solamente un afuera de gente como uno.

La peste en Tebas es consecuencia del parricidio e incesto que Edipo lleva a cabo, lo que establece en la Tragedia de Sófocles la porosidad entre la experiencia íntima del héroe y la convivencia ciudadana. La relación entre individuo y sociedad no es binaria sino incluyente.

Le costó muchos siglos a la humanidad renunciar a la cómoda homogeneidad del *Adaequatio Res et intellectus* que habríamos recibido por gracia divina para promover la coincidencia entre el mundo real y las verdades de nuestra mente.

El pasaje del binarismo hombre/mujer vigente en la sexualidad victoriana a la diversidad actual LGBTQ+ celebrada como fiesta y progreso, oculta los enigmas y conflictos que cualquier sexualidad puede conllevar como desafío a tramitar. Ávidos consumidores de bienestar, de novedad, de deleite, que desmorona el tríptico de un tiempo mental interiorizado y en vez de un presente ar-

ticulador de memorias y proyectos irrumpe un presente candente y epiléptico. No sé lo que quiero, pero lo quiero ya, con o sin drogas.

Mi única certeza sobre el futuro es que no voy a estar, pero sí mis hijos, nietos y ustedes. Así nace la responsabilidad transgeneracional que condena los excesos de un consumo que es una violencia que destruye al planeta. Creo que la preocupación ecológica no puede ser eliminada y es un capítulo por agregar al menú del trabajo clínico. La historia objetiva no es coincidente con la novela familiar del neurótico. Tampoco es incompatible y cruzar puentes entre ambas es un intercambio que enriquece. O como dice Pontalis en un epígrafe del Caliban: “el insistente deseo de hacer hablar lo Infans”. Nuestra secreta afasia.

Desde hace más de una década la institución analítica a la que pertenezco, APU, se abre a la interdisciplina convocando campos afines: educación, historia contemporánea, politología, literatura; así se crean eventos donde se aspiran otras miradas que abordan y trabajan los enigmas de la condición humana, los cambios en la cultura y la organización de la sociedad. Este itinerario entre psicoanálisis y . . . , ha sido enriquecedor y estimulante para nuestro enfoque de la psicogénesis que privilegia el descubrimiento freudiano. En los paradigmas de la modernidad sólida cada disciplina debería de definir su objeto y su método y en ese territorio estudiar regularidades observables, causalidades y predicciones. El psicoanálisis privilegiaba la singularidad del individuo, las ciencias sociales exploraban los fenómenos sociales colectivos, las consecuencias de vivir juntos.

El enfoque insular mostró sus logros e insuficiencias; felizmente, ha perimido la falacia del hombre aislado -lo interior (endógeno), lo social (exógeno)- como campos heterogéneos. El par naturaleza/cultura es indisociable en la condición humana y coextensiva a su condición de hablante.

Referências

- Antelme, R. (1957/1996) *La especie humana.*, Montevideo: Ed. Trilce.
- Arendt, H. (1989) *Origens do totalitarismo.* Trad. R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bastos, L. A. M. (1998). Tortura nunca mais. *TRIEB*, 6: 165-173.
- Benjamin, W (1987). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.* Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Birman, J. (1996). A escritura nos destinos da psicanálise. In J. Birman, *Por uma estilística da existência.* São Paulo: Editora 34.

- Bleger, José (set. 2002). Psicanálise do enquadre psicanalítico. *Revista FEPAL*, pp.103-113.
- Ferenczi, S. (1992). Reflexões sobre o trauma. In S. Ferenczi, *Obras completas: psicanálise 4*. Rio de Janeiro: Martins Fontes. (Original publicado em 1934.)
- Gondar, J. & Antonello, D. F. (2016). O analista como testemunha. *Psicologia USP*, 27(1): 16-23. doi: 10.1590/0103-6564D20150010.
- Instituto Vladimir Herzog (s.d.). Frei Tito de Alencar Lima. *Memórias da ditadura*. Recuperado de <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/frei-tito-de-alencar-lima/>
- Levi, P (1988). É isto um homem? Trad. L. D. Re. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rolland, J.-C. (1986). Un homme torturé: Tito de Alencar. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 33: 223-234.
- Rolland, J.-C. (1998). Um homem torturado: Tito de Alencar. *TRIEB*, 6: 151-162. (Original publicado em 1986).
- Vernant, Jean Pierre (2004). Penser la diferencia. *La traversée des frontieres*. Librairie Siglo XXI, Ed. SEUIL, Paris.
-

Tradução de Tomás Brena Sertã

tomas.serta@gmail.com

Carlos Alberto Plastino

caplastino@gmail.com

Liana Albernaz de M. Bastos

lianaambastos@gmail.com

Marcelo N. Viñar

marvin@belvil.net

Convidado

Ser contemporâneo em *Totem e tabu*: Testemunhos.¹

Miguel Sayad²

Este trabalho foi escrito e apresentado há quase dez anos atrás. No 24º Congresso Brasileiro de Psicanálise, em setembro de 2013, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Apresento-o aqui como testemunho, e talvez como uma memória do futuro: onde estamos agora, mas virou presente e estamos construindo novas memórias do futuro.

O testemunho como um dever e um instrumento do método psicanalítico foi entranhado na minha prática clínica teórica através da leitura e meditação sobre os textos de Primo Levi.

Ao trabalho, acrescentei, depois de seu fim, duas pequenas complementações:

- Notas sobre os antecedentes do texto para o 24º Congresso Brasileiro de Psicanálise e uma proposta de ação humanizadora;
- Excessos e redundâncias necessárias. Hipótese de quadro clínico da transmissão transgeracional inconsciente do preconceito e violência social.

Desaprender a intolerância

A maioria, ou talvez toda, violência social é intimamente ligada à figura paterna, à imagem idealizada do pai primordial. No princípio era a violência e a incontinência do desejo sexual do macho.

1. Este trabalho, bem como a apresentação no Congresso, constituíram-se a partir da Dissertação de Mestrado para a Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa de Susana Rocha (2012): "*Pulsões de morte na arte contemporânea: notas sobre universos relevantes*" e do trabalho "*Uma contribuição psicanalítica face às ameaças à saúde das nações: desaprendendo a intolerância e o monoteísmo*" de Miguel Sayad (2009), apresentado no Fórum de Desenvolvimento das Sociedades Civas 2009 em Genebra, representando a IPA, durante a Conferência das Organizações Não Governamentais com Relação Consultiva com as Nações Unidas (CONGO).

2. Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ).

Um desafio para o nosso trabalho e futuro de nossos filhos e netos será desaprender a intolerância e aceitar a humanidade do diferente de nós e abdicar do prazer de matar e de fazer calar. Suportar cada vez mais a frustração e o mal-estar de ser civilizado e transformá-los em construções pacíficas e criativas para o convívio humano.

Entre 1939 e 1945, em consequência do projeto totalitário nazista e da reação a ele, 19 milhões de civis não combatentes foram assassinados. Dentre eles, seis milhões de judeus, no maior evento totalitário da história humana: um projeto de estado de eliminação de um povo.

Freud sugere que pensar é uma forma de ação.

Eu penso que a palavra falada publicamente é um instrumento de transformação pacífica, embora possa também ter o poder de despertar as forças mudas do mal.

A palavra falada: registro preferencialmente masculino e racional.

A ação sem palavras: ação transformadora, remete-nos para o poder afetivo, silencioso, da mulher. Mãe.

Introdução

O que importa não é a razão final, mas o poder de ação que a livre associação de palavras faladas ou imagens vistas podem despertar em nós, ao invés de uma impossível pureza de identidade ou uma verdade impossível.

Sinceramente escrevo/falo a partir de um mal-estar na psicanálise.

De onde advém tal mal-estar?

Eu venho já há algum tempo refletindo e escrevendo sobre a figura de pai e suas identificações e exemplos de conduta que são transmitidos inconscientemente de geração em geração.

Estou no limiar de passar para a indagação sobre a face materna do pai.

O lado feminino do pai. Haverá esta reflexão em *Totem e tabu*?

Acho que vem daí, parte do meu mal-estar. Mal-estar na cultura.

Por ainda estar no registro do pai onipotente, intolerante e ameaçador.

Assim, gostaria de introduzir como um movimento de transição para a face maternal do pai, o trabalho de Marina Abramovic, que pela ação e imagem, sem palavras, reflete e provoca nossa estabilidade e convicções.

Reconheço na interface da arte contemporânea e a psicanálise um espaço potencial de desenvolvimento da clínica psicanalítica, da ação da psicanálise no universo social pós-traumático e para a formação de psicanalistas.

É muito difícil começar começando logo.

Sentimos a necessidade de uma introdução. De alguma coisa, palavras que façam a transição para entrada em cena. A criação de um espaço transicional.

Corre-se risco: a palavra falada como testemunho.

Risco de ser calado pela força do pai, ou de seus dispositivos que fazem com que pareça natural a todos os de boa vontade, que devamos ser comedidos e adequados em acordo com os parâmetros do bom convívio em sociedade.

Mas também se pode correr riscos pelo testemunho em ação, muito mais radical que com palavras: na transmissão e no desafio de elaboração da experiência vivida. Vivida em imagens, na subjetividade silenciosa de cada um.

As palavras e os costumes podem ser muito provocantes se temos a atenção flutuando: vamos indo para o lado escuro dos lugares comuns: aqueles mais que ordenados por dispositivos que nos conduzem e nos enquadram em molduras bem estabelecidas: Ordenadas pelo pai. Ordens Religiosas. Ordem e Progresso. Nacionalismos. Pureza Racial.

Sabemos que a des/ordem (desconstruir a ordem) e o escuro são vias da psicanálise que levam inexoravelmente à desconstrução da figura paterna introjetada na infância.

Sou grato à Anette Blaya Luz por ter lido seu artigo no FEBRAPSI Notícias. Foi como um apoio para lançar-me a meu texto e, também, surpreendentemente, sou grato à Susana Rocha pela sua dissertação de mestrado na Universidade de Lisboa – Faculdade de Belas-Artes: “*Pulsões de morte na arte contemporânea – notas sobre universos relevantes*”. Susana é uma ex residente do EV – Espaço Vazio, projeto de residências criativas que coordeno há mais de 20 anos.

Lembre-mos que, no mito psicanalítico *Totem e tabu*, os jovens que se uniram para matarem o pai e depois devorá-lo, tiveram na sua origem o apoio maternal. Mamaram e foram cuidados. Tornaram-se fortes e confiantes. Desenvolveram uma imagem de desejo da mulher e por ela mataram.

É parte obscura e esquecida do mito.

Totem. Totem é pai. Pai é soberano. Pai é Deus. Deus Pai Todo Poderoso.

Totem e Tabu é coisa de homens com homens. A mulher lá, “naquela época”, é apenas objeto de posse e gozo. Sem presença ou fala, seja na Ágora como na Urbe. Grécia. Atenas.

Época?

“Uma época não é apenas uma questão de tempo, mas essencialmente um sentido do novo no eterno.” (Almada Negreiros)

E *Totem e tabu* é contemporâneo? Um eterno que se apresenta com um sentido novo na “nossa” época?

Totem e tabu não deve ser tomado como um cânone a ser mantido e confirmado e estudado apologeticamente, e sim ser pensado como uma revelação crítica de uma forma de organização primitiva e anacrônica para nela apoiarmos uma desconstrução necessária da figura de deus e pai na contemporaneidade.

Eu espero, não sei como, mas espero ser contemporâneo ao me deixar invadir pelo totem e tabu.

Decidi me deixar levar pelo escuro. Por premência e abuso do risco: sou psicanalista e estou entre psicanalistas.

O ambiente, assim como as tensões esquizoparanóides, são determinantes da constituição do sujeito e de suas possibilidades criativas. Um bebê nunca esteve apenas em si mesmo, sempre dele fez parte um ambiente, tal como antes a placenta e o circuito sanguíneo e os humores maternos.

Tirar proveito de um mau negócio, falar o que não se deve, faz parte de nosso ofício. E nós temos o mesmo. Facilita a liberdade de expressão. Sem tabus.

Mas mostrar, ver e olhar talvez seja mais radical e eficiente. Pré-verbal.

Sem a defesa das palavras. Mas, eficiente para quê?

Em *Totem e tabu*, uma obra de arte literária, o mito expressa uma concepção de transformação determinada, do meu ponto de vista, não pelo assassinato, mas pelo que se desenvolveu após.

Esses assassinatos eram comuns em muitos lugares sobre a terra. Fazia parte da época. Ao advento de uma nova seguiu-se à reação ao assassinato, constituindo-se então um período transicional simbólico entre a natureza e a cultura e que foi se estabelecendo gradualmente.

O surgimento da humanidade, a constituição da vida social, deu-se em função da reação ao assassinato cabalístico e esta reação é o sentimento de culpa, o esforço de reparação e o surgimento da arte = sublimação.

Rememoração, Reconhecimento e Reparação são as palavras chaves para um novo modo de relacionamento com os conflitos atuais entre nações e para pôr um fim na compulsão a repeti-los. Analogamente, estes três processos fundamentam a resolução de conflitos internos do indivíduo.

E a arte, particularmente a arte contemporânea, atuando diretamente na área da sensorialidade e do impacto direto, comove pelo testemunho e revelações por meio de ações e imagens.

É no limiar da humanidade que surgem as primeiras obras de arte.

“A arte acompanhou desde sempre, estas mudanças relativas ao modo de sentir a morte e viver o luto. A lenda do Nascimento da Pintura, de Plínio-o-Velho, nos conta como a pintura nasceu do ato enlutado de Dibutades, uma jovem de Corinto, que, perante a partida do seu amado traça a silhueta do mesmo a partir da sombra projetada num muro por uma lamparina” (Susana Rocha).

Ainda que ansioso, deixei a vida me levar, e quase não deu tempo para escrever. Pensei em falar no calor da hora: sem memória e sem desejo, ao sabor do espaço vazio e seu preenchimento possível no momento da apresentação, contando com vocês.

Porém, o medo do fracasso está sempre ao lado do homem de hoje em dia, e talvez do psicanalista em busca do sucesso, e do homem comum. Vivemos numa época de medo. Mas não foi sempre assim? Mas então nós não estávamos lá. Agora estamos.

Porém, se atermo-nos à clareza do já estabelecido, dos cânones reconhecidos, cujos dispositivos fazem parte da ordem social ou de classes definidas na sua linguagem e comportamento social, seja na academia ou nas ruas, o caminho do sucesso/progresso se faz muito mais complacente. Sente-se maior segurança quanto à aprovação social.

Porém, somos psicanalistas. Nossos caminhos são pouco claros, nossos sucessos duvidosos, e aos cânones contrapomos a evolução e afirmação das singularidades e subjetividades radicais dos sujeitos do futuro.

Ali onde estava (o) eu bem estabelecido, sujeito-me ao advento de mim e do outro do inconsciente. O resultado é inesperado. Cada sujeito é uma surpresa até para si mesmo. Testemunhamos isso no nosso dia a dia no encontro com os outros – o outro.

Vamos ao tabu e ao totem. Via palavras públicas e sem explicações. Via imagens sem palavras = a mulher.

A propósito do valor sublimatório e transformador da arte, lembro-me dos exemplos de Nan Golding e de Marina Abramovic e ainda de Louise Bourgeois e seus percursos: processos pessoais inicialmente muito agressivos e com conotações autodestrutivas – carregados de pulsão de morte – e que se tornam, na abertura para o outro através de performances públicas, processos transicionais para a própria organização pessoal e de valor transformador para as tensões sociais: pela exposição ao outro social, tornam-se processos sublimatórios do sadomasoquismo inerente ao ser humana, através do afeto, ações e comoção despertados no outro do público.

Passemos antes a uma anedota psicanalítica em que emerge súbito, quase como uma imagem forcluída, certamente dissociada, que confronta inesperadamente a diferença negada pelo tradicional apagamento do valor feminino nas relações entre homens de poder.

Lembre-mo-nos dos chistes e seu valor inestimável para a construção da teoria psicanalítica, especialmente em seu alcance nas relações sociais:

Um encontro formal em uma grande corretora de valores, entre um senhor respeitável, mais velho, e dois jovens machos experts em finanças e investimentos e uma jovem que levava seu cliente, o senhor, para o encontro.

Uma enorme e circunspecta sala. Os rapazes de terno e gravata. A moça bem elegante. Lucros à vista.

Pois bem, assim se expressavam os rapazes com total desinibição a respeito do mercado financeiro: “tudo estava do caralho!” ... determinado fundo de investimento “tem um gestor do caralho”, mas ninguém podia esperar “que o mercado descaralhasse tão de repente”. Tudo muito natural, linguagem comum até em frente de senhoras e avós. “nem se nota”. Aparentemente nada significava, mesmo para a moça ali presente, certamente submetida a uma recusa de seu próprio que não valoriza como ao próprio do homem.

A conversa segue seu rumo econômico-financeiro, até que o senhor, cliente da corretora, diz: “tudo bem, mas a mim interessa saber quando o mercado vai embocetar!”

Pronto! Foi como um baque!

A atmosfera leve, pesou, constrangimento geral.

A moça ruborizou.

O silêncio apresentou sua densidade reveladora.

Após a recuperação, lapso de tempo, retomou-se a conversa amigável.

Tabu: a palavra que ilumina, alavancando o genital feminino.

Se fosse usada a palavra babaca, que o avilta e diminui, nem um baque ocorreria. Faz parte do cânone. Da linguagem masculina.

Penso que trazer à cena e à linguagem a presença feminina, ali onde está negada, é um trabalho psicanalítico pela paz e tolerância, face às diferenças radicais entre uns e outros, e ainda pela maior eficácia dos processos psicanalíticos.

É o que estou introduzindo para mim mesmo, como recurso pouco explorado: a construção da presença feminina na desconstrução do terror que emana do pai. Do totem e do tabu.

Novidades num universo paranoide e fálico.



Essa performance de Marina Abramovic, que lhe valeu o Leão de Ouro em Veneza em 1997, revela o testemunho como presença amorosa, maternal, que cuida, descarna e afaga os corpos despedaçados. Despedaçados em nome de uma pureza narcísica: racial e religiosa e ideológica, perpetrada pelos novos deuses e heróis: os pais, filhos e maridos.

Com a mulher como figura central e heroica, é o testemunho da presença maternal em ação humanizadora e reparadora, independente de raça, cor, ideologia ou religião.

A dor da perda dando lugar à realização sublimatória, ao testemunho e à revelação.

Tem força ética e estética que rompe as resistências das boas consciências que se amortecem na beleza e na contemplação do que é agradável aos olhos e à boa consciência.

Como a psicanálise, é uma mãe que se debruça nos porões pulsionais do sadismo, com a hospitalidade necessária para que tamanhas e horríveis realizações pulsionais venham à luz da consciência.

Não racionalizada em pensamentos, mas com uma semântica que afrouxa, ou mesmo suspende, os elos do pensamento lógico, lançando-nos nas epifanias advindas dos choques sensoriais: emoções à flor da pele.

É na hospitalidade radical do psicanalista ao horror do outro que repousa a possibilidade de transformação alteritária do sujeito face aos prazeres da realização dos impulsos básicos primitivos.

Particularmente, nós, psicanalistas, não devemos, em função da ética do conhecimento que nos pauta em nosso ofício, fugirmos ao conhecimento e testemunho dos horrores e injustiças: parte inevitável de nossa bagagem humana, do nosso inconsciente reprimido e do isso: daquilo, que não se revela diretamente jamais.

Não é incomum que, como defesa psíquica e resistência ao conhecimento que nos implica como testemunhas, nos inclinemos ao não querer saber como forma de manutenção de nossa tranquilidade emocional. Sintoma mais que conhecido, e de difícil resolução, face ao ganho secundário que pode permitir, em nosso ofício cotidiano como psicanalistas.

Hannah Arendt sustenta que a banalidade do mal se apoia na incapacidade de pensar.

Pensemos nas origens literárias da figura do pai idealizado:

“Começa a conquista! ... Provoca-o à luta! A partir de hoje começo a espalhar o terror e o medo de ti em meio aos povos que existem sob o céu. Eles ouvirão a tua fama, tremerão de medo diante de ti e desfalecerão.” Dt 2,24.25

“Apossamo-nos então de todas as suas cidades e sacrificamos cada uma delas como anátema: homens, mulheres e crianças, sem deixar nenhum sobrevivente” Dt 2,34 (conquista do reino de Seon).

Pensemos neste exemplo.



Voltamos a isso. Isso o obscuro. O que não se menciona.

O pentagrama impronunciável: o nome de Deus. O Isso. O inconsciente radical.

Tenho tentado, sempre que abordo o tema da agressão e violência, seara privilegiada para a manifestação aberta da Pulsão de Morte, ir além da argumentação abstrata, e talvez metapsicológica, para considerar como a psicanálise poderia contribuir para a paz e tolerância entre os povos.

Uma das maneiras efetivas de a psicanálise contribuir para a paz e a diminuição da violência e intolerância, é o estudo e a desconstrução da figura do pai e de sua relação com a mulher e particularmente com os próprios filhos e com a sua comunidade.



O pai de terno, arma na mão. A mãe protege-se e afasta algo com que se confronta. Entre eles, de corpo inteiro, a filha, sem o recurso da eliminação dos intrusos, nem do afastamento do horror, viva e quase dançando, expõe o sangue derramado do interior de seu vestido negro, como um mágico que expõe, subitamente, um caudal inesperado de revelações, para uma plateia de ossos descarnados.

Palavras-Ação do Pai. O início Mítico.

“Eu passarei na terra do Egito, naquela noite
Eu ferirei todo primogênito do Egito
Do humano ao animal” Ex.12,12

“Este dia será para vós um memorial:
Vós o festejareis
Uma festa p/ Iawhe...
Regra de perenidade, vós o festejareis.” Ex 12,14

“E assim, à meia noite: Iawhe golpeia todo primogênito
Na terra do Egito
Desde o primogênito de Faraó,
Sentado em seu trono, até o primogênito do cativo,
Na casa do fosso
E todo primogênito de animal.” Ex. 12,29

“Não, não há nenhuma casa onde não havia um morto.” Ex. 12,30

Até hoje estes atos são reconhecidos como heroicos e comemorados em honra e gratidão a nosso Pai, a quem tomamos como exemplo e guia e ao qual procuramos nos submeter em obediência e adoração?!

Precisamos estudar a influência da cultura na transmissão inconsciente e na compulsão a repetir os fantasmas do imperativo paterno; e deste faz parte a compulsão agressiva/sádica contra a sexualidade feminina, atingida na carne, lá onde se faz radicalmente diferente e incompreensível aos homens: no órgão genital. Sendo anulado: cortada a carne e a palavra. Sem gozo no prazer do corpo nem no da palavra.

Desta desconstrução necessária das figuras míticas, religiosas e heroicas de um povo, determinadas pela idealização e projeção do pai violento e onipotente da infância, faz parte a construção da presença do feminino positivado. Presença que se debruça, cuida e revela os horrores perpetrados em nome do pai e da família.



**Notas sobre os antecedentes do texto
para o 24º Congresso Brasileiro de Psicanálise
e uma proposta de ação humanizadora:**

Na preparação desta minha apresentação, ainda estava sob o impacto da ida a Cabo Verde, e antes, a Maputo, onde me vi face a face com mitos poderosos que me acompanharam por toda infância:

A África negra e assustadora.

O mito da escuridão da razão e da impulsividade incontida dos negros africanos.

Mito determinado pelo preconceito, ideal de pureza e de superioridade racial, na visão eurocêntrica do mundo, apoiada e instrumentada no seu desejo de conquista e escravização de povos, apoiados na figura do Pai do Velho Testamento: O Pai Onipotente = Deus.

Projeção infame das barbaridades, perpetradas contra os pobres negros barbarizados, e justificadas pelo desejo do Pai Onipotente da Europa. E nós, as crianças do conhecimento, acreditávamos e temíamos os desumanizados e desalmados demônios negros de África.

Por outro lado, a Arte apresenta-se como um dos meios para aproximação de campos antagônicos e incomunicáveis.

A obra de Arte como fenômeno transicional, como objeto intermediário, tem grande potencial para a elaboração e sublimação de ansiedades esquizo-paranoides manifestas em conflitos sociais mudos e surdos e denegados. Arte como obra pública interferindo na dinâmica da cidade e de seus habitantes, criando ambientes e fenômenos transicionais.

A realização da obra, como uma escultura social, envolvendo diversos representantes antagônicos e de diferentes tendências religiosas e políticas, em convívio comunitário, construindo uma nova realidade – a obra e o próprio processo de sua construção – cria uma nova visão de mundo, advinda de um processo criativo compartilhado.

O exemplo paradigmático é a orquestra Divan, composta por jovens palestinos e israelenses, criada por Daniel Barenboim e Edward Said. Um judeu e um palestino.

Propostas

“No sera el paso decisivo para un artista el estar con frecuencia desorientado? No será el arte consecuencia de uma necesidad, hermosa y difícil, que nos conduce a tratar de hacer lo que no sabemos hacer?” (Eduardo Chillida)

Não poderia onde está artista e arte, estar psicanalista e psicanálise?

1 - Criação de uma representação de Psicanalistas das Comunidades de Países de Língua Portuguesa na IPA, ou em órgão a ser criado pelos países da CPLP, voltado especificamente para a promoção da paz em regiões pós-traumas extremados ou envolvidas em conflitos determinados pela intolerância.

2 - Introdução de conceitos psicanalíticos básicos e a teoria e a técnica da constituição do fenômeno transicional no trabalho de acompanhamento pós-traumas extremados para os alunos de faculdades de relações internacionais e de peacemakers em formação. Esta capacitação dar-se-ia através de cursos teóricos, como já experimentamos durante três anos nos ciclos de seminários e simpósios extracurriculares organizados na UCAM, Universidade Cândido Mendes, sob o título: “A visão psicanalítica dos conflitos internacionais”.

3 - Desenvolvimento de uma ação de campo integrada entre a psicanálise e os promotores profissionais da paz. A ação seria a constituição de um fenômeno transicional e o estabelecimento de um objeto transicional: uma obra de arte pública, de grande dimensão e impacto a ser desenvolvida na área intermediária entre os grupos em pré-conflito ou pós-conflito.

Excessos e redundâncias necessárias. Hipótese de quadro clínico da transmissão transgeracional inconsciente do preconceito e violência social

A psicanálise aplicada às origens míticas da violência, preconceito e intolerância na civilização ocidental.

Se nós formos capazes de discutir livremente o que vem sendo repetido em ações.

Se recobrarmos nossa memória verbal perdida, a qual está condensada em nossos mitos de origem e nos seus efeitos pós-traumáticos, nós seremos capazes de dissolver barreiras em nossa psique e contribuir para a abertura de uma discussão global, entre os homens de cultura e boa vontade, daquilo que até agora vem sendo mantido reprimido e dissociado e denegado em nosso psiquismo e ações.

Aplicar a psicanálise à nossa civilização contemporânea implica a análise do monoteísmo e dos mitos bíblicos.

Esses mitos foram incorporados muito facilmente, irrefletidamente, entre o povo comum, talvez como mais um dispositivo do poder estabelecido.

É muito facilmente esquecido que o nascimento de Deus, seu desenvolvimento, seu caráter, suas ideias e ações podem ser conhecidos e acompanhados da mesma forma que nós podemos interpretar qualquer personagem literário.

A prontidão para matar, a violência contra o outro – o estrangeiro, o diferente – e contra aquele que não se submete ao ideal paterno e, talvez mesmo a origem do Terror como um imperativo político é muito bem descrito na Bíblia, e pode ser interpretada e discutida a partir de um ponto de vista psicanalítico.

A transmissão transgeracional inconsciente da intolerância e violência
Ao nível individual, observa-se uma espécie de identificação direta dos filhos com a memória traumática dos pais. Parecem movidos como por um sentimento de obrigação inconsciente. É como se a história de um outro, o pai, estivesse projetada na criança como um corpo estranho com o qual ela se identifica e se submete sem qualquer visão crítica.

É uma identificação de tal forma incorporada que torna-se independente da manutenção de forças repressivas contemporâneas.

O passado e as versões traumáticas dos pais e seus mitos nacionais se misturam com a vida dos filhos, podendo levar à uma falta de sentido da própria vida, exceto o sentido de dar continuidade ao trauma de seus pais, independente de toda cultura humanística que porventura tenham.

Constitui-se um pacto de silêncio e denegação, podendo levar toda uma geração a perder a capacidade de falar e refletir sobre a própria história e sobre seu presente.

O trauma transgeracional se expressa basicamente pela tendência de manutenção de uma cortina de silêncio e pela tendência à repetição da experiência traumática em uma das suas três formas modificadas:

- 1 – vitimização
- 2 – alienação
- 3 – inversão do papel traumático

O processo de elaboração do trauma principia pelo compartilhamento público dos fatos experimentados pessoalmente e as teorias a respeito do acontecido.

Esta retomada do contato com o passado traumático pessoal e sua memória através da fala compartilhada não deve ser objeto de interpretação.

O reconhecimento público, institucional e governamental é peça fundamental para a elaboração do trauma extremado.

É a este processo que denominamos elaboração, do qual é parte integrante o restabelecimento da Justiça e de um novo começo.

Todos nós devemos empenhar-nos para desfazer a “conspiração do silêncio”.

Recebido: 28/06/2022

Aceito: 12/07/2022

Miguel Sayad
mi.sayad@gmail.com

Correspondência

Testemunho: a psicanálise e a história se encontram

Bernard Miodownik¹

Vera Vital Brasil²

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2022.

Olá, Vera.

Agradeço às editoras da **TRIEB** pelo convite para iniciar essa interlocução com você, a quem tenho a satisfação de conhecer agora, assim como ao seu trabalho institucional e clínico. A nossa conversa se fará a partir de uma característica específica de testemunho que é sobre a violência de Estado ou de uma estrutura sociocultural que implica em segregação e exclusão de indivíduos ou grupos e, também, em perpetrar sofrimentos físicos, quando não eliminação deles através de assassinatos e genocídios.

Começo falando dos testemunhos que tenho maior conhecimento e envolvimento emocional. Sou judeu, filho de imigrantes do leste europeu que aqui aportaram no período anterior à 2ª Guerra Mundial, se conheceram, formaram família e criaram laços. Pode-se dizer sobreviventes, pois talvez tivessem o mesmo fim funesto dos parentes e amigos que lá ficaram.

Primo Levi foi talvez o autor mais prolífico da chamada literatura de testemunho sobre o Holocausto pelo pioneirismo, pelo número de obras publicadas e pela minuciosa e emotiva descrição das situações às quais sobreviveu. Inumeráveis vozes, como a de Elie Wiesel, Prêmio Nobel da Paz, se associaram a Levi na tarefa de tornar traços de memória incorporados em situações-limite traumáticas incompreensíveis e irrepresentáveis, passíveis de serem expressos em palavras. Entre esses testemunhos, uma psicanalista da

1. Membro Efetivo com funções específicas do Instituto de Formação Psicanalítica da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ). Membro titular da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).

2. Psicóloga Clínico Institucional. Membro da Equipe Clínico Grupal Tortura Nunca Mais RJ (1991-2010). Coordenadora do Projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro da Comissão de Anistia/Ministério da Justiça (2013-2015). Consultora externa de Territórios Clínicos de la Memoria, Argentina.

SBPRJ, Gucia Fiszman, que criança sobreviveu a Auschwitz, em depoimento a outro psicanalista nosso, Carlos Doin.

O que os levaria a reemergirem nas situações aterrorizantes e indizíveis pelas quais passaram? Dar nome, e até uma existência, a pessoas que sumiram sem deixar vestígios evanescidos no ar, sem ninguém que lhes honrasse a memória. Como nos versos de Primo Levi (2019)³: “Revê os rostos dos companheiros / Lívidos na luz primeira / Cinzas de pó de cimento / Indistintos na névoa”. Buscar algum sentido para uma experiência inominável e o fato de terem sobrevivido a ela. Respostas que talvez se encontrem na mensagem generosa que transmitem ao mundo, como nas palavras de Elie Wiesel (2021)⁴: “Para o sobrevivente que se quer testemunha... seu dever é tanto para os mortos quanto para os vivos... para as gerações futuras... Não temos o direito de privá-las de um passado que pertence à memória comum. O esquecimento significaria perigo e insulto. Esquecer os mortos seria matá-los pela segunda vez”.

Esse preâmbulo, Vera, me leva a tocar em um ponto que merece discussão e que, acredito, vai ao encontro da sua experiência com testemunhos de indivíduos que sofreram violência de Estado no período da ditadura militar pós-1964 em nosso país, além de outras formas de violências totalitárias. Primo Levi escreveu e publicou o seu hoje clássico “*É isto um homem?*” em 1947, sem qualquer repercussão. Elie Wiesel, na década de 1950, teve o seu manuscrito “*A noite*” recusado por mais de 20 editoras. Somente após o julgamento de Eichmann, em 1961, os testemunhos sobre os horrores do Holocausto passaram a ser efetivamente ouvidos.

Entendo que pode existir uma resistência psíquica inicial ao testemunho. Não falo de negacionismo do Holocausto ou negacionismo do golpe militar de 1964, porque servem a fins perversos. Falo de um mecanismo defensivo inconsciente que atinge tanto o indivíduo que sofreu o trauma, quanto o coletivo que o ouve. O indivíduo, pelo sentimento de inadequação, por achar que não vai ser ouvido, que será parcialmente responsabilizado ou pela culpa por ter sobrevivido. Ao coletivo, para evitar o contato com os terrores internos de cada um e a angústia de como a “banalidade do mal” pode corroer cada indivíduo e cada grupo.

3. Levi, P. (2019). *Mil sóis: poemas escolhidos*. São Paulo: todavia.

4. Wiesel, E. (2021). *A noite*. Rio de Janeiro: Sextante.

Você, Vera, tem um longo e importante trabalho de escuta de testemunhos nas comissões que integrou e na sua clínica. Gostaria de saber se você percebe essa resistência psíquica e como lida com a situação. Acredito que seja um bom início de conversa.

Abraço,
Bernard.

*

Rio de Janeiro, 1 de maio de 2022.

Caro Bernard e Editoras,

Somo-me aos agradecimentos às editoras pelo convite para participar desta revista, assim como agradeço ao Bernard as preciosas palavras introdutórias neste diálogo.

Pelo que vejo, assim como tantas outras pessoas, temos uma experiência de violência de Estado que atravessa as nossas existências e nos impulsiona a pensar a temática do testemunho. Um tema que contém enorme potência na produção de outros caminhos subjetivos, de movimentos, ações. Nas construções de sentido às quais o testemunho expressa sua riqueza, me refiro à Clínica e à Memória Política, dimensões que se tornam indissociáveis.

Pelos registros, foi a duríssima experiência de terror nos campos de concentração da 2ª Guerra Mundial que inaugurou o interesse e a valorização da figura do testemunho; na época, por sua contribuição nos julgamentos sobre os terríveis crimes, que passaram a ser designados como de lesa humanidade, por afetarem a todos os seres humanos. Até então, os documentos eram a fonte primordial para os processos penais, aos quais, pela destruição promovida pelos nazistas, pouco se teve acesso. O testemunho dos sobreviventes foi, portanto, a principal ferramenta que permitiu ao mundo conhecer a barbárie cometida pelo nazifascismo. O impacto sobre os horrores que humanos foram capazes de perpetrar sobre outros seres humanos elevou a figura do testemunho, que não se restringiu ao registro documental de uma realidade inaceitável. Expôs a emoção sob o terror através da força da palavra e do gesto. Afetou outros humanos que acompanharam a tragédia narrada. Por sua vez, repercutiu em vários campos do conhecimento, com a criação de normativas internacionais, bem como novos conceitos e referências teórico-clínicas.

Mais tarde, após os anos 1960 e 1970, quando a América Latina sofreu golpes civis militares, sobreviventes da prisão e da tortura, dos campos de concentração, principalmente na Argentina “*ex-detenidos-desaparecidos*”, tomaram a palavra, denunciando o que ocorria nos centros de tortura clandestinos. As atrocidades denunciadas junto a organismos internacionais passaram aos noticiários e se desdobraram em pressões aos governos ditatoriais.

Cada país latino-americano lidou com a violência do período ditatorial de acordo com suas próprias características históricas e recursos institucionais. Durante o período, a máquina destrutiva do poder estatal esteve ativa; criou uma versão negacionista sobre os crimes, estimulou o esquecimento, impôs a ideia de que a atenção da sociedade deveria voltar-se para o futuro. A verdade enclausurada, a memória abafada não pode se expressar. E, ao não encontrar canais para a escuta, prevaleceu o temor. Como bem lembrou Bernard, pelo “sentimento de inadequação”, pela predominância de uma versão avessa à verdade sobre um passado que o poder queria ocultar, “por achar que não vai ser ouvido” em sua dor e/ou pela dilacerante miséria humana de seu entorno. “Pela culpa de ter sobrevivido”, já que tantos não tiveram este destino. Alguns, pelo terror de serem tragados definitivamente pela dor e pela angústia. Outros, pela vergonha. Predominou por um longo tempo o silêncio.

Na América Latina, profissionais da área clínica começaram a receber em seus consultórios sobreviventes recém-saídos das prisões, algumas vezes na difícil e arriscada condição de clandestinidade. E, ao mesmo tempo, se depararam com as limitações dos recursos teóricos de que dispunham para lidar com o terror sobre os corpos, o que exigiu a criação de novos conceitos e referências teóricas. Foram se constituindo redes de suporte aos afetados e construídos dispositivos clínicos facilitadores para a experiência testemunhal de pessoas que passaram por situações traumáticas.

Mais recentemente, na primeira década deste século, a participação de testemunhas sobreviventes nos julgamentos sobre os crimes de lesa humanidade evidenciou os danos psíquicos produzidos pela violência de Estado e a necessidade de criar dispositivos clínicos de reparação, o que conduziu à instalação de políticas estatais de reparação psíquica em vários países que se comprometem com as medidas de Justiça de Transição. No Brasil, a experiência reparatória foi incompleta e tardia. A reparação psíquica teve a curta duração de cinco anos, de 2013 a 2017, através do Projeto Clínicas do Testemunho, criado pela Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça. Projeto, assim como todas as atividades de reparação, interrompidas com o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff.

Lembrando as palavras de Wiesel: “o silêncio encoraja o torturador, não o atormentado”. Parece-me que esta frase faz sentido se pensarmos o atual momento de nosso país, em que torturadores são homenageados publicamente por autoridades. Sim, as medidas de reparação foram insuficientes, as que foram criadas nos últimos anos estão desmontadas pela política negacionista e revisionista. Predomina o silêncio e os que viveram as atrocidades encontram-se atormentados.

Mas, qual o tempo para se romper o silêncio? Como vencer as resistências que se impõem às narrativas testemunhais?

Há um tempo que varia a cada sujeito que vive situações desestabilizadoras decorrentes da violência intensa. Pode dar-se um alargamento ou estreitamento no tempo em narrar o que viveu. A experiência clínica com este público é a de que a disponibilidade para o acolhimento das narrativas sobre o horror é um componente fundamental, e que a existência de suportes de memória, como centros de memória, memoriais são instrumentos valiosos, facilitadores para estimular os que ainda não se puderam narrar o que lhes aconteceu. Em ambas as dimensões, o reconhecimento da tragédia humana pelo suporte clínico e/ou institucional pode conduzir à quebra do silêncio.

Neste sentido, é bom lembrar conhecidos autores que passaram pelos horrores da tortura nos campos nazistas, como o ativista Jorge Semprún, preso durante a resistência francesa. Em seu livro “*A escrita ou a vida*”⁵, título bem sugestivo para a nossa conversa, Semprún nos diz que só depois de 50 anos pôde falar sobre o que viveu nos campos. Primo Levi é uma das poucas exceções entre os sobreviventes. Ao ser liberado, tentou comunicar o que havia visto e vivido; na ocasião, não houve uma resposta de acolhimento às suas palavras. Levi não desistiu, esteve disposto a narrar o que lhe havia passado e, anos depois, conseguiu publicar seu primeiro livro. E muitos se seguiram. O que o moveu a não se intimidar e abandonar o projeto de comunicar o que viu e viveu? Podemos inferir que seu ativismo político o impulsionava a coletivizar a dura experiência, a deixar um legado para que o horror da desumanização não se repetisse. E, do ponto de vista da dinâmica psíquica, talvez possamos dizer que teria sido um modo ativo de expulsar o mal que lhe haviam infligido, a dor que permanecia e não lhe permitia esquecer. Uma resistência à opressão do poder mortífero da experiência concentracionária, aliada a um impulso que lhe permitiu romper a resistência psíquica,

5. Semprún, J. (1995). *A escrita ou a vida* (trad. Rosa Freire D’Aguiar). São Paulo: Companhia das Letras.

enfrentar a dor e o temor de ser tomado pela angústia e narrar suas experiências através da prosa e dos poemas. Uma tarefa inesgotável, enriquecida pela ficção que acompanha a memória dos que testemunham.

A experiência clínica indica que a quebra da resistência psíquica de pessoas que viveram situações-limite pode ser facilitada pelo acolhimento de quem escuta, pelo contexto em que estejam inseridas. Indica também que a determinação das testemunhas em falar pode ser impulsionada pelo compromisso com a luta política, contra a opressão do silêncio sobre a injustiça. Ambas concorrem na dinâmica psíquica.

O trabalho clínico grupal, os acontecimentos e contextos políticos, por sua vez, tornam-se operadores importantes na quebra de resistências psíquicas. Mas, Bernard, este assunto pode ficar para outra conversa, não é?

E, para finalizar nossa conversa hoje, se a memória dos acontecimentos é matéria para o trabalho clínico – que, pela escuta, possibilita novos sentidos, ressignificações da experiência dilacerante, permitindo a potencialização da vida –, os testemunhos, ao serem lançados publicamente, expõem a dimensão coletiva do dano, constroem uma memória coletiva sobre a injustiça. Por sua vez, constroem a Memória Política de um período histórico, impulsionando mudanças na vida social e política. A intrincada e complexa relação entre o individual e o coletivo, entre o privado e o público ganha, através do ato testemunhal, outras configurações.

Bernard, seguimos!

Um abraço,

Vera.

*

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2022.

Cara Vera,

Foi com grande satisfação que recebi a carta que dá continuidade ao nosso diálogo. Acredito que o texto introdutório que lhe encaminhei é responsável por uma pequena parcela da sua resposta consistente e plena de energia, mas certamente a maior parte do que está ali se deve à prática institucional e experiência clínica que você vem construindo sobre o tema *Testemunho*.

Você traz diversos pontos de interesse para desenvolvermos a conversa. Destaco o seguinte: “Mas, qual o tempo para se romper o silêncio? Como vencer

as resistências que se impõem às narrativas testemunhais?” Realmente, há uma grande variabilidade de respostas encontradas a nível individual. Como você mencionou, se um grupo, uma comunidade ou uma nação resolvem mexer nas feridas abertas, conseqüentemente criam um ambiente facilitador (Winnicott). Aquele que testemunha e aquele que ouve podem compartilhar o sofrimento, seja por terem vivências similares ou por meio da escuta empática. Por outro lado, esse aspecto também é fator de resistência psíquica, porque a verdade, como enfatizou Bion, sempre implica em uma catástrofe emocional, apesar de ser o primeiro passo para a transformação. Verdades também doem. No nível coletivo, o testemunho dos que sofreram a violência de Estado toca nos silêncios dos que talvez pudessem ter falado ou agido para minorar a dor daqueles. Sabemos o quanto é difícil estar sob jugo ditatorial, mas as conveniências e necessidades de sobrevivência pretéritas que desembocaram em omissões ficam sob escrutínio a partir dos relatos testemunhais.

Há situações como a de Jorge Semprún, lembrado por você, que precisou de 50 anos para romper o silêncio. Alguns sobreviventes de campos de concentração constituíram famílias que, por muitos anos, desconheciam o que eles haviam passado. Nesses casos, entendo como uma negação grupal inibidora da curiosidade, mas necessária para a sobrevivência psíquica familiar. As reações ao trauma têm várias faces.

Primo Levi, como um dos pioneiros da literatura de testemunho é, para mim, emblemático. Ele foi preso mais próximo ao final da 2ª Guerra como membro da Resistência italiana, experiência que gerou um livro ficcional-auto-biográfico “*Se não agora, quando?*”⁶. Pelo fato de ser judeu, foi deportado para Auschwitz. Concordo que o ativismo político foi um fator importante que o impulsionou a testemunhar, como está no seu texto: “um modo ativo de expulsar o mal que lhe haviam infligido, a dor que permanecia e não lhe permitia esquecer”. Apesar de todas as possibilidades que a sua extensa obra testemunhal, ficcional e poética lhe ofereceu para aplacar a dor, teria conseguido tal intento? O suicídio dele é, de certa forma, desnorteador. Talvez tenha sido um ato independente da experiência dolorosa durante a guerra e estaria mais próximo ao que ocorre com muitos que, na velhice, em um momento depressivo, desistem. Publiquei um trabalho na Revista Brasileira de Psicanálise cujo tema central era *Suicídio*, em que falo sobre ele. Transcrevo aqui um trecho: “caberia pensar também que, apesar de toda a simbolização que indivíduos como Primo Levi

6. Levi, P. (2014). *Se não agora, quando?* Portugal: Dom Quixote.

são capazes de criar, pode haver um ponto do trauma que nunca é escutado nem transformado” (Miodownik, 2019, p. 74)⁷.

Outro fator que gostaria de abordar com você é o que entendo como um dos motivos que leva os sujeitos que sofreram a violência de Estado a evitarem o assunto. A dúvida sobre a própria capacidade, diante da desestruturação que o trauma provoca, de não se desorganizarem de vez devido aos próprios sentimentos de ódio. Não o ódio legítimo que deseja e faz buscar justiça, mas o ódio derivado de emoções mais primitivas, que faz eclodir o desejo de vingança, uma parte até pela identificação com o agressor. Este último, suponho, pode ser paralisante e bloquear testemunhos. E aqui surge mais um tema correlato e complexo, a anistia (perdão) aos perpetradores.

Você me convida para conversarmos sobre o trabalho clínico grupal e sua junção com os acontecimentos e contextos políticos. Isso eu quero ouvir da sua experiência nos atendimentos a esses sujeitos. Como você lida com a sua contratransferência, se pode haver uma identificação excessiva através de ideologias políticas similares entre ambos, que venha encobrir os aspectos psíquicos da subjetividade própria de cada um e de cada relação.

Assunto não falta. Vamos em frente. Abraço,
Bernard.

*

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2022.

Caro Bernard,

Mais uma vez, agradeço as tuas precisas e instigantes considerações neste diálogo sobre o testemunho. Um enfoque sobre o testemunho, como apontado no início de nossa conversa, de pessoas afetadas pela violência de Estado no passado e no presente e suas implicações psíquicas, e levando em conta os efeitos devastadores, nos provoca inevitavelmente a pensar nas produções subjetivas, assim como em estratégias clínicas.

As suas palavras têm sido um estímulo para pensar e tentar avançar na complexidade da temporalidade que atravessa o ato testemunhal. Tempos di-

7. Miodownik, B. (2019). Suicídio: uma dificuldade na psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 53(4): 67-81. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v53n4/v53n4a05.pdf>

versos, como apontamos; alguns, ao saírem dos campos de concentração, não economizaram palavras e afetos, como o Primo Levi, e outros, como Semprún, levaram muitos anos.

Sim, trata-se de uma situação complexa que envolve a singularidade das experiências de vida, dos recursos psíquicos de que o sujeito dispõe, e que nos convoca a pensar sobre o rompimento das resistências psíquicas frente ao trauma e o contexto histórico em que se dá. A partir destas duas dimensões que se atravessam e articulam, já temos um mundo de situações e questões.

Pela experiência clínica de tantos anos com afetados pela violência da ditadura – perseguidos, torturados, familiares de mortos e desaparecidos políticos –, pude constatar uma enorme variedade de situações que dificultam e/ou facilitam a narrativa do testemunho. Tudo leva a pensar que as barreiras da resistência psíquica estejam associadas a um período histórico, a uma conjuntura. Afinal, somos seres afetados permanentemente pelas produções de subjetividade que circulam no mundo, bem como as políticas estatais. Afinal, os agentes de Estado foram os perpetradores de violência, rompendo o pacto de proteção do Estado sobre os cidadãos. Esta é uma especificidade do dano, da qual não podemos nos esquivar.

Se o contexto político é favorável ao reconhecimento do dano, o desejo de verdade poderá se manifestar com mais intensidade, rompendo as resistências psíquicas atravessadas pela dor do trauma. Certamente este é um processo carregado de lacunas (Agamben, 2003)⁸, de falhas e silêncios, como você menciona: “pode haver um ponto do trauma que nunca é escutado nem transformado”. Um processo difícil, doloroso, carregado de dúvidas e angústias, de medos.

Ao se dar a ruptura da resistência psíquica e a consequente elaboração do testemunho, esta produção se faz ao desmontar as amarras do silenciamento imposto pelas produções de subjetividade dominantes, do esquecimento que a distância do acontecimento também produz.

No Brasil, estes fatores pesaram enormemente: 21 anos de regime ditatorial deixaram marcas profundas na sociedade, marcas que reverberaram na vida daqueles que tão tardiamente tiveram o reconhecimento da violência brutal sobre seus corpos. Medo, vergonha e desconfiança foram alguns dos sentimentos que povoaram a vida daqueles que experimentaram os horrores. O impacto psíquico do trauma se reiterou pelos efeitos do silenciamento imposto.

8. Agamben, G. (2003). *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo.

Portanto, romper a barreira do silêncio sem o suporte da escuta e do reconhecimento tornava-se uma tarefa quase impossível. Expor a família às atrocidades a que foi submetido, sem garantia de reconhecimento, levou à fantasia do risco de desestabilização de si e dos membros, de desagregação dos vínculos. Pais que não comunicaram aos filhos e filhos que temeram perguntar sobre o acontecido a seus pais revelam o receio da transmissão recíproca e incontrolável da angústia, da dor do trauma. E da vergonha de haver experimentado situações tão aviltantes. Tive a oportunidade de ver este acontecer em várias famílias, e a experiência grupal no contexto da reparação permitiu uma recondução da comunicação entre familiares, não sem grandes dificuldades, como surpresas.

Podemos dizer que o ato de reconhecimento estatal impulsiona a ruptura da resistência, dando voz à testemunha sobre uma verdade até então abafada que, ao se apresentar no horizonte político de uma sociedade, atualiza os acontecimentos, reaviva a memória. Este é um efeito multiplicador que não se distancia do que pode ser verificado nos grupos. A trava da resistência, o medo da dor e de ser tomado pela angústia permite ao sujeito, ao escutar experiências de vida similares à sua, localizar pistas no contexto em que se deram as violências relatadas, tecer pontos de identificação com aquele que relata. Como você apontou, “no nível coletivo, o testemunho dos que sofreram a violência de Estado toca nos silêncios dos que talvez pudessem ter falado ou agido para minorar a dor daqueles”. Ou ainda, em silêncios, em produções inconscientes. No trabalho grupal, se apresentam produções subjetivas heterogêneas. Nos espaços de acolhimento que facilitem o fortalecimento da confiança entre participantes, a experiência grupal tem sido valiosa na construção de testemunhos. Apoia-se no reconhecimento do que aconteceu, um reconhecimento de si mesmo e do outro através da escuta recíproca. Um atravessamento de experiências humanas que irão constituindo uma rede de afetos e de palavras, estabelecendo vínculos. Palavras que muitas vezes explodem, revelando o ódio contido e deslocado. Mas o ódio primitivo pode dar lugar àquele que busca a justiça por intermédio da construção do testemunho que, por sua vez, vai ganhando uma configuração, uma escritura. O testemunho se faz em ato de escritura, ainda que incompleta, no que o sujeito pode construir de suas lembranças e lacunas. É uma produção em um trabalho “de ficção e de escrita” (Rousseaux, 2015, p. 107)⁹.

9. Rousseaux, F. (2015). La asistencia a víctimas de delitos de lesa humanidad hecha política pública. Del acompañamiento en los juicios contra el terrorismo de Estado a la creación del Centro Fernando Ulloa. In F. Rousseaux, *El ex detenido-desaparecido como testigo de los juicios por crímenes de lesa humanidad* (pp. 93-110). Buenos Aires: Fundación Eduardo Luis Duhalde.

É, por sua vez, memória, leitura no presente sobre o passado, com a potência de construir futuro.

Se o Estado se incumba de assegurar políticas públicas de reparação, dentre elas a construção de memória, o dever de memória como legado para as futuras gerações potencializa o desejo de testemunhar. Em condições favoráveis à verdade, por exemplo, o Estado assumiu medidas de reparação, criando organismos com esta finalidade – dentre estas medidas, o Projeto Clínicas do Testemunho, na Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, reconhecendo a gravidade do dano psíquico. Este projeto de reparação psíquica, que deveria levantar subsídios para uma política pública nacional, funcionou por apenas cinco anos, interrompido pelos rumos incertos tomados pelo país, sofrendo uma reorientação de cunho negacionista e revisionista que desmontou o trabalho de reparação das Comissões.

Como na Comissão da Anistia e nas Comissões da Verdade, nacional, estaduais e municipais, o desejo de testemunhar, de expor a verdade, se revelou na construção da memória individual que se multiplicou em coletiva. Um processo tardio de reconhecimento estatal sobre a experiência de violência, de injustiça. Para muitos, que viveram esta experiência testemunhal junto às Comissões, o efeito foi reparador, potencializou novas formas de vida, pensamento crítico, em que pese a ausência de testemunhos no âmbito da justiça, dívida antiga do Estado brasileiro ainda não saldada.

Perdão ter me alongado tanto neste enfoque. Parece-me necessário considerar o autor das violações, o dano psíquico e a reparação. Caso contrário, a repetição se mantém e estes crimes bárbaros não terão a chance de ser contidos.

Bernard, gostaria de ler o teu artigo mencionado. Pode me mandar?

Um forte abraço! Até a próxima!

Vera.

*

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2022.

Cara Vera,

O nosso diálogo flui pelos intrincados caminhos que levam às difíceis questões relativas ao testemunho de vítimas de violência de Estado. As barreiras e resistências ao testemunho entre os que sofreram essas violências, ponto comum de nossa interlocução, não têm se apresentado aqui até agora quanto

às elaborações que vamos realizando, apesar da intensa carga emocional que o tema nos coloca. Fundamental que essa conversa tenha se dirigido, como na sua recente carta, através da experiência que você tem acumulado em atender os que sofreram na própria carne, durante a ditadura militar, as dores físicas e psíquicas infligidas. Abrir o espaço para essas dores específicas é uma função psicanalítica.

Você toca em pontos importantes que remetem ao trabalho psicanalítico: a escuta sensível e cuidadosa, que respeita o tempo do sujeito para que a emoção se junte à palavra; correlato a isso, o desvelar gradativo das resistências, possibilitando ao Eu estruturar condições mínimas para enfrentar conteúdos emocionais intensos sem se desorganizar em excesso; a abordagem da relação intersubjetiva interno-externo.

O recente Congresso Brasileiro de Psicanálise da FEBRAPSI enfatizou, em seu tema principal, a ligação Eu-mundo. A proposta foi a de mostrar não somente uma preocupação dos nossos psicanalistas com as mazelas da sociedade na qual estamos inseridos, como também o quanto as situações da cultura configuram subjetividades. Percebemos mais claramente essas subjetividades presentes nos primeiros vínculos da criança com o ambiente primitivo e a forma como influenciarão os sujeitos, inclusive através de transmissões transgeracionais.

Em relação aos que sofreram a violência de Estado, interessa-me entender como cada sujeito inclui o fato traumático na própria história, para que possa ter um sentido de continuidade subjetiva. Talvez aí seja possível compreender as negações, as dissociações que surgem como necessidades de sobrevivência psíquica e como mecanismos inconscientes para evitar uma ruptura psíquica, em que sobressaem a fantasia ou a concretização de um estado psicótico. Por outro lado, alguns conseguem colocar o fato traumático como um acontecimento da história pessoal, não sem sofrimento, é óbvio. Sei que estou me repetindo, Vera, mas acho importante salientar novamente esses pontos.

De maneira muito apropriada você colocou ser “necessário considerar o autor das violações, o dano psíquico e a reparação”. Nas suas cartas, você aponta como é preciso haver condições políticas e um Estado disponível para criar um contexto favorecedor que cumpra essas tarefas através de um apoio institucional e grupal. Não é o caso do nosso país em relação ao período da ditadura militar. Mencionaste o pouco tempo em que as comissões funcionaram, além do início tardio para serem instaladas em relação ao período em que essa violência específica ocorreu. Não houve reparação judicial e, principalmente, negou-se a responsabilização dos autores das violações. O que me fez cogitar que o negacionismo e os acordos acobertadores da época podem

ter sua origem num traço cultural que vê na acomodação dos contrários uma forma de solucionar conflitos.

É uma lição básica da psicanálise que o que não é elaborado no psiquismo retorna como sintoma. Primeiramente, o sintoma se estruturou de forma capilar e explícita na criminalidade, no arbítrio policial algumas vezes associado com a convivência, na violência doméstica, na perseguição às minorias, no feminicídio, no racismo e outras segregações. Nada que não existisse antes, mas permaneciam sub-reptícias e sorrateiras, corroendo o tecido social. E, em tempos mais recentes, talvez seja uma das várias hipóteses sobre a violência retórica e física que nos assola, como se os porões ressurgissem na superfície. Fenômeno que se potencializou na medida em que grupos excluídos começaram a reivindicar e conquistar espaços sociais e simbólicos mais amplos. A partir daí, gerou-se ressentimentos nos que se escudavam num pretense e ilusório acordo quanto aos “direitos adquiridos” para manter espaços protegidos. E ressentimentos resultam de injúrias ao narcisismo de indivíduos e de grupos, o que faz com que os caldeirões de ódio fervam e exacerbem os níveis de intolerância de toda ordem.

Paro por aqui, Vera. Enviei o trabalho que você pediu. Agradeço o seu interesse. Participei desse diálogo com grande satisfação por conhecer você e o seu trabalho e pela fértil troca que pudemos estabelecer. Até outra oportunidade de conversarmos. Grande abraço,

Bernard.

*

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2022.

Caro Bernard,

Sim, tem sido muito bom poder manter este diálogo sobre este tema que nos toca e guarda uma enorme potência para pensarmos as produções subjetivas que atravessam o sujeito e a sociedade. Pensar o testemunho como potência de vida dos que se autorizam a quebrar o silêncio e a testemunhar sobre a violência que sofreram. Uma experiência que envolve o desafio de arriscar-se a uma reordenação de seu corpo afetivo/psíquico. E, concomitantemente, lançar-se na construção da memória política, um legado social para a não repetição, para o “nunca mais”.

Sabemos que a busca da verdade é um propósito antigo registrado na História. Já nos conta Foucault que a verdade foi experimentada na Grécia Antiga como um valor imprescindível da nascente experimentação democrática

e as autoridades zelavam por esta construção social. Desde Auschwitz, a verdade portada pelos testemunhos dos sobreviventes tornou-se uma referência sobre os horrores vividos nos campos de concentração nazistas. E constituiu, a partir daquele momento histórico em que a humanidade viu estampada a sua face mais cruel, um compromisso ético contra o esquecimento e a negação. Compromisso que se traduz no dever da verdade e da memória, e da afirmação da não repetição dos horrores. Uma tarefa que vem de longe e convoca as sociedades ao “dever de memória”. E, é bom lembrar, que dos tempos terríveis do nazifascismo e por intermédio da terrível política da “solução final”, com a destruição de corpos e documentos, a estratégia foi a de anular. Destruir existências e corpos, evidências, obscurecer restos e rastros da barbárie e, em especial, aniquilar a dimensão do humano dos que estiveram confinados nos campos.

Assim, o testemunho ganha relevância histórica como portador de uma verdade que se quer apagar, anular, negar o acontecimento e as circunstâncias. Por sua vez, o testemunho é um dispositivo que aciona novos modos de vida de quem narra e de quem escuta. Gagnebin (2006)¹⁰ nos ajuda a pensar o efeito subjetivo da narrativa do testemunho sobre os que escutam. Em “*Lembrar, escrever, esquecer*”, menciona várias vezes o conhecido e insistente sonho de angústia de Primo Levi, sonho repetitivo em que ele quer contar o que aconteceu e todos os presentes dele se afastam. Problematizando a figura da testemunha portadora de uma experiência trágica, Gagnebin diz: “testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (p. 57).

Os que acolhem a narrativa trágica do sujeito e se deixam afetar, produzindo diferenças em suas vidas, tornam-se Testemunhas Ampliadas da tragédia. Em nossa tarefa de escuta clínica, também ocupamos a posição de testemunha ampliada da condição traumática. Sabemos que a experiência traumática leva, de certa forma, à impossibilidade do “esquecimento” do ocorrido, decorrente do impacto sobre o sistema psíquico, que se apresenta sob a forma de sintomas, atos falhos etc.; numa memória abafada pela repressão e insistente na repetição.

10. Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34.

Condição importante para a elaboração simbólica do trauma é a da garantia de reconhecimento da violência e a existência de suportes de escuta. Suporte de escuta na clínica e reconhecimento no espaço social, com políticas públicas de atenção clínica, de memória e justiça penal aos executores e mandantes dos crimes. Em nosso país, como apontado anteriormente, muito longo foi o período de silêncio, quer pela repressão política e negação das autoridades, como pela estratégia de apagamento dos crimes de lesa humanidade, tortura, execução sumária e desaparecimento de opositores à ditadura e de segmentos considerados indesejáveis ao regime.

Na ausência de suportes de escuta – de reconhecimento social e estatal –, a privatização do dano marca a existência dos que experimentaram em seu próprio corpo a violência de agentes de Estado, expressão da barbárie. Barbárie em que a condição de humano lhes foi retirada e a dignidade profundamente aviltada. Não são poucos os relatos dos afetados sobreviventes em que esteja presente o sentimento de terem sido alçados à condição de párias. Como párias sociais, seres desconectados, portam em seus corpos a privatização do dano e a ruptura de laços, forjadas no ato violento da tortura.

Os portadores de traumas, ao não encontrarem canais de reconhecimento para dar lugar à palavra e ao escoamento da dor, repetem. Podemos dizer que a repetição é um efeito da repressão psíquica, de um certo “esquecimento”, e por isso mesmo retorna, insiste. O inconsciente carregado de memórias retorna através de pesadelos, atos falhos, sintomas. Efeitos que se revelam também através de “negações, dissociações por necessidade de sobrevivência psíquica, como mecanismo inconsciente para evitar uma ruptura psíquica”, como você aponta.

Mas, o que facilita ou permite a ressignificação desta experiência traumática? Para além da já mencionada reparação psíquica inserida em políticas públicas de reparação, uma vez que se trata da violência de Estado, algumas pistas se apresentam. Dentre elas, a escuta acolhedora e qualificada, por alguém que suporte o sofrimento daquele que tenta encontrar meios de comunicar-se e romper a barreira que o separa dos outros seres humanos, reconstituindo ou mesmo estabelecendo laços com outros seres, como menciona Seligmann-Silva (2008)¹¹.

11. Seligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, 20(1): 65-82. Recuperado de https://www.scielo.br/j/pc/a/55BM8yKJG5T_xK56Zv7FgDXS/

O testemunho é um dispositivo autoral. De reconstrução psíquica na busca e destinação de outros sentidos ao acontecimento. A possibilidade de narrar a experiência traumática permite ao sujeito ganhar novas expressões sobre o vivido. As fragmentações, as lacunas nas lembranças, as ausências de nexos, as ideias ameaçadoras muitas vezes fixadas no psiquismo, revelam a dificuldade de colocação em palavras das imagens que marcam a experiência traumática. Narrativas testemunhais incompletas e fragmentárias podem receber novos contornos e reordenar a dinâmica psíquica do sobrevivente. Como dissemos anteriormente, o trabalho grupal é, portanto, um dispositivo clínico especial para este processo. Por encontrar ressonâncias e conexões entre as experiências, por dar vazão e lugar àquilo que foi “esquecido” e criar novos sentidos. Narrativas carregadas de emoções retiram a dor do âmbito privado que, lançadas num coletivo, reconstróem laços. Após uma sessão na Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, uma paciente que apresentou seu testemunho público revela em seu grupo terapêutico, com grande emoção: “Senti que aquele público presente na audiência, que aquelas pessoas me olhavam atentas e ouviam o meu testemunho, elas estavam falando comigo, acreditavam em mim”.

As memórias dos testemunhos da verdade constroem outras memórias, individuais e coletivas. Reconstróem laços.

Se atravessamos tempos férteis em que as palavras testemunhais, titubeantes e doloridas podiam ser lançadas nos espaços públicos através dos organismos criados para fortalecer a verdade e a memória, permitindo reconstruções psíquicas carregadas de angústias e dores, hoje vivemos sob os ataques às frágeis instituições deste país, com a intensificação da violência. O ódio anda à solta. Mas, não podemos deixar de considerar a sua proveniência. O ódio como afeto desagregador tem sido estimulado e dirigido a partir do núcleo de poder. Com desprezo à vida e aos que sofrem, com mentiras, com o fomento às armas, à destruição da vida e da natureza, tem-se mobilizado as manifestações mais arcaicas de uma sociedade marcada pela violência brutal desde a sua colonização. O domínio pelo medo e violência está em cena. Os efeitos da violência atual se atualizam, trazendo as marcas do passado mais longínquo e das ditaduras.

Fico contente, Bernard, de dialogar sobre este tema tão especial neste cenário. Sem dúvida, a importância do testemunho é indispensável como dispositivo de visibilização do que foi e do que é a violência de Estado. Se não encarmos o nosso passado, vamos repeti-lo, não é?

Obrigada pelas palavras e por seu texto tão rico e interessante sobre suicídio.

Pela fertilidade deste nosso diálogo, pelo acolhimento de uma experiência pioneira de reparação psíquica, envio a primeira publicação do Projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro, constituída por artigos dos profissionais implicados no dia a dia do Projeto, e dos pacientes que brindaram com poemas, textos, imagens, numa produção coletiva.

Agradeço igualmente às editoras que escolheram o tema e proporcionaram esta nossa conversa!

Um enorme abraço,
Vera.

Bernard Miodownik
betchkov@uol.com.br

Vera Vital Brasil
veravitalbrasil@gmail.com

Artigos temáticos

Testemunho:

Dois momentos de uma psicanalista – duas pacientes com desejos e necessidades distintas

Anna Lucia Melgaço Leal Silva¹

RESUMO O trabalho apresenta duas situações clínicas experienciadas pela analista com pacientes com sintomatologias diferenciadas, mas entrelaçadas em seu histórico, a partir de um curioso tipo de encaminhamento. A autora relata um relacionamento analítico em sua duração de oito anos, de frequência semanal de quatro sessões por semana, com uma paciente profissional da área de psicologia que, ao final dessa relação, curiosamente indica outra paciente para dar início a um tratamento. A intensidade e contundência das questões psicossomáticas da segunda paciente nos levaram a pensar na importância da investigação dos fatores pré e perinatal como relevantes no tratamento do ser psicossomático, com doenças somáticas ou não. Igualmente, o encontro psicanalítico demonstra que esta relação pode promover o surgimento de um envelope afetivo onde parecia existir anteriormente somente um corpo biológico, dissociado da psique, levando à atenuação dos sofrimentos físicos. As duas pacientes chegaram à análise com muito sofrimento, cada uma ao seu jeito. As duas pacientes saem do tratamento com vivências e reconhecimentos importantes. A analista, por sua vez, chegou ao final de cada tratamento com a certeza de que havia sofrido modificações significantes, não só emocionalmente, como também em sua maneira de abordar seus encontros terapêuticos.

PALAVRAS-CHAVE: psicossoma; manejo; setting.

1. Membro Efetivo da SBPRJ, *full member* IPA, membro da FEPAL, membro de enlace COWAP, membro do Board Latino-americano de Winnicott, pós-graduada em Psicologia Médica e Psicossomática, organizadora dos livros: *Winnicott - Seminários Cariocas*, editora Thieme Revinter, Rio de Janeiro, 2008, e *Winnicott: Integração e Diversidade*, editora Prospectiva, Rio de Janeiro, 2018.

Introdução

*“Há muito mais continuidade entre a vida intrauterina e a primeira infância do que a impressionante cesura do ato de nascimento nos teria feito acreditar”
(Freud, 1926[1925]/1976b, p.162)*

“[...] nada há a ganhar discutindo-se a data em que começa a pediatria psicossomática, ou a própria natureza humana. A única data segura é aquela da concepção” (Winnicott, 1990, s.p.)

Apoiada em autores estudiosos das questões da vida pré e perinatal, como em minha própria observação da relação mãe-bebê durante dois anos²; no acompanhamento como supervisora de grupos de observação da relação do par; em minha experiência clínica e no caso clínico aqui descrito, conjecturei o início das vicissitudes do ser psicossomático ainda no ventre materno, destacando o “psiquismo” pré e perinatal.

O presente trabalho se propõe a dar validade a essa conjectura através de uma reflexão sobre a relevância das experiências “vivenciadas” no meio ambiente pré e perinatal no desenvolvimento do ser psicossomático, seu comportamento e escolhas afetivas, e suas doenças somáticas. Procura demonstrar que a relação analítica pode promover o surgimento de um afeto onde antes existia somente um corpo biológico, levando à atenuação dos sofrimentos físicos e limitando a prática da cura dos sintomas pela medicalização.

O trabalho terapêutico com o ser psicossomático Ada foi escolhido para sustentação dessas ideias porque o material analítico e biográfico da paciente foi bastante oportuno para aprofundar essas questões. Baseada nesta

2. A observação da relação mãe-bebê é um dos cursos curriculares fundamentais que integram o programa no Instituto de Formação Psicanalítica da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ).

experiência, indicarei a técnica do manejo³ e do *setting* modificado⁴ como as mais adequadas para acompanhar esse tipo de paciente, que se encontra geralmente em estado mais regredido, necessitando de uma escuta mais sensibilizada por parte do terapeuta, aliada a uma postura mais flexível adaptada às necessidades do paciente, que reage com a formação de sintomas somáticos às exigências pulsionais e do ambiente externo, para as quais não encontra uma saída pelo “corpo simbólico”.

A relevância das questões suscitadas por este trabalho é que esta terapêutica se torna menos agressiva ao corpo orgânico, já tão combalido pela própria doença, trazendo, ainda, possibilidades de o doente poder expressar psiquicamente seus sofrimentos, passando a se utilizar menos da comunicação – (ato) corporal.

Estarei acompanhada nesse percurso por alguns mestres da literatura psicossomática, como J. McDougall (1983), que alertava os psicanalistas a prestarem atenção ao tipo de escuta com que “ouviam” o corpo dos seus pacientes e as mensagens mudas emitidas pelo soma; assim como Pierre Marty (1993), que entendeu que a função materna⁵ deve prevalecer no início de inúmeras terapias, assim como por muito tempo, com os pacientes desorganizados e quase sempre com aqueles que são mal organizados mentalmente.

A narrativa da evolução deste trabalho se iniciará com a apresentação de uma situação original, que chamarei de “psiquismo pré-natal psicanalítico”, onde relato a origem do nosso contato, repleto de coincidências, entrelaçamentos e familiaridades, e que é a espinha dorsal desta discussão.

3. Técnica do manejo: conceito formulado por Donald Winnicott (1955[1954]/2000) e desenvolvido em toda sua obra como aquilo que, na clínica psicanalítica, se refere a uma conduta mais adaptativa por parte do analista às necessidades do paciente, que se encontra momentaneamente regredido à fase primitiva do seu desenvolvimento, chamada dependência absoluta. O analista oferece uma provisão ambiental que faltou ao paciente na sua evolução, que se assemelha aos cuidados maternos (*handling*).

4. *Setting* modificado: conceito formulado por Donald Winnicott (1955[1954]/2000), e desenvolvido em toda sua obra que compreende o *setting* analítico como um espaço de segurança e confiabilidade, promovendo uma adaptação ambiental nova e fidedigna, que possa ser usada pelo paciente para corrigir o fracasso adaptativo ambiental. O *setting* winnicottiano é um ambiente facilitador com um analista suficientemente bom, capaz e disponível para se adaptar às necessidades do paciente, oferecendo uma nova chance de desenvolvimento.

5. Função materna: segundo P. Marty (1993), são as possibilidades maternas do terapeuta, que consiste em um acompanhamento que margeia, segue ou precede de perto os estados e os movimentos do sujeito.

1. Relato da história clínica de Dorita

“O objetivo do setting analítico não é curar o paciente, e sim favorecer seu desenvolvimento pessoal. A cura, nós a encontramos na vida, nas transferências com os textos e suas relações” (Melgaço Silva, 1994)

1.1 A vida pré-natal psicanalítica de Ada inicia a partir do tratamento psicanalítico de Dorita

Há alguns anos, fui procurada por Dorita, paciente que me indicou para tratar a segunda paciente, por mim denominada Ada. Fui escolhida por Dorita após ministrar três seminários sobre a Teoria do Desenvolvimento Emocional Primitivo de Donald Winnicott, na instituição psicanalítica em que D. estudava. D. também admirava muito a maneira criativa de uma amiga experimentar a vida. A amiga era minha paciente muito antiga.

Na entrevista inicial, D., visivelmente adoentada, conta-me sobre suas análises, dizendo que uma havia sido especial. Infelizmente, esse analista morreu de câncer, tendo D. participado de seu processo degenerativo, conseguindo se separar um pouco antes de sua morte. Seus sentimentos eram, neste momento, ambivalentes – sentia pena e saudade e raiva, pelo fato dele não a ter preservado de seu processo de finitude. Após a sua morte, D. fez mais algumas tentativas de análise, percebidas como fracassadas, pois não conseguiu estabelecer vínculos afetivos. Na época, assustei-me com a imensa responsabilidade de me manter viva para D., dentre outras questões.

Alguns dados da entrevista: Dorita chega pontualmente. É uma mulher elegante, magra e aparenta desconforto com um resfriado forte. Percebo que, para ela, torna-se muito importante falar das experiências com os três analistas anteriores, o que escuto atentamente. Para mim, isso significou que estava me dando um fio condutor, ou seja, como desejaria ser tratada por mim. A primeira analista costumava atrasar e muitas vezes isso se dava porque estava ao telefone. Quando D. esboçava alguma reclamação, a analista interpretava que *ela queria estar naquela cadeira*. O segundo analista, que a ouvia e com quem fez uma boa transferência, era um analista que havia morrido e que, ao final da análise, já bastante doente, era ela quem o ouvia. Trocaram de lugar. Passei a chamá-lo, para meus apontamentos, como também para algumas intervenções, de analista-morto. Fala, chorando, com tristeza, que percebeu na relação com ele que

ela não era tão difícil, que podia ser uma pessoa mais fácil, *quase normal*. Já o terceiro, *bateu de frente* e repetiu a primeira analista. Conseguiu sair da análise porque alegou não ter mais dinheiro para pagar. Os dois últimos analistas eram didatas de uma sociedade de psicanálise. E a primeira dizia pertencer a uma sociedade que ela descobriu mais tarde não ser verdade (conta o fato somente no final da entrevista).

Na família, com os pais, não podia ser ela mesma, tinha que mentir. Aprendeu que quando mentia as coisas eram permitidas. Sente a mãe como *obsessiva*, as prateleiras tinham que ficar arrumadas e de vez em quando jogava as coisas do armário de seu quarto no chão para ela arrumar novamente. Sentia muita raiva. Mas, no fundo, fazia o que queria, porque não contava para eles os seus segredos.

Iniciou um namoro com o atual marido sem contar aos pais que ele era desquitado. Os pais só passaram a falar com ele depois que *se casaram no papel*. Conta, chorando muito, que até hoje tem mágoa e que é muito ruim *a pessoa não ser aceita pelo que é*. Percebe no filho muitos aspectos que a incomodavam no irmão que mudou muito (pessoa complicada, pouco confiável). Tenta *pegar leve e não ficar aflita, porque acha que o filho vai dar certo*. Os filhos têm ciúmes entre si (tem uma menina mais nova) e isso a deixa infeliz.

Tocada pelo grande sofrimento que a paciente esparramou durante a entrevista, coloco que ela também me parecia muito identificada com essa parte abafada, que antes era tão forte, do irmão. Até que ponto o filho está identificado com ela e por isso a incomoda tanto? E questionei se ela não estaria buscando justamente na análise manter contato com esse *self* abafado, para fazê-lo aparecer e encontrar, assim, o *self* verdadeiro.

Quando, ao final, conta-me sobre a falsidade (mentira) da primeira analista, aponto que a analista funcionou da mesma forma que ela, falseando para ser aceita, para poder ficar com ela.

A entrevista durou em torno de uma hora e meia e, para finalizar, marquei o próximo encontro, quando acertaríamos os outros horários e o pagamento, explicando que as sessões teriam duração de 50 minutos e que eu sugeria um atendimento com frequência de quatro vezes por semana.

Dorita necessitou muito tempo de análise para falar do relacionamento com o analista-morto. Dava-me a impressão de precisar resguardá-lo, de mim e de seu próprio ódio, já que seus sentimentos de ambivalência eram muito claros para mim.

Como sempre, D. está vestida de uma forma clássica em tons neutros. Dá preferência aos tons de bege. É magra, estatura média para alta e elegante.

Deita-se desde a primeira consulta, após termos finalizado os itens contratuais. Costumo dizer aos pacientes que essa me parece a posição mais confortável para o tratamento. Tempos depois, D. me disse que agiu assim para *economizar interpretações*.

Conta-me que conversou com A. (colega de instituição que havia sido minha paciente) e lembrou que, com a primeira analista, saía da sessão com a sensação de que ela não era “nenhuma Brastemp”. Acrescenta que o analista falecido era uma Brastemp. Falo que aqui também poderia não ser nenhuma Brastemp, mas que nós duas juntas poderíamos criar um fogão Continental (lembrei do fogão que na época eu tinha em casa) e fazer um alimento bom, quentinho e gostoso. Perguntei por que teria que ser para ela sempre o melhor? Em seguida, entendemos juntas de maneira relaxada que o melhor fogão podia ser mesmo o Continental.

D.- Tá vendo como você é diferente? Você não tem medo do fantasma do fulano. Na outra análise, eu só ouvia que ele não está aqui, que ele já morreu e eu não podia falar das minhas coisas com ele, e eu precisava falar. Com você não, ele pode ficar aqui presente.

A.- Ele está presente porque está dentro de você, e talvez você ainda precise falar muito dessa relação.

D.- No início ele me deu colo e depois tive que dar colo pra ele. Ele me contava tudo sobre a doença dele e então, eu saí porque não aguentava mais.

A.- Sentiu-se má, cruel, por ter saído.

D.- Eu preciso falar, não me deixaram falar. Não me senti má não, eu me senti fracassada, frágil. (Silêncio.) Conversei com B. [analista amigo] e ele me disse que se o X. fazia isso comigo é porque eu era forte para ouvir. Não sou forte merda nenhuma, eu estava muito mal e não tinha ninguém. Tinha muito medo de recomeçar e percebi que estava entrando nessa novamente. (Chora muito, bastante tempo)

A.- (Fico muito incomodada, sem saber o que dizer, com receio de machucá-la mais ainda.) Depois de algum tempo, digo que ela mostra bastante coragem, após três tratamentos que ela própria considera desastrosos, estar novamente tentando se tratar. Já que até o que foi bom, no final ficou ruim.

D.- É, ficou ruim, eu fiquei com muita raiva dele fazer aquilo comigo, eu tinha só dois anos de tratamento, não podia suportar.

A.- Daí cuidar de pai, de mãe... (D. precisava cuidar dos pais que moravam em outra cidade e a mãe apresentava sinais de demência.)

(Saiu três minutos antes. Não estava aguentando. Diz que fica muito cansada.)

Antes disso, diz que lembra sempre do meu cuidado em vir atendê-la na entrevista, mesmo ela estando muito gripada. Sente-se precisando de muitos cuidados. Aponto que necessita de cuidados porque está se sentindo muito frágil e/ou porque experimentou situações difíceis.

Algum tempo se passou e D. pôde falar de suas mágoas com o analista-morto, de como se sentiu usada quando, ao chegar para sua sessão, ele lhe pedia para levá-lo ao tratamento de quimioterapia e cobrava a sessão dela. De início, resistia a dar crédito, mas, com o tempo, conhecendo melhor D., acreditei. Essas descrenças e crenças foram dificultando muito meu trabalho com D. Muitas vezes me calava, impedida de dar uma interpretação mais clássica, e oferecia somente minha escuta e meu acolhimento.

Alguns anos mais tarde, transferi-me de consultório e D., já em processo de alta, conta-me que meu consultório anterior era claro, com flores e que chamava atenção não ter quadros na parede e o ambiente ser agradável. Já o consultório do analista-morto tinha muitos quadros, era sombrio, com o ambiente pesado. Mais tarde, com o agravamento da doença, o analista foi trabalhar em sua residência, que também tinha muitos quadros e o ambiente também era pesado.

“Agora, quando você avisou que iria mudar de consultório, fiquei com receio que a estória se repetisse. Mas a surpresa foi boa. Aqui ainda é mais bonito e agradável e você jogou muito bem com as cores”. Na ocasião, aponte para D. a importância da analista-viva: “Um analista-vivo para se identificar pode fazer você se sentir mais forte e verdadeira. Dessa forma, você fica mais esperançosa e confiante na nossa relação”.

Poucos meses depois, apressamos o término do tratamento, porque o marido de D. fora transferido a trabalho para outra cidade. Em uma das últimas sessões, D. fala: “Encontrei com M. [uma conhecida] e ela me disse que achou você muito bem e eu concordei. Acho bom eu estar deixando você bem bonita. Mas houve uma época que você não andava nada bem” (Eu havia sofrido contínuas perdas dolorosas). Disse: “Parece que agora está mais claro para você que as pessoas podem sofrer, até porque são humanas, e se recuperarem dessas perdas. Percebe agora que os lutos têm um prazo. Aos poucos, vamos nos voltando para o vivo, para experienciar criativamente nossa vida. Nós duas juntas criamos um caminho mais florido”.

Chegamos à última sessão (oito anos após) e eu estava viva e especialmente bem, tendo cumprido meu dever de sobrevivência, e Dorita, em sua

alegria e seu luto, parecia carregar seu duplo analista: o morto e o vivo. Despediu-se de mim com a mesma elegância e neutralidade de sempre. O pavor do analista-morto me pareceu não ter sido elaborado, mas D. deixou-me a impressão de alguém que já se aceitava, poderia ser ela mesma. A mim, estaria reservado o lugar de estar viva, à distância. De toda forma, demonstrava alegria por se separar de uma analista-bonitona, que ela não havia estragado. Tema recorrente em muitas sessões.

Alguns dias depois, recebo um telefonema de D. perguntando-me se aceitava tratar uma pessoa com distrofia simpático-reflexa. Desconhecia essa patologia, mas resolvi aceitar a paciente para satisfazer o desejo de D. e poder entender um pouco mais desses oito anos de relacionamento terapêutico. A seguir, falarei dessa nova relação.

1.2 Os primeiros encontros com Ada ou/e Ada

Recebo uma pessoa aparentemente frágil, bem cuidada e polida, pele clara e cabelos tingidos num tom louro light. A paciente – magra e delicada, com menos de 40 anos – tem aparência de boneca e me causa certa estranheza. O braço direito está imobilizado numa tipoia e a mão semicoberta por uma espécie de luva. Ada conta-me que porta um “neutralizador” de choques por cima da cicatriz de uma cirurgia no túnel do carpo, feita há cerca de um ano. A história de Ada é trágica e provoca sentimentos de pena e indignação.

Ada se submeteu à cirurgia para se livrar de dores e sequelas de tendinites causadas pelo uso frequente de microcomputadores, devido à sua atividade profissional. Uma grave falha cirúrgica ocasionou seu quadro atual, em que dores e choques se alternam, limitando seus movimentos e condenando-a a viver com restrições. A paciente, que complementava seu orçamento como instrumentadora cirúrgica, não pôde mais trabalhar. Ada se orgulha de ter sido hipereficaz nessas tarefas.

Curiosamente, Ada foi casada com um médico – neurocirurgião infantil, que é pai de suas duas filhas. A separação conflitante teve episódios policiais e o ex-marido mantém uma relação distanciada com a paciente e as filhas, recusando-se a colaborar.

Deprimida, conta uma “encenada” tentativa de suicídio, na qual a paciente tomava um coquetel de medicamentos receitados pelo ortopedista que a operou, por um fisiatra, por ela mesma e um cardiologista, pois também sofre de hipertensão arterial desde a separação do marido há oito anos. Ainda

no nosso primeiro encontro, expressei que só poderia tratá-la se procurasse um colega psiquiatra de minha confiança, o que prontamente aceitou.

A presença de Ada me provoca os mais diversos sentimentos, permeados por uma forte sensação de impotência. Não há reversão na distrofia simpático-reflexa e todos os recursos para minimização do sofrimento estavam sendo utilizados. Ada só tem uma saída – um procedimento cirúrgico que aplaca suas dores e elimina os choques, mas, em contrapartida, “adormece” seu braço. Sinto que veio pedir emprestado forças para se decidir e isto me faz sentir uma enorme responsabilidade.

Por outro lado, não me senti suficientemente empática com a paciente, que aparenta certa pobreza de vida fantasmática e afetiva, numa personalidade infantil e sedutora. Falo da necessidade de vê-la outras vezes, quando discutiríamos a questão dos honorários. Ada mostra-se muito grata e sedutoramente diz que me achou bonita. Persistia em mim uma sensação intrigante de futilidade e vazio.

Nos encontros subsequentes, soube que as duas filhas de Ada nasceram de cesárea e que já por duas vezes havia retirado cisto dos ovários. Problemas de aderência em outra cirurgia – uma histerectomia parcial – fizeram com que voltasse mais uma vez à sala de cirurgia. Era a primeira vez que eu via ao vivo uma “barriga de batalha”, nomenclatura de um quadro histérico. Soube mais tarde que, ainda solteira, submetera-se a uma cirurgia de apêndice de emergência.

Ada usa termos médicos acadêmicos quando conta com minuciosidade de detalhes seu “supermercado cirúrgico”, dando-me a estranha impressão de sentir um misto de dor e prazer. Tanto faz ser tratada ou destrutada pelos médicos, o que parece importar é o fato de estar nas mãos deles.

A cada novo encontro, a lista de tragédias de Ada engrossava, sempre permeando sua fala com a precariedade financeira e os malabarismos que fazia para contrabalançar seu orçamento. Parecia muito importante que eu soubesse que Ada sofria toda sorte de privações.

Era viúva de um casamento anterior com seu primeiro namorado, por quem foi bastante apaixonada. Dessa relação, nasceu um bebê masculino prematuro de seis meses e meio, que veio a falecer um mês depois, por ter aspirado leite que recebeu de uma enfermeira através de sonda, segundo seu relato. Ada estava sozinha com o bebê no quarto no momento em que este morreu. A vida de Ada era pontilhada de fatalidades e, no entanto, eu continuava com uma sensação de irrealidade, de bailarina namorada do soldadinho de chumbo.

1.3 As vicissitudes da vida pré e perinatal de Ada

“Eu sinto de longe o cheiro do pum dos meus cachorros. Eu sou muito limpinha e cheirosa, doutora. A senhora acredita que eu passo perfume para dormir? Eu tenho uma colônia que eu só uso para dormir”.

Ada contava que foi gêmea idêntica de um feto feminino morto aos quatro meses de gestação. Depois precisou esclarecer que não era bem assim e que sua mãe havia mentido para ela. Nasceu prematura de seis meses com peso de 1kg. Após o parto, sua mãe teve uma doença chamada “barriga d’água” e ficou em coma. Ada ficou na incubadora e sua mãe conta que tomava leite de conta-gotas e cabia numa caixa de papelão forrada de algodão. Ada teve uma mãe cheia de dores, enlutada e adormecida, e, como *holding*, uma caixa de papelão.

Ao longo do tratamento, percebo que Ada quase sempre traz uma sacola de papel onde costuma colocar as receitas, recibos ou prontuários médicos ou até mesmo um casaco. A paciente diz que não ficaria bem apresentar aos médicos os documentos amassados. A caixa de papelão com função de mãe suficientemente boa se continuou como objeto transicional, para auxiliá-la a administrar seus traços obsessivos.

As pesquisas de Piontelli (1995) sobre a vida pré-natal indicam que o feto com 28 semanas já reconhece odores e sabores. A partir de 16 semanas, Ada conviveu num meio ambiente uterino de toxinas, sangue e odores desprendidos do feto morto que mumificou. Permito-me livremente pensar as suas preocupações com odores, limpeza e organização como reativas ao registro da vida pré-natal, apoiando-me na hipótese de Piontelli da continuidade do comportamento na vida pós-natal de experiências ocorridas antes do nascimento – especialmente se esses acontecimentos são reforçados pelas experiências pós-natais.

1.4 Ada e seus duplos – os selves de Ada

“Eu fui muito levada. Quebrei braço e perna, mais de uma vez. Minha mãe dizia que tudo comigo era em dobro, que dei trabalho por duas. Agora, ela diz que sabe que vou me casar pela 4ª vez, que faço por mim e pela irmã gêmea morta”. Ada teve um terceiro relacionamento após separar-se do pai de suas filhas.

Aponto o ressentimento que permeia sua fala e Ada concorda: “Fico chateada mesmo, a minha mãe fala até que as minhas cirurgias são em dupla, como se eu buscasse isso”.

A compulsão à repetição de Ada parece uma tentativa de reparar seu duplo morto, dando-lhe vida através de seu corpo e de suas relações amorosas. Certa vez, a paciente me presenteou com um broche que retratava uma cabeça de boneca de cabelos louros com um chapéu de plumas e renda negra. Era um símile de Ada, enlutada.

No artigo “*O estranho*” (1919/1976a), em que discorre sobre a questão do duplo, Freud cita a dificuldade de as crianças distinguirem nitidamente objetos vivos de objetos inanimados, tratando suas bonecas como pessoas vivas. De fato, Ada, como os bebês prematuros, parecia uma criança em vias de viver, experimentando uma confusão entre experiências dolorosas e prazerosas. Com certa artificialidade, conta suas adversidades como se fosse espectadora do funcionamento do seu corpo, uma fala que pode ser clara e precisa e, outras vezes, de conteúdo confuso. Numa dessas ocasiões, a própria paciente percebe sua contradição: “Mentir, não. Sempre digo às minhas filhas: a mentira tem perna curta”.

Freud descobriu a psicanálise ao perceber que suas pacientes fugiam da verdade (Andrade, 1998) e Winnicott (1962/1982a) dizem que quaisquer que sejam os fatores externos, a visão que o indivíduo tem do fator externo é o que conta. Acolhi a história de Ada e juntei-me a ela na ousada jornada a favor da integração de sua personalidade.

2. A enfermidade psicossomática: as teorias e a técnica orientada para Ada

“As minhas irmãs, quando brigavam comigo, diziam que eu era má, que eu queria tudo pra mim. Elas faziam chantagem comigo, doutora. Pra me botar culpa, elas diziam que eu tinha matado minha irmã”. Ada era a mais nova de três filhas.

Confusa, Ada parece oscilar entre ser o bebê com vida ou o feto morto, já que o bebê que sobreviveu (ela) tornou-se homicida. Repete frequentemente que é muito generosa e que sempre pensou mais nos outros do que nela própria e, no entanto, casou-se com um homem mais velho visando proteção financeira. Não parece casual o surgimento após a separação do quadro hipertensivo e da folia de cirurgia.

Em “*Natureza humana*” (1990), Winnicott descreve os distúrbios do psicossoma como alterações do corpo ou do funcionamento corporal associados a estados da psique, e McDougall (1996) nos ensina que todos somos capazes de somatizar nossas dores mentais, quando nossas defesas habituais falham. Ainda

Winnicott (1994), concebe a enfermidade no transtorno psicossomático como a persistência de uma cisão na organização do ego do paciente ou de dissociações múltiplas, acarretando uma debilidade da vinculação entre psique e soma – processo de personalização. Entendo que a falha materna, no início do desenvolvimento emocional, influenciaria negativamente o processo de integração, provocando também a dissociação verdadeiro e falso *self*.

Para Winnicott, o verdadeiro *self* (*true self*) é o potencial herdado, que experimenta uma continuidade do ser, que está adquirindo a sua moda e no ritmo que lhe é possível, uma realidade psíquica e um esquema corporal pessoais (Khan, 1978). O sucesso do verdadeiro *self* depende de um ambiente inicial facilitador, onde uma “mãe suficientemente boa” (mãe boa comum) acolhe a expressão espontânea do seu bebê, evitando impor-se a si própria. Seu contraponto, o falso *self* (*false self*) (Winnicott, 1963/1982b), trata-se de um viver reativo a qualquer ameaça à continuidade da existência do ser humano, que originam defesas muito primitivas e eficazes a fracassos precoces dos cuidados maternos. A intelectualização se acha frequentemente associada ao falso *self*. O *self* social é uma aquisição saudável do crescimento pessoal, embora uma graduação do falso *self*.

Na visão da Escola de Psicossomática de Paris, onde a Psicossomática tem status de disciplina científica, o homem é psicossomático por definição e a psicossomática considera os movimentos psíquicos e somáticos, assim como as relações entre esses movimentos nos pacientes somáticos. Para os psicossomatistas franceses, o que existe é a doença somática – consequência de traumatismos que correspondem à dura perda de um objeto diretamente investido enquanto presença real (Marty, 1993).

No caso clínico que ilustra este trabalho, tão rico em patologias, também considerei o conceito de histeria arcaica de McDougall (1996), que dá ênfase ao conflito acerca do existir, mais do que acerca do direito às satisfações libidinais normais da vida adulta. Para ela, as ansiedades aqui estão ligadas ao temor de perder a identidade subjetiva ou até a vida.

Essas teorias me auxiliaram na compreensão do adoecer da paciente, mas o que determinou a estratégia clínica a ser adotada com Ada foi a iminente desorganização do seu aparelho psíquico em função dos choques e dores insuportáveis que acompanhavam sua disfunção somática. Ada estava totalmente impossibilitada de experimentar um viver criativo e prestes a sofrer um colapso mental. A interação analítica objetivaria a integração dos aspectos cindidos da personalidade da paciente e o surgimento do gesto espontâneo, permitindo

o sentido de realidade do *self* – na medida do possível, coeso, criador e vivo corporalmente. Sentir-se real é mais do que existir, é descobrir um modo de existir como si mesmo (Winnicott, 1975). Compreendi que, apesar da paciente apresentar algumas queixas de sintomatologia psiconeurótica, questões psicossomáticas e de doenças somáticas, seu quadro clínico atual era da ordem da existência e demandava uma intervenção ativa, rápida e firme.

Nesse caso, por enquanto, de pouca valia seriam os recursos da técnica psicanalítica clássica, e precisei buscar reforços na técnica do manejo e do *setting* modificado, conforme descritos por Winnicott, como uma provisão ambiental adaptativa especial.

Começamos o tratamento com a paciente sentada em frente a mim (opção dela) e logo percebi a importância do meu olhar para auxiliar Ada a juntar seus pedaços, para melhor conter-se em seu envelope carnal – semelhante ao rosto da mãe que, tendo do seu bebê uma imagem unificada, o ajuda em seu penoso processo de personalização. Se ninguém está ali para ser a mãe, a tarefa desenvolvimental do bebê torna-se infinitamente complicada (Winnicott, 1975), e Ada, enquanto bebê prematura, parece ter sido privada dessa necessária provisão ambiental.

“Eu não escuto ninguém, doutora. Só escuto a senhora. Agora, só o que a senhora diz pra mim é que é importante...” Ada mostra-se uma criança sedutora em sua dependência e regressão ao me atribuir poderes quase que ilimitados na tentativa de se identificar comigo e se sentir mais protegida.

No *setting* especial, o analista só consegue atender às demandas do paciente na fase similar à dependência absoluta quando perde o medo de segurar (*to hold*) o paciente em condições mais regredidas – quem perde o medo primeiro é o analista. A fragilidade e a desorganização de Ada no início causaram-me certo receio, pois também depositou em mim a decisão de mais uma cirurgia. Com o tempo, houve um relaxamento dos “nervos” e pudemos reexperimentar a capacidade de ilusão tão necessária para encontrar o objeto analítico (Melgaço Silva, 1994).

Fortuitamente, tive algumas oportunidades de fazer interpretações na transferência – Ada só aceitava interpretações de transferência positiva – obtendo associações como respostas, algumas citadas nas vinhetas clínicas.

Até o momento em que este trabalho foi escrito, Ada já havia diminuído o uso de medicamentos e descartava a possibilidade de mais uma cirurgia. Parecia já se sentir um pouco mais acompanhada pela analista como um objeto vivo e protetor.

“Agora eu já aprendi, doutora, é impressionante como já mudei. Antes de fazer alguma besteira, lembro da senhora. É impressionante, eu vejo a sua carinha e é como se me tranquilizasse. Parece que, naquele momento, a senhora me diz: ‘Você já pensou bastante sobre isso?’”

Em certa data comemorativa (dia dos médicos), Ada deixou a seguinte mensagem na secretária eletrônica do consultório: “A senhora é médica da minha alma, do meu corpo e da minha mente, apesar da senhora dizer o tempo todo que não é médica”.

Ada continua sedutora, mas parece um pouco menos regredida, à medida que parece precisar de um menor número de profissionais para tratá-la. Ada está em vias de integração, está iniciando a sua existência psicossomática psicanalítica. Tempos mais tarde, passou a chamar-me de psico-mãe.

Conclusão

“E o que o ser humano mais aspira é tornar-se um ser humano”.
(Clarice Lispector)

Apresentamos inicialmente um caso clínico tratado na psicanálise clássica, com o paciente deitado, numa frequência semanal de quatro sessões semanais, com duração de oito anos. A paciente apresentava desapontamentos com tratamentos anteriores. Necessitou-se muito tempo, de parte do analista, para ser visto como alguém confiável para o paciente. Entendi desde o início que tinha uma enorme responsabilidade: manter-me viva, mesmo que isso não dependesse somente de meu desejo. Penso que conseguimos atingir, ao término de nossa relação, esse objetivo, que permitiu a continuidade e bom desenvolvimento da dupla. Dorita, quando nos despedimos, era uma pessoa mais bonita, que já ousava usar cores em suas roupas e um pouco de maquiagem. Seus pacientes passaram a perceber suas mudanças, fazendo elogios que a tornavam uma pessoa mais *bonitona*.

Para tratar o ser psicossomático com doenças somáticas ou não, os recentes resultados das investigações sobre psiquismo pré e perinatal são de grande valia. No caso de Ada, esses conhecimentos sobre seu desenvolvimento mais primitivo contribuíram muito para o entendimento do seu comportamento, das suas escolhas afetivas e das suas dores mentais e físicas. Para tratar dos pacientes com doenças psicossomáticas, que envolvem um estado regressivo de retorno à dependência absoluta, a técnica mais indicada é a do manejo, que oferece uma provisão ambiental adaptativa especial.

O estudo da constituição do *self* como formulado por Winnicott, em falso e verdadeiro, foi de grande valia na compreensão da sintomatologia da paciente, que parecia funcionar fantasmagoricamente com um duplo-morto ao seu lado. Pensamos ter conseguido demonstrar, na exposição do caso clínico, que há possibilidade de a terapêutica de base analítica ajudar o paciente a fazer brotar o afeto onde existe uma única chance de expressão, a somática. A atenuação dos sofrimentos físicos, por sua vez, possibilita menor uso de medicamentos e outros procedimentos físicos. A palavra, à medida que vai ocupando o lugar do ato, proporciona ao ser humano maior liberdade nas suas escolhas.

Por fim, o trabalho tenta deixar claro que entende o adoecer do ser humano compreendido no enfoque biopsicossocial, levando em conta os fatores da vida pré-natal. Pensamos termos abarcado, na relação analista-paciente, a importância da escuta, do afeto e do *holding* em nosso relato.

Para concluir, temos o mesmo analista trabalhando com técnicas diferentes, mas o mesmo analista. O mesmo ser humano, que evidentemente sofre transformações a cada encontro com seus pacientes e que permite ser inundado e sensibilizado pelas trocas com outrem.

Two moments of a psychoanalyst: two patients with distinct desires and needs

ABSTRACT: *The study presents two clinical situations exercised by the analyst with patients with differentiated symptoms but intertwined in their history from a curious type of referral. The author reports an analytical relationship in its duration of eight years, with weekly frequency of four sessions per week, with a professional patient in the area of psychology who, at the end of this relationship, curiously indicates another patient to start a treatment. The intensity and forcefulness of the psychosomatic questions of the second patient led us to think about the importance of the investigation of pre and perinatal factors as relevant in the treatment of psychosomatic being with somatic diseases, or not. Like the psychoanalytic encounter demonstrates that this relationship can promote the emergence of an affectionate envelope where there seemed to be previously only one biological body, dissociated from the psyche, leading to the attenuation of physical suffering. The two patients came to the analysis with great suffering, each in their own way. The two patients get out of treatment with important experiences and recognitions. The analyst, in turn, reached the end of each treatment with the certainty that she had undergone significant changes, not only emotionally but also in her way of approaching her therapeutic encounters.*

KEYWORDS: *psychosoma; management; setting.*

Dos momentos de un psicoanalista: dos pacientes con deseos y necesidades distintas

RESUMEN: El estudio presenta dos situaciones clínicas expuestas por el analista con pacientes con síntomas diferenciados, pero entrelazados en su historia a partir de un curioso tipo de derivación. El autor reporta una relación analítica en su duración de ocho años, con frecuencia semanal de cuatro sesiones semanales, con un paciente profesional en el área de la psicología que, al final de esta relación, curiosamente indica a otro paciente que inicie un tratamiento. La intensidad y energía de las cuestiones psicossomáticas del segundo paciente nos llevó a pensar en la importancia de la investigación de los factores pre y perinatales como relevantes en el tratamiento del ser psicossomático con enfermedades somáticas, o no. El encuentro psicoanalítico demuestra que esta relación puede promover la aparición de una envoltura afectiva donde antes parecía haber un solo cuerpo biológico, disociado de la psique, lo que lleva a la atenuación del sufrimiento físico. Las dos pacientes llegaron al análisis con gran sufrimiento, cada una a su manera. Los dos pacientes salen del tratamiento con importantes experiencias y reconocimientos. La analista, a su vez, ha llegado al final de cada tratamiento con la certeza de que había sufrido cambios significativos, no solo emocionales sino también en sus forma de abordar sus encuentros terapéuticos.

PALABRAS CLAVE: manejo; administración; psicossoma.

Referências

- Andrade, S. (1998). A violência da mentira. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 32(4): 921-929.
- Freud, S. (1976a). O estranho. In S. Freud, *História de uma neurose infantil e outros trabalhos* (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XVII, pp. 275-314. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Original publicado em 1919).
- Freud, S. (1976b). Inibições, sintomas e ansiedade. In Freud, S. *Um estudo autobiográfico, Inibições, sintomas e ansiedade, A questão da análise leiga e outros trabalhos* (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XX, pp. 95-201. Rio de Janeiro: Imago. (Original escrito em 1925 e publicado em 1926).
- Khan, M. (1978). Introdução. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (pp. 7-61). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Marty, P. (1993). *A psicossomática do adulto*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- McDougall, J. (1983). *Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- McDougall, J. (1996). *Teatros do corpo: o psicossoma em psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Melgaço Silva, A. L. (1994). *Self em transicionalidade – Self total: um paradoxo?* III Encontro Latino-Americano sobre o Pensamento de Winnicott. Gramado, RS – Brasil.

Testemunho: Dois momentos de uma psicanalista – duas pacientes com desejos e necessidades distintas

- Piontelli, A. (1995). *Um estudo observacional e psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1975). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In D.W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 153-162). Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1982a). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 55-62). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1962).
- Winnicott D. W. (1982b). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 163-174). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (1990). Introdução. In D. W. Winnicott, *Natureza humana* (pp. 25-29). Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1994). Transtorno psicossomático. In D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas* (pp. 82-94). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (2000). Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão no contexto psicanalítico. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (pp. 459-481). Rio de Janeiro: Imago. (Original escrito em 1954 e publicado em 1955).

Recebido: 19/03/2022

Aceito: 12/07/2022

Anna Lucia Melgaço Leal Silva
E-mail: melgacoanna@gmail.com

Psicanálise e holocausto

– a pulsão de morte em testemunho

Marília Vilhena¹

RESUMO Ao reconhecer o vigor do legado freudiano, que irrompe para além de sua obra e de seu tempo, o presente artigo pretende, em breve incursão e de modo interdisciplinar, pensar o inacabado, inacessível, inviolável e demoníaco conceito de pulsão de morte, articulando-o com o maior genocídio do século XX, o Holocausto. No momento atual de nossa cultura, a existência de discursos nazistas e neonazistas confirma a relevância do testemunho, fundamental hoje e sempre, acerca da presença imperativa de Tanatos, ponto de abismo radicalmente problemático que reina como mal-estar na civilização. Em nossa busca de fortalecimento de Eros, seguindo Freud, visamos testemunhar a impossibilidade de praticar a psicanálise sob totalitarismos.

PALAVRAS-CHAVE: psicanálise; pulsão de morte; holocausto; testemunho.

*do homem vieste
e ao homem retornarás*

*A morte na guerra principia
na descida de um moço
pela escadaria.*

*A morte na guerra principia
No fechar da porta em silêncio,*

1. Psicanalista, Graduada (IFCS-UFRJ) e Licenciada (EDU-UFRJ) em Filosofia, Mestra em Psicologia Clínica (PUC-Rio), Doutora em Comunicação (ECO-UFRJ); Psicóloga do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente, Hospital Pedro Ernesto (NESA-HUPE-UERJ).

*a morte na guerra principia
no abrir a janela para ver.*

*Portanto não chorei por aquele que segue,
chorei pelo que desce a escadaria de sua casa,
chorei por aquele que guarda sua chave
no bolso derradeiro.*

*Chorei pela foto que lembra por nós,
chorei pelo papel que lembra,
chorei pelas lágrimas que não lembram.*

*E nesta primavera
quem se erguerá para dizer ao pó:
do homem vieste e ao homem retornarás.*

Yehuda Amichai (2018)

Se observarmos, no século XXI, há uma intensificação dos psicanalistas na cultura, por exemplo, nos hospitais, em instituições de saúde, na universidade, em especial na pós-graduação. Se o lugar da disciplina freudiana está hoje assegurado, a historiadora francesa Elizabeth Roudinesco (2006), criteriosamente testemunha que não é possível praticar a psicanálise sob totalitarismos.

Intensamente amado e odiado, Sigmund Freud permanece vivo, criador de uma revolução que impregnou o espírito de nosso tempo, ao fazer existir o que o discurso da razão buscava mascarar: o diabólico, o desconhecido, a estranheza, o irracional, o lado obscuro que há na humanidade. Para o pai da psicanálise, o amor e a psicanálise são meios de nos reconciliar com nossa história e inventar outros futuros possíveis. Vamos aos testemunhos.

O psicanalista Benilton Bezerra Jr. (Cezimbra, 2006) considera fundamental, no legado de Freud, a implicação do sujeito no destino que o espera, sujeito de seu destino, sujeito freudiano que estará sempre em qualquer cultura humana. A psicanálise, espaço de subjetivação e historicização, preserva o conceito de sujeito psíquico nas patologias contemporâneas, tais como o vazio, as adições, o não ser, diz-nos o psicanalista José Outeiral (Cezimbra, 2006).

O que permanece vivo e atual na obra freudiana, enquanto patrimônio da humanidade, segundo o psicanalista Renato Mezan (Cezimbra, 2006), consiste na descoberta do inconsciente e da possibilidade de a ele ter acesso. O

método analítico, enquanto forma geral de entrar em contato com o inconsciente e de neste intervir, permanece e continuará irredutivelmente marcado pela singularidade de cada um.

Ao pensar o presente, a psicanálise e seu futuro, Freud enfrentou em sua vida pessoal o real da segregação, fardo ético da sobrevivência, consequência da errância milenar do povo judeu, alteridade multiplicada e fragmentada em estilhaços. Em 1939, abrigado em Londres, Freud lembra de modo quase testamental as lições fundamentais da psicanálise, a primeira, segundo a psicanalista Betty Fuks (2014): o indestrutível no sujeito é a condição de estrangeiro a si mesmo.

Em seus comentários sobre a literatura do testemunho e os efeitos do trauma nas gerações posteriores, o quanto aí convivem Eros e Tanatos, Fuks (2014) afirma que a particularidade do povo judeu o tornou um inimigo preferencial ao longo da história. De acordo com a autora, o genocídio contra grupos aponta, dolorosamente, para a existência da alteridade, da diferença. Acerca do texto de Fuks, *O homem Moisés e a religião monoteísta* (2014), testemunha no prefácio a organizadora da coleção “Para Ler Freud”, Nina Saroldi (2014):

Retornando à Psicologia das massas e análise do eu, bem como a O mal-estar na cultura, para tratar das vicissitudes do judaísmo, Betty ressalta o fato de que os grupos precisam de um inimigo para fortalecer sua ligação interna. O grande problema que se pode depreender disso é saber o quanto é possível lidar, sem recorrer à violência, com esse inimigo necessário. No fim das contas, toda tolerância é como um elástico que em determinado ponto, ao ser esticado, vai arrebentar. (p. 18)

Para um pensador atento ao mal-estar de sua época, torna-se prioritária a reflexão sobre a barbárie, sobre o universal horror à diferença que habita a alma humana. Betty considera que, nos dias de hoje, o ideal da “raça pura” retorna, insidiosamente, em versão *light*, com apoio do discurso médico, da engenharia genética, pelo ideal de uma sociedade perfeita.

No século XXI, o saber psicanalítico, em ressonância com saberes de diferentes áreas da ação humana, caminha no sentido de questionar a atual fantasia totalizadora de que o conhecimento de um programa dará ao homem, por exemplo, o domínio completo sobre si mesmo. A genialidade de Freud desfaz a armadilha do conhecido, do familiar, ilusão de um sujeito transparente a si mesmo, sujeito enquanto perfeição individual.

Recentemente², soubemos que o *youtuber* Bruno Aiub, apresentador da *Flow* Produção de Conteúdo Audiovisual LTDA, foi demitido. Monark, como é conhecido, defendeu, no episódio 545 (logo retirado do ar) do *Flow* Podcast, um partido nazista reconhecido por lei no Brasil. Ele assim o testemunha a Athur Leal: “Eu acho que o nazista tinha que ter o partido nazista reconhecido pela lei”, “As pessoas não têm o direito de ser idiotas? A gente tem que liberar tudo”, “Se o cara quiser ser antijudeu, ele tinha que ter direito de ser”.

No *Flow* Podcast, o deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), de quem se quer a cassação de mandato, afirmou que o nazismo não deveria ter sido criminalizado na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para ele, por mais absurdo, idiota, antidemocrático, bizarro e/ou tosco que seja o que o sujeito defenda, isto não é crime (Duarte, 2022).

Condenado na Alemanha por negar publicamente o Holocausto no Memorial do campo de concentração de Dachau, Nikolai Nerling vive temporariamente como turista no Brasil desde o início de novembro de 2021. Figura importante da extrema-direita alemã, ele mantém contato com neonazistas violentos. Niklas Franzen (2022) escreve que o *videoblogger* lamenta um suposto “genocídio de brancos” e que qualquer pessoa que expresse dúvidas sobre a história do Holocausto se considerada “pior que um assassino”.

No artigo “Bioética e manipulação da vida”, Volney Garrafa (2003) afirma que, a cada dia, tornam-se mais frequentes e delicados os conflitos entre progresso biomédico, direitos humanos e equilíbrio futuro. Quanto à liberdade individual e coletiva conquistada pela humanidade no decorrer dos tempos, a pluralidade constatada neste início de milênio demanda do estudo bioético da questão da “manipulação da vida” a contemplação, na medida do possível, de forma multidisciplinar, de todas estas possibilidades. Ora, o conceito de equidade, ou seja, a disposição de reconhecer o direito de cada um a partir de suas diferenças, passa a constituir-se na palavra-chave em saúde no início do século XXI.

Nasci a 6 de maio de 1856, em Freiberg, na Morávia, pequena cidade situada onde agora é a Tchecoslováquia. Meus pais eram judeus e eu próprio continuei judeu. Quando, em 1873, ingressei na universidade, experimentei desapontamentos consi-

2. Matutina, Primeiro Caderno, página 8, O Globo, 08/02/2022, visto em <https://oglobo.globo.com/brasil/mpf-analisa-fala-de-monark-sobre-criacao-de-partido-nazista-consulado-da-alemanha-entidades-judaicas-museu-do-holocausto-repudiam-declaracoes-25385827>

deráveis. Antes de tudo, verifiquei que se esperava que eu me sentisse inferior e estranho porque era judeu. Recusei-me de maneira absoluta a fazer a primeira dessas coisas. Jamais fui capaz de compreender por que devo sentir-me envergonhado da minha ascendência ou, como as pessoas começavam a dizer, da minha ‘raça’. (Freud, 1925[1924]/1996e, p. 18-19)

Em escrito anterior de 1921, Freud já demonstrava, através da psicanálise, sentimentos de aversão e hostilidade em quase toda relação emocional íntima entre duas pessoas, que dura certo tempo. A seu ver, o mesmo acontece em unidades maiores, como, por exemplo, em raças estreitamente aparentadas que se mantêm a certa distância entre si. Freud não se espanta que diferenças maiores conduzam a uma repugnância quase insuperável, vide a que o povo gaulês sente pelo alemão, o ariano pelo semita e as raças brancas pelos povos de cor.

Não sabemos por que tal sensibilidade deva dirigir-se exatamente a esses pormenores de diferenciação, mas é inequívoco que, com relação a tudo isso, os homens dão provas de uma presteza a odiar, de uma agressividade cuja fonte é desconhecida, e à qual se fica tentado a atribuir um caráter elementar. (Freud, 1921/1996d, p. 19)

Ao nos lembrarmos do dualismo da segunda tópica freudiana entre pulsões de vida (Eros) e pulsões de morte (Tanatos), o objetivo de Eros é animar a substância inorgânica, reunir e manter juntas as partes da substância viva (processo secundário; ligação, amor), enquanto Tanatos é o processo primário, libertação, ódio voltado inicialmente para o interior (masoquismo primário, autodestruição, ligados libidinalmente ao indivíduo), secundariamente dirigido ao exterior (pulsão agressiva ou destrutiva, sadismo).

Na segunda tópica freudiana, em textos como *Além do princípio de prazer* (1920/1996c) e *Por que a guerra?* (Einstein e Freud, 1933[1932]/1996h), deparamo-nos com o predomínio do caráter “pulsional”, da aparência demoníaca em oposição às pulsões de vida [Eros; tendência à preservação e à união; princípio de prazer (prazer- desprazer) – realidade; pulsões sexuais]. De nada adianta tentar eliminar as diabólicas pulsões de morte (Tanatos; tendência à destruição e à agressividade; além do princípio de prazer), restando apenas à teoria mitológica das pulsões mesclar a satisfação de impulsos destrutivos dos indivíduos com motivos de natureza libidinal, erótica e idealista.

Anteriormente, em *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915/1996b), Freud havia percebido a necessidade biológica e psicológica do

sofrimento na vida humana. O obscuro sentimento de culpa ligado à humanidade desde tempos remotos resulta da matança e do devoramento de um violento pai real da primitiva horda e de uma posterior identificação com ele, disto originando-se a organização social, as restrições morais e a religião. “O ‘Não matarás’ assegura-nos que brotamos de uma sucessão interminável de gerações de assassinos. Mesmo hoje, a história do mundo que nossos filhos aprendem na escola é essencialmente uma série de assassinatos de povos” (Freud, 1915/1996b, p. 331).

A tese da pulsão de morte afirma o que há de mais radical, pulsional, indestrutível no desejo inconsciente: qualquer desejo se liga indissolúvelmente ao desejo de morte. A hipótese freudiana das pulsões de morte em *Além do princípio de prazer* baseia-se em: as pulsões tendem à restauração de um estado anterior de coisas (vide o mito de Aristófanes em *O banquete*, de Platão); tudo que vive morre por razões internas (torna-se mais uma vez inorgânico); o objetivo de toda vida é a morte (“Deveis à natureza uma morte”); as coisas inanimadas existiram antes das vivas. Em Freud, o destino da libido, da vida, define-se pela morte; toda pulsão é, enquanto tal, demoníaca pulsão de morte. A autoconservação do organismo implica que este siga seu próprio caminho para a morte.

Se tomarmos como verdade que não conhece exceção o fato de tudo o que vive, morrer por razões internas, tornar-se mais uma vez inorgânico, seremos então compelidos a dizer que o objetivo de toda a vida é a morte, e, voltando a olhar para trás, que “as coisas inanimadas” existiram antes das vivas. (Freud, 1920/1996c, p. 56)

Em seu seminário VII, Jacques Lacan (1988) diz-nos que a pulsão de destruição deve estar além da tendência ao retorno ao inanimado. A articulação da pulsão de morte, considerada pelo psicanalista francês suspeita, mas necessária, conduz Freud a um ponto de abismo radicalmente problemático, revelador de uma estrutura de campo. Este é um domínio não identificado por Freud, que sempre o tratou com a maior reserva, esta verdadeira barreira que detém o sujeito diante do campo inominável do desejo radical, campo da destruição absoluta além da putrefação.

Ora, o incômodo impacto com que a demoníaca pulsão de morte se faz presente no sujeito como princípio disjuntivo do sexual brota de sua impossibilidade de representação. Se Tanatos supõe desde o início sua associação com a pulsão de vida, sua positividade permanecerá, todavia, fora do circuito simbólico, aquém ou além das distorções viabilizadas discursivamente.

A psicanálise depara-se, enfim, com a nudez inviolável da pulsão de morte, que reina como mal-estar na civilização (Freud, 1930[1929]/1996g). Ao esbarrar com um limite, com algo de inacabado e de inassimilável, a questão que a psicanálise nos impõe, questão trágica por excelência, lança a todo momento o discurso na superação de si mesmo, no ainda não pensado acerca do pensável. Há algo do sujeito que ele não mais integrará como algo seu; algo do sujeito que irredutivelmente lhe escapa ao controle. O sujeito forçosamente fala porque é distinto do que ele diz, é capaz de mentir. Freud descobre no inconsciente a dimensão do sujeito que fala enquanto enganador.

No antigo texto de Jaques Lacan, “O estádio do espelho como formador da função do eu” nos *Écrits* (1966), a imagem, a *Gestalt* adquirida pela criança a partir dos seis meses, as concomitantes assunções jubilatórias de sua imagem especular, impotência motora e dependência de alimentação, manifestam a matriz simbólica em que o eu primeiramente se precipita. A forma unificada do corpo é antevisão em miragem do poder do sujeito, é exterioridade sobretudo constituinte, estátua imobilizada sob uma simetria invertida em oposição à turbulência de movimentos que a anima. O eu aí prefigura sua destinação alienante e se projeta em uma relação ambígua com o mundo fantasmático de sua fabricação.

O estádio do espelho é drama, insuficiência e antecipação. Este momento de simultaneidade entre ilusão de autonomia e autossuficiência da consciência e desconhecimentos constitutivos do eu faz oscilar todo o saber humano na mediatização pelo desejo do outro, na concorrência e rivalidade de outrem, na cicatriz narcisista do cúme primordial.

O ocultamento do destino em um mar de histórias faz do sujeito perda e desfalecimento constante, sujeito nunca idêntico a si mesmo que se constitui de modo lacunar e evanescente ao deslizar em uma cadeia simbólica de significantes. “O mundo, o mundo do ser cheio de saber, é apenas um sonho, um sonho do corpo enquanto falante, pois não existe sujeito conhecedor” (Lacan, 1966, p. 171).

Se a obra freudiana sublinha a impotência do eu face às forças demoníacas do isso e à crueldade e violência do supereu, constatamos na história de Adolf Hitler, em contrapartida, uma história de poder, de uma egomania impiedosa, inflexível, sem limites. Hitler objetivava compensar todos os reveses profundamente sentidos da primeira metade de sua vida – rejeição como artista, falência social, desmoronamento de seu mundo na derrota e na revolução de 1918 – através deste afrodisíaco que o consumia totalmente. Sede de poder pessoal de tal magnitude, junto a um apetite insaciável por conquistas territo-

riais, equivalia a uma aposta onipotente no monopólio do poder no continente europeu e, mais tarde, no mundo. O ataque nazista às raízes da civilização, sim, foi um traço definidor do século XX.

Sem qualquer capacidade de limitação, a progressiva megalomania de Hitler, em sua missão histórica de salvar a Alemanha, continha, inevitavelmente, as sementes de autodestruição. Enquanto uma conquista imperialista, suas formas modernas de barbárie evocam as piores conquistas bárbaras de séculos passados. Um observador perspicaz comentou em 1940:

Hitler é o suicida em potencial *par excellence*. Ele não tem laços fora de seu ego. [...] Ele está na posição privilegiada de alguém que não ama nada e ninguém senão ele mesmo. [...] Então, pode ousar tudo para preservar ou aumentar seu poder [...] que é a única coisa que se interpõe entre ele e a morte rápida. (Kershaw, 2010, p. 32)

Convém assinalar que o impacto de Hitler não deve ser entendido somente através de seus objetivos ideológicos, ações e contribuição pessoal. Fundamental é, também, levar em conta as forças sociais e estruturas políticas que promoveram o desastroso crescimento de um sistema cada vez mais dependente de um poder pessoal e absoluto.

Segundo o historiador Yan Kershaw (2010), a ditadura de Hitler se caracteriza como um paradigma para o século XX. Ela nos mostrou como uma sociedade moderna, avançada, culta pode afundar rapidamente na barbárie, culminando em guerra ideológica, brutalidade, rapacidade dificilmente imagináveis, e em um genocídio como o mundo jamais testemunhara.

Na ditadura de Hitler, listamos a reivindicação total do Estado moderno, graus imprevistos de repressão e violência estatal, manipulação sem paralelo dos meios de comunicação no controle e mobilização das massas, ultranacionalismo, o poder terrivelmente destrutivo das ideologias de supremacia racial, a utilização perversa da tecnologia moderna e da “engenharia social”.

Lila Binensztok, casada e brasileira naturalizada Liliana Syrkis, nascida em 1923, na cidade de Pinsk, na Polônia, foi surpreendida, aos 15 anos, pelo eclodir da II Guerra. Pai executado dentre oito mil oficiais poloneses executados por ordem de Stalin, Lila, com mãe e irmã pequena, foi deportada para a Sibéria, o que, paradoxalmente, lhes salvou a vida. De toda a família que permaneceu em Pinsk e lamentou sua deportação, ninguém sobreviveu.

Os judeus de Pinsk não foram deportados para campos de extermínio, que na época começavam a ser planejados. Foram, sim, massacrados, saqueados

em seus pertences, despojados de tudo através de seguidas matanças na cidade e arredores pela polícia polonesa e apoio de parte da população russa.

Em seu livro *Lila* (Syrkis, 2010), a autora testemunha:

Cerca de 40 mil judeus, entre moradores de Pinsk e muitos refugiados da parte originalmente ocupadas pelos alemães, foram exterminados, em levas sucessivas - massacres da fase “artesanal” do Holocausto. Hitler ainda não havia ordenado formalmente “a solução final” para os judeus, o que só aconteceria em 1942. (p. 57)

Na Sibéria, Lila sobreviveu a 45 graus negativos, fome, desolação, lobos e à polícia política stalinista, o NKVD. Ao final da guerra, conseguiu regressar à Polônia com o que restou de sua família.

Sobre o poder das multidões, lembro-me também da obra do genial Tolstói, *Guerra e paz*. Há uma cena inesquecível, em que ele descreve, quando uma multidão, durante o cerco de Napoleão sobre Moscou, ataca com fúria um inocente cidadão, acusado de ser espião francês, sem nenhuma prova, por um dos passantes. O coitado foi linchado, e nem teve a possibilidade de dizer uma palavra em sua defesa. (Syrkis, 2010, p. 135)

Primo Levi nasceu em Turim, em 1919, e formou-se pela Faculdade de Química de sua cidade, antes das leis fascistas impedirem o acesso dos judeus às universidades. Deportado em 1944 para o campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, Levi sobreviveu dentre três dos seiscentos judeus com ele deportados.

Segundo o autor de *É isto um homem?* (1947/1998), a história dos campos de extermínio deve ser por todos entendida como sinal de perigo sinistro. Enquanto subsistir esta concepção do mundo levada às suas últimas consequências, estamos ameaçados. Levi nos revela que o livro nasceu nos dias do Campo pela necessidade elementar de contar “aos outros”, tornar “os outros” participantes. A seu ver, a obra não visou fazer novas denúncias, e, sim, apresentar documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana.

Mesmo no Campo, esta grande engrenagem que transforma humanos em animais, pode-se sobreviver para relatar a verdade, dar um depoimento. Viver implica, essencialmente, em esforço para salvar ao menos a estrutura, a forma da civilização. Diante da escravidão, do despojamento de qualquer direito, da exposição a qualquer injúria, do destino a uma morte quase certa, ainda resta a última opção, que se deve defender a qualquer custo, “a opção de recusar nosso consentimento”.

Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar a aniquilação de um homem. [...] Condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar. Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, nada nos escutarão – e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos. (Levi, 1947/1998, p. 55)

Durante as últimas semanas da guerra, a burocracia da SS³ ocupou-se principalmente em falsificar documentos e destruir montanhas de papel que atestavam seus anos de assassinato sistemático. A dominação totalitária buscou estabelecer buracos de esquecimento, nos quais todos os feitos desapareceriam. Desde junho de 1942, todas as investidas nazistas, no sentido de eliminar os vestígios dos massacres – cremação, queima em poços abertos, uso de explosivos, lança-chamas, máquina trituradora de ossos, tentativas de fazer desaparecer seus oponentes em silencioso anonimato –, foram em vão.

Temos, à guisa de exemplo, a inútil queima dos arquivos pelo departamento de Eichmann. Segundo a filósofa Hannah Arendt (2013), Adolf Eichmann, um dos arquitetos da “solução final”, medíocre arrivista, nulidade submissa, funcionário sem discriminação moral, viu parar nas mãos dos Aliados toda sua correspondência endereçada a outros departamentos do Estado e do Partido. Documentos estes mais que suficientes para contar a história da Solução Final, história confirmada por testemunhos jurados e não jurados, dados geralmente por testemunhas e acusados de processos anteriores e, com frequência, por pessoas que não estavam mais vivas. “Os buracos de esquecimento não existem. Nada humano é tão perfeito, e simplesmente existem no mundo pessoas demais para que seja possível o esquecimento. Sempre sobra um homem para contar a história” (p. 254).

Filhos de nazistas, de Tania Crasnianski (2018), consiste no resultado de pesquisas aprofundadas em diferentes arquivos, em que são delineados oito retratos, nenhum deles anônimo, de filhos de nazistas. Gudrun, Edda, Martin, Niklas e outros são filhos do silêncio, descendentes dos criminosos responsáveis pelos tempos mais sombrios da história. Sua herança comum consiste no extermínio de milhões de inocentes por seus pais. Muito novos para entender

3. N. do R.: *Schutzstaffeln* – tropas de proteção

o que estava acontecendo, vários deles viveram em zona isolada, reservada ao Führer, a salvo das atrocidades da guerra.

Alguns deste filhos conseguem firmemente rejeitar a ação paterna sem deixar de amar o pai. Outros não podem amar um “monstro” e o negam a fim de preservar um amor filial incondicional, como Gudrum Himmler e Edda Göring, que se orgulham do sobrenome e veneram seus pais. Há, ainda, os que sentem ódio e rejeição. Alguns tomaram, por exemplo, o caminho da espiritualidade, ou se fizeram esterilizar para não transmitir o mal. Todos tiveram, conscientemente ou não, que escolher sua maneira de encarar o passado.

As gerações que se seguiram à guerra evitaram dela falar. Sob o império do silêncio, em um mutismo total, alguns nunca mais evocaram aquele período nefasto, no intuito de não comprometer a imagem que tinham de seus pais. Nenhum destes dirigentes nazistas revelou a seus filhos os horrores cometidos. Para escapar do passado, informações não foram transmitidas.

Podemos recorrer à noção de cisão, de coexistência no sujeito de duas potencialidades contraditórias, para tentar entender como estes homens, que tiveram uma vida dita normal, puderam, em paralelo, massacrar milhões de pessoas. Diz-nos a autora Tania Crasnianski (2018):

Como semelhantes monstros podiam beijar seus filhos antes de sair para matar ou mandar matar, sem um pinga de humanidade, homens, mulheres e crianças? Como imaginar Himmler beijando sua “Püppi”, sua bonequinha, antes de ir à Kommandantur assinar a ordem de execução de crianças simplesmente por serem judias? (p. 14)

Gudrun Himmler, “Puppi”, filha única legítima de Heinrich Himmler, sua bonequinha, é “a princesa do nazismo”, idolatrada por ser uma herdeira de primeira linha da grande Alemanha. De seu pai, Heinrich Himmler, homem-chave da Gestapo e da SS, seus colegas diziam que, quando menino, seria incapaz de fazer mal a uma mosca. Dedicada ao pai amoroso, Gudrun sempre o defendeu, incapaz de aceitar que ele fosse o organizador e executor da Solução Final. Para ela, homenagear a memória do pai implica adesão e envolvimento na ideologia nazista.

Tania Crasnianski (2018) nos remete ao livro *Eichmann em Jerusalém*, em que Hannah Arendt enfatiza o desumano que habita em cada um de nós e afirma a necessidade de se questionar sobre o que nomeia “banalidade do mal”. A incapacidade de se colocar no lugar do outro, a falta de empatia, a pura ausência de pensamento, segundo Arendt, permitiram a Eichmann se tornar um dos maiores criminosos de sua época. “Mesmo quando aplicava medidas de ex-

termínio, eu levava uma vida familiar normal [...] a vida familiar era uma coisa sagrada para mim. Estou ligado a ela por laços indissociáveis” (p. 13), declara Rudolf Höss, comandante de extermínio de Auschwitz.

Um avanço irreversível em direção ao genocídio, em 1939, foi chamado de “ação de eutanásia”; eutanásia esta involuntária, programa para matar doentes mentais e outros doentes incuráveis, baseado na noção de “peso morto” da sociedade, vida que não vale a pena viver, vida inútil que deve ser destruída.

Em *Reflexões para os tempos de guerra e morte*, Freud (1915/1996b) comenta que, na história primeva da humanidade, pululam assassinatos: “Mesmo hoje, a história do mundo que nossos filhos aprendem na escola é uma série de assassinatos de povos” (p. 311-312). Ora, a psicanálise revela que, mesmo no homem moderno, os motivos puramente racionais podem pouco fazer contra seus impulsos apaixonados; de nada vale eliminar as inclinações agressivas, restando apenas à teoria mitológica das pulsões propor métodos indiretos de combate, à guerra: favorecer o estreitamento de vínculos emocionais entre os homens, comunhão de sentimentos, identificações etc... Todo indivíduo, contudo, é inimigo em potencial da civilização e provavelmente uma certa percentagem da humanidade será sempre associada: “o homem é o lobo do homem”.

O horror visceral de Hobbes ao “homem à solta” deriva da suposição de que um ser humano em seu estado natural, dispensado das limitações coercitivas (ou a elas jamais submetido) é uma besta, e não um indivíduo livre; um ser que, por falta de limites eficazes faz a vida “detestável, brutal e curta”, qualquer coisa, menos feliz. No estado de natureza, antes de ingressar no estado social, “a utilidade é a medida do direito” para o homem, que, levado por suas paixões, precisa conquistar o bem, ou seja, as comodidades da vida, que resulta em prazer. Dizem-nos *Os Pensadores*:

“O homem é o lobo do homem” é uma das frases repetidas por aqueles que se referem a Hobbes. Essa máxima aparece na obra *SOBRE O CIDADÃO*, coroada por uma outra, menos citada, mas igualmente importante: “guerra de todos contra todos”. [...] O altruísmo não seria, portanto, natural. Natural seria o egoísmo, inclinação geral do gênero humano, constituído por um “perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder que só termina com a morte”. Essa ideia é afirmada por Hobbes em relação a todos os homens. (Monteiro, 1983, pp. 17-18)

No campo psicanalítico, em *Psicologia de grupo e a análise do ego*, Freud (1921/1996d) nos apresenta um indivíduo que, em um grupo, vê-se em condi-

ções que lhe permitem arrojarse de si os recalques de seus impulsos inconscientes, ou seja, dominado por um sentimento de poder invencível, que lhe permite render-se a pulsões que, estivesse ele sozinho, teria compulsoriamente mantido sob coerção. Quando indivíduos se reúnem em um grupo, todas as suas inibições caem e todas as pulsões cruéis, brutais e destrutivas, neles adormecidas como relíquias de uma época primitiva, são despertadas para encontrar gratificação livre. Porém, sob a influência da sugestão, os grupos também são capazes de elevadas realizações, abnegação, desprendimento e devoção a um ideal.

Um dos mais importantes ensaios sobre a humanidade no século XX resulta diretamente do terror infundido a Elias Canetti, seu autor, ainda jovem, nas ruas de Viena e Berlim, pelas primeiras manifestações populares de adesão ao nazifascismo. Em sua relevante obra *Massa e poder* (2005) especificamente na abordagem de “A massa”, Canetti afirma que nada há de mais temível para o homem do que o contato com o desconhecido. O sujeito humano evita, de todas as formas, aproximar-se do estranho. Somente na massa é possível aos homens libertarem-se deste temor de contato.

Segundo Canetti (2005), o acontecimento fundamental no interior da massa, no sentido de que, antes dele, ela não existia, consiste naquele em que todos os que a compõem desvencilham-se de suas diferenças e passam a sentirem-se iguais. Momento inaugural da descarga, no qual deitam-se abaixo as separações, cargas das distâncias que fazem do homem um ser rijo e sombrio. Somente a união de todos é capaz de promover-lhes um enorme alívio e a feliz sensação de que cada um encontra-se tão próximo dos outros quanto de si mesmo. Todavia, ao padecer de uma ilusão básica, há perigo neste momento tão cobiçado de descarga, razão pela qual os homens transformam-se em massa. Afinal, embora sintam-se subitamente iguais, estes não o são de fato, nem o são para sempre.

Ainda em Canetti (2005), dentre os traços mais notáveis na vida da massa, encontra-se algo como um sentimento de perseguição, uma particular ira, suscetibilidade, irritabilidade em relação aos que caracteriza como inimigos. Façam o que for, tudo é interpretado como provindo de uma inabalável malevolência, de uma disposição hostil, um propósito já firmado de, aberta ou dissimuladamente, destruí-la. A tão longa duração das guerras, mesmo quando já há muito perdidas, deve-se ao que Canetti considerará como um instinto mais profundo de massa: o de manter-se em seu estado agudo, não se desintegrar, permanecer.

Em *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921/1996d), *Totem e tabu* (1912-13/1996a), *O futuro de uma ilusão* (1927/1996f) e muitas outras obras, Freud reflete sobre o que fazem seres humanos obedecer, admirar, amar tiranos.

Mark Edmunson (2009), em *A morte de Freud: o legado de seus últimos dias*, observa sobre o criador da psicanálise:

Em um certo sentido, ele logo começaria a pensar com profundidade sobre o homem que o jovem Adolf Hitler, como ele residente da cidade de Viena em 1909, se tornaria e também sobre todos os tiranos que seguiriam Hitler ao longo do século XX e no início do século XXI. (p. 13-14)

Sabemos que os nazistas odiavam Freud com particular veemência. Em 1933, queimaram seus livros nos comícios nas ruas da Alemanha, “contra a glorificação da vida instintiva que destrói a alma” (Edmunson, 2009, p. 15). Em 1938, Adolf Hitler desejava a Áustria, cidade que, em sua “missão histórica”, almejava destruir; cidade em que fora submetido a abusos e humilhações. Freud, por sua vez, vivera em Viena durante quase toda sua vida e lá realizou seu trabalho, contra não poucas resistências. Em 1938, velho e doente, ele vivia dias de tormento, em consequência de diversas operações de câncer. Refletindo sobre os nazistas, logo após a invasão da Áustria, Freud aponta neles algo assim mais ou menos inevitável, algo chamado “pulsão de morte”, força presente em toda a vida orgânica, em todos os seres, uma ânsia de retornar a um estado primordial, de buscar, à sua própria maneira, a destruição e a decomposição.

Até o final de sua vida, Freud considerou a pulsão de morte uma hipótese aberta. Ao deparar-se, enfim, com a nudez inviolável da pulsão de morte que reina como mal-estar na civilização, a psicanálise esbarra com um limite, com algo de inacabado e de inassimilável. Silêncio conceitual, talvez a questão maior que o discurso psicanalítico nos impõe, questão trágica por excelência, questão que lança a todo momento o discurso na superação de si mesmo, no ainda não pensável acerca do pensável.

Se tudo o que é imanente ou implícito na cadeia dos eventos naturais pode ser considerado como submetido a uma pulsão dita de morte, é porque há a cadeia significativa. É de fato exigível neste ponto do pensamento de Freud que isto de que se trata seja articulado como pulsão de destruição, porque ela põe em causa tudo o que existe. Mas ela é igualmente vontade de criação a partir de nada, vontade de recomeço. (Lacan, 1966 p. 251)

Testemunhemos.

Psychoanalysis and the holocaust – death drive in testimony

ABSTRACT *Recognizing the vigor of the Freudian legacy, which erupts beyond his work and his time, this article, intends, in a brief incursion and, in an interdisciplinary way, to think about the unfinished, inaccessible, inviolable, and demonic concept of death drive, articulating it with the biggest genocide of the 20th century, the Holocaust. In our culture's actual moment, the Nazi and neo-Nazi ideologies' existence confirm the testimony's relevance, essential now and ever, of the imperative presence of Thanatos, a radically problematic abyss point that reigns as discontent in our civilization. In our search to strengthen Eros, following Freud, we aim to testify the impossibility of practicing psychoanalysis under totalitarianism.*

KEYWORDS: *psychoanalysis; death drive; holocaust; testimony.*

Psicoanálisis y holocausto – la pulsión de muerte en testimonio

RESUMEN *Al reconocer la vigencia del legado freudiano que irrumpe más allá de su obra y de su tiempo, el presente artículo pretende, en breve incursión y de modo interdisciplinar, pensar lo inacabado, inaccesible, inviolable y demoníaco concepto de pulsión de muerte, articulándolo con el mayor genocidio del siglo XX, el Holocausto. En el momento actual de nuestra cultura la existencia de discursos nazistas y neonazistas confirman la relevancia del testimonio, fundamental hoy y siempre, respecto a la presencia imperativa de Tanatos, punto de abismo radicalmente problemático que reina como malestar en la civilización. En nuestra búsqueda de fortalecimiento del Eros, siguiendo a Freud, aspiramos a ser testigos de la imposibilidad de practicar el psicoanálisis bajo totalitarismos.*

PALABRAS CLAVE: *psicoanálisis; pulsión de muerte; holocausto; testimonio.*

Referências

- Amichai, Y. (2018). *Terra e paz: antologia poética*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Arendt, H. (2013). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Canetti, E. (2005). *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cezimbra, M. (2006, 29 abr). Os novos desafios da psicanálise. *O Globo*, Rio de Janeiro, Prosa & Verso (pp. 1-2).
- Crasnianski, T. (2018). *Filhos de nazistas: os impressionantes retratos de família da elite do nazismo* (F. Scheibe, trad.). São Paulo: Vestígio.
- Duarte, M. (2022, 09 fev). Após fala sobre Nazismo, Kim Kataguirí vira alvo de pedidos de cassação e de renúncia. *O Globo*, Rio de Janeiro, Caderno Brasil (p. 8).
- Edmunson, M. (2009). *A morte de Freud: o legado de seus últimos dias*. Rio de Janeiro: Odisseia.

- Freud, S. (1996a). Totem e tabu. In S. Freud, *Totem e tabu e outros trabalhos (1912-1913)*(Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XIII, pp. 11-164). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1912 e 1913).
- Freud, S. (1996b). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In S. Freud, *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*(Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XIV, pp. 285-312). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (1996c). Além do princípio de prazer. In S. Freud, *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)* (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XVIII, pp. 11-76). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (1996d). Psicologia de grupo e a análise do ego. In S. Freud, *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)* (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XVIII, pp. 77-154). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1996e). Um estudo autobiográfico. In S. Freud, *Um estudo autobiográfico, inibições, sintomas e ansiedade, análise leiga e outros trabalhos (1925-1926)* (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XX, pp. 10-76). Rio de Janeiro: Imago. (Original escrito em 1924 e publicado em 1925).
- Freud, S. (1996f). O futuro de uma ilusão. In S. Freud, *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*(Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XXI, pp. 11-64). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927).
- Freud, S. (1996g). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*(Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XXI, pp. 65-148). Rio de Janeiro: Imago. (Original escrito em 1929 e publicado em 1930).
- Freud, S. (1996h). Por que a guerra? In S. Freud, *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos (1932-1936)*(Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XXII, pp. 189-208). Rio de Janeiro: Imago. (Original escrito em 1932 e publicado em 1933).
- Franzen, N. (2022, 05 fev). Condenado por negar Holocausto, influenciador alemão de extrema direita se abriga no Brasil e segue com discurso de ódio. *O Globo*, Rio de Janeiro, Caderno O Mundo (p. 22).
- Fuks B. (2014). *O homem Moisés e a religião monoteísta – três ensaios: o desvelar de um assassinato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Garrafa, V. (2003). Bioética e manipulação da vida. In A. Novaes (Org.), *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kershaw, I. (2010). *Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lacan, J. (1966). *Écrits*. Paris: Ed. du Seuil.
- Lacan, J. (1988) *Seminário VII* : Rio de Janeiro, Zahar,

- Levi P. (1998). *É isto um Homem?* Rio de Janeiro: Rocco. (Original publicado em 1947).
- Monteiro, J.P., *Vida e Obra* In Hobbes, T (1983). *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil* / In: *Os Pensadores* São Paulo: Abril Cultural.
- Roudinesco, E. (2006, 07 maio). Um complô arcaico. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Mais.
- Saroldi, N. (2014). Prefácio. In B. Fuks, *O homem Moisés e a religião monoteísta – três ensaios: o desvelar de um assassinato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Syrkis L. (2010). *Lila*. Rio de Janeiro: T X.

Recebido em 21/03/2022.

Aceito em 08/06/2022.

Marília Vilhena

mamevi777@gmail.com

A função testemunho, o traumático e a escuta clínica do psicanalista cidadão

Vanuza Monteiro Campos Postigo¹

RESUMO: Estamos vivenciando, nos últimos anos, uma crise sanitária pandêmica que potencializou e descortinou outras crises, sociais e políticas, em andamento na nossa cultura; são tempos de grandes transformações e fragilidades sociais que geram aumento de polarizações, retrocessos no campo político e social com a ascensão de totalitarismos, recrudescimento de fundamentalismos político-religiosos, em um retorno de recalcados conflitos que descortinou a misoginia, o racismo, o machismo e outros tantos preconceitos em nossa cultura. O sujeito hodierno endereça ao analista uma fala que clama por uma escuta que testemunhe e legitime os desconcertantes tempos traumáticos com a liquefação das certezas, com os ataques ao laço social e ao pacto civilizatório. A “função testemunho” assume caráter continente e estruturante em um cenário social que convoca o analista cidadão, um analista implicado em seu tempo e subjetividade, que possa reconhecer, suportar e legitimar a fala do analisando.

PALAVRAS-CHAVE: trauma; função testemunho; analista cidadão

Considerações iniciais

Sigmund Freud (1856-1939) testemunhou as duas grandes guerras mundiais e a pandemia da gripe espanhola, tendo sua vida e seu destino determinados por estes e outros acontecimentos político-sociais em suas oito décadas de vida. Filhos e amigos de Freud participaram da I Guerra Mundial (1914-1918); a gripe espanhola (1918-1920) adoeceu os pulmões de sua esposa, Martha, vitimou sua

1. Doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ), doutoranda do Instituto de Psicologia (PPGPS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora no ÂNCORA – Grupo de pesquisas sobre Territórios Sociais.

primogênita, Sophie; a II Guerra Mundial (1939-1945) coagiu Freud a fugir da ocupação nazista em Viena para o exílio em Londres e vitimou irmãs e outros familiares nos campos de extermínio do holocausto. Tanto em sua vasta correspondência pessoal, quanto em seus textos, encontramos esses atravessamentos históricos, afinal, foram décadas de vida e de produções clínico-teóricas, atravessamentos estes que afetaram não somente a sua visão de mundo, como a compreensão de funcionamento psíquico do sujeito e da cultura.

O Freud que conhecemos através dos textos iniciais da psicanálise é um positivista, cuja teoria é norteadada pela proposição de que as ciências são, por excelência, o modelo do conhecimento humano, bem como pela compreensão evolucionista aí associada. Em alguns artigos do começo de sua vasta obra, encontramos um autor que recorrentemente metaforiza a história da cultura com o desenvolvimento humano, comparando o infantil ao primitivo em etapas evolucionistas e que aposta em um avanço cultural do animismo à ciência. O jovem Freud, chamemos assim, constrói uma teoria baseada na interpretação, na qual a tradução do inconsciente e o acesso ao sexual recalcado estavam no centro de sua teorização, como na *Psicoterapia da histeria* (1893/1996a), no *Projeto para uma psicologia científica* (1950[1895]/1996b), *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1996c) e outros. Já em seus textos finais, encontramos Freud problematizando como a religião é uma ilusão, a qual o sujeito não quer renunciar – no *Futuro de uma ilusão* (1927/1996f) – e anunciando o mal-estar como parte inerente de uma civilização – em *O mal-estar na civilização* (1930/1996g). O Freud maduro reformula sua teorização e apresenta os limites dessa primeira formulação, do modelo tradutivo de interpretação, ampliando sua concepção de funcionamento do aparelho psíquico, localizando no cerne deste aparelho o intraduzível e o irrepresentável, virada teórica possível a partir da formulação do conceito de pulsão de morte em *Além do princípio de prazer* (1920/1996d).

Esse preâmbulo localiza a interpenetração do sujeito e de suas produções em determinadas circunstâncias socioculturais e o quanto somos historicizados e datados na articulação de nossos discursos. E que essa circunstância histórica deve ser escutada pelo analista, conforme explica Koltai (2016, p. 29):

[...] o tratamento analítico deve tratar o homem, o ser psíquico, o sujeito, como sujeito da condição humana, como portador de uma realidade psíquica, que é concomitantemente a sua e do conjunto humano que faz dele aquilo que ele é. Ou dito de outra forma, uma análise não diz respeito apenas à determinada organização psi-

copatológica, ela tem que se haver, quer queira ou não, com o rochedo daquilo que constitui a realidade do humano.

Essa realidade psíquica do conjunto humano, essa interpenetração, é fundamental para pensarmos o sujeito e seu entorno na psicanálise, visada que queremos destacar aqui em nossa reflexão. Vivemos tempos, no mínimo, turbulentos neste século XXI: anos de pandemia da Covid-19, que gerou uma crise sanitária potencializadora e reveladora de outras crises, sociais e políticas, em andamento na nossa cultura; bem como guerras acontecendo em territórios diversos do planeta – na Europa, na Ásia, no Oriente Médio, na África –, desenhando um cenário objetivo e subjetivamente bem complexo, em que pensamentos reducionistas e negacionistas desqualificam os sentimentos de desamparo e horror ante esse cenário por parte da sociedade e de governantes de diversos territórios do planeta.

Alguns pensadores, como a antropóloga Lilia Schwarcz (citada por Coppus, 2020), sugerem que talvez possamos comparar a pandemia da Covid-19 do século XXI com o final da Primeira Guerra Mundial, no século XX e, conforme afirma Coppus (2020, p. 132):

[...] estarecidos pelo poder de destruição proporcionado pelas novas tecnologias ao alcance dos exércitos, os soldados que retornavam do front com vida, para expressarem o indizível horror vivido naquele período, só tinham o silêncio. Como Freud viveu as consequências de se presenciar uma guerra, compreendeu que, nas ações, cotidianas e políticas, temos um discurso que vai da denegação da tragédia que estamos vivendo até a sua elevação à última potência, de forma que nosso vocabulário é invadido por significantes como defesa, ataque, trincheiras, batalha, terror.

São tempos de amplas mutações e vulnerabilidades sociais que geram aumento de polarizações; involuções no campo político e social, com a escalada de totalitarismos; exacerbação de fundamentalismos político-religiosos, em um retorno de recalcados conflitos que descortinou a misoginia, o racismo, o machismo e outros tantos preconceitos em nossa cultura. O sujeito hodierno, avassalado pela queda de ideologias, valores e certezas na tramitação da modernidade para a pós-modernidade, endereça ao analista uma fala que exige uma escuta que testemunhe e legitime a desconcertante liquefação das certezas, os ataques ao laço social e ao pacto civilizatório. São tempos afeitos ao traumático, ao indizível e ao irrepresentável, que aludimos anteriormente ao mencionar, na virada

dos anos 1920, o ressurgimento da ideia do traumático na teoria freudiana, agora com o anúncio da segunda teoria pulsional (Freud, 1920/1996d).

A propósito do trauma, a psicanalista Caterina Koltai (2016) aborda a literatura de testemunho de sobreviventes de genocídios e se indaga sobre quais ensinamentos os traumas históricos abordados nesta literatura podem trazer para a psicanálise. A autora entende os testemunhos como um misto de confissão, reflexão e documento histórico, e propõe que

O analista, ainda que não seja um historiador, não pode, a meu ver, se dar o luxo de ignorar a História, pois como diz Fedida (2007) é seu dever poder imaginar o inimaginável, caso contrário estaria negligenciando que o fato aconteceu. Alguns pacientes nos dizem que o que eles viveram nós teremos que imaginar, e estão cobertos de razão [...]. Aquele que nos fala do horror precisa saber que há um semelhante que o escuta, o que não é sinônimo de empatia, no sentido de dar a impressão que vivemos o que ele viveu, mas de empatia no sentido que podemos tentar imaginar o que ele viveu, que aceitamos nos prestar a isso. (Koltai, 2016, p. 29)

Endo (2008) também destaca o trabalho psicanalítico como espaço privilegiado de produção testemunhal, como testemunho do inconsciente, do trágico e do traumático. E isso assume grande importância em um contexto histórico como o do século XXI. Afinal, como sustenta Lacan (1960/1998), um analista não deve recuar, e sim enfrentar os desafios de seu tempo e seu pertencimento a uma cultura e a um determinado tempo histórico: “Deve renunciar à prática da psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (Lacan, 1960/1998, p. 321), horizonte este bastante amplo, mas que comporta o caráter político-social da subjetividade que estamos aqui destacando, visto que é de Lacan, também, a afirmação de que “o inconsciente é a política”.

Dufour (2007 citado por Torossian, 2019) parte da afirmação de Lacan que “o inconsciente é a política” para destacar o lugar estrutural do Outro como terceiro, lugar este que se atualiza na história, acrescentando que “se o inconsciente é a política, a política é a estética” (p. 245). Torossian (2019, pp. 27-28) explica que essa estética

[...] aponta para os textos, relatos, representações, dogmas, gramáticas e saberes (e podemos acrescentar poderes) que permitem sustentar as figuras do Outro a partir das quais o sujeito poderá ser produzido como tal. Produzido para governar seus

modos de trabalhar, falar, crer, pensar, habitar, comer, cantar, contar, amar e morrer. Modos que diferem nos diferentes lugares e épocas.

Um discípulo e analisando de Lacan, o psicanalista Éric Laurent (1999), problematiza e avança nessa questão da política, concebendo o conceito de analista-cidadão em texto homônimo, no qual convida os analistas ao debate social, afirmando que:

Os analistas precisam entender que há uma comunidade de interesses entre o discurso analítico e a democracia, mas entendê-lo de verdade! Há que se passar do analista fechado em sua reserva, crítico, a um analista que participa; um analista sensível às formas de segregação; um analista capaz de entender qual foi sua função e qual lhe corresponde agora . . . pedimos uma rede de assistência em saúde mental que seja democrática e seja capaz de respeitar os direitos de cidadania dos sujeitos que estão nesse campo e nesse marco concreto da saúde mental. (Laurent, 1999, p. 8)

Para além de uma sintonização com a subjetividade de nosso tempo, trata-se de convocar o analista a se implicar nas práticas e discursos da cultura na/da qual escuta o sujeito. Nesse sentido, vale lembrar o alerta de Birman (2020, p. 157):

Sempre que o discurso psicanalítico se representou e se exerceu como autônomo e descolado de sua existência real – nas bordas de outras discursividades e práticas sociais – ao longo de sua história centenária, tornou-se não apenas estéril conceitual e clinicamente como também rígido. Transformou-se em uma ortodoxia marcada pela ritualização (religiosa e obsessivo compulsivo) de seus procedimentos (técnico, clínico e conceitual), perdendo toda a sua inventividade, o seu brilho e até mesmo seu viço.

A implicação do psicanalista em seu contexto histórico é condição de uma escuta que contemple as dores do sujeito sofrente em seu atravessamento intersubjetivo em uma determinada cultura. A noção de analista cidadão permite ampliarmos nossa reflexão sobre a questão do testemunho, particularmente da função testemunho do analista e de seu lugar na polis e seus efeitos no sujeito. Vamos explorar a questão do testemunho para avançarmos em nossos estudos.

A testemunha, a função testemunho e a psicanálise à escuta do traumático

Segundo Barbará (2014), o conceito de testemunho tem procedência jurídica e se refere àquela voz que toma posição, seja em um processo, em uma situação de impasse, ou num contexto de dúvida, destacando que seria um discurso em conflito com uma fala hegemônica, e afirma que “É nesse sentido que os testemunhos estão associados ao trauma, já que se trata de recordar, repetir e elaborar o encontro com o horror, com o real” (p. 87).

Koltai (2016) explica que as catástrofes históricas do século XX suscitaram que pessoas diversas, não necessariamente escritores ou ligadas à literatura, começassem a escrever para registrar, testemunhar a ruptura do pacto social e de uma humanidade autodestruidora, na chamada literatura do testemunho. Conforme afirma a autora:

A figura da testemunha sobrevivente que se descortina por meio dessas leituras permite ao testemunho ultrapassar o *stricto campo* jurídico, reunindo assim, como nos mostra Agamben (1999), os três termos que em latim existiam para definir a testemunha: *Testis*, aquela que intervém como terceiro no conflito entre duas pessoas; *Supertes*, a que tendo vivido integralmente uma experiência, sobreviveu e pode contá-la aos outros; e *Aucotor*, aquela em que seu testemunho exige sempre que algo – fato, ser, palavra – o anteceda, cuja realidade e força devem ser confirmadas ou certificadas. (Koltai, 2016, p. 24)

É por conta disso que Koltai (2016) evoca a importância de um testemunho endereçado a um outro, representante da comunidade humana da qual foi, de alguma maneira, excluído, escuta que possibilita “religar os fios de uma vida interrompida por uma catástrofe histórica, visto que ele representa a possibilidade de uma reintegração na comunidade humana” (p. 29). E é nesse sentido que a autora atribui ao analista uma responsabilidade de ouvir a História na qual o sujeito insere a sua própria história pessoal, bem como o transgeracional que acompanha esse relato.

A literatura do testemunho se assemelha à abordagem freudiana do trauma – de um lado, a escrita e o trauma, e, do outro, a fala e o trauma, conforme compara Muñoz e Bursztyn (2019, p. 77): “É nesse sentido que a psicanálise desenvolve uma relação com o testemunho que se aproxima do procedimento utilizado no campo literário. A ideia de trauma e escrita, associadas ao testemunho, inauguram uma nova modalidade narrativa na história da cultura”.

É nesse lugar de testemunho que podemos localizar a escuta do psicanalista e da possibilidade de um trabalho sobre o traumático do sujeito a partir da simbolização, da narrativa, da construção e do reconhecimento desse acontecimento traumático por ele vivenciado. Trata-se aí do testemunho da escuta analítica possibilitar ao sujeito a produção de fantasias que operem como um anteparo ao traumático; que, a partir dos laços de Eros, se teça uma trama fantasmática que faça face ao traumático.

Giovannetti (2011) parte de Giorgio Agambem e seus conceitos de função testemunho e de hospitalidade para pensar a clínica psicanalítica e explica o que denomina “função testemunho”:

Diferentemente da função interpretante e da função continência, a função testemunho é aquela que se dá sem que o analista tenha estado dela consciente, embora não signifique de forma alguma que seja uma função passiva, isto é, algo que venha dado em toda e qualquer análise. Sendo ao mesmo tempo causa e consequência tanto da função interpretante quanto da função continência, ela ocupa, por assim dizer, um terceiro espaço, um espaço fronteiro entre uma e outra, o espaço da travessia do acontecimento experimentado no aqui e agora transferencial. Por isso ela possibilita o conhecimento e também o reconhecimento de todos os tempos que estão presentes na fala viva e contemporânea do acontecer psicanalítico. Sendo suspensão da interpretação, ela age justamente no ponto de cruzamento entre a ruína, os restos do passado e a potencial construção do futuro, num agora que não é nem subjetivo nem objetivo, nem intrapsíquico nem extrapsíquico mas que, por isso mesmo, um agora, simultaneamente, histórico e revolucionário. (Giovannetti, 2011, p. 101)

Giovannetti (2018) explica que o analista não é somente um intérprete-contigente, mas um “porta-palavra” que se constitui em um verdadeiro testemunho. Essa função de testemunho do analista assume suma importância em um contexto contemporâneo da pós-modernidade, pós-pandêmico da Covid-19, tempo em que guerras diversas são travadas nos continentes, especialmente se somada à função continente e interpretante, pois permite um acompanhamento desse contexto descontinuado e desestruturante e permite que os analistas se posicionem, “situados que estamos na fratura entre dois séculos e em constante transformação” (Nogueira, 2020, p. 96). Ou, retomando Giovannetti (2018, p. 17-18),

Para quem da função interpretativa e para além da função continente, ela se apresenta sempre nesse lugar intersticial, no lugar de fronteiras e também de estrutura-

ção entre aquelas duas. Menos como um testis, mais como um supertestes, o analista vai tentar dar voz e palavra àquilo que não se encontra na área do recalçado, tampouco na área da falência, da ruptura do tecido psíquico, mas mais propriamente na área do “não ter sido possível de ser legitimado enquanto experiência vivida”.

Supertestes, o psicanalista contemporâneo deve poder reconhecer e testemunhar tempos traumáticos, talvez o ápice daqueles já anunciados por clínicos há algumas décadas, como observa Figueiredo (2003), que busca articular os determinantes históricos e culturais dos processos de subjetivação contemporâneos e os mecanismos metapsicológicos predominantes em algumas modalidades de funcionamento psíquico – referidas à clínica do traumático ou catastrófico – presentes em nossos tempos. O autor entende que a Idade Moderna é uma época extremamente exposta ao traumático, vindo a explicação no “fracasso reiterado da tarefa moderna, a convivência inevitável com seus produtos involuntários e indomáveis – o ambíguo, o contingente e as ambivalências” (Figueiredo, 2003, p. 13).

Daí a preocupação de Figueiredo em analisar a clínica contemporânea em uma perspectiva historicizada, pois entende que as metapsicologias são: “construções teóricas’ nas quais se expressam e se articulam modos de relação historicamente determinados com o outro e consigo próprio, com a doença e com a saúde, com os indivíduos e com as coletividades, com os espaços e os tempos” (Figueiredo, 2003, p. 43).

Essa análise de Figueiredo (2018) sobre o regime do traumático da pós-modernidade foi revisitada pelo próprio autor, que aborda o sujeito hodierno como sofrente de adoecimento por apassivação, insistindo na importância dos fatores culturais e históricos macrossociais nesse adoecimento: “há um trauma acumulado e crônico sendo produzido e alimentado pela passionalidade recalcitrante e insistente dos sujeitos, o que escapa aos seus controles racionais e voluntários e ameaça continuamente suas representações de si, suas identidades individuais e coletivas” (Figueiredo, 2018, p. 93).

Munidos deste referencial teórico, podemos conjecturar como a barbárie e a violência do cenário social contemporâneo, que desamparam e ameaçam o sujeito, ensejam a incidência de gestões psíquicas da ordem do traumático. Em uma era tão cambiante e frágil em suas mutações, em uma cultura na qual o outro não se oferta como um continente para o seu semelhante, o quadro favorece o traumático, pois é precário o trabalho de simbolização, significação e representação por parte do sujeito.

Esse trabalho de simbolização, de construção de sentido, se torna ainda mais fragilizado em um cenário de desamparo, como este causado pela eclosão da pandemia da Covid-19, sua virulência e seu potencial de letalidade. Para Joel Birman (2020), a crise sanitária da pandemia da Covid-19 teve impacto catastrófico em todo o mundo, promovendo a ruptura e a descontinuidade radical das práticas de sociabilidade e dos laços intersubjetivos, descontinuidade histórica esta que promoveu o surgimento de um novo século.

Neste momento histórico, subsequente às mais diversas formas de rupturas e quebra de paradigmas, o sujeito se encontra sem um aporte no Outro da cultura que possa acolher esse traumático. Daí a importância da testemunha e da função testemunho do psicanalista em escutar e acolher esse sujeito, bem como do espaço analítico possibilitar a historicização da trajetória desse sujeito, ajudar a criar um lugar de reconhecimento do traumático vivido na vida pessoal e social do sujeito, de sustentar condições de legitimação.

Segundo Conte e Bauer (2018, p. 55),

Tanto no âmbito do subjetivo como no do social temos em comum afirmar a verdade da experiência, da impressão subjetiva do vivido. Ao ouvirmos um sujeito no relato de sua experiência, abrimos o caminho para que a fala transmita a impressão do vivido. Ao ser possível essa transmissão recuperamos uma memória, um arquivo, que é ao mesmo tempo subjetivo e social.

Rosa (2012) está em consonância com a proposta de escuta, direção de tratamento ética e política que incida sobre a posição de testemunha e promova estratégias de escuta analítica em situações traumáticas:

Para trabalhar a relação trauma, luto, experiência e transmissão, formulamos uma direção possível de tratamento que incide na direção da transformação do trauma em experiência compartilhada e na construção da posição de testemunha, transmissor da cultura. Além disso, faz-se necessário utilizar práticas que levem em consideração as precondições sociopolíticas e subjetivas necessárias para a elaboração do luto e fazer valer a dimensão do desejo, a melhor defesa contra o gozo mortífero. (p. 72)

A experiência compartilhada com os semelhantes resgata a questão alteritária sublinhada por Freud ao longo de sua produção teórica, desde o “*Projeto*” (1950[1895]/1996b), quando institui a presença de um outro humano, semelhante e tradutor, como condição de constituição subjetiva para o infante, até o

texto sobre as massas (1921/1996e), no qual destaca como a psicologia do eu é psicologia da massa e destaca a importância do grupo nas questões identificatórias do funcionamento subjetivo.

Considerações finais

Nas últimas décadas, a psicanálise é cada vez mais convocada a atuar nos mais diversos campos, fora dos limites dos enquadres clássicos e das práticas *standard*, fora dos cânones padronizados que, por um lado, sustentaram a prática clínica em sua ética, e, por outro, favoreceram engessamentos e reducionismos na formação do psicanalista.

A inventividade e o viço da psicanálise devem circular. Na escuta clínica, atualiza-se a recomendação de que um analista deve ser neutro ou abstinente quanto ao seu desejo. Mas também se atualiza que esse psicanalista faz parte de um coletivo, da inserção em uma cultura, de um tempo histórico ao qual ele deve fazer jus e no qual não pode ser neutro ante a barbárie ou aos ataques aos laços sociais e ao pacto civilizatório. Daí a importância do analista cidadão proposto por Laurent (1999), que engaja o psicanalista em um compromisso com a cidadania e o pacto civilizatório representado em um regime democrático.

A psicanálise concebe um sujeito humano fundado na alteridade, forjado e atravessado pelos outros de seu entorno, por suas identificações e pela sua cultura. Mencionamos a célebre máxima do texto freudiano sobre as massas (1921/1996e), que sustenta que “a psicologia do eu é a psicologia das massas”, sublinhando a importância da escuta do sujeito em referência ao grupo/cultura a qual pertence e cujas forças o atravessam.

Em tempos cujos acontecimentos históricos e sociais suscitam nos sujeitos o encontro com o desamparo, a barbárie e o traumático, tempos nos quais os sujeitos se deparam com um encontro com o outro da ordem do horror e da falha na capacidade de simbolização do que é vivido, a psicanálise se apresenta como uma possibilidade de escuta promotora de sentido e de simbolização com função continente e estruturante.

Nessa escuta, o psicanalista pode operar na função testemunho, reconhecendo e legitimando o testemunho que lhe é endereçado.

The testimony function, the traumatic and the listening and clinical management of the citizen psychoanalyst

ABSTRACT: *In recent years we have been experiencing a pandemic health crisis that has potentiated and unveiled other ongoing social and political crises in our culture; these are times of great social transformations and fragilities that generate the increase of polarizations, setbacks in the political and social fields with the rise of totalitarianism, the increase in religio-political fundamentalism, in a return of suppressed conflicts that exposed misogyny, racism, macho behaviour, and many other prejudices in our culture. The contemporary individual offers the analyst a message that cries out for a listening that witnesses and legitimizes the disconcerting traumatic times with the liquefaction of certainties, with the attacks on the social tie and the civilizing pact. The “testimony function” takes on a contained and structuring character in a social scenario that calls for the “citizen analyst”, an analyst implicated in his time and subjectivity that can recognize, sustain and legitimate the speech of the analisand.*

KEYWORDS: *trauma; testimony function; citizen analyst.*

La “función de testigo”, lo traumático e la escucha y manejo clínico del ciudadano psicoanalista

RESUMEN: *En los últimos años estamos asistiendo a una crisis sanitaria pandémica que ha potencializado y desvelado otras crisis sociales y políticas en curso en nuestra cultura; son tiempos de grandes transformaciones y fragilidades sociales que generan una agravación de la polarización, retrocesos en el panorama político y social con el auge del totalitarismo, el incremento del fundamentalismo religioso-político, en un retorno de conflictos reprimidos que desvelan la misoginia, el racismo, el machismo y muchos otros prejuicios de nuestra cultura. El individuo contemporáneo destina al analista un relato que apela a una escucha que es testigo y legitima los tiempos traumáticos desconcertantes con la licuación de las certezas, con los ataques al vínculo social y al pacto civilizador. La “función de testigo” asume un carácter contenido y estructurante en un escenario social que convoca el “analista ciudadano”, un analista que está implicado en su tiempo y en su subjetividad y que puede reconocer, avalar y legitimar el relato del individuo que va a analizar.*

PALABRAS CLAVE: *Trauma; función de testigo; analista ciudadano.*

Referências

Barbará, C. (2014). A verdade ou o testemunho. *Revista de Psicanálise Stylus*, 29: 87-97. doi: 10.31683/stylus.vi29.710

- Birman, J. (2020). *O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Conte, B. S. & Bauer, C. S. (2018). O que resta da ditadura civil-militar brasileira: vicissitudes do silenciamento e da memória. In Instituto APPOA, *Por que uma clínica do testemunho?* (pp. 49-62). Porto Alegre: Instituto APPOA. Recuperado de https://appoa.org.br/uploads/arquivos/1437_livro_2.pdf.
- Coppus, A. N. S. (2020). Você vai voltar ao consultório? Psicanálise e atendimento on-line. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 15(29): 129-139. Recuperado de http://www.isepol.com/asephallus/numero_29/pdf/09%20-%20ALINNE%20NOGUEIRA.pdf
- Endo, P. (2008). Partilha, testemunho e formas contemporâneas do excessivo. *Ide*, 31(47): 70-74. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v31n47/v31n47a12.pdf>
- Figueiredo, L. C. (2003). *Psicanálise: elementos para uma clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L. (2018). Trauma e dissociação na “contemporaneidade”. *Cadernos de Psicanálise CPRJ*, 40(39): 91-108. Recuperado de http://cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/62
- Freud, S. (1996a). A psicoterapia da histeria. In S. Freud, *Estudos sobre a histeria (1893-1895)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. II, pp. 271-316). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1893).
- Freud, S. (1996b). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. I, pp. 333-443). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1950 e escrito em 1895).
- Freud, S. (1996c). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. VII, pp. 163-195). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996d). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. XVIII, pp. 11-75). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (1996e). Psicologia de grupo e a análise do ego. In S. Freud, *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, v. XVIII, pp. 77-154). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1996f). O futuro de uma ilusão. In S. Freud, *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. XXI, pp. 13-73). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927).
- Freud, S. (1996g). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*(Edição *standard* brasileira das obras psicoló-

- gicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. XXI, pp. 65-147). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930).
- Giovanetti, M. F. (2011). Sobre migrações e transferências. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 45(2): 95-104. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v45n2/v45n2a18.pdf>.
- Giovanetti, M. F. (2018). *Clínica psicanalítica: testemunho e hospitalidade*. São Paulo: Blucher.
- Koltai, C. (2016). Entre psicanálise e história: o testemunho. *Psicologia USP [online]*, 27(1): 24-30. doi: 10.1590/0103-6564D20150009
- Lacan, J. (1998). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: psicanálise e estrutura da personalidade. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 653-691). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1960).
- Laurent, E. (1999). O analista cidadão. *Revista Curinga*, 13: 7-13. Recuperado de https://ebp.org.br/mg/wp-content/uploads/2020/06/Curinga-edicao_13.pdf
- Muñoz, N. M. & Bursztyn, D. C. (2019). Testemunho e construção: sobre o ensino da psicanálise na universidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(2): 76-82. doi: 10.22409/1984-0292/v31i2/5606
- Nogueira, T. S. (2020). Desesperar, jamais: algumas reflexões sobre o trabalho clínico-psicanalítico durante a pandemia. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54(3): 119-133. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v54n3/v54n3a11.pdf>
- Rosa, M. D. (2012). Migrantes, imigrantes e refugiados: a clínica do traumático. *Revista de Cultura e Extensão USP*, 7: 67-76. doi: 10.11606/issn.2316-9060.v7i0p67-76
- Torrossian, S. D. (2019). A escuta psicanalítica em contextos de crueldade. *Clínica & Cultura*, 8(2): 21-33. Recuperado de <https://www.seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/15269>

Recebido: 20/03/2022

Aceito: 27/06/2022

Vanuza Monteiro Campos Postigo

vanuza.postigo@uol.com.br

Interface

Seguir os rastros, ensaiar os gestos

Maya Moldes da Rocha Pereira¹

RESUMO Na contramão das interpretações que leem Walter Benjamin – em particular, o ensaio sobre o contador de histórias — como um testamento nostálgico das verdadeiras narrativas, isto é, aquelas que *transmitem experiência*, este trabalho diz que essas ainda são possíveis, mesmo que em forma de fragmentos, de rastros, nos gestos. Seguindo os rastros, nos deparamos com a literatura de testemunho. Sustento que a experiência do *Lager* pode ser transmitida de uma forma já anunciada na obra benjaminiana: menos se preocupando em relatar o que factualmente aconteceu, do que em ser um contador de histórias.

PALAVRAS-CHAVE: Walter Benjamin; narrativa; literatura de testemunho.

Este ensaio diz de alguns anos debruçada – por vezes, de forma vertiginosa – por sobre os estudos de Walter Benjamin e Literatura de Testemunho. Tomo a licença dessa breve exposição de percurso, porque a questão aqui desenvolvida, acerca do desfacelamento de certa forma de experienciar e narrar, é produto orgânico desse e creio que se torna melhor compartilhada se o caminho da pesquisa também o for. Sendo assim, divido que minha trajetória intelectual tem se desdobrado em aspectos de um repetido interesse: “o que é contar uma história?”, “ainda é possível contar histórias?”, “como contar histórias com imaginação, criando imagens?”. Durante a monografia, trabalhei com as definições benjaminianas de experiência e narrativas tradicionais e contos de fadas, aproximando “*O narrador*”², de Walter

1. Doutoranda em História Social, PPGHIS-UFRJ. Este artigo deriva de uma das seções de minha Dissertação de Mestrado, “*Há rastros – narrar, em Walter Benjamin e Jorge Semprún*” (no prelo), defendida na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), orientada por Kelvin Falcão dos Santos Klein e Pedro Spinola Pereira Caldas, sob apoio da CAPES.

2. Para este trabalho, duas traduções do ensaio conhecido como “*O narrador*” serão cotejadas. A tradução mais conhecida, de Sérgio Paulo Rouanet, do ensaio homônimo presente no volume I da coletânea “*Obras escolhidas*” (2012), e a mais recente, da autoria de Patrícia Lavelle, na coletânea “*A arte de contar histórias*” (2018).

Benjamin e “*História sem fim*”, de Michael Ende, a partir do conceito de alegoria, tendo a obra de Ende como figuração do ensaio benjaminiano. Paralelamente, conduzi uma pesquisa de iniciação científica, esta sobre literatura de testemunho; chamava-se “A escrita e a vida, um estudo sobre a não linearidade no testemunho de Jorge Semprún”.

Conduzir os dois temas, ainda que tão distintos em recorte – pois, se não há poesia depois de Auschwitz³, que dirá contos de fada – entremeou meus interesses sob a trama da narrativa, seus hiatos e possibilidades, em uma nova pesquisa. Este artigo seria como sua introdução, em que os principais pontos são introduzidos e ensaiados.

Sendo assim, em primeiro explanarei o dito declínio narrativo, diagnosticado por Walter Benjamin como um fenômeno da modernidade, seguindo seu percurso de rastros, conjugado à questão dos testemunhos do Holocausto, a partir da obra de meu outro interesse, Jorge Semprún⁴. De primeiro, tal aproximação me causou certo espanto interpretativo. Se, por um lado, eu lia que Benjamin define a noção de experiência enquanto “vida vivida” (Benjamin, 2018, p. 25), por outro, Semprún relata experienciar “viver a morte” (Semprún, 1995, p. 21). Sendo assim, se “a cotação da experiência caiu” (*Verfall der Erfahrung*) (Benjamin, 2018, p. 20) desde a década de 1930, data do ensaio sobre o contador, concluí que a materialidade do *Lager* (campo de concentração) causou nesta um abalo ainda mais estrutural, que questionei se significaria o fim das formas narrativas capazes de transmitir experiências. Por isso a pergunta “ainda é possível contar histórias?”, mas poderia também dizer: “há rastros?”

3. “A crítica cultural encontra-se diante do último estágio da dialética entre cultura e barbárie: escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que se tornou impossível escrever poemas.” (Adorno, 1998, p. 26)

4. Jorge Semprún (1923, Madrid / 2011, Paris), foi um comunista espanhol, exilado na França desde a juventude, com sua família republicana. Cursando filosofia na Sorbonne, interrompe seus estudos durante a França ocupada pelo nazismo, para ingressar na organização de resistência chamada *Jeanne Marie Action*. Em 1942, é capturado pela Gestapo, preso por um ano em Auxerre, onde sofre diversas formas de tortura, e transferido para o campo de concentração Buchenwald, onde fica até a libertação em 1945. Mesmo durante sua experiência no Lager, Semprún não cessa suas atividades militantes, participando do aparelho comunista clandestino que lá havia. Nos dez anos seguintes, ingressa no Partido Comunista Espanhol e se divide entre viver legalmente na França e penetrar seu país natal escondido, militando contra a ditadura franquista, que o perseguia. Apenas após seu desligamento do PCE, na década de 1960, Semprún se dedica a sua carreira de escritor e roteirista cinematográfico. Todos os seus livros são marcados pela experiência do nazismo e trazem certo conteúdo biográfico, mesclado com elementos ficcionais. Para uma biografia do autor, ver Herrmann e Ferrán (2014).

O que você disser, não diga duas vezes.
Encontrando seu pensamento em outra pessoa: negue-o.
Quem não escreveu sua assinatura, quem não deixou retrato.

Quem não estava presente, quem nada falou, Como poderão apanhá-lo?
Apague os rastros!

Cuide, quando pensar em morrer,
Para que não haja sepultura revelando onde jaz,
Com uma clara inscrição a lhe denunciar,
E o ano de sua morte a lhe entregar, Mais uma vez:
Apague os rastros!

(Assim me foi ensinado). (Brecht, 1986, p. 69-70).

Ler este poema a partir do que sabemos sobre a Shoah, sobre os incinerados no forno crematório, os milhares de anônimos nas valas comuns, mesmo sobre o que sabemos, ou melhor, não sabemos, do túmulo sem endereço de Benjamin em Port Bou⁵, faz-se uma experiência de leitura dolorosamente cruel, mas da qual não devemos nos esquivar. O principal argumento deste texto consiste em encarar o que o *Lager* – abordado aqui através da literatura de testemunho – significou de desestabilizador nessa categoria ampla, a qual chamamos de narrativa, cujos abalos já estavam sendo diagnosticados – sentidos, apontados, ensaiados – em intelectuais como Benjamin e Brecht.

Benjamin cita Brecht no ensaio contemporâneo ao contador de histórias, “*Experiência e pobreza*” (1933/2012a), que costuma ser lido de forma comparativa a esse, uma vez que ambos possuem longas passagens em comum, especialmente em seus princípios. Por ora, gostaria de trazer outra imagem deste mesmo texto. Trata-se da fábula sobre o vinhateiro. Em seu leito de morte, um velho homem chama os três filhos e lhes diz: há, enterrado na propriedade e por entre as vinhas, um tesouro. Durante todo o inverno, os herdeiros põem-se a ca-

5. “O mito de Portbou reside na beleza da localidade, assim como no mistério do túmulo de Benjamin, que nunca foi encontrado. Na verdade, ele não existe, apesar de muitos documentos oficiais atestarem sua morte e seu enterro.” (Traverso, 2018, p. 428). Há no lugar um memorial, da autoria de Dani Karavan, chamado “Memorial das Passagens”, que consiste em um corredor por dentro da pedra desembocando no mar, com uma inscrição do próprio Benjamin: “A história é dedicada à memória dos anônimos”.

var, sem sucesso. Na próxima estação, percebem que suas vinhas rendem mais frutos do que nunca, resultado do trabalho de escavar com afinco o solo. Os homens compreendem, então, que o tesouro é essa centelha de sabedoria que provém da experiência. Que conselhos, que sabedoria, que experiência os campos de extermínio? Auschwitz, dispensável dizer, não é uma fábula, portanto, não é possível extrair uma moral da história; como nos recorda a sobrevivente de Auschwitz Ruth Klüger (2005, p. 68): “Nada de bom viera dos campos de concentração, e ele estava esperando justamente ensinamentos morais?”.

O conto do vinhateiro (Benjamin, 2018) está ainda mais distante do Holocausto que o poema de Brecht, se fôssemos tratar a categoria narrativa de forma linear, o que não será o caso, mas sim de historicizá-la. Em comum entre as três histórias, que possuem naturezas tão distintas, há a figura da morte, sobre a qual gostaria de me deter. Na do vinhateiro, a morte está presente e é dela que o narrador extrai sua autoridade, “que mesmo o mais miserável dos moribundos possui aos olhos dos vivos à sua volta” (p. 36). No poema de Brecht, a morte perdeu seu lugar destacado. Outrora, se o ato de morrer era “o mais público e o mais exemplar da vida individual” (p. 35), em “*Apaguem os rastros*” dá-se justamente o contrário: a morte precisa ser anônima. Se, antes, “não havia casa, por vezes nem mesmo quarto, onde ninguém tivesse morrido” (p. 35), o poeta alemão fala dos perseguidos e exilados que não podem deixar sepulturas. Ao nos lembrarmos de que nas origens dessa palavra, em grego, *sèma* significa tanto túmulo quanto signo, porque as primeiras inscrições foram feitas em lápides, nos acena a conclusão de que o *Lager*, que não as possui, é um evento sem rastros. Sem túmulo: sem palavras.

E não é essa a intenção dos perpetradores?

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança. (Levi, 2016, p. 7)

“Sem catástrofe não há representação, ao passo que a catástrofe contém, em si, um problema de representação”: essas são as palavras inaugurais do volume organizado por Márcio Seligmann-Silva e Arthur Nestrovski, “*Catástrofe e representação*” (2000), assim como é a grande discussão legada aos sobreviventes

e intelectuais – por vezes sobreviventes e intelectuais – das gerações seguintes ao evento do Holocausto, chamado por alguns de limite, o que, por si só, já é uma questão (Caldas, 2019). Tal querela tem muitas frentes; em síntese, podemos dividi-la em duas mais amplas: se é possível representar o *Lager* e qual a forma dessa representação. Não irei apresentá-las – Friedländer (1992) já o fez –, salvo aquelas com as quais me alinho, ou seja, de que *há rastros* e podemos investigar quais formas estes assumem, ainda que estas sejam, também, fragmentadas. Mais do que podemos: devemos. Longe de findar o assunto, trata-se de assumirmos que a questão narrativa é, *a priori*, ética. Não devemos renunciar aquilo que não conseguimos ou não podemos responder de todo.

Relegar os campos de concentração à esfera do inenarrável é estar perigosamente próximo, ainda que bem intencionado, do projeto nazista de aniquilação:

Não bastava assassinar: porque os mortos nunca estavam suficientemente “desaparecidos” aos olhos da “Solução final”. Muito para além da privação da sepultura — que era, na Antiguidade, o cúmulo da ofensa ao morto —, os nazis dedicaram-se, racional ou irracionalmente, a “não deixar nenhum vestígio”, a fazer desaparecer todo o resto... (Didi-Huberman, 2020, p. 36)

Se Auschwitz é um fato, significa que foi pensado. Se foi pensado, portanto, é pensável. Pensável, que não é sinónimo de esgotável, nem mesmo de compreensível. Talvez nossa postura possa ser algo como aquilo a que Hans Blumenberg chama de “pensatividade” (*Nachdenklichkeit*):

Nesse sentido, a pensatividade seria, segundo Blumenberg, um adiamento, um prazo dado contra os resultados banais e decepcionantes que o pensamento ordenado pode nos dar quando se interroga sobre a vida e a morte, o sentido e a ausência de sentido, o ser e o nada. [...] isto é, que devemos respeitar as questões às quais não podemos atribuir uma resposta. (Lavelle, 2018, p. 277)

Como se respeita uma questão? Acredito que a encarando, buscando respondê-la. Por um lado, devemos recusar a tentação do indizível que o horror nos suscita. Nas palavras de Semprún, sobrevivente de Buchenwald com o qual trabalhei na pesquisa do mestrado: “O inefável com o qual nos vão martelar os ouvidos não passa de um alibi. Ou sinal de preguiça. Sempre se pode dizer tudo, a linguagem contém tudo” (Semprún, 1995, p. 23). Por outro, incorrer no risco de domesticar o passado, a partir de uma historiografia conciliadora, também precisa ser evitado.

Neste texto, as noções de narrativa e experiência serão recorrentes, como já se fez notar. Claro, é preciso sempre esclarecer *que* narrativa, *que* experiência, e nesta singularidade se apoia meu argumento. No entanto, antes de qualquer “que”, esclareço que, sob um ponto, minha compreensão dos conceitos é estável: são entremeados. Afinal, por experiência, compreendemos a “vida vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias” (Benjamin, 2018, p. 36). Se a experiência do campo de concentração foi vivida, ainda que de forma ceifadora e não mais lapidar, como o era o artesão (Benjamin, 2018, p. 57), “Pois eu não havia propriamente sobrevivido à morte, não a tinha evitado. Não havia escapado dela. Antes, percorrera-a, de um extremo a outro” (Semprún, 1995, p. 24), então é necessária uma narrativa capaz de dizer dessa experiência. O essencial é que essa existe.

Nas teses “*Sobre o conceito de história*”, Walter Benjamin (1974[1942]/2012c) nos alerta sobre essa necessidade narrativa da catástrofe: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ (*Ausnahmezustand*) em que vivemos é a regra. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a esse ensinamento” (p. 245). Um conceito, mas também é possível dizer: uma escrita. Não podemos pensar na literatura de testemunho como o lugar dessa escrita? A contrapelo do trauma, do inimaginável, dos apagamentos. Sem túmulos, sem palavras? Mas há palavras:

Hurbinek, que tinha tres anos e que nascera talvez em Auschwitz e que não vira jamais uma árvore; Hurbinek, que combatera como um homem, até um último suspiro, para conquistar a entrada no mundo dos homens, do qual uma força bestial o teria impedido; Hurbinek, o que não tinha nome, cujo minúsculo antebraço fora marcado mesmo assim pela tatuagem de Auschwitz; Hurbinek morreu nos primeiros dias de março de 1945, liberto, mas não redimido. Nada resta dele: *seu testemunho se dá por meio de minhas palavras*. (Levi, 2010, p. 14, grifo meu)

Pensando em explorar especialmente outro autor da Literatura de Testemunho que, acredito, dialogue mais com a noção narrativa de Benjamin do que Primo Levi, me deterei alguns instantes em apresentar melhor o autor hispânico Jorge Semprún e o livro central de sua produção. Em uma primeira leitura, de pronto associei Semprún aos “soldados mudos”, que retornavam dos campos de batalha, descritos no ensaio benjaminiano, “Não mais ricos, mas mais pobres de experiências comunicáveis” (Benjamin, 2018, p. 21), por partir da conclusão primária de que algo chamado de Shoah, Holocausto, extermínio, genocídio, enfim, projeto de aniquilação, seria um xeque ainda maior às experiências co-

municáveis. No entanto, tinha seu livro em mãos, “*A escrita ou a vida*” (1995), e uma pesquisa a conduzir.

Essa é a obra essencial na produção literária de Semprún, pois atua como um cruzamento por entre as outras. Tal opinião é refletida pelos seus especialistas, como Liran Razinsky, editor do dossiê de Yale dedicado ao autor:

Especificamente em “*A escrita ou a vida*”, as descrições recorrentes de episódios de outros livros de Semprún são acompanhadas por admissões de que as versões anteriores não eram verdadeiras, que Semprún adicionou detalhes, distorceu fatos, alterou nomes. O leitor poderá entender que nada impede que essas práticas continuem a ser implementadas, preparando o terreno para uma nova reescrita. Portanto, esse retorno aos mesmos episódios deixa o texto em aberto, da mesma forma que o sonho da retradução perpétua. (Razinsky, 2016, p. 6. tradução minha)

Trata-se de seu livro confessional, podemos dizer. Neste, Semprún nos revela a notável singularidade que possui enquanto autor de testemunho: mente. Colocada tal palavra de efeito, faço questão de esclarecê-la: “O outro tipo de compreensão, a verdade essencial da *experiência*, não é *transmissível*... Ou melhor, só o é pela escrita literária... [...] Pelo artifício da obra de arte, é claro!” (Semprún, 1995, p. 126, grifos meus). Seus livros, para utilizar a provocação que Benjamin faz a Ranke, não estão preocupados em contar *o que realmente aconteceu*. Dito de outra forma, Semprún não possui compromisso com a objetividade do relato, com a factualidade do ocorrido, mas sim com isso que ele chama nesta passagem destacada – e como nós passaremos a chamar – de “verdade essencial da experiência”, ou “verdade da experiência”, apenas. Essa noção nos é crucial.

A princípio, parece afastá-lo da definição de testemunho que remete à *terstis*, como aquele que atesta a verdade, pois a presenciou, ou seja, viu. É correto que muitos dos eventos narrados em seus livros não foram vistos, pois o autor inventou-os. Talvez por essa razão, Semprún não seja o mais mencionado dentre os autores de testemunho, em obras dedicadas ao tema; sua biografia constrange catalogá-lo como ficção, ao passo que sua imaginação confessa e praticada o torna pouco confortável nas prateleiras de testemunho, pois acrescenta uma segunda camada de problemática a se somar às delicadas questões que tangem seus autores, já considerados a partir de categorias como memória e trauma. Apesar do desconforto, é a partir desta que o compreendo.

A chave está nos termos grifados, experiência e transmissão. Na narrativa de Semprún, há uma dissociação entre fatos e experiência. É justo nos per-

guntarmos o porquê. Será que os fatos, descritos a partir de uma preocupação fidedigna, não são suficientes para transmitir a experiência que contêm? Talvez, mas acredito que a questão formulada deve ser outra: “Mas pode-se contar? Poder-se-á contar?”:

Estamos em 12 de abril de 1945, dia seguinte da libertação de Buchenwald. A história está fresca, em suma. Nenhuma necessidade de um esforço especial de memória. Nenhuma necessidade tampouco de uma documentação fidedigna, verificada. Ainda está no presente, a morte. Acontece sob os nossos olhos, basta olhar. Eles continuam a morrer, às centenas, os famintos do Pequeno Campo, os judeus sobreviventes de Auschwitz. Basta se entregar. A realidade está ali, disponível. A palavra também.

No entanto, vem-me uma dúvida sobre a impossibilidade de contar. Não que a experiência vivida seja indizível. Ela foi invivível, o que é outra coisa, como se compreenderá facilmente. Outra coisa que não se refere à forma de um relato possível, mas à sua substância. Não à sua articulação, mas à sua densidade. Só alcançarão essa substância, essa densidade transparente, os que souberem fazer de seu testemunho um objeto artístico, um espaço de criação. Ou de recriação. Só o artifício de um relato que se possa controlar conseguirá transmitir parcialmente a verdade do testemunho. [...]

Pode-se dizer tudo dessa experiência. Basta pensar nela. E a ela se dedicar. Ter o tempo, decerto, e a coragem de um relato ilimitado, provavelmente interminável, iluminado — circunscrito também, é claro — por essa possibilidade de se prosseguir ao infinito. Arriscando-se a cair no repetitivo e no maçante. Arriscando-se a não conseguir terminá-lo, a prolongar a morte, se necessário, a fazê-la reviver permanentemente nos cantos e recantos do relato, a não ser mais do que a linguagem dessa morte, a viver às suas custas, mortalmente.

Mas pode-se tudo ouvir, tudo imaginar? Poder-se-á ouvir, se imaginar? Terão eles a paciência, a paixão, o rigor necessários? (Semprún, 1995, pp. 22-23)

Não se trata da insuficiência dos fatos em conter uma experiência, mas sim de, novamente, nos depararmos com a questão narrativa. Há rastros, mas como narrá-los? Neste trecho de Semprún, destaco alguns pontos: “Só o artifício de um relato que se possa controlar conseguirá transmitir parcialmente a verdade do testemunho” (Semprún, 1995, p. 22). Segundo o autor, um relato que possa controlar remete ao artifício da literatura; sendo assim, concluímos que uma contação fiel dos fatos seria “descontrolada”, lembrando, é claro, que essa é a resposta narrativa de Semprún enquanto sobrevivente, mas que não diz dessa categoria mais do que algumas possibilidades. Por que um relato factual não

é controlável? A resposta está na continuação do parágrafo, e diz de algo que remete ao autor, mas também aos ouvintes. Pela proximidade da morte:

Arriscando-se a não conseguir terminá-lo, a prolongar a morte, se necessário, a fazê-la reviver permanentemente nos cantos e recantos do relato, a não ser mais do que a linguagem dessa morte, a viver às suas custas, mortalmente. (Semprún, 1995, p. 23)

A morte, cuja presença confere tal autoridade, que mesmo o “mais miserável dos moribundos possui aos olhos dos vivos à sua volta” (Benjamin, 2018, p. 36), uma vez que nessa hora “uma sequência de imagens se põe em movimento” (p. 36), ameaça ao sobrevivente se concretizar: “Eu pensava ter me safado, vivo. Retornado à vida, pelo menos. Nada garante” (Semprún, 1995, p. 23). Enquanto o moribundo a aguarda de seu leito, Semprún busca afastar-se dela, “Era excitante imaginar que, daqui para frente, o fato de envelhecer [...] não ia me aproximar da morte, mas, muito pelo contrário, me afastar” (p. 24). “A escrita ou a vida”, foi o título que escolheu para o livro do qual estamos falando: “Tinha de escolher entre a escrita ou a vida, escolhi esta. Escolhi uma longa cura de afasia, de amnésia deliberada, para sobreviver” (p. 191).

Quando finalmente se dispõe ao relato, se impõe a questão de representar, que, conforme já disse e dou ênfase, é desdobrada tanto para o autor, que corre o risco de se sufocar com a rememoração da experiência, quanto para quem lê e os obstáculos da recepção – prefiro dizer: imaginação; mas essa questão da transmissibilidade é mesmo uma prerrogativa às formas de narrar.

Semprún resolve esse impasse sustentando-o, e é disso que se trata “*A escrita ou a vida*”. Esclareço: trata-se de um livro absolutamente não linear, uma montagem sobreposta de passagens fragmentadas, lacunares, apresentadas e retomadas, às vezes, dezenas de páginas adiante; abertas, podemos dizer, portanto, inesgotáveis. Tal descrição não faz jus à experiência de morte? Talvez mais do que uma concatenação episódica e cronológica dos fatos, descritos de forma que se pretende crua e objetiva, mas cuja solidez de tal organização poderia nos levar ao repúdio imediato ou à empatia de assimilação integral. Uma das passagens de “*A escrita ou a vida*” diz: “Talvez seja esse o seu caminho de escritor, a sua ascense. Escrever até que toda essa morte acabe” (Semprún, 1995, p. 164). Escrever é reescrever – até que toda essa morte acabe – “A não ser que ela acabe comigo!” (p. 164).

Mas não acabou com ele, na mesma medida em que não acaba nele. A morte que Semprún viveu e não morreu. A própria morte que atravessou e a dos outros que não sobreviveram para contar. Essa é outra marca de sua lite-

ratura, que está amparada pelo uso da imaginação. Sem querer, ou sem poder, fazer de sua obra um memorial, alguns de seus personagens sintetizam figuras com que Semprún cruzou em vida. É o caso do judeu Hans:

Mas não foi Koba que inventei. Inventei um outro companheiro judeu, Hans Freiberg. Coloquei-o ao meu lado, no dia que matamos o jovem soldado alemão que cantava “La paloma”: *Kommt eine weisse Taube zu Dir geflogen...* Ele tomou o lugar de Julien Bon, meu companheiro da Borgonha. Inventei-o para que ocupasse nos meus romances o lugar que Koba e outros companheiros judeus ocuparam na minha vida. (Semprún, 1995, pp. 134-135)

“Inventei-o para que...”. Antes de oferecer minha interpretação à imaginação com a qual essa passagem se tece, é importante esclarecer as outras personagens mencionadas nela. Koba, segundo o autor em outras páginas deste mesmo livro, foi um camarada de Semprún na resistência antifascista, sobre o qual se sabia pouca coisa. “Sabia que [...] era comunista. Sabia que era judeu. Sabia que o chamavam de Koba, sem conhecer a origem lendária desse apelido. [...] Sabia também que fazia parte dos grupos de choque” (Semprún, 1995, p. 131). Além disso, “Koba chegava sempre na hora marcada, quaisquer que fossem a hora, o lugar, o tempo que estivesse fazendo” (p. 130). A certa altura, após solicitar a colaboração parcial do jovem Semprún para uma missão – que este não conhecia de todo do que se tratava – “Koba desapareceu, nunca mais encontrei *rastro dele*” (p. 134, grifo meu).

Julien Bon era um jovem da Borgonha,

[...] companheiro de andanças pelos maquis da região, onde distribuíamos as armas jogadas de paraquedas para a Jean Marie Action [...] e era uma alegria partilhar com ele a emoção dos passeios noturnos. Com Julien, as patrulhas da *Feld* ficavam como barata tonta. Mas Julien foi pego numa emboscada, e resistiu como o diabo. Sua última bala de Smith and Wesson foi para si: disparou sua última bala na cabeça. (Semprún, 1995, p. 44)

Por que inventar Hans Freiberg? Há espaço no livro para Julien e Koba, tanto é que estes também são personagens. Minha interpretação é que à narrativa cabe o lugar da redenção. Julien e Koba morreram e Semprún, apesar de mentir, não é um mentiroso. Ele não quer que seu relato seja sobre o que aconteceu, porque não quer produzir um relato, mas uma narrativa. Julien e Koba morreram e

não é possível “deter-se para acordar os mortos” (Benjamin, 1974[1942]/2012, p. 246), como nos recorda a Tese IX, dentre as teses em “*Sobre o conceito de história*”. Mas, em antítese à impotência do anjo, é possível “juntar os fragmentos” (p. 246). Ao rastro que Koba não deixou ao desaparecer, Semprún seguiu e imaginou Hans Freiberg, redimido, “Coloquei-o ao meu lado, no dia que matamos o jovem soldado alemão que cantava ‘La Paloma’” (Semprún, 1995, p. 134).

Benjamin não sobreviveu, mas deixou rastros: “Não conseguiremos definir com uma completa exatidão qual seria essa narração salvadora e transformadora que deveria ser o paradigma de uma nova historiografia e a que Benjamin faz apelo nas teses” (Gagnebin, 2013, p. 6). Nosso esforço em juntar os dois autores não pretende espelhar a obra de um e outro, ou ter o filósofo como referencial teórico do testemunho — não são os dois filósofos? Os dois testemunhos? –, mas sim pensar uma narrativa a partir de fragmentos e capaz de transmitir algo de uma experiência – do Holocausto –, tecendo uma montagem com a obra de ambos:

Montar não é assimilar. Só um modo de pensar trivial supõe que o que está ao lado tem de ser semelhante. Só um anúncio publicitário pode tentar levar-nos a acreditar que um automóvel e uma mulher jovem são da mesma natureza pelo simples fato de serem vistos em conjunto. [...] Todos os mestres da montagem — Warburg, Eisenstein, Benjamin, Bataille — atribuíram uma posição central, nas suas reflexões críticas sobre a imagem, ao poder político e à imagética de propaganda. Mas, recusando a imagética na imagem, fizeram com que as semelhanças se dissolvessem, tornando impossíveis as assimilações; “dilaceraram” as semelhanças ao produzi-las; tornaram possível pensar as diferenças criando relações entre as coisas. (Didi-Huberman, 2020, p. 217)

Retomando as histórias que começaram esse texto, a fábula do vinhateiro e o poema do Brecht, que narram sobre os rastros, disse que o que havia em comum entre elas era a figura da morte, assim como há em Semprún: “A morte é a sanção de tudo que o contador de histórias pode contar” (Benjamin, 2018, p. 36). Perguntei “há rastros?”, pois, à primeira vista, é fácil ter sobre elas um olhar de declínio. Havia na do vinhateiro um tesouro: a sabedoria, uma moral, uma herança da tradição. Em “apaguem os rastros!”, tal herança já fragmentada foi posta às pressas em uma pequena valise e fugiu para o exílio. E, em Semprún, que voltou para contar de um lugar onde não há túmulos, “Talvez porque as aparições devam falar no lugar dos desaparecidos, às vezes os sobreviventes no lugar dos naufragados” (Semprún, 1995, p. 138), onde estão os rastros?

Não há apenas a figura da morte em comum entre as três histórias; se pensarmos assim, decerto ficará difícil ter outra conclusão que não seja nostálgica, sobre a capacidade de narrar e intercambiar experiências. Em comum também há o gesto. “A alma, o olho e a mão estão assim inscritos num mesmo contexto. Interagindo, eles definem uma prática. [...] O papel da mão tornou-se mais modesto” (Benjamin, 1936/2012b, p. 239), como dito em “*O narrador*”. Essa prática é a narrativa. Em um fragmento de “*Rua de mão única*” (1928/2012), chamado “Escavar e recordar”, Benjamin diz: “Mas é igualmente indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura” (p. 246). Semprún não encontra um tesouro, não colhe, nem nos oferece, uma moral. No bosque de faias não há nenhum vinhedo e o trabalho não liberta. Nada resta, mas há o gesto, ainda que tateante, modesto, de escavar e recordar; os rastros são o gesto ou restam no gesto, pelo menos. Sigma, de túmulo, de palavras, eu havia dito. Não há túmulos no campo de concentração, mas há palavras que revolvem seu solo; se a narrativa assemelha-se “às sementes de trigo, [...] conservando até hoje suas forças germinativas” (Benjamin, 1936/2012b, p. 22), retomando “*O narrador*”, então a literatura de testemunho é o lugar onde os mortos são revolvidos na terra. Difícil dizer o que germina em tal solo. Nomes, histórias, imagens. “A verdadeira imagem do passado passa voando [...] ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela” (Benjamin, 1974[1942]/2012, p. 243), nos é lembrado nas “teses”. Mas os sobreviventes visam os não sobreviventes e, à história, como ainda nos diz este documento, cabe “o dom de despertar no passado centelhas de esperanças” (p. 244). Este artigo, como todo esforço intelectual sincero e sensível, é, por sua vez, também só um gesto.

Follow the traces, exercising the gestures

ABSTRACT *Going in the opposite direction to interpretations of Walter Benjamin's works — particularly the storyteller essay — as a nostalgic testimony of the true narratives, that is, the ones that convey experience, this paper states that these narratives are still possible, even if understood as fragments, or trails. Following the trails, we come across the literature of testimony. I sustain that the experience of the Lager can be transmitted by the way to do it as announced in the Keywo of Benjamin: not as concerned with reporting what factually happened but with being a storyteller.*

KEYWORDS: *Walter Benjamin; narrative; literature of testimony.*

Sigue las huellas, ensaya los gestos

RESUMEN *Contrariamente a las interpretaciones que leen a Walter Benjamin —en particular, el ensayo sobre el narrador— como un testamento nostálgico de las narrativas verdaderas, es decir, las que transmiten la experiencia, esta obra dice que éstas aún son posibles, aunque sea en forma de relato. narración fragmentos, huellas, en gestos. Siguiendo el rastro, nos topamos con la literatura testimonial. Sostengo que la experiencia de Lager puede transmitirse de una manera ya anunciada en la obra de Benjamin: menos preocupado por informar lo que realmente sucedió que por ser un narrador.*

PALABRAS CLAVE: *Walter Benjamín; narrativa; literatura testimonial.*

Referências

- Adorno, T. (1998). *Crítica cultural e sociedade*. In T. Adorno, *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática.
- Benjamin, W. (2012a). *Experiência e pobreza*. In W. Benjamin, *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política, ensaios sobre literatura e história da cultura* (v. 1). São Paulo: Brasiliense. (Original escrito em 1933).
- Benjamin, W. (2012b). *O narrador*. In W. Benjamin, *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política, ensaios sobre literatura e história da cultura* (v. 1). São Paulo: Brasiliense. (Original escrito em 1936).
- Benjamin, W. (2012c). *Sobre o conceito de história*. In W. Benjamin, *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política, ensaios sobre literatura e história da cultura* (v. 1). São Paulo: Brasiliense. (Original escrito em 1942 e publicado em 1974)
- Benjamin, W. (2012d). *Rua de mão única*. In W. Benjamin, *Obras escolhidas* (v. 2). São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1928).
- Benjamin, W. (2018). *A arte de contar histórias*. São Paulo: Hedra.
- Brecht, B. (1986). *Poemas*. São Paulo: Brasiliense.
- Caldas, P. (2019). *O conceito de evento limite: uma análise de seus diagnósticos*. *Tempo*, 25(3): 737-757.
- Didi-Huberman, G. (2020). *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34.
- Friedländer, S. (1992). *Probing the limits of representation: nazism and the final solution*. Cambridge; London: Harvard University Press.
- Gagnebin, J. M. (2013). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva.
- Herrmann, G. & Ferrán, O. (2014). *A critical companion to Jorge Semprún: Buchenwald, before and after*. Nova York: Palgrave Macmillan.
- Klüger, R. (2005). *Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto*. São Paulo: Editora 34.

Maya Moldes da Rocha Pereira

Lavelle, P. (2018). O crítico e o contador de histórias. In W. Benjamin, *A arte de contar histórias*. São Paulo: Hedra.

Levi, P. (2010). *A trégua*. São Paulo: Companhia de Bolso.

Levi, P. (2016). *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz & Terra.

Razinsky, L. (2016). *Writing and life, literature and history: on Jorge Semprún*. New Haven: Yale University Press.

Selligmann-Silva, M. & Netrovski, A. (2000). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta.

Semprún, J. (1995). *A escrita ou a vida* (trad. Rosa Freire D'Aguiar). São Paulo: Companhia das Letras.

Traverso, E. (2018). *Melancolia de esquerda*. Belo Horizonte: Âyiné.

Recebido: 15/03/2022

Aceito: 27/06/2022

Maya Moldes da Rocha Pereira

maya.moldes.mrp@gmail.com

Depoimento

A caravana

Ney Marinho¹

1. Os anos 1960 no Brasil e suas relações com a África

O Brasil não foi poupado das alegrias, sonhos, decepções e sofrimentos dos anos 1960. Vou restringir-me, o mais possível, às nossas relações com a África Negra, em especial com a atual Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), para chegar ao tema deste artigo. Certos dados históricos são imprescindíveis para uma adequada avaliação da importância do que ficou conhecido como *O encontro de Maputo*. Utilizo um estilo testemunhal na esperança de transmitir algo talvez impossível discursivamente.

Quando ingressei, em 1962, com 18 anos, na Faculdade Nacional de Medicina (atual UFRJ), foi num belo prédio na Praia Vermelha, região da zona sul do Rio de Janeiro, próxima ao emblemático Pão de Açúcar, onde então se localizava um grande número de faculdades da Universidade do Brasil. Mais tarde, a maioria das faculdades foi para a Ilha do Fundão – Cidade Universitária, na zona norte, próxima à baixada fluminense, região mais pobre – velho sonho dos anos 1950, inspirado na Universidade do México, com o intuito de aproximar a universidade e seus serviços da população mais humilde. Nesta mudança, o belíssimo prédio da Faculdade de Medicina foi literalmente destruído pelos governantes militares da década seguinte, sem maiores explicações, exceto o grande ódio que nutriam em relação aos estudantes que foram os primeiros a denunciar a ditadura que se instalou em 1964 e, por 21 anos, infelicitou nosso país, assim como fizeram suas similares no restante da América do Sul.

Voltemos aos inícios dos 60. Vivíamos então em pleno regime democrático – governo João Goulart – herdeiro dos anos dourados do desenvolvimento juscelinista, anos JK (Juscelino Kubitschek) – imortalizado em filmes e novelas,

1. Psiquiatra, psicanalista, Diretor do Instituto de Formação Psicanalítica da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, Doutor em Filosofia – PUC-Rio.

devido ao espetacular desenvolvimento econômico e cultural brasileiro – até nossa seleção de futebol ganhou sua primeira copa do mundo, com Garrincha, Pelé, Vavá e mais oito gênios da bola! – mas... faltava o desenvolvimento social, expresso, por exemplo, por uma sempre adiada reforma agrária, pela extinção da desigualdade social (prefiro este termo – extinção – do que diminuição; isto poderá ser discutido posteriormente) e o fim do racismo (algo que não estava na ordem do dia, pois a sociedade brasileira não se considerava racista!). Por outro lado, as elites brasileiras que apoiaram o governo JK, participando de uma ampla frente democrática, não desejavam seu desdobramento social. Traíram-no como sempre fizeram – com Getúlio, Jango, mais tarde, com Lula e Dilma – a fim de manter seus privilégios.

Neste período que mencionamos, nossas relações com a África Negra eram sempre mediadas por Portugal, tanto política, econômica, cultural e... eclesiasticamente! A Igreja católica, conservadora, dava um grande apoio à ditadura salazarista. Dentro das contradições históricas, contudo, a origem política da CPLP foi politicamente concebida no breve governo Janio Quadros, que sucedeu JK e renunciou em cerca de seis meses, embora eleito com o apoio conservador. Seu vice, que o sucedeu, foi João Goulart, do partido trabalhista, do outro extremo da mencionada frente ampla, muito comprometido com as reformas sociais e com os trabalhadores. Seu governo foi interrompido pelo golpe militar de 1964, que instaurou o longo período ditatorial (1964-85) de extrema direita. Qual meu testemunho?

Recordo-me que, em minha turma, havia apenas um negro (sendo este filho de um diplomata senegalês) e 18 mulheres, para um total de 180 alunos. Isto reflete muito a sociedade da época. Éramos o 1% dos jovens que chegavam à universidade e, no caso da medicina, o 1% que passava naquele específico vestibular. Isto não causava espanto numa sociedade elitista, mas uma parte da sociedade – artistas, intelectuais, professores, jovens estudantes agrupados na União Nacional dos Estudantes (UNE) – denunciava tal estado de coisas.

Ao mesmo tempo, na África, se iniciavam as lutas armadas anticolônias, após o fracasso das tentativas de um acordo pacífico para a independência das colônias. Impossível deixar de mencionar o grande líder Patrice Lumumba que, para a minha geração, representava o ideal de paz, liberdade e igualdade que eram os mesmos lemas de nossa luta nesta distante América Latina, que começava a ser um palco dramático da Guerra Fria. Com a morte do secretário geral da ONU – Dag Hammarskjöld – que investigava, dentre outras coisas, a participação de potências de fora da África e do movimento separatista de Katanga,

chefiado por Tschombe, na prisão, tortura e morte de Lumumba, então primeiro ministro do Congo, ficou evidente a impossibilidade de uma transição pacífica que permitisse a descolonização. O avião que levava Dag Hammarskjöld sofreu um acidente, nunca esclarecido, e o mais provável foi ter sido derrubado por ação de agentes belgas, da mesma forma que hoje se sabe que Patrice Lumumba foi sequestrado, torturado e morto também por ação belga. Iniciaram-se, assim, os movimentos revolucionários armados nas diversas colônias.

Enquanto isto, na América Latina, um por um dos países – em especial do cone sul – sofrem golpes militares numa macabra sinfonia. Brasil, Bolívia, Argentina, Uruguai e... finalmente, um dos mais cruéis, o democrático e socialista Chile, de Salvador Allende, onde muitos brasileiros e outros latino-americanos já estavam exilados. Retornando à descrição testemunhal: acompanhávamos a luta dos líderes africanos que não eram, portanto, desconhecidos por nós, embora muitas vezes (!) descritos como perigosos terroristas.

Como costuma ocorrer na imprevisível história dos homens, houve um feliz e histórico encontro. O filósofo português Agostinho Silva se exilou no Brasil no final dos anos 1950, fugindo da ditadura salazarista. Agostinho Silva guardava, como muitos portugueses progressistas, o sonho de uma Comunidade de Países Lusófonos. Coincidiu encontrar outro sonhador: José Aparecido de Oliveira, jornalista e político, caracterizado por seu amplo círculo de amizades e admiração e que veio a ser secretário do presidente Janio Quadros. Ambos – Agostinho Silva e José Aparecido – partilhavam o mesmo sonho, a criação de uma comunidade lusófona, e foram acolhidos por Janio para contribuir para o que ficou conhecido como Política Externa Independente. O governo de Janio, como já dissemos, não durou nove meses, dada a sua inesperada renúncia, mas deu como fruto que continuasse em pauta o projeto da comunidade lusófona. Entra na história outro genial visionário: Darcy Ribeiro, que recebeu a ideia de José Aparecido como “uma lança cravada na lua”, bela imagem própria do antropólogo socialista que era Darcy, o qual vivera muito tempo com nossos indígenas. Entretanto, mais uma vez o sonho foi interrompido pela ditadura obscurantista que se instalou em 31 de março de 1964, cassando os direitos políticos de José Aparecido e Darcy Ribeiro, levando-os ao exílio. Com isto, nossas relações com a África Negra voltaram aos velhos tempos de convivência com o salazarismo.

Como os sonhos são imortais, moram numa região imaterial não sujeita às violências dos poderosos, o projeto de Agostinho Silva, José Aparecido e Darcy Ribeiro reapareceu 20 anos depois! José Aparecido ainda pôde realizá-lo com a participação dos presidentes dos países recém-libertados (Aristides Pe-

reira por Cabo Verde, Bernardo Vieira pela Guiné-Bissau, Joaquim Chissano por Moçambique, Manoel Pinto da Costa por São Tomé e Príncipe, faltando apenas Eduardo Santos, de Angola, que, devido à guerra civil, enviou um representante), assim como daqueles, como Brasil e Portugal, também livres de anos de ditadura e obscurantismo: José Sarney e Mario Soares. Foi então criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa – daí resultando a institucionalização da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), no dia 3 de novembro de 1989, em São Luiz do Maranhão (Brasil). Um fato extraordinário, numa noite linda com um céu estrelado, segundo a descrição de um jovem amigo que presenciou a parte social do encontro, ainda criança, devido a ser filho de um dos participantes.

2. Vinte anos depois – a véspera

O estreitamento das relações com a África Negra, em particular com os países africanos da CPLP, não foi um processo linear ou súbito e sequer correspondeu ao fim das ditaduras – a salazarista portuguesa e a militar brasileira. A rigor, é um processo que *ainda* está em andamento. A sociedade brasileira reluta fortemente em reconhecer seu passado escravagista, ao mesmo tempo em que este se entrelaça com a absurda desigualdade que marca o Brasil. Assim, negros e pobres se confundem, juntamente com indígenas, emigrantes empobrecidos e, recentemente, com refugiados de alguns países latino-americanos. Penso que este fator – racismo estrutural (Almeida, 2019), como atualmente se estuda – desempenha um importante papel na resistência a um intercâmbio mais intenso.

No caso do Encontro de Maputo (2011), a resistência se mostrava mais forte por se tratar de uma iniciativa inaugural. Estabelecia-se uma atividade permanente de intercâmbio científico-cultural da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) com a CPLP. Este momento, que se mostrou decisivo, só foi possível por uma conjunção de circunstâncias. O presidente da SBPRJ, Pedro Gomes, conhecido psiquiatra e psicanalista, estava fortemente engajado neste projeto e esteve em Maputo para um Congresso da ASMELP (Associação de Saúde Mental de Língua Portuguesa), em 2010, então dirigida pelo Prof. Antonio Palha, onde encontrou o Prof. Boia Efraime, que o impressionou pela clareza de exposição e pelo conhecimento psicanalítico. Daí, surgiu o convite para Boia Efraime vir ao Rio de Janeiro, realizar palestras dentro das comemorações do Dia da Consciência Negra (20 de novembro, data da morte

de Zumbi dos Palmares, grande líder do principal quilombo dos africanos escravizados no Brasil, que perdurou por mais de cem anos).

A vinda de Boia Efraime foi um sucesso, apresentando não somente sua experiência com a ressocialização das crianças soldados (Efraime Jr. & Errante, 2010), mas sua descrição da vida sob o domínio português e as dificuldades da construção de um país independente com sua própria cultura e história. Entretanto, apesar do êxito científico da visita de Boia que, sem dúvida, reforçou muito o projeto de intercâmbio, boa parte do ambiente psicanalítico ainda não via a importância desta proposta. Mesmo na SBPRJ, que sempre se caracterizou por uma atitude vanguardista em relação ao modelo extremamente conservador do movimento psicanalítico. Isto se explica por vários fatores, que não teremos o espaço necessário para esclarecer, mas adianto alguns.

A psicanálise, desde o pós-guerra, se retraiu de suas origens revolucionárias – no sentido de libertárias, em relação à sexualidade, à igualdade de direitos das mulheres, à luta pela paz, ao alcance de levar suas descobertas a todas as camadas sociais, dentre outras – e sofreu todas as vicissitudes da Guerra Fria. Por outro lado, um amplo movimento de modernização e democratização de nossas associações se desenvolvia. Foi necessário um longo período de isolamento. Quando, nos anos 1990, se conseguiu eleições diretas e universais para a direção da Associação Internacional de Psicanálise (API ou IPA), foi eleito pela primeira vez um presidente fora do hemisfério norte – Horacio Etchegoyen, argentino. Foi um marco, passando então a haver um rodízio de regiões: Europa, América do Norte, América do Sul, que representam seus polos de concentração da IPA. Rodízio de presidências e de Congressos, além de uma democrática e ampla representação dos diversos *continentes psicanalíticos*. Penso que nada impede que, num futuro breve, um Congresso Internacional seja realizado em Beijing ou Xangai e, mais adiante, na África. Esta é a nossa perspectiva. Mas... voltemos a 2011.

No processo de arregimentação de colegas para a ida ao Encontro, lançamos mão também dos atrativos de uma viagem à África. Para muitos, um continente desconhecido, que exercia atração, curiosidade e... medo. Contamos com a contribuição de um agente de viagem que fez um amplo e atraente pacote – começando por um safari na África do Sul, para alguns, com ida à Cidade do Cabo, para outros – e, finalmente, a chegada a Maputo. Dos 28 psicanalistas que arregimentamos, somente dois conheciam a África e um artista da delegação, mesmo assim, Cabo Verde, não a continental. Portanto, a véspera foi marcada por medo, curiosidade, espírito de aventura e por isto mesmo nossa equipe foi apelidada de... A CARAVANA.

3. A caravana

Antes de explorarmos este romântico apelido, cabe uma nota esclarecedora do momento político que o Brasil vivia e que muito explica o êxito de nosso empreendimento. Estávamos no governo Lula, e nosso Ministro das Relações Exteriores era Celso Amorim, um experiente e respeitado diplomata. Além disso, um grande amigo e velho admirador da luta africana pela independência e desenvolvimento. Ministro durante os dois governos de Lula, antes fora também do governo progressista de Itamar Franco, criou vários centros culturais na África – Casa Brasil-Cabo Verde, Casa Brasil-Angola e a Casa Brasil-Moçambique –, que se tornaram permanentes centros de intercâmbio entre nossas culturas.

Neste Encontro de Maputo, o Ministério das Relações Exteriores financiou as passagens de quatro profissionais da cultura – Caíque Botkay (músico e produtor cultural), João Roberto Ripper (renomado fotógrafo), Lena Bergstein (artista plástica com uma reconhecida obra) e Viviane Frankenthal (psicanalista e editora da revista **TRIEB**) – para trabalhar e registrar nosso Encontro. Desta forma, tivemos a possibilidade de realizar, paralela e conjuntamente, com o Encontro: um mini festival de cinema, uma exposição de quadros e palestra, debates sobre filmes (brasileiros e moçambicanos), a divulgação do número da **TRIEB** que registrou a origem do projeto e que contém textos de *todos* os países da CPLP, além de um dvd com entrevistas e uma manifestação artística de artistas de nossa comunidade na campanha contra a AIDS. Importante registrar que todos os gastos de nossa delegação foram pagos pelos próprios participantes.

Por que a CARAVANA? O apelido surgiu em nossas amplas reuniões com todos os interessados – alguns levaram adiante o convite; outros, pelos mais diversos motivos, desistiram, mas não deixaram de nos apoiar. Certamente, o caráter aventureiro de uma viagem à África estava presente. Passados 10 anos, contudo, tenho outras conjecturas que não excluem a aventura. África, quanto mais o longínquo Moçambique, desperta em nós, brasileiros, *vastas emoções e pensamentos imperfeitos*, como Freud, num determinado momento, definiu o que ocorre nos sonhos. Não vou me deter como gostaria neste ponto, mas lembrar o comentário de um colega – José Dain – que conosco participou de um Congresso em Cabo Verde: “ninguém volta da África o mesmo”. Portanto, não estou falando somente de nosso passado escravagista, do medo do desconhecido, da *mitologia* que nos atrai e afasta da aventura africana, mas dos temores que a experiência emocional de entrar em contato com o novo e ao

mesmo tempo familiar – lembremos de Freud, em *O inquietante* (1919/2010) – pode acarretar: uma profunda transformação pessoal. Não se trata de mais uma viagem de turismo, mas de uma possibilidade de ver o mundo de outra forma.

Além da Comissão Cultural e dos 24 psicanalistas brasileiros, outros profissionais foram engajados no intercâmbio, como Karlos Mesquita, Prof. Titular de Ortopedia da UERJ (primeira universidade brasileira a adotar o sistema de cotas para afrodescendentes). A maioria dos psicanalistas era da SBPRJ, mas estiveram presentes também: o então Presidente da Federação Brasileira de Psicanálise (FEBRAPSI), Leonardo Francischelli; o Secretário Geral da IPA, Gunther Perdigão (brasileiro, radicado há mais de 30 anos nos EEUU); Ana Jaques, psicanalista que trabalhou no Timor-Leste; Katia Paim, psicanalista radicada em Maputo; Carla Penna, psicanalista e importante pesquisadora sobre grupos; sendo da SBPRJ: Anna-Maria Bittencourt, Bernard Miodownik (então Presidente da SBPRJ), Celmy Quilelli Correa, Cristina Amendoeira, Eliane Pessoa, Eloá Bittencourt, Fernanda Marinho, Jane Kezem, José Hamilton de Farias, Lucia Palazzo, Marguerite Labrunie, Marci Doria Passos, Maria Teresa Lopes, Maria Teresa Rocha, Miguel Sayad, Ney Marinho, Pedro Gomes, Viviane Frankhental, Tania Bastos. Mais duas médicas faziam parte ainda da delegação: Maria Fernanda Gomes e Clarice Miodownik, além de um advogado, Bruno Carvalho e sua esposa Juliana.

4. O encontro

A recepção que recebemos foi inesquecível, pois, no belo cenário de um antigo forte, a exibição de jovens dançando a guerra e o amor, maravilhou o público. Se, para alguns, os safáris da África do Sul e as belezas do contato com o continente africano já se mostraram fascinantes, a descoberta de tradições que nos foram ocultadas pela falta de intercâmbio com nossas origens foi impactante.

As falas de boas-vindas não foram meramente formais, mas evocaram em alguns de nós a mitológica figura de Patrice Lumumba, o grande líder africano de nossa juventude. Finalmente, estávamos no continente africano para realizar um encontro há anos sonhado... sem data de realização. Este clima de reencontro dominou os dias de trabalho. Lidia Gouveia – anfitriã de inesgotável delicadeza e hospitalidade –, Ana Maria Morais, Boia Efraime e novos amigos moçambicanos, como Romulo Muthemba, permitiram que pudéssemos trabalhar questões comuns às nossas culturas, como a pedofilia, o ataque à mulher, a luta contra o preconceito em relação à loucura ou à AIDS, o papel das artes

– cinema e teatro em particular –, que despertaram um mútuo interesse e se desdobraram em novos projetos.

Todas as atividades tinham em comum o fato de serem mesas multidisciplinares, com a participação de pensadores moçambicanos e dos visitantes, sempre com a contribuição do ponto de vista psicanalítico. Assim, tivemos mesas sobre:

- Arte/Cultura/Loucura, em que brilhou a inteligência de Paulina Chiziane;
- Paz/Guerra/Crueldade, em que uma colega – Ana Jaques – pôde trazer seu depoimento da crueldade da guerra no Timor-Leste;
- AIDS (SIDA);
- PSICANÁLISE E PSICOTERAPIA.

Tivemos cursos: Breve estudo de Psicanálise – Freud, Klein, Bion; Tendência antissocial e violência; Nascimento da vida psíquica.

O grande e variado número de profissionais – psicanalistas, psiquiatras, psicólogos clínicos e sociais, terapeutas ocupacionais, escritores, artistas plásticos, advogados, cineastas e fotógrafos – permitiu que realizássemos de fato um encontro multiprofissional, cultural-científico, em torno de nossas comuns preocupações, vistas de diferentes vértices. O abuso a crianças e mulheres, a exploração do trabalho (resquíio de nosso passado escravagista), o papel da arte no esclarecimento e libertação foram temas vastamente explorados.

O mini festival de cinema brasileiro e moçambicano, que ocorreu paralelo ao Encontro, permitiu a criação de vínculos que vieram a contribuir num projeto, que já se realizava no Brasil: a Mostra Cinematográfica *África Hoje* (org. Mariana Marinho, através de Donarosafilmes) que, em suas três edições, chegou a exibir mais de 60 filmes africanos, com grande sucesso de crítica. Houve debates sobre filmes de Isabel Noronha (MZ), comentados pelas psicanalistas Marci Doria Passos e Tania Rauen Bastos, e do filme brasileiro *Dia Útil*, de Marco Abujamra, que foi apresentado e comentado pelo Diretor de Fotografia do filme, João Roberto Ripper, e o advogado Bruno Carvalho, que discutiram – sob diferentes vértices (ética, estética e direito) – o resquíio, na sociedade brasileira, de práticas escravagistas ilegais, sobre as quais o filme foi construído, enfrentando muitas dificuldades.

A criatividade dos colegas moçambicanos em desenvolver técnicas de combate ao abuso infantil chamou a nossa atenção e nos serviu de estímulo. Pensamos num intercâmbio com projetos já existentes no Brasil que usam o rádio – Projeto *Escutar e Pensar*, criação de Sonia Eva Tucherman – com grande penetração, principalmente nas camadas populares.

Houve também uma tarde para discussão de casos clínicos, com apresentação por colegas moçambicanos e comentários de brasileiros. Chamou a nossa atenção a frequente presença no material da ida a Médicos Tradicionais. Estes demonstram maior capacidade para ouvir os pacientes que os médicos ocidentais, que assumem uma atitude distante e pseudocientífica (Sardan, 2011). Adiante, comentaremos nossa experiência com os médicos tradicionais, no norte de Moçambique.

A participação, frequência e atenção da plateia, aliadas à hospitalidade e ao carinho com que fomos recebidos, em particular, pela equipe do MISAU, liderada pela Lídia Gouveia, garantiram um clima de muito entusiasmo e vontade de voltar.

Mas, é momento de falar do pós-Encontro.

5. Nampula e Ilha de Moçambique

Muitos voltaram para suas cidades, outros articularam retornos (como Eloá Bittencourt e Maria Teresa Lopes, que voltaram para dar cursos sobre temas psicanalíticos) e nós – Fernanda Marinho e eu – fomos levar nossa pesquisa para o norte de Moçambique. Agradecemos muito esta possibilidade que Lídia Gouveia nos proporcionou, com sua ampla visão da importância de nossa proposta e sua carinhosa hospitalidade.

Fomos a Nampula, conhecer o hospital psiquiátrico, a Universidade Lúrio, entrevistar Médicos Tradicionais da AMETRAMO e, finalmente, descansar na paradisíaca Ilha de Moçambique.

Em Nampula, chamou a nossa atenção a forte influência goesa e islâmica que conhecíamos por literatura – como nos livros de Mia Couto –, mas tivemos oportunidade de vivê-la. A Universidade nos impactou pelo pioneirismo e entusiasmo de seu Reitor. Certamente seus sonhos se realizarão.

Quanto ao hospital psiquiátrico, não observamos diferenças dos tradicionais brasileiros. Neste terreno, penso que temos um amplo campo de intercâmbio, pois, no Brasil, foi uma longa luta transformar o clássico hospital psiquiátrico num agente terapêutico, ou, como dizíamos, uma Comunidade Terapêutica, além de evitar as internações, através de um extenso programa ambulatorial. Temos um promissor campo de trabalho em comum.

A longa entrevista que tivemos com a direção da AMETRAMO (Associação de Médicos Tradicionais de Moçambique) despertou o desejo de desenvolver novos diálogos, talvez, no Brasil. A experiência moçambicana de

trabalho em conjunto da medicina ocidental e a tradicional é extremamente criativa e rica. É uma forma também de afastar, na medida do possível, o charlatanismo. Observamos a seriedade com que acolhem ou orientam para a medicina ocidental os pacientes que recebem. Observamos também que muitos médicos tradicionais optaram por esta atividade após terem sido beneficiados pelos tratamentos. Isto nos fez lembrar de situação análoga entre psicanalistas, uma vez que a análise pessoal é condição básica para a formação psicanalítica. Outro ponto de contato foi a maneira de lidar com os sonhos. O presidente da Associação nos informou que, segundo seu critério para aceitar um paciente ou indicar o tratamento ocidental, estava a possibilidade de sonhar com o paciente. Caso isto não ocorresse, julgava não se tratar de uma enfermidade espiritual. Em outro momento do Encontro, Paulina Chiziane tem uma frase que merece reflexão: “Ser curandeiro não é uma escolha; o curandeiro é um escolhido”.

Finalmente, o merecido descanso: a Ilha de Moçambique! A cor, temperatura e transparência do mar é um privilégio! Arrogamo-nos certa autoridade para fazer essa afirmação, dada a extensa e variada costa brasileira, marcada por famosas praias. Além do mais, a Ilha nos traz recordações das viagens da descoberta, tanto pela casa de Camões quanto a de Vasco da Gama. O clima ameno e o trato cordial do povo da terra mais uma vez nos cativou. Dizem que há outros espaços como este em Moçambique. Sendo assim, uma fonte notável de turismo está aberta à espera de projetos. Acrescentaria, além da lagosta e camarão, o limão mais próprio para uma caipirinha que conheço. Portanto, merece uma reflexão sobre o tão grande distanciamento que separa povos tão próximos, pela história, pelos sofrimentos, pela esperança e uma sempre presente promessa de um futuro.

7. Dez anos depois...

O convite para escrever este artigo me pegou de surpresa. Afinal, dez anos são passados da organização de nossa Caravana. Num segundo momento, a surpresa se transformou em alegria por poder recordar uma iniciativa tão importante em nossas vidas. Por outro lado, como devem saber, nosso país não é o mesmo: não temos Lula na presidência, nem um Celso Amorim no Ministério das Relações Exteriores, ou um Gilberto Gil – negro, poeta e um de nossos maiores cancioneiros – no Ministério da Cultura, que por sinal foi extinto! A cultura é vista com maus olhos e, quanto mais, nossa herança africana. O Brasil, seguindo

várias outras potências (EUA, Itália, Reino Unido, dentre outros), tenta seguir um programa neoliberal, com fortes traços fascistas, que, felizmente, dado o seu anacronismo e uma teimosa resistência, assim como suas notórias contradições, tem seus dias contados. Esta é a nossa esperança.

O afastamento de nossas culturas, como procuramos mostrar no início deste artigo, é uma atitude deliberada que visa negar o racismo estrutural de nossa sociedade, que se confunde com o estado permanente de uma absurda desigualdade, mantida de uma forma direta ou indireta através da força. Assim, não separamos a luta contra o racismo da luta contra a desigualdade e o belicismo. Por belicismo, entendemos todas as ações repressivas que ocorrem nas comunidades pobres/negras de nossas metrópoles, no campo (conflitos entre grileiros e desmatadores), e a velha ideologia de que a questão social é “um caso de polícia”.

Entretanto, nossa Caravana não foi em vão. Hoje, podemos dizer com orgulho que somos a primeira sociedade psicanalítica a abrir bolsas para afrodescendentes, indígenas e refugiados para realizarem suas formações psicanalíticas gratuitas ou em condições compatíveis com sua condição financeira. Não por acaso, nossa atual Presidente, Lucia Palazzo, fez parte da Caravana, e, ao anunciar o projeto das bolsas, mencionou a Caravana como uma de suas origens.

Resta uma reflexão, afinal: o que os aventureiros buscam e trazem? Especiarias, ouro, prata, até os indígenas brasileiros (lembremo-nos de que Montaigne, ao vê-los, escreveu o maravilhoso ensaio *Os canibais*, desmistificando o primitivismo). Buscam dinheiro... é possível, mas a aventura tem algo próprio, dá um sentido à vida que nada mais oferece. Lembremo-nos da paixão, do desejo de conhecer, descobrir, encontrar/reencontrar... Não vejo resposta para essa questão, mas considero que a Caravana cumpriu sua missão aventureira, com êxito.

Esperamos retornar.

Referências

- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen.
- Boia Jr., E. & Errante, A. (2010). Reconstruindo a esperança na ilha Josina Machel: em direção a um modelo de Intervenção psicoterapêutica culturalmente mediado. *TRIEB*, IX(1-2): 203-232.

Ney Marinho

Freud, S. (2010). O inquietante. In S. Freud, *História de uma neurose infantil* (“O homem dos lobos”), *Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (Obras completas, P. C. Souza, trad., v. 14, pp. 328-376). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1919).

Sardan, J.-P. (2011). Raízes do caos da saúde pública na África. Dossiê 05, *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Ney Marinho

neymarinho1943@gmail.com

Conferências

Tradução e amizade¹

Comentário à *Carta aberta de André Green*
a *Wilfred Ruprecht Bion* - 21 de outubro de 1989²

Fernanda Marinho³

Ney Marinho⁴ nos propõe a tradução como um ato de amizade, o que aparentemente contradiria o tão consagrado dito “*traduttore, traditore*”. No entanto, se olhamos pelo vértice da amizade, creio que mais do que contradição, defrontamo-nos com um paradoxo a ser mantido; uma única vogal, um maroto - *i* -, a um só tempo subverte e dá todo o sentido, pois cria o espaço de separação necessário para que surja o outro, e só podemos ter laços fraternos com um outro em toda a sua inteireza. Ao mesmo tempo, estamos próximos, muito próximos, suficientemente próximos, ao buscar aquela palavra justa, não outra qualquer, que transmita da forma mais verdadeira o que lhe vai na mente e na alma. Na troca de mensagens que tive com Walder de Souza⁵, um tanto intimidada por ousar em campo alheio à minha prática usual, disse-lhe e agora digo a vocês que sou uma “amadora”, que encontrou uma conjunção de objetos de amor: o francês, a psicanálise, dois admiráveis pensadores, Green e Bion, e, melhor que tudo, a interlocução entre eles através de Green, a forma

1. Aula de Abertura do Ano Letivo de 2022 do Instituto de Formação Psicanalítica da SBPRJ, que marcou a inauguração oficial do Setor de Tradução do Instituto, coordenado por Marina Tavares, Membro Associado da SBPRJ.

2. *Carta aberta de André Green a Wilfred Ruprecht Bion* – Conferência proferida por André Green, a convite da Associação Francesa de Psiquiatria, em homenagem a W. R. Bion, por ocasião do décimo aniversário de sua morte.

3. Membro Efetivo com funções específicas do Instituto de Formação Psicanalítica da SBPRJ.

4. Ney Marinho, diretor do Instituto de Formação Psicanalítica da SBPRJ.

5. Walder de Souza, doutor em Estudos Teatrais pela Universidade Paris III da Sorbonne Nouvelle, professor titular e professor do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UNIRIO.

extraordinária como Green penetra no universo bioniano, pessoa e obra, e transmite o clima afetivo e respeitoso que os envolve.

O encanto despertado, o entusiasmo por esta carta de Green a Bion acompanha todo o texto que se desenvolve como um diálogo lúdico, muito sério como todo brincar, que se vai desdobrando nos meandros de conceitos sofisticados, pensamentos fartamente reiterados na obra e manifestos na atitude do homem, sentimentos fortes e profundos com expressão sutil, habilmente captados por Green. Também o tom tantas vezes irônico espelha a ironia, em especial, a autoironia sempre presente nos escritos de Bion.

Embora vida e obra sejam inseparáveis, conquanto não possamos definir de modo preciso como e quanto se imbricam, em Bion, muitas vezes tive impressão de que a pessoa são suas ideias e suas ideias são a pessoa. E isto foi muito bem percebido e expresso na forma com que Green vai tecendo o texto da carta.

A primeira referência que encontramos é a citação de Maurice Blanchot: “a resposta é a infelicidade da pergunta”. Acho que Bion tanto apreciou essa frase, porque traduz em palavras, de forma certa, a atitude do pensador e do homem. Nas conferências de Rio, Brasília, São Paulo, Nova Iorque, Roma, Paris, não há momento em que Bion traia esse aforismo, seja em suas falas, seja em sua interlocução com a plateia. A ponto de, por vezes, chegar a irritar aqueles que lá foram para obter respostas e não suportam “estar em dúvidas e incertezas”⁶. Quanto à obra, encontramos série infinita de formulações que apontam para a indeterminação, a insaturação, os múltiplos vértices de aproximação de qualquer fenômeno, o conceito de transformação da experiência emocional que abre um leque de possibilidades de significação do manifesto, dando abrigo aos mais variados referenciais teóricos da psicanálise. A própria *grade* confirma o dito: instrumento conjectural de avaliação da sessão psicanalítica, em que propõe que tomemos o diálogo analítico como peças de um jogo a que podemos atribuir diferentes valores pautados pelo grau de sofisticação do pensamento e pelo uso a este atribuído. O resultado ou conclusões dependerão desses valores arbitrados, sendo as regras ditadas pelas teorias psicanalíticas utilizadas.

6. Alusão à Capacidade Negativa, descrita pelo poeta John Keats em carta a seus irmãos George e Thomas e citada por Bion, em seu livro *Atenção e Interpretação* (1970/1973, p. 138): “quando um homem é capaz de permanecer em meio a incertezas, mistérios, dúvidas, sem qualquer tentativa irritável de alcançar fato e razão”. Qualidade necessária para formar o Homem de Êxito, em literatura, diz Keats, lembrando Shakespeare; e em psicanálise, nos aponta Bion.

Logo em seguida, Green faz uma ironia e um desafio a Bion: realista ou pessimista? Um cético, diria Ney Marinho. A intimidade possível só na amizade aqui surge ao evocar Francesca Bion, mulher, “amor apaixonado” de Bion, como se se-gredassem algo a respeito daquele homem admirado e discreto em seu sofrimento.

Green, com a sua potência de ágil pensador, ao voltar-se para a fábula do reino de Ur, faz um trocadilho que condensa a contribuição de Bion à exploração ilimitada do campo da mente primitiva e uma formulação absolutamente original que nos permite libertar-nos da tirania da relação causal na apreensão da realidade psíquica, propondo o “fato selecionado” – “a experiência emocional da sensação de descoberta de coerência”; um precipitado intuído de elementos conjugados, que ganha expressão manifesta quando nomeado, permitindo a investigação de significados a partir das associações despertadas. E Green ainda encontra espaço em sua bolsa repleta das riquezas que a curiosidade o impulsiona a buscar para a alusão à relação continente/contido, uma joia do pensamento de Bion sobre a constituição do pensar, que vai tomar um vulto extraordinário em sua obra no estudo dos tipos de vínculos que regem as relações entre indivíduos ou entre o indivíduo e o grupo. Um pouco adiante, Green se refere às angústias despertadas pelo continente de ferro e aço, sem margem de escape: o tanque, instrumento de guerra, ou a vivência de um vínculo continente/contido que sufoca a criatividade, como as regras institucionalizadas, dentro ou fora do indivíduo, como uma casca que se torna cada vez mais espessa, enrijecida, impedindo o desenvolvimento do que há dentro, ameaçado de extinção.

A escolha de Green de falar sobre as relações de Bion com a França naturalmente espelha os dois espíritos, francês e britânico, em raízes mescladas – Bion, descendente de Huguenotes, os franceses protestantes; Green, um homem de fronteiras, da periferia da cultura ocidental, traço que marca a sua obra, tanto no viés teórico, com a integração de Winnicott e Bion à inserção psicanalítica francesa, como no objeto de seus estudos e desenvolvimentos, os pacientes fronteiros ou os estados-limite.

“A França entra em sua vida sob o signo do horror”. A guerra marcará para sempre a personalidade desse homem que muito jovem decidiu alistar-se no exército britânico para lutar aquela que ficou conhecida como a “Grande Guerra”, tal a violência, a mortandade, a “abominável carnificina”. Green menciona a autobiografia, que, na primeira parte publicada, *The long week-end, 1897-1919* (Bion, 1982), abrange as experiências avassaladoras desse período. Mas também em sua obra tardia temos a trilogia intitulada *Uma memória do*

futuro (Bion, 1989, 1996a, 1996b), nas palavras de Francesca Bion, uma fantasia autobiográfica psico-analiticamente orientada, que se desenrola em toda a sua extensão em um cenário de guerra.

Mas, se a guerra deixou em Bion um traço de melancolia, ou de realismo cético em relação à humanidade, também influenciou a sua abordagem da psicanálise. Neste caso, seguiu à risca o que propõe em seu rico texto “*Como tornar proveitoso um mau negócio*” (Bion, 1979/1983), ou “como transformar uma circunstância adversa em uma boa causa”. Há algo de transitivo que permeia todo o seu olhar e forma de pensar a psicanálise, cuja expressão máxima é seu conceito de caesura – um corte que, em um único ato, separa e liga, como a “impressionante caesura do nascimento”, um marco de descontinuidade, que evidencia a continuidade entre a vida pré e pós-natal –, algo transitivo que, penso, decorre das vivências de um homem reverente à verdade, capaz de compaixão, humor e amizade, amor pela família e por seu trabalho, admirador das letras e das artes, um “*jolly good fellow*”, na expressão de Green, confrontado com o grau assombroso de capacidade destrutiva do ser humano, da qual certamente não se excluía, ou seria talvez o primeiro alvo a implicar-se. Essa transitividade expande de forma extraordinária as possibilidades de conjugação de contrários e, portanto, de observação e significação dos fenômenos, especialmente os fenômenos psíquicos: estados vestigiais remanescentes em personalidades sofisticadas, o prisma que se alterna entre psicossomático ou somapsicótico, o domínio dos protossentimentos, protoideias, da culpa primordial, em contraste com a capacidade para a linguagem altamente articulada. Do mesmo modo, civilização e barbárie, tão distantes e tão próximas!

Acompanho agora Green quando convida Bion e a nós: “deixemos os horrores da guerra e voltemos às delícias da paz”. Penetra então no jardim das artes, literatura, filosofia, poesia. A dimensão estética, tão cara a Bion em sua visão da psicanálise. São deste, Bion, as palavras no artigo “*Evidência*” (1985): “Os artistas têm grande vantagem porque eles podem lançar mão da estética, como uma língua universal. Platão, há dois mil anos atrás, discerniu de modo claro os defeitos da comunicação verbal... Não vejo que tenhamos feito grandes progressos, neste aspecto, nos últimos dois mil e tantos anos”. E, em sua última conferência pública, em 1978, em Paris, a despedida do amigo:

BION: Mas eu digo que valeria a pena considerá-lo não o seu consultório; e, sim, o seu ateliê. Que espécie de artista é você? Um ceramista? Um pintor? Músico?

Escritor? Na minha experiência, um número enorme de analistas não sabe que tipo de artistas são.

P: E se eles não forem artistas?

BION: Aí estarão na profissão errada... Não sei qual a que serve pois, mesmo que não sejam psicanalistas, eles precisam ser artistas na vida.” (W. R. Bion, Seminário realizado em Paris, 10 de julho de 1978)

Referências

- Bion, W. R. (1973). *Atenção e interpretação: uma contribuição científica à compreensão interna na psicanálise e nos grupos*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1970).
- Bion, W. R. (1978). Seminário realizado em Paris, 10 de julho de 1978. Mimeo Biblioteca SBPRJ.
- Bion, W. R. (1982). *The long week-end, 1897-1919: part of a life*. Abingdon: Fleetwood Press.
- Bion, W. R. (1983). Como tornar proveitoso um mau negócio. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 13: 467-478. (Original publicado em 1979).
- Bion, W. R. (1985). Evidência. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 19(1).
- Bion, W. R. (1989). *Uma memória do futuro* (v. I – O sonho). São Paulo: Martins Fontes.
- Bion, W. R. (1996a). *Uma memória do futuro* (v. II: O passado apresentado). Rio de Janeiro: Imago.
- Bion, W. R. (1996b). *Uma memória do futuro* (v. III: A aurora do esquecimento). Rio de Janeiro: Imago.
-

Fernanda Marinho

fernandamarinho@gmail.com

Tradução e amizade^{1,2}

Admar Horn³

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Ney Marinho por ter me convidado a falar sobre o psicanalista André Green. Esse agradecimento é extensivo a toda a direção do Instituto da SBPRJ. Aproveito para felicitar nossa colega Marina Tavares, que assumiu o Departamento de Tradução da nossa Sociedade, que é de suma importância.

Essa abertura do ano letivo da nossa Sociedade tem esse título sugestivo de “Tradução e amizade”, cuja reciprocidade me parece bem evidente. Quem já passou por esse difícil ofício de traduzir simultaneamente sabe como é útil o fato de conhecer o colega que está falando na outra língua, para poder traduzi-lo mais adequadamente.

Gostaria de parabenizar, em especial, toda a diretoria da Sociedade através da nossa Presidente, Lucia Palazzo, e manifestar a minha alegria de estar vivendo esses novos tempos da nossa Sociedade. Aproveito para dar as minhas boas-vindas a todos os novos alunos que estão ingressando na nossa Sociedade, ressaltando que estamos vivendo uma época de muita mudança, bastante produtiva para todos.

Quando o Ney me convidou, confesso que hesitei em aceitar, mas ele disse: “é para falar como você viu o André Green durante a sua permanência em Paris”. Então, vou iniciar essa apresentação, hoje, baseado na minha experiência e vivência no meio psicanalítico francês com o André Green, lembrando alguns

1. Palestra proferida na Aula de Abertura do Ano Letivo de 2022 do Instituto de Formação Psicanalítica da SBPRJ, que marcou a inauguração oficial do Setor de Tradução do Instituto, coordenado por Marina Tavares, Membro Associado da SBPRJ.

2. Transcrição da gravação feita por João Pedro Saramago.

3. Membro aderente da SPP (Sociedade Psicanalítica de Paris). Membro Titular do IPSO-PARIS. Vice-Presidente da AIPPM (Associação Internacional de Psicossomática Pierre Marty. Membro Efetivo da SBPRJ.

elementos da sua vida privada, que ele mesmo tornou públicos, e que considerava engajados na sobredeterminação dos seus trabalhos.

André Green nasceu no Cairo, em 12 de março de 1927, numa família judaica sefardita. Ele era o filho mais novo de quatro irmãos. Facilmente, ele fazia uma ligação do seu destino em geral e de certas elaborações dessa situação de filho mais novo, de pais idosos. Importante salientar que sua irmã mais velha mobilizou intensamente sua mãe em razão de problemas de saúde que a obrigaram – tanto a ela quanto a sua família – a fazerem várias idas e vindas à França a partir do Egito. Foi durante uma dessas viagens que a mãe de André Green descobriu que estava grávida dele. Esses vínculos entre a França, a doença, a medicina e o seu nascimento marcaram *a posteriori* e de modo significativo o seu destino. Essa determinação se acentuou de modo mais preciso quando sua mãe, que já estava monopolizada pela doença da filha mais velha, se duplicou numa mãe enlutada quando ele tinha apenas dois anos de idade. Foi um momento trágico, em que sua mãe perdeu uma irmã queimada viva. Green considerava essas situações como sendo a fonte de sua elaboração do conceito da “mãe morta”, extinguindo as cenas primitivas transmitidas por uma mãe mentalmente ausente e por uma outra, traumatizada. Alguns anos mais tarde, quando ele era ainda bastante jovem, seu pai faliu – talvez em razão desse contexto, mas também ligado a particularidades da personalidade do pai, esse novo acontecimento traumático se impôs. Aos 14 anos de idade, ele perdeu seu pai. Aos 19 anos, ele migrou para a França, a fim de fazer seus estudos de medicina. Ele tinha, nesse momento, um grande interesse pela filosofia, o que permitiu que ele descobrisse a psicanálise e a obra do Freud. Mais tarde, aos 22 anos de idade, perdeu sua mãe sem tê-la revisto.

André Green realizou uma obra considerável. Seu combate, seu engajamento como psicanalista e como homem fez com que ele se opusesse contra tudo que se opunha à vida psíquica. Ele se tornou membro da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) em 1965, apesar de ter se interessado pela psicanálise desde que se formou em psiquiatria em 1953, em Paris, aos 26 anos de idade. Ele qualificava esse ano de 1953 como sendo o ano do seu nascimento. Nesta mesma época, houve uma revolução na psiquiatria, com a introdução da clorpromazina, indicada para o controle de psicoses e tratamento de quadros psiquiátricos agudos. Ocorreu, nessa mesma época, uma cisão na SPP, a partir da qual houve o desdobramento de uma produção de trabalhos analíticos com a liderança de Jacques Lacan. André Green fez parte dessa efervescência teórico-clínica e do súbito crescimento da psicanálise em todo o Ocidente. Devo

dizer que era sempre um prazer, uma experiência estética, escutar suas conferências e suas supervisões. Nesses últimos anos, Green se tornou um dos autores franceses mais influentes da América Latina, e seus textos são, atualmente, presentes nos programas de numerosos institutos de formação psicanalítica e nos tratamentos psicanalíticos em várias regiões do mundo. Ele era um autor que possuía uma imensa cultura e teve sua obra traduzida em mais de dez idiomas. Escreveu um grande número de livros sobre psicanálise aplicada, com seus estudos sobre a tragédia grega, sobre artistas, tais como Leonardo da Vinci, Shakespeare, Joseph Conrad, Borges, Henry James etc.

André Green tinha um tipo de comportamento que exigia muito de si mesmo, e esperava o mesmo dos seus colegas, o que algumas vezes era sentido como excessivo. Ele justificava esse comportamento, contudo, dizendo que era devido à sua grande paixão pela psicanálise. Seu profundo contato com o inconsciente fazia com que ele se expusesse dessa maneira, assim como expressava suas ideias com toda a sua força. Seus trabalhos clínicos e teóricos são referências essenciais, especialmente os grandes avanços, propostos por ele, na compreensão e abordagem dos “estados-limite”.

Devemos a ele numerosas noções que se tornaram, com o tempo, familiares a todos nós, tais como, já citado anteriormente, o complexo da mãe morta, a memória amnésica, a desobjetalização, os processos terciários, a terceiridade, os narcisismos positivo e negativo, de vida e de morte, o tempo fragmentado, a posição fóbica central, a anialidade primária, importantes trabalhos sobre o afeto, a representação, a linguagem, a heterogeneidade de significante e a pluralidade do tempo, a causalidade, as forças destrutivas, o mal, o papel do objeto e da pulsão, a sexualidade etc. Devemos também a ele uma abordagem original da função materna e da estrutura enquadrante, matriz do pensamento e do discurso vivo vinculado à alucinação negativa da mãe – sem negligenciar sua abordagem psicanalítica inovadora e outras obras culturais, já citadas. Nesse vasto campo de trabalho, podemos reter quatro grandes eixos do pensamento de Green: o negativo, os narcisismos, a linguagem e a destrutividade. O fio condutor desses quatro temas é certamente a negatividade, no seu duplo sentido, tal qual ela foi introduzida no pensamento humano por Hegel.

Ele consagrou as suas últimas férias de verão à leitura de Nietzsche, retornando a Paris com a ideia de introduzir um seminário chamado “A noção do negativo no negativo”. Infelizmente, teve um problema vascular cerebral e não houve possibilidade de realizar esse seu desejo, algo esperado com muita ansiedade pelos colegas da SPP.

André Green teve uma relação pessoal com Winnicott desde 1957 e depois com Bion a partir de 1976. Durante os anos 1960, ele se apaixonou pelo trabalho do Lacan e foi uma presença assídua nos seus seminários. Em seguida, rompeu com Lacan em 1967, mas manteve seu investimento no papel da linguagem.

André Green tinha personalidade muito forte, era considerado um homem bravo, apesar de ter tido muitas relações na França e no mundo todo, mais especificamente relações pessoais do que institucionais. Entre outros, o encontro com Otto Kernberg, membro titular, formador da Associação Americana de Psicanálise e do Centro de Formação e de Pesquisa da Universidade de Columbia, além de ex-presidente da IPA. Foi mundialmente conhecido como grande estudioso dos “casos-limite”. Ambos criaram um grupo de trabalho internacional.

Outro encontro fundamental foi com o filósofo Roger Pol-Droit, com quem teve um relacionamento de amizade. Roger comentava sobre o papel decisivo da participação de Green no grupo de Teatro Antigo da Sorbonne para a sua descoberta das tragédias gregas no seu itinerário pessoal. Quando Roger mencionava isso, podia se sentir a importância desse momento, de tal modo que era lá, representando, falando de Sófocles e alguns outros, que o trágico, o discurso vivo e a razão estavam, em parte, ligados ao surgimento do mundo grego antigo e à relação reconfigurada pela modernidade, que nunca mais o deixou. Tenho uma forte lembrança de, num encontro informal, ter escutado Green dizer que, para ser psicanalista, deveríamos ler os gregos e frequentar durante um longo tempo os hospitais psiquiátricos. A música também ocupava um lugar de suma importância para o grande melômano que ele era.

Por ocasião da minha formação psicanalítica na SPP, estive durante algum tempo em supervisão com Green, que muito me acrescentou, especialmente dois pontos teóricos: a incompletude do pensamento analítico e de que o discurso psicanalítico desenluta a linguagem. Nos últimos anos de sua vida, Green se aproximou das concepções teóricas do Instituto de Psicossomática de Paris - Pierre Marty, onde trabalhou juntamente com Claude Smadja, Marília Aisenstein e outros colegas psicanalistas.

Entre as numerosas expressões de respeito à sua obra, recebeu em 2007, no congresso da IPA em Berlim, o mais importante prêmio dessa Instituição: o Prêmio de Realização Científica Excepcional. A lembrança de suas palavras de esperança em relação ao futuro da psicanálise, assim como a ovação que ele recebeu – foi aplaudido durante dez minutos, em pé, por todos os presentes na sede do congresso – nos fazem, hoje, ressentir esse contraste com o luto da comunidade psicanalítica após sua morte.

Nesses momentos em que o silêncio se impõe, é o mesmo André Green, homem da linguagem, psicanalista da palavra, que nos lembra de que, quando o afeto se apresenta na profundidade da sua dor, as palavras acabam nos soltando.

Para finalizar, gostaria de ler um trecho de um livro do escritor uruguaio chamado Mario Benedetti, que se chama “*A trégua*”: “Mas, afinal, o que é isso entre a gente? Ao menos, por enquanto, é uma espécie de cumplicidade diante dos outros, um segredo compartilhado, um pacto entre nós. Evidentemente, isso não é uma aventura nem um programa. Bem, muito menos um namoro. No entanto, é mais que uma simples amizade”.

É muito bom falar entre amigos.

Admar Horn

admar@admarhorn.com.br

Psicanálise e Cinema

Testemunhos em filmes políticos, metafísicos ou calcados em afeto

Luiz Fernando Guedes Gallego Soares¹

Testemunhos em livros são mais frequentes do que em filmes (excetuando documentários), embora haja exemplos muito significativos: no cinema brasileiro, Lúcia Murat, em seu primeiro longa-metragem, “Que bom te ver viva” (1989), mostrou mulheres sobreviventes de torturas (como ela) nos porões da ditadura civil-militar que existiu no Brasil por décadas e cujas piores sementes ainda crescem nos dias de hoje.

Se, nesta obra marcante, havia uma mescla de documentário com alguma ficção, anos depois, em “Quase dois irmãos” (2004) – que foi debatido em nossa SBPRJ com a presença da própria cineasta – ela abordou algumas situações de prisioneiros políticos, agora homens, daqueles tempos sombrios. Claro que, de certa forma, havia também o testemunho da experiência pessoal vivida pela diretora, mas na ficção ela podia comunicar suas vivências transmutadas em um enredo com outros vieses e desdobramentos mais ligados à época em que este outro filme foi realizado, passado principalmente muito tempo depois em que os personagens estiveram presos – como estiveram outras pessoas discordantes da ditadura e que sobreviveram.

Indo a um polo distante, Ingmar Bergman (1918-2007), um dos maiores nomes das artes em geral – e não só do Cinema –, no século XX, propiciava que os espectadores de seus filmes conhecessem a intimidade de suas reflexões religiosas – e mesmo metafísicas – em filmes de ficção nos quais o personagem principal nem sempre seria obrigatoriamente um “alter ego” mais evidente do diretor, podendo até mesmo ser uma personagem feminina, como a pianista tão envolvida em sua carreira a ponto de negligenciar as filhas “Sonata de Outono” (1978), ou a atriz que escolhe ficar em silêncio total, no palco e na vida, em uma de suas obras-primas, “Persona” (1965), ridiculamente intitulado “Quando

1. Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

duas mulheres pecam” no Brasil. Em seu filme seguinte, “A hora do lobo” (1966), em vez de uma atriz, um pintor traduzia angústias primitivas de Bergman, e em “Vergonha” (1967), um casal de músicos passava por experiências dolorosas numa guerra não identificada. Mas todos estes personagens-artistas traziam aspectos de seu criador, agora depositados em terceiros pela criatividade do cineasta – uma espécie de (podemos comparar?) “sublimação” dos traços mais subjetivos em outros, mais universais, pertinentes não só a pintores, atrizes ou músicos, mas aos seres humanos em geral, todos nós. A desistência da fala em “Persona”, a loucura em “A hora do lobo”, o medo em “Vergonha”, ou – como ele mesmo disse – a “sagrada isenção da arte” como desculpa para a covardia de dois artistas numa situação de guerra em que se viram envolvidos sem escapatória. Neste filme, em algum momento, um dos personagens dizia: “E se tudo isso não passasse de um sonho de outra pessoa... e que quando ela acordasse... sentisse... vergonha?”.

A vergonha. Vergonha por termos novas guerras a cada dia do século XXI; a constatação de que as duas grandes guerras no século passado não serviram para nos afastar de outras; a manifestação de pulsões destrutivas aventadas inicialmente por Sabina Spielrein (1885-1942), quase dez anos antes de Freud publicar “Além do princípio do prazer” (ela apresentou ainda em 1912 um esboço do texto “A destruição como origem do devir” – agora publicado em português pela Editora Artes & Ecos de Porto Alegre na Série Escrita Psicanalítica, 2021); ou ainda a “fúria narcísica” conceituada por Heinz Kohut (1913-1981), fúria que só se compraz com a destruição do(s) objeto(s) experimentado(s) como obstáculo(s) à plenitude narcisista arcaica, que só consegue ver nas relações objetais seus sistemas ilusórios de que tudo e todos fossem – ou tivessem que ser – objeto-a-serviço-do-self-narcísico (*selfobjects*) – e ai deles se assim não for!

Política – em testemunhos filmicos de Lúcia Murat e de outros tantos cineastas “políticos”; questões metafísicas – nos testemunhos ficcionais do cinema de Ingmar Bergman. Em momento de nova guerra (que mobiliza mais a sociedade ocidental do que outras, com as quais não houve tanta identificação e quase que nenhuma empatia), chegou às telas de cinemas brasileiros e à temporada de premiações internacionais um filme passado durante os anos de explosão dos combates entre os que queriam a permanência da Irlanda do Norte no Reino Unido e os que desejavam a unificação da ilha irlandesa. Aqueles, principalmente protestantes; estes, principalmente católicos. A religião, esta ou aquela, não impediu a morte de quase 4.000 pessoas de um lado e do outro, católicos e protestantes, combatentes ou vítimas ocasionais, irlandeses mais en-

volvidos ou aqueles menos ligados nas questões políticas. Parece ter sido sobre este último grupo de pessoas que o diretor, ator e roteirista Kenneth Branagh quis falar, já que o personagem central de seu filme “Belfast” não passa de um garoto – como ele era na época em que os conflitos tiveram início.

Nascido em 1960, Branagh, assim como o personagem Buddy, não teria mais do que sete anos quando aquela guerra começou, logo chegando à rua onde morava com seus pais. Vizinhos que eram amigos passaram a se ver jogados em campos opostos, desconfiando uns dos outros, e a “idade da inocência” de Buddy foi interrompida pela brutalidade de uma guerra civil que bateu à porta de sua casa.

O roteiro, premiado com o Oscar de 2022 na categoria de “roteiro original” (ou seja, não baseado em outra fonte, como livros, peças etc.), mereceu questionamentos de parte da crítica e mesmo do público: Branagh não esteve em nenhum momento preocupado em discutir as questões políticas que anteciparam os violentíssimos distúrbios que durariam trinta anos – e isto lhe foi cobrado, levando-o até mesmo a ter que explicar o que pretendeu: *“Sentiram falta de especialistas [em questões políticas]? O que eu lembro é de nossa angústia em saber quando a rua voltaria ao normal; e de como estar em permanente estado de alerta aumentava, paradoxalmente, nossa necessidade de sorrir”*. Neste sentido é que, mesmo sem afirmar que a família vista em cena seja como era de fato (ou como ele recorda) a sua, o filme é o testemunho que Branagh teve necessidade de transmitir, o que fica evidente em outra declaração sua: o roteiro só foi filmado depois que seus irmãos aprovaram o texto. *“Joyce [irmã] disse que eu me expus de tal modo que ela pôde de fato me ver; e que o filme era, assim, um outro eu”*.

A veterana e premiadíssima atriz Judi Dench, que faz o papel de avó de Buddy, disse ter identificado, durante as filmagens, um “exercício catártico” de Branagh. São grandes amigos, mas ele não aceitou integralmente a visão dela: *“Catártico? Não sei. Mas, certamente, foi uma experiência libertadora. Evitei voltar ao passado de forma infantilizada e fico feliz em perceber que soube, creio eu, reconhecer e retratar quem eu era. Agora, o público vai saber que eu não surgi do nada em uma universidade inglesa com um manuscrito sobre Shakespeare debaixo do braço e que, de lá, fui rumo à Hollywood”*.

Dedicado *“aos que ficaram e resistiram, aos que buscaram novos horizontes, e aos que pereceram”*, a família do filme coincide com a mudança da família do diretor para um subúrbio de Londres em 1969, em busca de novos horizontes... sendo que os avós de Buddy ficaram em Belfast...

Penso que a principal reflexão que um psicanalista pode fazer em relação a “Belfast” diz respeito à (já mencionada anteriormente) cobrança “política” feita ao roteirista-diretor: cobrou-se algo que não é o filme que ele quis fazer. E um filme deve ser avaliado pelo que pretendeu e terá conseguido realizar, jamais pelo que o crítico esperava que devesse ser um filme sobre os problemas político-religiosos de Belfast entre aqueles anos iniciais dos conflitos, de 1967 a 1969.

Outros diretores, britânicos ou irlandeses, podem preferir a abordagem sociopolítica, tal como Ken Loach abordou a guerra de independência irlandesa em 1920 no filme “Ventos da liberdade”, de 2006; e Neil Jordan biografou o herói da independência irlandesa Michael Collins num filme homônimo de 1996. Branagh quis falar de um núcleo familiar afetuoso – e sustentador – de uma criança que certamente não compreendia o que se passava à sua volta e, por isso, até se divertia em meio às barricadas de sua rua.

De modo análogo, psicanalistas também devem abordar o material de seus analisandos como ele se apresenta e sem “cobrar” o enquadramento do discurso que escuta com sua(s) teoria(s) de preferência. Afinal, empatia, como Freud escreveu, “é a capacidade de compreender algo inerentemente estranho ao próprio eu”. Não se trata de buscar identificações (geralmente projetivas a partir do próprio eu), mas de ir ao encontro do outro tal como conseguirmos apreendê-lo na sua singularidade.

Recebido: 11/04/2022

Aceito: 11/05/2022

Luiz Fernando Guedes Gallego Soares

luizgallego@gmail.com

Psicanálise e Literatura

Resenha do livro “O Acontecimento”

Autora: Annie Ernaux

74 páginas

Ano de publicação: 2000

Ano de edição em português: 2022

Editora Fósforo, Rio de Janeiro

Denise Salomão Goldfajn¹

Com atraso de 22 anos, podemos agora ler em português a tradução desse livro biográfico que narra um evento, uma única passagem na vida dessa autora vigorosa, que escreve como quem lapida os ângulos de uma única cena de forma corajosa, sem que nada lhe escape, permitindo e convidando o leitor para que sofra e conheça com ela as vicissitudes femininas de gerar e gestar, bem como a responsabilidade de decidir, absolutamente sozinha e prematuramente em sua vida de jovem, qual seria a fronteira entre o íntimo e o social, expondo a arbitrariedade da lei sobre o corpo feminino.

Ao ler este pequeno livro, visitamos junto com a autora o aborto sofrido por ela, vivenciando seu desalento a cada passo de sua busca angustiada por parceria e proteção, encontrando apenas fragmentos tênues de solidariedade, que mal se configuram em compaixão, tornando-se ainda mais traumáticos, pois acendem fagulhas de esperança, que se apagam rápido, de forma gelada e cruel.

Para homenagear a coragem da autora e o impacto da narrativa, compartilho suas palavras, deixando que elas anunciem a urgência em ler esse livro. Cuidadosamente, selecionei algumas passagens. Em seu diário de então, a autora escreve: “Estou grávida, que horror.” (p. 14). E, mais além, quando revisita a jovem grávida de antes, ela escreve:

1. Psicanalista membro da Sociedade Brasileira do Rio de Janeiro (SBPRJ) e de São Paulo (SBPSP), pós-doutora pela Universidade de São Paulo (USP), membro da Associação Internacional de Psicanálise e Psicoterapia Relacional (IARPP), e membro do Grupo Brasileiro de pesquisas Sándor Ferenczi. Psicanalista de crianças e adultos, supervisora clínica e autora de artigos publicados.

“Que o modo como eu vivi essa experiência de aborto – a clandestinidade – remonte a uma história superada não me parece um motivo válido para deixar essa história enterrada – mesmo que os paradoxos de uma lei justa seja quase sempre obrigar as antigas vítimas a se calar, em nome de que ‘tudo isso acabou’, de maneira que mesmo o silêncio de antes encubra tudo o que aconteceu. É justamente porque nenhuma interdição pesa mais sobre o aborto que posso, deixando de lado o senso coletivo e as fórmulas necessariamente simplificadas... – enfrentar na sua realidade, esse acontecimento *inesquecível*.” (p. 17).

Com ousadia, a autora narra em primeira pessoa, esculpindo as palavras como quem lapida a memória, extraíndo dela a vivência traumática encriptada, encrostada, encroada, como um feto sem vida, como um tumor no âmago da alma, uma sombra dolorosa, mas latejante.

E a autora segue narrando o acontecimento. Escamoteada no acontecimento, resta a vivência traumática: “Numa segunda-feira, voltei da casa deles com um par de agulhas de tricô... Eu não tinha saída. Decidira agir sozinha.” (p. 35).

“[...] depois de minha tentativa infrutífera, liguei para o Dr. N... Achei que fosse fazer algo por mim, ele disse, ‘Não quero saber aonde você vai. Mas você vai tomar penicilina.’” (p. 36).

“[...] penso no momento que aborto no banheiro, o jorro de um obus, ou de uma granada, a tampa de um barril que pula. Essa impossibilidade de dizer as coisas com palavras diferentes, essa união definitiva da realidade passada e de uma imagem que exclui qualquer outra me parecem a prova de que realmente vivi o acontecimento.” (p. 60).

“Eu andava pelas ruas com o segredo da noite do dia 20 ao 21 de janeiro em meu corpo como uma coisa sagrada. Não sabia se tinha estado à beira do horror ou da beleza. Sentia orgulho. Provavelmente o mesmo dos navegantes solitários, dos drogados e ladrões – o de ter ido aonde os outros jamais pensariam ir.” (p. 67).

“Terminei de pôr em palavras isso que se revela para mim como uma experiência humana total, da vida e da morte, do tempo, da moral e do interdito, da lei, da experiência vivida de um extremo a outro pelo corpo.” (p. 71).

Não há melhor momento para ler esse livro: o que parece nos chegar com atraso, retorna como realidade distópica, quando vemos a suprema corte estadunidense permitir novamente a criminalização do aborto, ou quando uma jovem atriz em nosso país sofre a crueldade das mídias sociais, que expõe sua intimidade e sua decisão de não ser mãe e entregar seu filho para adoção. Decisão, aliás, garantida por lei. No “*big brother*” das mídias sociais, mais um corpo

e destino de uma mulher invadidos mais de uma vez. Onde se entrecruzam a intimidade e a (des)ordem pública? Qual o limite da (des)humanidade?

Por isso, esse é um livro preciso, seja pela precisão da narrativa dos fatos, quanto pela necessidade do testemunho de seu relato que possa servir a muitas outras jovens e suas redes de apoio, que, como a autora, passarão por essa experiência traumática.

Nem toda a análise pessoal passa pela sala de análise, nem as teorias do trauma são exclusividade de nosso campo. Relembrar, repetir e elaborar vêm nas mais diversas formas e lugares, nos sonhos, nos pensamentos, nos diálogos e se eternizam nas letras, que tomam rumo nas páginas que são compartilhadas em idiomas e viajam pelo mundo, até que chegam às nossas telas mentais.

Um único e singular evento, um acontecimento na vida da escritora e seus desdobramentos.

Recebido: 06/04/2022

Aceito: 08/07/2022

Denise Salomão Goldfajn
dsgoldfajn@gmail.com

Memória *TRIEB*

Um homem torturado: Tito de Alencar¹

Jean-Claude Rolland²

Eu me permito abordar a questão da tortura sob um ponto de vista psicanalítico pois, quando era ainda um jovem psiquiatra, tive a oportunidade de acolher Tito de Alencar no hospital em que eu trabalhava. Intelectual duplamente engajado, religiosamente, como dominicano, e, politicamente, como líder de um dos movimentos de libertação nacional surgido no Brasil após o golpe de estado de 1964 – ele foi preso em 1969, depois do assassinato do líder comunista Marighela. Essa morte foi obra secreta do comissário Fleury e dos esquadrões da morte. Havia, no espírito de seus autores, um duplo objetivo: acabar com Marighela e comprometer definitivamente os religiosos engajados na luta revolucionária.

Durante vários meses de prisão, Tito de Alencar foi submetido a interrogatórios policiais e a torturas por esse mesmo comissário Fleury. Desta experiência de tortura, que o deixou definitivamente despedaçado, ele nos legou um duplo testemunho: de um lado, os escritos que teve a coragem de redigir na prisão (que foram publicados numa coletânea dedicada a ele: *Então as pedras gritarão*), e de outro lado, a restituição dessa experiência tal como ele a transmitiu através de um estado melancólico e delirante apresentado durante os meses que precederam sua morte.

Talvez pelo fato de pertencer à classe média, tradicionalmente favorável ao regime político então em vigor, mas também por se tratar de um religioso, parece que Fleury e seus torturadores perseguiram Tito de Alencar com uma crueldade particular.

1. Trabalho originalmente publicado em 1986 na *Nouvelle Revue de Psychanalyse* e, posteriormente, na *Revista TRIEB*, n.6, em 1998.

2. Membro titular da APF – Association Psychanalytique de France – exerce a psicanálise em Lyon. Publicou diversos livros, dos quais foram traduzidos para o português: *A língua e o psíquico* (2022); *Antes de ser aquele que fala* (2017) e; *Os olhos da alma* (2010), pela Editora Blucher e *Curar do mal de amor* (1999), pela Martins Fontes.

Tentando escapar, ele recorreu, na própria prisão, a uma tentativa de suicídio; cortou a artéria de um braço e só se salvou graças à vigilância de seus carrascos, que temiam ficar comprometidos por esse gesto. Tito lembra em seus escritos a frase que ele ouviu em seu semicoma: “Doutor, esse daí a gente tem que salvar de qualquer jeito, senão estamos perdidos”³. Foi, aliás, graças a esta tentativa de suicídio que, primeiro a Igreja e, depois, outras instâncias sociais, tomaram conhecimento da prática de torturas no interior das prisões brasileiras. Pois, como veremos adiante, uma das condições da tortura é poder beneficiar-se de uma efetiva clandestinidade.

Foi devido a circunstâncias excepcionais – o sequestro do embaixador da Suíça por revolucionários brasileiros, e sua libertação em troca de um certo número de prisioneiros políticos -, que Tito de Alencar pôde sair da prisão em 1970, sendo logo em seguida expulso do país. Depois de permanecer brevemente no Chile e na Itália, ele foi acolhido pela França.

Mas, essa liberdade real só fez dramatizar ainda mais a alienação interior à qual a experiência da tortura o havia condenado definitivamente. De fato, desde o início, Tito só foi capaz de começar a estudar, a fazer uma terapia e até mesmo uma análise, para logo em seguida abandonar tudo. Segundo seus amigos, durante todo o tempo em que permaneceu em Paris, tornou-se um homem inteiramente abúlico, remoendo incessantemente questões políticas e religiosas, duvidando profundamente de si, convencido de ter traído tanto a causa dominicana quanto a causa revolucionária. Passava horas escrevendo, como se tentasse reconstruir uma verdade interior. Sem sombra de dúvida, foi nesse ponto bem preciso que a tortura o venceu.

Diante de tanto desespero, seus superiores religiosos tiveram a ideia de confiá-lo a uma outra comunidade dominicana, extremamente calorosa, a de Eveux, localizada em um belo convento – La Tourette - construído por Le Corbusier nas montanhas do Lyonnais. Após um tempo em que ficou claro que Tito encontrara certo alívio, explodiram, forte e dramaticamente, as manifestações delirantes que não o abandonariam mais até seu suicídio, ocorrido alguns meses depois.

Tudo começou com fugas inexplicadas, sempre mais frequentes e mais prolongadas. Inexplicadas, até que um de seus Irmãos mais próximos lhes descobriu o motivo: Fleury falava com Tito e lhe dava ordens – de não voltar, de

3. Então as pedras gritarão, Editora Cana, 1980, p.59.

não comer, de não dormir... Este último ia ficando cada vez mais ensimesmado, mais mudo, mais triste. Depois de uma dessas fugas, ele foi hospitalizado.

Foi uma cena extremamente trágica a que todos nós assistimos então: um homem acuado entregava-se a nós, como se fossemos seus carrascos. Quando lhe deram um quarto, ele correu para a parede e levantou os braços, como se tivesse a chegada a hora de sua execução. Depois, quando lhe demos um remédio para acalmá-lo ele o tomou como se fosse o veneno que iria matá-lo. Uma cena extremamente dramática, pois nela estava reconstituída na íntegra a própria situação de tortura – uma situação que nós não tínhamos condições de entender na época, mas que, mais tarde, graças à cooperação dos Freis Dominicanos e de seus amigos, pudemos esclarecer.

Nós nos convencemos rapidamente de que não se tratava de uma patologia psiquiátrica habitual, nem de um ponto de vista semiológico, nem de um ponto de vista que chamarei de ético. Os sintomas apresentados por esse paciente, se eles podiam ser tomados por uma melancolia comum, inscreviam-se de fato em um contexto de exibição muito particular. Eu mencionei a palavra “cena”, pois o quadro clínico tinha uma dimensão intencionalmente teatral: apesar do mutismo quase absoluto desse homem, da força de sua crença delirante de que nós fossemos carrascos, nós pressentíamos também que sua consciência não tinha mergulhado inteiramente em uma convicção delirante e que estávamos lidando ali mais com um testemunho do que com uma patologia exibida pelo paciente. A intensidade do sofrimento psíquico, mais que a dor moral, corroborava essa visão.

Hoje, posso compreender que a aposta que fizemos então (nós da equipe médica e os Freis Dominicanos), de considerar esse estado menos como uma patologia e mais como um testemunho, concordava com a intenção de Tito de Alencar de nos comunicar, através desse “delírio” ou talvez através dessa exibição histérica, mas isso não importa...), as sevícias que havia sofrido durante a tortura, de uma maneira muito mais clara e precisa do que ele seria capaz de fazer por escrito. Tocamos aqui no limite da linguagem, que só pode dar conta daquilo que não escapa à consciência, enquanto seu delírio transmitia tudo que fora trocado inconscientemente entre ele e seus algozes. Mas, essa aposta queria também proteger Tito de uma decadência visada pelo torturador. O projeto do carrasco era mesmo “enlouquecer” a sua vítima, mas isso, em um *a posteriori* distante, quando a relação de causa e efeito com a tortura não fosse mais tão evidente. A loucura assim instalada passaria a provar apenas uma constituição doentia do sujeito, responsável também (por que não?) por seus erros de luta

e suas falhas no engajamento político. Um diagnóstico psiquiátrico de loucura teria difamado Tito de Alencar para sempre.

Apesar de vários períodos de melhora em que os sintomas chegaram a desaparecer, quando sua relação com os outros ficou mais fácil, nada mudou verdadeiramente no estado de Tito quanto a tendência a reviver e a fazer reviver compulsivamente, a situação da tortura, como se quisesse mostrar dessa forma a força e a qualidade específica – podemos dizer logo, erótica – do elo que se estabelecera, irrevogavelmente e contra sua vontade, entre ele e seus torturadores. Suas relações com os Freis de sua comunidade, aparentemente simples e calorosas, esgarçavam-se com crises interpretativas em que Tito os colocava em suspeita de serem cúmplices de Fleury. A sobrevivência nele da situação de tortura seguia seu curso, incessante, ainda que subterrânea.

Foi provavelmente querendo escapar à tortura que Tito de Alencar suicidou-se, quando estava aparentemente melhor e havia até mesmo acolhido a ideia de inserir-se socialmente aceitando um trabalho nos arredores de Lyon. Não podemos deixar de ver nesse suicídio bem-sucedido a repetição do gesto fracassado ocorrido nas prisões de São Paulo, gesto esse do qual ele havia sido despoído por seus carrascos, como sendo o da última liberdade à qual um ser humano pode almejar. E nos sentimos autorizados a fazer com que as circunstâncias em que ocorreu o suicídio falem por si, já que ele se enforcou, no alto de um álamo, no meio de um depósito de lixo: é dessa forma que os pássaros migratórios se deixam prender em fios de alta tensão...Será que estamos poetizando os fatos, justamente, por reação ao movimento de despoetização que a tortura realiza no sujeito? Se a própria linguagem se mostra impotente, quando se trata de dar conta dos acontecimentos, isso implica sua desqualificação como meio de expressão poética, daí a busca de meios substitutos como a patologia – seja o suicídio, ou o delírio.

E, nesse suicídio e em sua cena particular, não nos foi dado ouvir sua infelicidade de exilado, seu desenraizamento – em relação a seus país, é claro, de onde havia sido expulso -, mas também um desenraizamento bem mais profundo, provocado pela tortura, em relação a ele-mesmo, à sua identidade, a seus ideais.

*

O suicídio de Tito de Alencar desvenda claramente a natureza mortífera da tortura. Dentre os vários significados que podemos perceber nesse ato de suicídio – assim como na tentativa anterior -, destaca-se a vontade de dramatizar que havia morrido num certo sentido, digamos espiritual, durante a prova da tortura, e que, a partir de então, não passara de um sobrevivente.

É certo que a tortura nem sempre comporta um resultado tão aniquilador, e para alguns companheiros de Tito, igualmente torturados, as consequências não foram tão destruidoras. O caso particular de Tito faz com que nos perguntemos quais foram os motivos que tornaram essa experiência tão mortífera para ele. Se confrontarmos o que pudemos observar de seu delírio e das vicissitudes de sua sobrevivência aos escritos que ele deixou, devemos admitir, ou que o efeito psicológico que acompanha qualquer tortura física tenha sido particularmente virulento no seu caso, ou então que, além dos maus-tratos puramente físicos, Tito tenha sofrido uma forma específica de tortura psicológica. E isso é muito provável, já que, por seu estatuto social de padre e intelectual, Tito representava para seus carrascos, e sobretudo aos olhos do comissário Fleury, um símbolo. O símbolo de uma nova aliança entre a fé e a revolução, que vinha se opor à tradicional aliança entre Igreja e Estado, e que era absolutamente necessário desqualificar para evitar sua propagação. Essa aliança, devido à sua ambiguidade e sua novidade, representava um desvio que podia ter um desfecho positivo, e, conseqüentemente, demonstrar sua negatividade, constituía uma questão de absoluta prioridade. A ambiguidade da aliança vai ser então o ponto preciso no qual o torturador vai agir, e agir psicologicamente, através de um duplo movimento: de desqualificação da dialética que está em jogo e de destacamento da incoerência que nela também está incluída.

No testemunho que Tito de Alencar redigiu na prisão em 1970, encontramos uma descrição bem literal dos maus-tratos que sofreu. O seu primeiro contato com a tortura foi o “pau-de-arara”, procedimento que consiste em mandar o prisioneiro, nu, ficar de joelhos, passar uma barra de ferro entre seus joelhos, amarrar por trás seus pulsos nos calcanhares e suspendê-lo assim, de cabeça para baixo. “Pendurado assim, nu, levei choques elétricos em corrente contínua nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis torturadores. Eles me aplicaram “telefone” (bater ao mesmo tempo nas duas orelhas com a palma das mãos para estourar os tímpanos da vítima) e me xingaram.”⁴

Reconhecemos aqui, da parte dos torturadores, a busca de um efeito de somação das fontes de excitação: físicas, elétricas, sonoras e também verbais, a mudez trazendo, ainda, uma excitação muito diretamente sexual. Mas, vamos encontrar a mesma somação de outra forma. De fato, os carrascos não hesitam em cumular as sevícias nas diferentes partes do corpo. “Eles aplicaram choques

4. *Então as pedras gritarão*, op. Cit., p.52.

elétricos nas minhas mãos, nos pés, nas orelhas e na cabeça. A cada descarga todo o meu corpo começava a tremer, como se fosse se desintegrar”⁵. Essas somações são mais do que brutalidade em estado puro; elas têm por meta obter uma mutação psíquica do sujeito. Porém, se nós, agora, somos capazes de decifrar essa forma essa somação, Tito, quanto a ele, não percebia do que se tratava, e nem se dava conta da intenção que a sustentava. O testemunho posterior do delírio é muito mais autêntico que o escrito, que nos mostra que Tito só pôde ter consciência de uma parte da situação. Desde o início da tortura, produziu-se uma dissociação bem nítida entre a consciência imediata dos fatos e uma interiorização inconsciente, em que não estava mais em jogo a diferença entre as sevícias sofridas e as sevícias desejadas. “Era impossível saber qual parte do meu corpo doía mais. Eu tinha a impressão de estar esmigalhado por inteiro. Meu espírito não tinha mais coordenação, só me restava o desejo de perder os sentidos”⁶.

A somação tem, de fato, a intenção de comprometer, sem que a vítima o saiba, seu desejo, introduzindo dessa forma uma cumplicidade. Pois, através do sofrimento, o corpo é solicitado eroticamente até o ponto em que uma autoexcitação interna é capaz de substituir, de maneira quase autônoma, a excitação externa. Confusão e culpa serão as consequências de uma certa dissolução das categorias de interior e exterior: não é o torturador que faz com que o torturado perca os sentidos, este é o que o deseja. Obviamente, reencontramos o desejo agindo, caricaturalmente, na reconstrução delirante da tortura.

Uma etapa a mais pode ser observada na mudança psíquica secreta da vítima no seguinte fato narrado por Tito. Ele tinha sido entregue às mãos de outro torturador, o capitão Albernaz, e conta o que o ouviu dizer “Quando eu venho para a operação-prisioneiro, deixo o coração em casa. Tenho horror a padres... você conhece Fulano e Beltrano? (cita os nomes de dois prisioneiros políticos selvagememente torturados por ele). Pois você vai ter o mesmo tratamento que eles tiveram: choques elétricos o dia inteiro. Para cada NÃO que você disser, será uma descarga maior. Três militares estavam na sala, um deles gritou: `Quero o nome de homens e de organizações clandestinas`. Quando eu respondi `eu não sei`, levei uma descarga elétrica tão forte, a do setor ligado diretamente, que perdi o controle de minhas funções fisiológicas”⁷.

5. Ibid, p.52.

6. Ibid., p54.

7. Ibid.,p.55.

É difícil deixar de ver o que essa situação tem de patético, e o leitor não pode escapar ao espanto. Podemos medir a decadência à qual o verbo é levado neste tipo de experiência, tanto pela tendência que temos em ficar mudos diante de tal relato, quanto pelo fato de que o torturador parece não esperar outra resposta que não seja, justamente, o NÃO.

O desespero provocado na situação de tortura parece passar pela decadência da linguagem. De fato, há algo de abjeto nessa estratégia, que lança mão, com a aparente finalidade de fazer falar, de uma pressão que castra organicamente o sujeito em sua capacidade de expressão, a ponto de convencer o leitor de que a tortura não é aqui utilizada como método de interrogatório policial, mas que tem um objetivo autônomo, que é o de forçar a um compromisso.

De fato, as descargas elétricas têm aqui, de maneira bem precisa, a finalidade de levar a vítima a se conspurcar. Ainda em seu relato, Tito menciona a presença de várias pessoas junto ao torturador: são inúmeros olhares, então, que se concentram, para, através do voyeurismo, erotizar o relaxamento dos esfíncteres e os múltiplos afetos que isso provoca no sujeito. Nós insistimos sobre o aspecto exibicionista que estava presente em seu delírio e vimos, nesse exibicionismo delirante, a repetição de um afeto sentido durante a tortura, que Tito não tinha condições de dominar em seus escritos.

E o horror não tem fim: “Ele (o torturador) começou a me atacar moralmente: quais são os padres que têm amantes? Por que a Igreja não expulsou todos vocês? Quem são os padres terroristas? Ele disse que a Igreja era corrupta, que desviava dinheiro, que o Vaticano era o dono das maiores empresas do mundo. Todas as minhas respostas negativas eram seguidas de choques, socos, pontapés e golpes no peito. Numa determinada hora, o capitão Albernaz mandou que eu abrisse a boca para receber a ‘hóstia sagrada’. Introduziu um fio elétrico, fiquei com a boca inchada sem poder falar direito. Eles berravam contra a Igreja. Gritavam que os padres são homossexuais, porque não casam... suspenderam a sessão às quatorze horas” (notemos que ela havia começado às oito da manhã).⁸

A densidade patética do relato se deve à pressa na qual ele foi escrito, como se fosse uma luta contra o esquecimento, um recalque aliviante a curto prazo, mas que, posteriormente, tornar-se-á alienante por impor uma rememoração somente possível através do delírio.

8. Ibid., p.55-56.

Como já dissemos, Tito nunca pôde reassumir sua identidade de religioso, e grande parte de seus escritos evidencia a busca dolorosa de uma nova espiritualidade, tornada impossível pelo fato de que ele só podia considerá-la através da reconciliação de ideais contraditórios. Freud e Marx, Marx e Cristo etc. ...

No último fragmento de seu relato, podemos entender melhor o processo através do qual a tortura consegue alcançar a mutação psicológica do sujeito. Esta última consiste na destruição das autorrepresentações idealizantes valorizadas do eu. E, aqui, precisamente, o que é especificamente contestado é a representação mais espiritual, mais especular também: a imagem de padre. Essa destruição é seguida pela imposição de nova identidade, que vem negar a anterior: “Você é um falso padre”; ou contradizê-la: “A Igreja é corrupta”; ou, ainda, introduzir um sentido de decadência: “Os padres são todos homossexuais”.

Da maneira como Tito sabe evocá-lo, o procedimento de tortura parece desenvolver-se como um drama, cuja cena paródica da comunhão seria o ápice. Com uma malignidade estratégica que só poderia ser inspirada por uma relação muito passional, o uso do simbolismo religioso pelo torturador tem por objetivo desacreditar, tornar irrisório um setor da identidade da vítima, aquele que podemos afirmar ser o lugar de todas as sublimações, de todas as transcendências. A vítima fica assim desacreditada por ser levada a praticar gestos quase pornográficos, em um contexto de excitação corporal, após suportar horas de sevícias.

Podemos imaginar que foi nesse momento preciso que Tito de Alencar perdeu qualquer possibilidade de se reconhecer enquanto o padre que era. A razão pela qual ele foi obrigado a aderir a essa paródia está ligada à esperteza, que consiste não em denunciar a religião *ex abrupto*, mas em tornar evidente o suporte pulsional sobre o qual a sublimação religiosa pôde se erigir. De fato, o carrasco só faz com que identidade da vítima despenque de seu lado solar, sublimatório, para um lado pulsional sombrio. A tortura revela-se como uma operação de dessublimação.

Trata-se ainda de um empreendimento de despoetização. Se, nesse fragmento do relato, prestarmos atenção à importância das palavras empregadas pelo carrasco podemos depreender vários pontos. Assim como, provavelmente, o faz em outros momentos, o torturador não cessa de insultar a vítima, mas ele o faz de uma maneira relativamente sincrônica às sevícias físicas. É como se cada interjeição fosse lançada e introduzida no sujeito em seguida a um traumatismo físico. Efetivamente, essa linguagem diz certas coisas que nos impedem de nos proteger contra sua falsidade, pois ela contém, apesar de tudo, uma

parte de verdade. E é na ambiguidade entre verdadeiro e falso que ela se sustenta. Tomemos, por exemplo, a palavra homossexual – verdade de uma verdade que, latente, diz respeito a todo ser humano; e verdade também de uma verdade de fato, pois, na situação em que se encontra, Tito sofre passivamente uma paródia de felação dentro de um contexto de exibicionismo-voyeurismo. Na realidade, a linguagem faz mais do que apenas se introduzir no rastro da sevícia corporal: ela a acompanha e lhe dá um sentido que, sozinha, essa sevícia não poderia ter. A linguagem funciona aqui como um veredicto, ou melhor, como uma interpretação selvagem, que vem estigmatizar de maneira absolutamente irreversível a ressonância afetiva que a tortura visa provocar no sujeito.

Podemos afirmar que, com o insulto, o carrasco torna sua estratégia perfeita e encerra a experiência. A linguagem teria aqui um papel análogo ao dos olhares das várias pessoas que assistem a cena. Pois, como é que Tito poderia lembrar esse momento da experiência em que, nu, humilhado, pressionado, ele é espancado e estuprado passivamente – a não ser pelo veredicto de vozes e olhares: “Você é homossexual”, “Você se entrega e se expõe como uma mulher”?

Esta palavra que diz ao mesmo tempo o verdadeiro e o falso, que se impõe de fora e encontra dentro sua ressonância, não poderá mais ser objeto de uma elaboração espontânea. Destituída de seu estatuto semântico, ela sofreu uma despoetização que a reduziu a ser um corpo estranho, uma coisa, que habitará o sujeito durante muito tempo e que vamos reencontrar mais uma vez durante as fases menos subterrâneas de seu delírio, quando todo e qualquer ato de sua vida lhe será ditado pela voz de seu torturador.

Não resta a menor dúvida de que Tito de Alencar morreu mesmo durante essa tortura. Correndo o risco de me expor ao *páthos*, eu afirmo essa hipótese, na medida em que aquilo que era Tito, o religioso, o combatente, mas também o homem inserido em uma história privada, familiar, o filho, o irmão, deixou de ser. Tito transformou-se em outra pessoa, aquela que seu torturador desejava que ele fosse. É nesse sentido que podemos dizer que ele era um sobrevivente, e que nós, por não termos passado pelas provas que ele passou, éramos incapazes de compreender o que dele sobrevivia.

Era como se a tortura tivesse substituído o homem que ele fora por um novo homem, o que significa retomar o espírito da tortura no ponto em que o carrasco focaliza o olhar em um único ângulo, o ser enquanto vítima, desconhecendo inteiramente a realidade existencial do sujeito. Assim, nós ficamos extremamente chocados, quando uma de suas irmãs empreendeu uma longa e custosa viagem do Brasil até a França para ajudá-lo, e ele mal a reconheceu,

recusou qualquer familiaridade com ela, permaneceu impermeável a todas as tentativas de sua parte para tentar fazer reviver o passado de ambos.

Ele era o novo personagem criado por Fleury, e era isso que a tortura vivia. Observamos, pois, que existe um estreito parentesco na maneira segundo a qual o carrasco maneja as sevícias físicas e em sua forma de administrar os insultos. Em ambos os casos, trata-se menos de ferir de fora para dentro, do que de provocar um movimento interno de autodestruição e um impulso de autocrítica que devem continuar agindo por conta própria. É precisamente isso que Tito de Alencar mostrava em seu delírio, quando se impunha todas as privações que sabemos, e é isso também que a incessante atividade auto recriminatória denunciava. Seu caso poderia ser considerado o de uma tortura bem-sucedida: é possível que o ideal do torturador seja desencadear aquilo que, no ser humano, está disponível para uma autotortura (como é o caso de muitas patologias): autodesvalorização, autocrítica, autopunição. Talvez tenha sido essa argúcia psicológica o motivo do orgulho demonstrado por Albernaz, quando disse, referindo-se a Tito: “Nós sabemos fazer as coisas sem deixar vestígios. Se ele sobreviver, não esquecerá nunca o preço de sua audácia”⁹.

*

Em um momento muito preciso, Tito sentiu que havia traído, que tinha deixado escapar alguns nomes. Ele continuará se acusando durante muito tempo por este fato, de forma melancólica, se bem que todos os testemunhos colhidos não concordem com essa sua convicção: ao que parece, ele não entregou o nome de ninguém sob tortura. Vemos aqui nessa autoacusação um meio cômodo, imediato, de racionalizar o sentimento de culpa. Mas, além disso, ele parece deslocar para essa falha clássica dos torturados um sentimento muito mais sombrio e expansivo da traição. Em seus escritos, o sentimento de ter traído assume a forma de uma preocupação nova em relação ao destino de seus Irmãos Dominicanos: “na minha cela, não conseguia pegar no sono. A dor aumentava sem parar. Tinha a impressão de que minha cabeça era três vezes maior que o corpo. Era preciso acabar com isso de uma vez por todas. Eu sentia que não poderia suportar mais tanto sofrimento. Ficava angustiado, pensando que meus Irmãos Dominicanos poderiam vir a sofrer a mesma coisa”. O desejo de morrer permanece indissociavelmente ligado a esse sentimento de traição, que representa a própria essência da autotortura e, ao mesmo tempo, constitui a

9. Ibid., p.57.

finalidade máxima da tortura, uma vez que é o grupo ao qual pertence a vítima que o carrasco quer atingir através desta.

Nesta mesma época foi lançada publicamente uma campanha na imprensa contra o grupo dos Dominicanos. Lemos, no jornal *O Globo*, as seguintes afirmações: “Eles (os Dominicanos) traíram a fé passando para o comunismo, e, depois, traíram o comunismo entregando Marighela. São os novos Judas”¹⁰. É curioso observar que as mesmas acusações difamatórias, as mesmas calúnias, circulam ao mesmo tempo, no mundo e no espaço fechado, clandestino, interindividual da tortura. Isto nos permite considerar que se trata da mesma guerra, deflagrada, em ambos os casos, por determinado grupo ideológico contra outro. A tortura poderia ser entendida como uma espécie de microcosmo da guerra mais geral, oficial; seria uma guerra de “laboratório” na qual os obstáculos, as derrotas encontradas pelo poder, na realidade, seriam milagrosamente eliminadas. Um microcosmo no qual o poder constrói a ilusão de que a realidade corresponde ao seu desejo: a tortura seria, assim, um campo de utopia. Ao esmagar física e espiritualmente Tito de Alencar, o torturador e o grupo que ele representa talvez não quisessem outra coisa senão acreditar que poderiam vencer sem dificuldades uma oposição de ideias que estava ameaçando suas convicções. A busca dessa ilusão de vitória explica muito melhor a crueldade das sevícias do que uma pretensa procura de informações, já que, como vimos, tais torturas, na maioria das vezes, deixavam Tito inteiramente incapaz de falar.

Todavia, Tito, uma pessoa bem real, só é torturado como efígie do grupo dominicano que ele simboliza. Existe na tortura um fundo de exorcismo que permanece preso dentro do não-dito, do não-sabido, tanto de um lado quanto do outro, mas que introduz sua própria confusão no mistério da experiência. Em *Totem e Tabu*, Freud afirma: “Um dos procedimentos mágicos mais comumente usados para prejudicar um inimigo consiste em fabricar sua efígie em um material qualquer. Pode-se ainda demonstrar que tal ou qual objeto representará sua imagem. Tudo o que for infligido a esta efígie atingirá também o modelo odiado. Basta lesar uma parte qualquer desta, para que a parte correspondente do corpo daquele fique enferma”¹¹. O material qualquer, aqui, é o ser Tito de Alencar, e o objeto que representa a imagem é o seu corpo.

10. Ibid., p.12.

11. Freud, S., *Totem et tabou*, Petite Bibliothèque Payot, p.94.

Vamos manter a hipótese da tortura enquanto prática exorcista, pois ela nos permite acompanhar a decadência da palavra e da linguagem, tal como ocorre na tortura, até chegar a essa forma semiótica singular que é a confissão. Foi, efetivamente, seguindo uma progressão muito sábia que Tito de Alencar foi destituído de sua palavra de homem, já que a clandestinidade e a ilegalidade da tortura acabam com qualquer referência ética. E, que ele foi despojado depois de sua palavra de sujeito, pois o domínio sexual, para o qual tende o carrasco, leva a vítima a se identificar com um corpo erógeno que só fala em excitação e em compulsão à repetição. E, finalmente, com esta etapa que a imagem de efígie nos permite representar, compreendemos que a palavra chamada pelo torturador não é a palavra de Tito de Alencar, a respeito de Tito de Alencar, e sim, a do representante de certo grupo a respeito do grupo em questão. Trata-se, então, de uma palavra que, longe de estar servindo a uma verdade qualquer, tem uma única razão de ser: responder, de maneira bem precisa, a uma certa expectativa do torturador. Essa expectativa seria, evidentemente, a entrega de determinados nomes, a prova de um comprometimento, de um erro, de uma traição, pouco importa. Pois, o que quer que a vítima diga ou deixe de dizer, vai ser uma palavra que será ouvida pelo carrasco como ele esperava que ela fosse: é a confissão.

Tudo fala a favor do torturador, e tudo vem provar que a vítima realmente falou, pois a confissão não corresponde jamais a um enunciado qualquer, e, sim, a certa forma de decadência da linguagem, na qual o signo verbal só é interpretado segundo o desejo daquele que o ouve.

A forclusão do outro social, o livre desenvolvimento da onipotência do desejo do carrasco, tudo isso vem caracterizar o caráter louco, psicótico dessa situação de tortura que a decadência do verbo acaba cristalizando. Um autor como Jules Michelet já havia, há mais de um século, compreendido a dimensão delirante desse fato: “Uma feiticeira confessa ter tirado do cemitério o corpo de uma criança morta recentemente para usar seu corpo em suas composições mágicas. Seu marido diz: ‘Vão ao cemitério. O corpo está lá’. Ele é desenterrado e encontrado em seu caixão. Mas o juiz decide, contra o testemunho de seus próprios olhos, que se trata de uma ‘aparência’, uma ilusão do Diabo. Ele prefere a confissão da mulher ao próprio fato. Esta acaba sendo queimada”¹².

12. Michelet, J., *La sorcière*. Garnier-Flammarion, 1966, p.162.

Esta decadência da palavra será posteriormente denunciada por Tito através do longo período de mutismo que pudemos observar, assim como por seu automatismo mental, quando uma voz que não era sua falava dentro de seu corpo.

*

A prática da tortura é insana, e perante essa loucura passional, a denúncia e a luta política devem ser tão passionais e implacáveis quanto aquela. Mas ela é louca, também, no sentido psiquiátrico do termo. Sem que isso venha contaminar em nada a luta política, nós devemos sublinhar este fato, pois essa loucura situacional exerce, por si só, um efeito psíquico destruidor sobre a vítima; e existe ainda um interesse antropológico que consiste em entender como, por que mistério, homens civilizados assumem a responsabilidade por essa prática.

Pierre Vidal Naquet¹³, referindo-se às torturas praticadas na Argélia antes da independência, nos convence de que a tortura só foi possível porque os políticos falharam gravemente em sua função de controlar as instituições e autorizaram um vazio jurídico que foi o que permitiu a instauração das práticas da tortura. Abandonado pelo jurista, dispensado – com uma certa complacência da lei – o militar se transforma em torturador e, com isso, torna-se louco também, permitindo-se lançar mão de uma atitude exorcista e mágica que passa a substituir seu pensamento.

De fato, unicamente uma loucura, ou digamos, um enlouquecimento, seria capaz de nos fazer compreender a extraordinária crueldade demonstrada nessas situações, o encarniçamento sádico que amarra – literalmente – o algoz à sua vítima; e o relato de Tito de Alencar nos fornece uma descrição de pungente realismo e grande argúcia psicológica a esse respeito. Efetivamente, é a uma certa figura do torturador, aterradora por sua desumanidade, que se refere, de maneira contínua, o texto em questão.

Podemos imaginar a revelação que constitui para a vítima esse encontro com o rosto humano que é brutalmente, sardonicamente, desvendado pelo torturador: Tito terá que se debater contra essa imagem e vai precisar, ao mesmo tempo, nela se reconhecer como homem e dela se afastar, em uma contra-identificação que muitas vezes se aproxima do angelismo.

Nós mencionamos, na história de Tito de Alencar, o exibicionismo um pouco histérico que ele às vezes demonstrava. Sua indiferença para com o outro não era desprovida de certa arrogância, e talvez tivesse até mesmo a convicção

13. P.Vidal Naquet *La torture dans la République*, Maspero, 1972, pp.101-114.

secreta de ser herói, de ter passado por uma experiência única, de ser, por assim dizer, um iniciado. Junto a algo que estava ligado ao sentimento de decadência, havia uma patologia do “Eu grandioso” que comandava seu isolamento do mundo. Esta última talvez tivesse achado uma justificativa na estranheza da experiência que, na confusão em que se encontrava, ele elaborou como sendo uma iniciação sacrificial da qual ele era o único e singular depositário, à imagem de Cristo – com quem ele, aliás, se comparou em diversas oportunidades.

E, nós também, não ficamos fascinados com a experiência que ele viveu, por termos visto aí o homem em sua virtual crueldade, de que a civilização nos protege e separa? Quanto a mim, eu vejo, no grande número de escritos que sua vida suscitou, uma vontade de retransmitir – não sem a ideia de uma possível redenção – essa revelação, em um momento quase angélico. Porém, esses atos de palavra têm também uma função autônoma: livrar Tito da subversão infligida pela tortura.

A tortura sempre se desenvolveu por ocasião de causas religiosas, espirituais ou ideológicas. Não podemos ignorar que nesse contexto de idealidade – e de predisposição mágica que o próprio ideal sustenta -, a tortura é tanto mais tentadora quando se lhe atribui uma eficácia que não provém da objetividade, e, sim, do poder de anulação que ela é capaz de desencadear. Os processos de bruxaria, Inquisição, as dragonadas, os recentes genocídios, que visavam destruir o que era da diferença, como sendo representante do mal, convocaram a tortura para este fim.

Jean-Claude Rolland

jean.claude.rolland@wanadoo.fr

Tito de Alencar um homem torturado, entendido por Jean-Claude Rolland¹

Wilson de Lyra Chebabi (*in memoriam*)²

O que o torturante texto de Rolland mostra é que, mesmo ocupando o lugar de psiquiatra num nosocômio, procurar uma enfermidade mental na pessoa que sofreu esse iníquo processo, resultaria num pacto de convivência com a monstruosidade social chamada tortura. Em vez disso, Rolland enfrentou a dor íntima de desvelar a monstruosidade que faz, até mesmo, as pedras gritarem.

Não se pode entender a omissão de grande número de analistas em estudar as relações entre a tortura e suas consequências na vida anímica das pessoas, a não ser como maneira de se demitir como cidadãos escudados atrás da grande armadura que é a nosologia psiquiátrica.

Depois de brutalmente torturado das várias maneiras que ele reata em seus escritos, mas, sobretudo, em seus delírios, Tito de Alencar, tendo deixado a prisão em 1970, foi ao Chile e à Itália e, finalmente, foi acolhido na França. Essa liberdade externa não o libertou do encarceramento interno nas malhas da tortura, sendo arrastado por manifestações delirantes que não o deixaram até o seu suicídio – antes tentado na prisão – do qual os carrascos o salvaram para não serem reconhecidos, portanto, para se salvarem.

As manifestações delirantes eram encenações teatrais que testemunhavam tudo que ele sofreu. Um liame profundo e indissolúvel entre a vítima e seu algoz ficou estabelecido. O propósito de mantê-lo na condição de enfermo

1. Trabalho originalmente publicado na Revista *TRIEB*, n.6, em 1998.

2. Psicanalista, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Para Chebabi - como consta no livro *Trajatória de um psicanalista Wilson de Lyra Chebabi*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, organizado por seus amigos Elza Marques Lisboa de Freitas, Saul Fuks e Miguel Calmon du Pin e Almeida a partir de seus escritos - “não existia dissociação entre o psíquico e o político, sua atitude tendo sido a mesma nos dois casos. É, assim, que ao mesmo tempo em que se opunha à ditadura militar e lutava pela redemocratização do país, lutava concomitantemente para a democratização das instituições psicanalíticas”. Faleceu em 2008.

mental, de modo a não ficar traço da relação com a tortura, era evidente. Tentava-se provar que seu engajamento político era sintoma e não direito de escolha.

Apesar de ter melhorado, Frei Tito suicidou-se, ainda para escapar à tortura. Como o pássaro migrador deixa-se prender nos fios elétricos, Tito enforcou-se no alto de uma árvore.

Tentamos o contrário da tortura a qual se empenha em esvaziar de poesia toda a experiência humana. Essa é a consequência mais terrível, pois a existência humana, privada do poético, torna-se desgraça, vale dizer, perde a graça e afunda o ser num tédio intragável. Como em todo trauma que fica sendo constantemente revivido, o esforço é de reverter o processo para que, em lugar de ser passivamente torturado, o sujeito passe a ser o autor. Tal esforço ainda é um movimento de não se deixar inteiramente desenraizar de si mesmo, de sua identidade e de seus ideais.

É indispensável estudar como se processa, pela tortura, uma mutação psicológica que destrói as representações ideais de si memo. O que a prática da tortura procura arrasar é o tesouro de nossos ideais, mostrando-os como tolos e absolutamente desprezíveis. Para tanto, o empenho da tortura é levar o torturado a trair os seus ideais e tornar-se conivente com aquilo tudo contra o qual ele organizou os seus ideais, corrompendo-o. A incontinência dos esfínteres marca esse estado de indignidade. Tudo isso conduz ao que, no ser humano, passa a ser uma total desqualificação ontológica: a dessublimação.

Se eu não posso mais sublimar, ou eu perco totalmente o ânimo de viver pelo colapso da busca do prazer, ou o realizo de modo grosseiro, incontinente e animal, o que também me desconecta de mim mesmo. Tito não podia mais reconhecer-se como padre, que ele de fato era.

A tortura consegue ser bem-sucedida, quando aciona a vigência da auto-tortura que mora em nós na desvalorização própria, na autocrítica injusta e na autopunição pelos crimes imaginários, dos quais nenhum de nós está a salvo. Isto é tão eficiente que, seu torturador, Albernaz, garantiu: “Sabemos fazer as coisas sem deixar rastros. Se ele sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua audácia”.

A nova identidade é o negativo da anterior: ele é um falso padre, a Igreja é corrupta, todos os religiosos são homossexuais. O ser humano é privado de sua palavra, na medida em que a clandestinidade e a ilegalidade da tortura destituem toda referência ética. A fala é desdenhada e, portanto, se torna sem sentido, e, com ela, um eixo fundamental da identidade do sujeito.

Não é, pois, aceitável que nós, analistas, nos esquivemos de estudar séria e dolorosamente os fenômenos subjetivos decorrentes das mais diversas formas de tortura. E, sem dúvida, os mais clamorosos são as, assim chamadas, manifestações patológicas (delírios, suicídio). Já que tornada inválida pela tortura, a palavra não pode mais ser ouvida.

Tortura nunca mais¹

Liana Albernaz de Melo Bastos²

*Para meu avô materno, que me legou o Albernaz
de doces e poéticas lembranças*

Tomei conhecimento do artigo de Jean-Claude Rolland “*Un Homme torturé: Tito de Alencar*” através do Conselho Editor da Revista Brasileira de Psicanálise, em meados de 1996. Fui tomada por uma profunda emoção. Algo da ordem da fascinação e do horror, do familiar e do estranho. Eu já conhecia os fatos narrados. Minha emoção tinha um mais além: enganchada na leitura, vi-me diante de um escrito psicanalítico³. “Como a psicanálise não se ensina, o escrito psicanalítico deve cumprir a função paradigmática de sua transmissão. Transmissão que implica em filiação, pela autoridade simbólica que assume qualquer um que corre o risco de articular pela escritura a singularidade de sua descoberta do inconsciente e da incidência desta na leitura do discurso psicanalítico”⁴. Imediatamente, pronuncie-me favorável à publicação do artigo de Rolland. Via aí a possibilidade de promover a discussão de questões teóricas, políticas e éticas sem as quais a psicanálise não sobrevive, tornando-se tão somente campo estéril de uma prática obsessiva ritualizada burocraticamente.

1. Trabalho originalmente publicado na Revista *TRIEB*, n.6, em 1998.

2. Membro efetivo com funções específicas do Instituto de formação da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Professora aposentada do curso de Medicina da UFRJ.

3. Um escrito psicanalítico é, segundo Birman, aquele que, além de tematizar a psicanálise, produz uma experiência de inconsciente no leitor. Quando estava escrevendo este comentário, li “A escritura nos destinos da psicanálise”, de Joel Birman. Pude, então, melhor articular aquilo que comigo se passara na leitura do texto de Rolland. Birman, a quem muito devo, é transmissor da psicanálise. A este respeito vide BIRMAN, Joel. “Avescritura nos destinos da psicanálise”. In: *Por uma estilística da existência*. S. Paulo; Editora 34, 1996.

4. *Ibid.*, p.85.

Fomos, no entanto, eu e Miguel Calmon, votos vencidos no Conselho Editorial da RBP. A democracia tem destas vicissitudes...(A maioria pode se enganar. A eleição de Fernando Collor e de outros fernandos bem o tem demonstrado). A questão ética que atravessava o texto não foi, ao que parece, o critério dos demais membros do Conselho.⁵ Assim, quando Miguel pensou em publicá-lo em nossa revista *TRIEB*, apoiei-o entusiasticamente, sugerindo que convidássemos algumas pessoas para debatê-lo. Pouco depois, recebi o convite de Miguel para ser um dos comentadores. Ele buscava pessoas que, de uma forma ou outra, tivessem implicações com o texto. A minha implicação era óbvia: um dos mais terríveis torturadores de Tito - e de muitos outros mais - foi o famigerado capitão Albernaz, agente da repressão em S. Paulo.

O convite causou-me, no primeiro momento, um imenso prazer. “O texto surpreende e impacta o leitor, interpelando o seu campo desejante de maneira inesperada, como numa interpretação psicanalítica. Em contrapartida, existe o movimento desejante do leitor que se apropria do texto e o recorta de forma heteróclita.”⁶ Comentar Rolland, me oferecia esta dupla possibilidade.

O inconsciente às vezes tarda, mas não falha. À noite, ouvindo o uivo do vento que entrava pela janela, fui tomada de uma intensa angústia. O uivo me remeteu a outras cenas, a momentos da minha história que estavam esquecidos. O convite se transformou, então, em horror. Percebi, neste momento, que escrever sobre o texto não era mais um convite. Transformara-se, para mim, em uma exigência. Exigência de um trabalho pulsional.

Se “o desespero da tortura passa pela perda do direito à linguagem”, transformando o torturado num sobrevivente desenraizado de si mesmo, de sua identidade e de seus ideais, como nos diz Rolland, era preciso que o direito à linguagem fosse resgatado. Precisava da palavra. Mas de que palavra? Qual a diferença entre a minha palavra e a do torturador?

A palavra do torturador, durante a tortura, fica “destituída de seu estatuto semântico, ela sofre uma despoetização que a reduz a ser um corpo estrangeiro, uma coisa que habitará duradouramente o sujeito”, destruindo-o, transformando-o “naquele que o torturador gostaria que ele fosse”⁷.

5. À propósito, cabe lembrar que o relatório da Comissão ad hoc de Pesquisa da IPA sobre a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, assinado pela presidente Inga Villareal, discute a legitimidade do voto da maioria quando se trata de questões éticas.

6. Birman, J. op cit. P.83

7. Rolland, J-C. “Um homme torturé: Tito de Alencar”. Nouvelle revue de Psychanalyse, 33:223-34, 1986.

Comecei a me dar conta de que havia, entre o capitão Albernaz e eu, outras implicações além daquela do significante. Tornava-se imperioso, para mim, discuti-las.

Como o torturador, também nós, psicanalistas, trabalhamos com a palavra. À diferença do torturador, nossa palavra deve ter dimensão semântica, deve ser instrumento que produza efeitos que levem, não à alienação, mas, ao desvelamento do sujeito. Mas, é preciso saber que muitos demônios nos espreitam a nós, psicanalistas. Equivocamo-nos. Falamos, às vezes, quando devíamos calar. Calamo-nos quando devíamos falar. A nossa palavra não é angelical. Ela é humana. Somos humanos. E, é por isto que a perda da humanidade que a tortura infringe não pode nos deixar mudos. É preciso que se fale. Não para exorcizar o demônio - assim a tortura tem se justificado desde sempre, lembra Rolland-mas para buscar inscrever a pulsão de morte no registro da vida.

O capitão Albernaz não é meu parente. Mas, poderia sê-lo. (Não somos todos da mesma família humana?) Qualquer que fosse esta relação, contudo, eu não me calaria, A dimensão ética é o que sustenta a nós, humanos, na cultura. A linguagem não se faz apenas pelos significantes. O Albernaz que nos assemelha é o mesmo que nos diferencia. O que a tortura não suporta é a diferença. É a diferença que ela busca destruir como representante do mal.⁸ E pela diferença que a multiplicidade de sentidos, rompendo com a repetição, promove a desalienação do sujeito.

Pão, terra e liberdade

*“Sem comida, a liberdade é mentira, não é verdade”*⁹

A tortura no Brasil veio de além-mar. Ela chegou às nossas terras pela mão do colonizador. Primeiramente praticada contra os índios, depois contra os escravos. Afinal, tanto uns quanto outros não tinham alma. Não eram cristãos, muito menos semelhantes. Longa discussão teológica. Sanada esta questão, a tortura, no entanto, permaneceu como ferida viva e aberta. Institucionalizada, ela conviveu com o poder, dele se alimentando e fortalecendo-o no seu arbítrio.

8. Ibid. p.234

9. Centro Popular de Cultura (CPC)- UNE. Também é verdade que não basta apenas comida. Pão, terra e liberdade não são termos excludentes (ainda que o socialismo real não os tenha compatibilizados) e são hoje, no Brasil, com a exigência imediata de uma reforma agrária, absolutamente atuais.

1935. O mundo assistia à ascensão do nazismo. Diante deste, a polarização era inevitável. No Brasil, a Aliança Nacional Libertadora, sob o comando de Luís Carlos Prestes, preparava a tomada do poder. Seu lema: pão, terra e liberdade. “Estamos incontestavelmente nas vésperas de grandes acontecimentos em todo o país. (..) Marchamos, a grandes passos, para uma crise durante a qual ninguém poderá ficar neutro. A Aliança Libertadora Nacional, apesar de lançada na ilegalidade, será a força capaz de dirigir o povo e todos os brasileiros serão obrigados a tomar posição clara, nos próximos dias, a favor ou contra ela.”¹⁰ A data marcada: 27 de novembro.

A Intentona comunista fracassou. O governo de Getúlio Vargas, simpático ao nazismo, tendo Filinto Müller como chefe de Polícia, prendeu e torturou centenas de pessoas. Instaurou-se o terror fascista.

Dentre os comunistas estrangeiros que participaram da Intentona, estava Artur Ernest Ewert ou Harry Berger, delegado da Terceira Internacional Comunista.¹¹ Berger e sua mulher foram presos e brutalmente torturados.

Berger foi colocado num socavão na parte de baixo da escada da Polícia Especial: Não podia ficar de pé. Passava o dia encurvado. Dormia numa esteira, não tomava banho e apanhava todos os dias. Era brutalmente torturado pela polícia de Filinto Muller, que chegou a estuprar a mulher de Berger na frente dele. (Esta prática se repetiria, com requintes, durante a ditadura que instalou com o golpe militar de 64).

Um jovem advogado católico, Heráclito Sobral Pinto, dispôs-se a defender os comunistas Prestes e Berger. A situação de Berger era tão dramática que Sobral Pinto recorreu à Lei de Proteção aos Animais na esperança de conseguir para este os direitos mais elementares. Não obteve êxito.

Berger enlouqueceu. Quando os presos políticos foram soltos em 1945, sua irmã veio da Alemanha para buscá-lo. Mas, ele não se recuperou nunca mais. Veio a morrer na década de 50 num hospital psiquiátrico sem reconhecer as pessoas.¹²

10. Carta de Prestes a Costa Leite, Cit. em BASTOS, Abgvar. Prestes e a Revolução Social. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986, p.283.

11. Não deixa de ser curioso apontar, como o fez Ney Marinho, a semelhança da estrutura da IPA com a das Internacionais Comunistas. TRIEB, Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. 1997, n. 5. p. 151.

12. MORAES, Denis & VIANA, Francisco. Prestes: lutas e autocríticas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

Uivos

“Eu vi os expoentes da minha geração destruídos pela loucura”¹³

A tortura não busca provocar apenas uivos de dor e desespero. Ela visa fazer, do torturado, um traidor transformando uivos em palavras. O uivo é a expressão do desespero, da angústia inominável, do terror do aniquilamento. O uivo parte diretamente do corpo. É pura expressão da excitação dolorosa. Não há nele representação psíquica. O uivo é o animal em cada um de nós. Apenas a palavra é humana.

O terror de cada um diante da tortura, para além da dor, é não resistir e falar aquilo que não pode ser dito. O torturado teme romper o pacto com seu grupo. Sua inserção no grupo pressupõe honrar este compromisso.¹⁴ Assim, a tortura “eficiente” é aquela que faz do torturado um excluído. Excluído do pacto edípico. Destituído daquilo que lhe é mais caro: do seu ideal de ego.¹⁵ Quando o torturado fala, é como se ele fizesse uma retração narcísica, tentasse salvar-se da dor e da morte anunciada. Esta “salvação” é, no entanto, ilusória. E, isto o torturado sabe, mas, para alguns, é como se a escolha se fizesse entre ser um herói morto ou um covarde vivo.¹⁶ Desejar a morte para livrar-se da tortura. Calar pela morte. Falar para sobreviver. Sobrevivendo, enlouquecer pela culpa. Enlouquecendo, buscar a morte para se livrar da tortura da culpa por ter falado. Frei Tito e muitos mais nos contam deste destino trágico.

A eficiência da tortura vem, portanto, do uso perverso deste duplo investimento libidinal humano: libido narcísica x libido objetal. Para conseguir o abandono objetal com o rompimento do pacto edípico, a tortura tem que ser clandestina. Tem que estar à margem da lei. Sua existência, portanto, se dá em regimes em que a lei inexistente ou, o que dá no mesmo, em que a lei é arbitrária, não resultante de pactos sociais. Sua única lei é a do discurso sádico. A tortura é a ruptura do código edípico. E a ruptura ética. E, é esta ruptura que ela tenta promover no torturado.

13. GINSBERG, A. *Vivo*. Porto Alegre: L & PM, 1984.

14. Ainda que às custas de sua singularidade como foi frequente dentre a esquerda marxista.

15. A fundação do grupo social se faz a partir do pacto edípico, daquele que garante iguais direitos a todos os irmãos pelo sentimento de culpa (consciência moral) gerado com a devoração do pai. Este permanece, assim, dentro de cada um, pela moção terna, como um ideal, FREUD, S. *Tótem y tabú*. (1914) AE vol. XIII.

16. A propósito do heroísmo, remeto a TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Campinas, S.P.: Papirus, 1995.

Mas, para transformar uivos em palavras - melhor dizendo, em descargas da linguagem, como sublinha Rolland - a tortura tem que ser hábil. Não interessa a ela que o torturado morra antes de falar. (Os médicos dos aparelhos de repressão têm essa “função”. Pelo menos um psicanalista, no Brasil, também participou deste trabalho sujo.) Também não interessa a ela o enlouquecimento imediato do torturado. (O enlouquecimento desejado é num *après-coup* ¹⁷). Para conseguir seus objetivos, a tortura precisa “dosar” seus instrumentos. O primeiro deles é, evidentemente, a sevícia física. A dor provocada tem que se manter dentro de um certo limiar sob pena de não produzir fala. (Além de um certo limite, ela é apenas campo da pulsão de morte).¹⁸ Mas, apenas a tortura física, sem a presença dos torturadores e sem a fala destes, não tem eficiência. É preciso - e, isto é, sem dúvida, diabólico - que a sevícia corporal promova, ao mesmo tempo, uma erotização daquele momento. Esta erotização se dá numa conjugação: o tipo de tortura corporal empregada e a fala dos torturadores.¹⁹ Perversa sedução do corpo erógeno prenhe de fantasias, é assim que o torturador transforma o uivo do torturado em representação-palavra. Indo até os limites do gozo masoquista do torturado. Falando palavras que atendam ao desejo sádico do torturador, o torturado queima-se num inferno: o de ter entrado no pacto perverso. Para rompê-lo, a alienação é buscada.

Ambiguidades

“Hay que endurecer pero sin perder la ternura jamás”

Che Guevara

17. ROLLAND, J. C. op. cit. p. 225.

18. ALBERNAZ, Liana de Melo Bastos. “A dor é mulher?” Revista Brasileira de Psicanálise, 27:1,1993,43-58

19. Ibid. Isto pode ser tristemente verificado nas exibições feitas de práticas de tortura com presos políticos em aulas ministradas pelos agentes da CIA aos agentes da repressão, durante a ditadura no Brasil, quando, então, os presos torturados diante da plateia não eram inquiridos simultaneamente, mas apenas exibidos. Eles nada falavam. (Dan Mitrione foi um destes agentes da CIA no Brasil. Chegou a ser homenageado pela ditadura militar com nome de rua em Belo Horizonte. Após a redemocratização esta mesma rua teve seu nome trocado para José Carlos da Matta Machado, assassinado pela tortura em Recife). Ali, eram, tão somente, cobaias de laboratório. Não havia mais o mínimo interesse em humanizá-los. Bastavam seus uivos. Conferir em “Tortura nunca mais”, extensa documentação reunida sob os auspícios da CNBB.

A identificação da ossada de Che Guevara e de outros guerrilheiros efetuada este mês, na Bolívia, mostra que, mesmo que se passem trinta anos, é preciso trazer à luz certas verdades históricas. Elas não podem ser esquecidas em valas comuns. Che e seus companheiros têm que ser enterrados com lápides que lhes restituam suas identidades e suas histórias. Dentro da lei. Polinices de nosso tempo.

Símbolo de uma época e de uma causa, Che eternizou-se na frase citada, comovendo a mim e a muitos da minha geração, ao apontar, poeticamente, para a contradição na qual a luta revolucionária nos lançava: a dureza e a ternura. O marxismo tem, no seu racionalismo, a marca iluminista.²⁰ Aos que militavam nos movimentos de esquerda, durante a ditadura militar no Brasil, não era permitido ambiguidades.²¹ O sujeito dividido para o qual a Psicanálise aponta não era considerado. Exigia-se dos militantes “firmeza ideológica”. Esta tinha prova máxima na prisão e na tortura. Aquele que delatasse seus companheiros revelava “fragilidade ideológica”.

Rolland ressalta que a tortura em Tito tinha por objetivo, não apenas fazê-lo falar, mas ainda esquarterar e salgar o solo²² de uma nova aliança da qual Tito era o símbolo - que se produzia entre a fé e a revolução, rompendo a tradicional aliança da Igreja com o Estado. A ambiguidade desta conjugação da fé com a revolução foi o lugar preciso no qual os torturadores agiram por um duplo movimento de desqualificação da dialética que aí se jogava e da evidência da incoerência que aí também se apresentava - nos diz Rolland.

Os torturadores agiram com eficiência. A conciliação de ideais contraditórios (entre Marx e Cristo e entre Freud e Marx) foi revelada por Tito em seus escritos na sua dolorosa busca de uma nova espiritualidade, perdida que ficou, para sempre, sua identidade de religioso. A tortura, continua Rolland, opera uma mutação psicológica do sujeito pela destruição das auto-representações idealizantes valorizadas do eu.

20. Mais uma vez reitero que minha crítica ao iluminismo se prende ao racionalismo e não ao uso da razão.

21. A ambiguidade de um símbolo se caracteriza pela existência de objetos referentes aos quais é impossível dizer se o símbolo é ou não aplicável, segundo Max Blank. G.W.Cunningham preocupou-se em saber se uma linguagem vaga (ambígua) possui ou não significação e em que condições pode possuí-la. A linguagem corrente é constitutivamente vaga. Às vezes, ocorre que parte do conceito ou do significado coincide com parte de outro conceito ou de outro significado. Outras, ocorre que em torno do conceito ou do significado há como véus que fazem sua imagem borrada. Cit. Por MORA, José Ferrater. *Diccionario de Filosofia*. Madrid: alianza Diccionarios, 1986.

22. Como a coroa Portuguesa fez, em 1789, com Tiradentes, líder do movimento de independização do Brasil, a Inconfidência Mineira.

A firmeza ideológica, portanto, exigiria a não existência de conflitos em nível de ideal de ego. Nenhuma fissura sobre a qual a tortura pudesse incidir. A bandeira revolucionária tinha que ali estar solidamente plantada e, para tal, não faltavam símbolos para as identificações. David contra Golias.²³

Como psicanalistas, sabemos que a energia pulsional do ideal de ego é a libido objetal, a qual promove as primeiras identificações sobre as quais as secundárias se assentam. A ambivalência sempre presente em relação aos objetos necessariamente faz conflitivo o ideal do ego. Ora, a exigência de “firmeza ideológica” tratava-a tão somente como um ato de vontade, portanto da consciência, desconsiderando os conflitos inconscientes presentes. Por outro lado, o narcisismo se mantém no sujeito como estrutura necessária - e permanente - para a “viragem” do ego ideal em ideal de ego. Quanto à “fraqueza ideológica” ela corresponderia a uma retração narcísica. Assim entendidas, “fraqueza” e “firmeza” ideológicas deixam de ser rígida e claramente discriminadas. São apenas vértices diferentes da libido no indeterminismo pulsional, marca da singularidade histórica de cada um. Mas apenas este entendimento não basta. A sublimação - um dos destinos da pulsão - joga aí um papel relevante.

É pela sublimação que os ideais de solidariedade e vinculação aos grupos sociais se mantêm.²⁴

O mecanismo da alienação do sujeito pela tortura, diz Rolland, se dá pela operação de dessublimação, uma violência de despoetização que alia a se-vícia física à palavra insultuosa. Uma palavra que diz coisas que, ao mesmo tempo que são falsas, têm seu grão de verdade sustentada na verdade pulsional do sujeito. Esta ambiguidade do verdadeiro e do falso contida na palavra do torturador, que se impõe do exterior e encontra ressonância no interior, transforma-se num corpo estrangeiro, numa coisa que passa a habitar o sujeito.²⁵ Aí, a palavra do torturador ganha estatuto de verdade. Verdade do desejo do torturador manipulando a verdade pulsional do torturado. O uivo do torturado inscreve-se (pela erotização perversa da manipulação corporal), representa-se,

23. A vitória da Revolução Cubana em 1950 e a derrota dos EUA na Guerra do Vietnã.

24. Há ainda a consciência de culpa e a contenção da agressividade geradoras do mal-estar na cultura. FREUD, S. *El malestar en la cultura* (1930) AE vol. XXI. Neste trabalho, não nos alongaremos neste ponto.

25. ROLLAND, J. C. Op. Cit. p. 229-230. No entanto, sempre somos habitados por “coisas estrangeiras” impostas pelo outro. Contudo, há que se entender a especificidade que faz disto um processo constitutivo do humano - quando a serviço das pulsões de vida - ou alienante do sujeito, como na tortura.

passa a ser palavra, mas, pela alienação do sujeito desejante, ganha na loucura, o estatuto de coisa. Coisa de fora, persecutória, da qual o sobrevivente, sozinho, não consegue se livrar. A palavra perseguida pelo torturador torna-se, assim, a palavra persecutória do torturado.

O que é isso companheiro?

“Apesar de você, o amanhã há de ser novo dia..”

Chico Buarque

Mais do que uma simples aventura de meia dúzia de jovens idealistas e equivocados e de dois torturadores angustiados – como nos quis fazer crer Bruno Barreto em sua versão cinematográfica de “O que é isso companheiro?” – a ditadura no Brasil foi um processo brutal que deixou marcas profundas na sociedade, implicando direta e indiretamente a todos.

Alguns, dela se beneficiaram e aprovaram sua violência. Muitos a negaram. Outros, acreditaram que, através de movimentos guerrilheiros, poderiam detê-la. Modos de resistência foram tentados. Os artistas e os intelectuais buscaram, como armas para combatê-la, a linguagem. A palavra polissêmica, ambígua, foi usada como denúncia.²⁶ Músicas, peças teatrais, textos. A censura oficial buscou contê-los, tornando proibidas determinadas palavras. Torturadores de textos, os censores os mutilaram, tentando despedaçar seus corpos para aniquilá-los.

Despedaçar corpos, excitando-os brutalmente em determinadas zonas (tornando-as todas, por assim dizer, erógenas), era a prática da sevícia corporal. Remetendo o sujeito a experiências primitivas, aniquilavam o sujeito, afetando seu corpo em busca da palavra sem ambiguidades.

O torturador sevicia e insulta. Depois escuta. Escuta o que ele deseja ouvir; a confissão. Como aponta Rolland, “a confissão não corresponde jamais a um enunciado qualquer, mas a uma certa forma de descarga da linguagem na qual o signo verbal é interpretado pelo desejo daquele que o escuta.”²⁷

26. Durante sua prisão na ditadura de Getúlio Vargas, Graciliano Ramos produziu uma obra-prima, *Memórias do Cárcere*. Muitos outros exemplos, como o de Gramsci e tantos outros podem ser lembrados.

27. ROLLAND, J.C. op. Cit. P.232.

Corpos erógenos. Escuta e interpretação da linguagem. Isso também faz parte do ato analítico. Mas o que marca as diferenças entre o ato analítico e a tortura?

Outras implicações

O psicanalista não pode, sob pena de não o ser, ignorar tais questões.

O texto de Rolland as retoma e aponta para o vértice político e ético que jamais pode se desvincular de nossas vidas em geral e da prática analítica em particular. Em seu belo ensaio, Rolland toma a singularidade da *via crucis* de Tito para o entendimento da universalidade da alienação humana quando uma prática se faz à margem da lei.

Somente dentro de uma ética é que a psicanálise pode se dar. Somente assim ela pode lidar com linguagem e corpo, com fala e escuta. É na contramão da tortura que o trabalho analítico pode se produzir. Como nos diz J. D. Nasio, a palavra que interessa ao psicanalista é a palavra quebrada e vacilante, que rompe o relato conhecido e afeta o corpo. Dela surge uma nova historicização do sujeito.

A tortura quer a palavra exata, a desejada pelo torturador, o fim da história anterior do sujeito (seu próprio fim) e o impedimento de novas historicizações. A repetição e não a criação. Não há, com a tortura, poetização possível da linguagem. A escuta analítica - em oposição a do torturador - só pode ser balizada por um desejo: o de permitir o acesso ao inconsciente através de sua fala de sujeito desejante.

A tortura alude o pensamento arcaico.²⁸ “O arcaico alude a um fundo indiferenciado não simbolizável nem subjetivável, que fica à margem do movimento projetivo introjetivo das experiências primeiras e que transmitem uma mesmidade sem possibilidade de transformação.”²⁹ Domínio da pulsão de morte.

De modo diferente, a psicanálise busca o originário que “supõe a situação paradoxal de um sujeito ausente de seus começos (irrepresentabilidade da

28. A distinção feita dos níveis do pensamento primitivo em arcaico e originário é de René Kaes, cit. por VIÑAR, Marcelo N. “Análisis didáctico y formación analítica; una frontera problemática”. In: The newsletter of the International Psychoanalytical Association. Vol.5, issue 1, 1996, p.41-49.

29. Ibid. p.44. Com esta divisão Viñar busca diferenciar a transmissão- repetição da transmissão transicional e apontar para como as análises didáticas podem ser torturantes quando se fazem no registro da transmissão-repetição.

cena primária), ausência ou descentramento [mas] que, sem embargo, solicita, requer ou exige a auto-representação, deslocada em um *ersatz* (substituto), já que a verdade original é inacessível (estruturalmente faltante) mas organizadora”.³⁰ Para tal, a relação analítica se vale do campo transferencial visando a inscrição e a representação através da erotização das pulsões de vida. A fala e a escuta, o corpo e os afetos estão assim implicados em nosso trabalho.

Não temos nunca o conhecimento a priori daquilo que o trabalho analítico pode promover. Trabalhamos em um campo não determinístico. Diante de tantas dúvidas e incertezas precisamos de alguns balizamentos: a teoria, a técnica, a análise pessoal. Estas, contudo, nada são se não se assentarem sobre uma ética. Esta é a diferença fundamental que separa a psicanálise da tortura. A psicanálise só pode ser exercida dentro da lei. A conjugação de psicanalistas e torturadores é, portanto, inadmissível e impossível.

Liana Albernaz de Melo Bastos

lianaambastos@gmail.com

30. Ibid. p.44.

Agradecimento aos pareceristas

Aos pareceristas, nossos sinceros e profundos agradecimentos.

Ana Beatriz Lima

Carlos Fernando dos Santos Motta

Cláudia Braga Andrade

Eliana Atié

Elizabeth Cruz Müller

Ignácio Paim Filho

Liana Albernaz de Melo Bastos

Maria Corrêa de Oliveira

Maria Inês Garcia de Freitas Bittencourt

Mariano Horenstein

Mônica Schiller d'Escragnolle Taunay

Pedro Duarte de Andrade

Sara A. Kislánov

Instruções aos autores

LINHA EDITORIAL

A Revista **TRIEB**, publicação oficial da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, filiada à Associação Psicanalítica Internacional, vem sendo editada regularmente desde 1991. Sua proposta editorial caracteriza-se pela divulgação de artigos inéditos referidos ao campo teórico e clínico da psicanálise e às suas articulações com outros campos do saber. Os artigos sobre clínica são necessariamente acompanhados por uma discussão teórica e/ou crítica. As edições podem ser organizadas tematicamente e sua periodicidade é semestral. Publica, ainda, conferências, entrevistas, traduções, artigos de valor histórico e resenhas de interesse para o campo da psicanálise.

PROCEDIMENTOS DO CORPO EDITORIAL

Os editores apreciarão os artigos quanto à sua originalidade e adequação à linha editorial, podendo, a seu critério, submetê-los à apreciação de consultores *ad hoc* sem divulgação da identidade dos autores e vice-versa. Após análise do artigo, os autores recebem por escrito o resultado da avaliação: recomendado; recomendado com modificações; ou não recomendado para publicação. Caso seja necessário fazer modificações no texto, o autor será encarregado de providenciá-las, devolvendo o artigo reformulado no prazo indicado pelos editores em comunicação escrita. Caberá ao Corpo Editorial a decisão final acerca da publicação ou não do manuscrito, bem como a data de sua publicação. O Corpo Editorial reserva-se ainda o direito de introduzir pequenas modificações no texto aceito para publicação, com vistas a adequá-lo aos critérios de coerência, clareza, fluidez, correção gramatical e padronização editorial adotados pela revista. O artigo enviado para publicação deverá ser encaminhado de acordo com as instruções abaixo enunciadas. Recomenda-se a todos os autores que guardem consigo uma cópia do trabalho, uma vez que a **TRIEB** não se responsabilizará por devolvê-lo, mesmo no caso de artigos não aceitos para publicação.

DIREITOS AUTORAIS

O conteúdo do material enviado para publicação deve ser inédito e não pode ser submetido simultaneamente para publicação em outros locais. A exatidão das informações é de respon-

Instruções aos autores

sabilidade do autor. Os artigos aceitos e publicados tornam-se propriedade da **TRIEB**, sendo vedada sua reprodução. Para serem publicados em outros locais, ainda que parcialmente, necessitam da autorização por escrito dos editores. Os autores deverão anexar ao artigo uma carta de autorização, que trata do termo de transferência de direitos autorais. Deverão constar também nome completo, endereço postal, telefone, fax, e-mail de todos os autores e a(s) sua(s) respectiva(s) assinatura(s).

APRESENTAÇÃO DO ARTIGO

O artigo deve ser encaminhado à Revista **TRIEB** em arquivo eletrônico Word, letra Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5, formato *.doc. Deve ter no máximo 40 mil caracteres, incluídos os espaços. Deve ser enviado por correio eletrônico para o endereço revistatrieb@sbprj.org.br. A apresentação do artigo deve obedecer às regras e normas que estão disponíveis no site da SBPRJ <http://www.sbprj.org.br/publicações-trieb>.



EDITORIAL

Por que *Testemunho*?

ENTREVISTAS

Carlos Alberto Plastino
Liana Albernaz de Melo Bastos
Marcelo N. Viñar

CONVIDADO

Ser contemporâneo em *Totem e Tabu*:
Testemunhos
Miguel Sayad

CORRESPONDÊNCIA

Testemunho: a psicanálise e a história
se encontram
Vera Vital Brasil e Bernard Miodownik

ARTIGOS TEMÁTICOS

Testemunho de dois momentos de uma
psicanalista: duas pacientes com desejos
e necessidades distintas
Anna Lucia Melgaço Leal Silva

Psicanálise e Holocausto: a pulsão de morte
em testemunho
Marília Mello de Vilhena

A função testemunho, o traumático
e a escuta clínica do psicanalista cidadão
Vanuza Monteiro Campos Postigo

INTERFACE

Seguir os rastros, ensaiar os gestos
Maya Moldes da Rocha Pereira

DEPOIMENTO

A caravana
Ney Marinho

CONFERÊNCIAS

Tradução e Amizade
Fernanda de Medeiros Arruda Marinho
Admar Horn

PSICANÁLISE E CINEMA

Testemunhos em filmes políticos, metafísicos
ou calçados em afeto
Luiz Fernando Gallego

PSICANÁLISE E LITERATURA

Resenha: O acontecimento
Denise Salomão Goldfajn

MEMÓRIA **TRIEB**

Um homem torturado – Tito de Alencar
Jean-Claude Rolland

Um homem torturado, entendido
por Jean-Claude Rolland
Wilson de Lyra Chebabi

Tortura nunca mais
Liana Albernaz de Melo Bastos



SBPRJ
Sociedade Brasileira de Psicanálise
do Rio de Janeiro

ISSN 1517-185X



9 771517 185009